

XX N.ºXXX XX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX CADERNOS DE CULTURA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

MEDICINA

NA·BEIRA·INTERIOR

DA PRÉ-HISTÓRIA AO SÉCULO XXI

XX NOV. 2016 XX





CADERNOS DE CULTURA

PUBLICAÇÃO NÃO PERIÓDICA

Diretor:
António Lourenço Marques

Coordenadora:
Maria Adelaide Neto Salvado

Nº XXX Novembro de 2016

Secretariado:
Quinta Dr. Beirão, 27 - 2º E
6000-140 Castelo Branco - Portugal
Telef.: 272 342 042

Capa:
Azulejo de meados do século XVIII, da Igreja
da Misericórdia de Évora-Monte.

Edição:



RVJ - Editores, Lda.
Av. do Brasil, nº4 R/C | Apartado 262
6000-909 Castelo Branco
Tel.: 272 324 645 | Tlm.: 965 315 233
rvj@rvj.pt | www.rvj.pt

ISSN: 2183-3842

Depósito Legal N.º: 366 600/13

Os textos assinados são, na forma e no conteúdo,
da inteira responsabilidade dos respetivos autores e
não devem ultrapassar as 2.500 palavras, incluindo
a bibliografia e os anexos. Este número inclui as
atas das XXVII Jornadas de Estudo "Medicina da
Beira Interior - da pré-História ao séc. XXI", sendo
distribuído no âmbito das mesmas Jornadas.

Patrocínio:



Câmara Municipal de Castelo Branco

SUMÁRIO

Medicina e Passado: Assunto fechado?	3
Apresentação do livro - <i>Amato Lusitano</i> : Reinterpretação Historiográfica da sua obra, do Prof. David de Moraes <i>Maria Adelaide Neto Salvado</i>	9
Amato Lusitano (C.1511-C.1568) Oftalmologia e matéria médica <i>Alfredo Rasteiro</i>	15
O trauma nas centúrias de Amato Lusitano <i>Maria Cristina Piloto Moisés</i>	27
Doentes na Inquisição, no Século XVIII <i>Maria Antonieta Garcia</i>	31
Subsídios para o estudo dos expostos na Beira Baixa - A roda de Castelo Branco <i>Maria da Graça Vicente</i>	43
Demografia em tempos de guerra São Vicente da Beira, 1801-1821 <i>José Teodoro Prata e Tiago Teodoro</i>	53
O ensino da química farmacêutica e a Beira Interior <i>Aires Antunes Diniz</i>	61
História dos Cuidados Paliativos em Portugal <i>António Lourenço Marques</i>	83
As especiarias e demais plantas medicinais no tratamento de padecimentos e moléstias nos séculos do império <i>João Maria Nabais</i>	87
Prelúdio sobre maleita e curas do Saltério <i>Maria José Leal</i>	95
Dois grandes da medicina portuguesa um pouco esquecidos: Manuel Constâncio e seu filho Solano Constâncio <i>Joaquim Candeias da Silva</i>	101
Musicoterapia e Bilioterapia <i>Lurdes Cardoso e Graça Batista</i>	111
Louvor e des-louvor do médico na poesia portuguesa (alguns exemplos) <i>António Savado com Maria de Lurdes Gouveia Barata</i>	117
Um quadro da Revista: figuras, figurões e figurantes	121
Exposição Bibliográfica de José Lopes Dias	122
Bibliografia de José Lopes Dias <i>José Martins</i>	124

MEDICINA E PASSADO: ASSUNTO FECHADO?

Os encontros “Medicina na Beira Interior – da pré-história ao séc. XXI”, que têm persistido, devem a sua longevidade também a um facto muito particular: em todas as edições já realizadas, os estudiosos e investigadores têm abordado a figura e a obra do médico humanista, Amato Lusitano, nascido em Castelo Branco, no século XVI. Poderá dizer-se, porventura, que o assunto talvez já esteja esgotado, e que dificilmente, os trabalhos que, potencialmente, possam vir a lume, no futuro, acrescentarão mais conhecimento válido, além do que se sabe e é aceite, como certo, pela comunidade científica. Mas será mesmo assim? Um assunto do passado pode ser encerrado definitivamente?

Acontece, por vezes, que as interpretações de determinados factos históricos sofrem revisões à luz de novos métodos de análise fundados no presente, ou, claro, também face a novos dados entretanto descobertos. Mas a leitura do passado, por natureza, faz-se num determinado momento, o qual não pode ser considerado como neutro para o exercício em causa. As perguntas que se fazem hoje, para interrogar esse passado, não são necessariamente as mesmas que, ou já foram feitas antes ou que, por hipótese, venham a ser feitas no

futuro. A “recuperação” do passado, que depende da sua interpretação, no sentido de ser compreendido, depende dos instrumentos e da capacidade que, em cada momento, são utilizados em tal prática. A interpretação é influenciada “por compromissos ideológicos, por reflexões académicas, por interesses pessoais, por prioridades metodológicas e por preferências filosóficas dos próprios historiadores da ciência.” Um determinado avanço, hoje, pode também levar a outras pistas que implicam novos questionamentos. Sendo o passado, por natureza, singular, porque está feito definitivamente, a sua revelação, porque passa pelo crivo do tempo futuro, jamais chegará ao fim.

Neste sentido, Amato Lusitano, continuará a ser o tema certo destes Encontros de Estudo, que são realizados, todos os anos, em Castelo Branco. E a prova deste interesse aqui está também materializada com a publicação dos últimos trabalhos produzidos acerca da obra do grande Mestre, conjuntamente com os restantes artigos, que versam as matérias da medicina na Beira Interior, do ponto de vista histórico, ou da história da medicina mais geral, nessa perspectiva de interdisciplinaridade.

O diretor



Amato Lusitano, uma figura incontornável

A figura de Amato Lusitano, médico e humanista, nascido em Castelo Branco no século XVI, continua a marcar presença nos encontros “Medicina na Beira Interior – da pré-história ao séc. XXI”.

Castelo Branco sempre soube honrar e dignificar a obra, a figura e as boas práticas de Amato Lusitano, promovendo e apoiando iniciativas que procuram conhecer melhor a história e aquilo que ela significa nas suas diferentes perspetivas.

É com esse propósito que a Câmara Municipal de Castelo Branco se associa, de novo, à realização deste encontro e à publicação de mais uma edição dos Cadernos de Cultura Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XXI, onde Amato Lusitano é abordado sobre diferentes olhares por reconhecidos investigadores.

A realização deste encontro, de reconhecida qualidade, certamente irá valorizar ainda mais a figura de Amato Lusitano, proporcionando aos investigadores e participantes uma reflexão que será rica e diversificada.

Dr. Luís Correia

Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco

**“MEDICINA NA BEIRA INTERIOR
- DA PRÉ-HISTÓRIA AO SÉCULO XXI”**

MEMÓRIA DAS XXVII JORNADAS DE ESTUDO

“MEDICINA NA BEIRA INTERIOR – DA PRÉ-HISTÓRIA AO SÉCULO XXI”

Auditório da Biblioteca Municipal de Castelo Branco



Mesa de abertura das XXVII Jornadas. Da esquerda para a direita: Doutor António Lourenço Marques, da organização; Doutora Maria José Leal, da direção da Sociedade Portuguesa de Escritores e Artistas Médicos (SOPEAM), Médica investigadora; Doutor Luís Correia, presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco; Doutor António Salvado, da organização; Professor Doutor João David de Moraes.

CONFERÊNCIA INAUGURAL

Apresentação do livro “Amato Lusitano: reinterpretação historiográfica da sua biografia”,
pela Doutora Maria Adelaide Neto Salvado





*Doutor António Lourenço Marques, diretor dos Cadernos de Cultura
"Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Séc. XXI,
proferindo as palavras de abertura das XXVII Jornadas.*

Memória das 27ª Jornadas de História da Medicina da Beira Interior



*Presidente da Câmara Dr. Luís Correia,
encerrando a sessão*



Professor Doutor Alfredo Rasteiro



Doutora Maria José Leal



*Professora Doutora
Maria Antonieta Garcia*



Professor Doutor J. David de Moraes

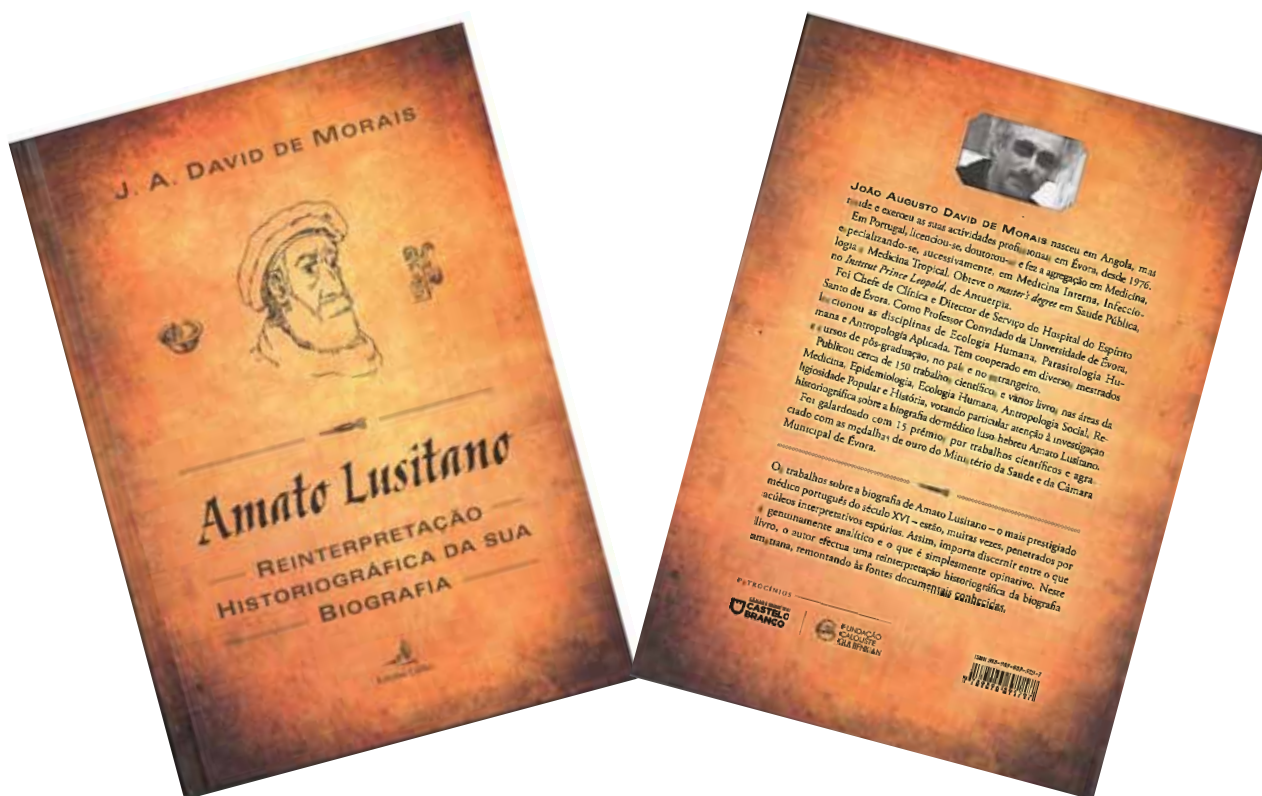


Doutora Lurdes Cardoso

APRESENTAÇÃO DO LIVRO

AMATO LUSITANO: REINTERPRETAÇÃO HISTORIOGRÁFICA DA SUA BIOGRAFIA

Maria Adelaide Neto Salvado *



Muitos se interrogarão, passados que são 27 anos sobre o início das nossas Jornadas, não existir este ano a habitual Conferência inaugural e ter sido ela substituída pela apresentação de um livro.

Mas a razão é simples. O livro que tenho a honra e o prazer de apresentar, da autoria do Prof. Doutor João David de Moraes, intitula-se *Amato Lusitano reinterpretação Historiográfica da sua biografia*. Trata-se, pois, de uma obra sobre Amato Lusitano, obra que não é mais uma biografia, mas uma obra notável que vem lançar uma esclarecedora luz sobre aspectos controversos da passagem pelo mundo deste homem que nasceu 'aqui' em Castelo Branco em 1511, que os ventos da intolerância religiosa levaram para longe, mas que a esta terra ficou sempre ligado por um subtil e forte sentimento de pertença. E Amato Lusitano é o patrono das nossas Jornadas. Estas surgiram pela vontade de dois

amigos que, já no longínquo ano de 1988, decidiram reacender a chama e o interesse em torno de João Rodrigues de Castelo Branco, dando continuidade aos estudos iniciados por essa figura incontornável da cultura albicastrense que foi o Dr. José Lopes Dias. Creio profundamente que esta obra do Prof. Doutor David de Moraes encantaria o Dr. José Lopes Dias e a sua apresentação em Castelo Branco constitui uma homenagem que lhe prestamos.

Com o seu espírito minucioso e arguto, aliado à seriedade de uma investigação profunda e ao seu vasto conhecimento da cultura hebraica, o Prof. Doutor David de Moraes compulsou inúmeras obras, cruzou dados diversos, contextualizou informações incertas nas *Centúrias* (fontes primárias, portanto, redigidas pelo próprio Amato) – como salienta, com acontecimentos históricos bem datados que

marcaram a Europa do século XVI, e, com sólidos e irrefutáveis dados, trouxe até nós a mais lúcida e precisa biografia de Amato Lusitano. Num estilo tecido por uma linguagem clara e precisa, com a preocupação constante da pedagogia e do rigor científico (são 526 notas que esclarecem afirmações e conclusões revelados no texto o Prof. Doutor João David Morais fez-nos remontar através do longo fio do tempo ao mundo de Amato Lusitano, um mundo controverso e inquietante marcado a ferro e fogo pela intolerância dos que se julgavam senhores dos desígnios de Deus, das consciências e dos sentires dos homens.

Este traço ideológico e religioso de Portugal e da Europa do século XVI perpassa, como uma constante, pelas páginas deste livro, entrelaçando os dois capítulos em que a obra se divide.

No primeiro capítulo, intitulado “A problemática da Homonímia em João Rodrigues de Castelo Branco”, o Prof. Doutor David de Morais confronta-nos com uma desconcertante realidade.

Num tempo cheio de novidades marcado pela espantosa descoberta de “novos mundos, novas gentes e novas estrelas”, onde a diversidade da natureza e das gentes imperava, aqui na Beira Baixa a homonímia caracterizava o mundo dos homens. Nesta região do interior de Portugal, *Rodrigues* era o apelido grandemente generalizado, e *João* um dos nomes próprios mais comuns.

Recolhendo exaustivamente registos em vários investigadores, o Prof. Doutor David de Morais confronta-nos com uma significativa evidência estatística: em seicentos e dezasete estudantes da Universidade de Salamanca no séc. XVI e provenientes do distrito de Castelo Branco, sessenta e dois possuíam o apelido *Rodrigues*, e em cento e doze naturais do concelho de Castelo Branco, vinte tinham esse mesmo apelido.

Na Flandres, o investigador J. A. Boris contabilizou vinte e sete *João Rodrigues* e, nos anos em que Amato Lusitano viveu em Antuérpia, cinco *João Rodrigues*, entre os quais um a que chama “Jean Rodrigues de Castello Branco, célèbre médecin”.

No caso concreto dos naturais de Castelo Branco, no séc. XVI, havia seis João Rodrigues: o poeta do *Cancioneiro Geral*, cujo centenário estamos a comemorar; o médico Amato Lusitano; um capitão de navio; e um morador em Almada, prático considerado apto para exercer cirurgia pelo cirurgião mor do Reino mestre Gil, e um outro João Rodrigues, morador em Castelo Branco, que consta do assento de óbito de Ana Fernandes, sepultada na

Igreja da Misericórdia.

Qual a razão desta uniformidade de apelidos?

Assim a explica o Prof. Doutor David de Morais:

“Rodrigues era apelido corrente na Hispânia, e com a conversão forçada dos judeus assistiu-se, a um efeito amplificado deste apelido”.

E porquê? Pela simples razão, esclarece o Prof. Doutor David de Morais, de que “os novos nomes de família eram a maior parte das vezes os dos padrinhos cristãos-velhos”. Concluindo que em Castelo Branco, como em muitas outras povoações, passaram a coexistir, várias famílias de patronímia *Roiz/Rodrigues*, umas cristãs-velhas e outras cristãs-novas.

E, perante esta incontornável verdade, adverte:

“Não é avisado estabelecerem-se relações de prógenie ou de identificação de personagens históricas com bases apenas nas simples homonímia sob pena de se conglomerarem pessoas diferentes.

Assim, quando, reportando-se a Quinhentos, vários autores amatianos evocam o nome de “João Rodrigues”, caminham nitidamente num ‘terreno minado’, cuja desminagem importa efectuar (...)”

E é essa “desminagem”, alicerçada numa cuidadosa e exigente investigação, que tece as páginas do primeiro capítulo deste livro.

Sirva de exemplo o caso do albicastrense João Rodrigues, a quem D. João III, por carta passada em Almeirim a 25 de Abril de 1544, concedeu licença para exercer cirurgia, ciência para a qual havia sido considerado apto pelo cirurgião mor do Reino. Dois investigadores de nomeada, um em 2011 e o outro em 2015, identificaram este João Rodrigues cirurgião com Amato Lusitano.

Partindo da profunda diferenciação que no séc. XVI existia entre médico e cirurgião, quanto à formação de base, ao estatuto e às funções (ao médico era exigida formação universitária, o cirurgião não a possuía, o médico dirigia e orientava, e o cirurgião punha em prática as orientações do médico), o Prof. David de Morais percorreu todas as *Centúrias*, leu atentamente as suas setecentas curas e encontrou dezenas de relatos bem concretos e palavras e expressões do próprio Amato Lusitano que demonstram à evidência que Amato Lusitano desempenhava a função de médico (ele havia obtido o bacharelato em medicina na Universidade de Salamanca) e que vários cirurgiões dispersos pelos territórios

de Portugal, Itália, Flandres e Macedónia haviam obedecido às suas ordens e seguido as suas orientações. Como primeiro exemplo refere as palavras de Amato Lusitano contidas na primeira cura da *Centúria* que relata o caso da menina que foi mordida por uma víbora quando aqui nos campos de Castelo Branco, ia levar água aos ceifeiros, e que, prontamente socorrida pela mãe que lhe atou a perna à maneira de garrote uma haste de trovisco, impedindo que o veneno se espalhasse pelo corpo, escreveu Amato estas palavras que evidenciam a sua condição de médico:

“Mando a um cirurgião presente escarificar em volta, com golpes mais profundos, o sítio ferido e aplicar-lhe ventosas...”

Mas nesta “desminagem” de identidades, a leitura desta obra orienta-nos na contextualização histórica dos tempos conturbados que Amato Lusitano encontrou em Portugal no seu regresso de Salamanca e o Prof. David de Moraes conduz-nos ao encontro de figuras e de factos que teceram o nosso destino colectivo enquanto nação e que traçaram o rumo da vida de Amato Lusitano.

Assim, o Prof. David Moraes traz até nós: a carta de D. João III, desse “rei fanático e de ruim condição”, como lhe chama citando Antero de Quental, o seu fanatismo; as leis humilhantes que impôs à comunidade judaica com a obrigatoriedade do uso de um sinal identificativo da sua condição (uma estrela vermelha de seis portas num local bem visível do vestuário); o quadro sombrio dos dias deste reinado: os anos da peste, o terramoto de 1531 e o reacender da cruzada antijudaica como a ocorrida em Santarém relatada por Gil Vicente; a crise financeira de 1532; os maus anos agrícolas que mergulharam numa crise de fome e de miséria as vilas e aldeias do Reino; e, finalmente, a concretização do mais ansiado sonho de João III: o estabelecimento da Inquisição em Portugal.

“Ensaio temporão do Holocausto” chamou o Prof. David de Moraes a este tribunal impiedoso e cruel, tornando presentes a todos nós a memória dos que foram barbaramente torturados e mortos.

Mas na sua inteligente urdidura, este livro possui os matizes de um autêntico *thriller* em busca de uma identidade perdida, a verdadeira identidade de Amato, e nessa busca, o Prof. David de Moraes transporta-nos a horizontes que fascinam. Nesta contextualização sobressai igualmente a figura do Infante D. Luís, irmão do Rei, duque de Beja, senhor da Covilhã, condestável de Portugal, que o

Prof. David de Moraes traz até nós: são os amores do Infante com Violante Gomes, a *Pelicana*, a bela judia ou cristã-nova da comunidade hebraica de Évora; e é o fruto desses amores: D. António, Prior do Crato; e são as intrigas palacianas de rejeição das pretensões ao trono deste filho de D. Luís, firmada na sua pretensa bastardia; e é o encontro com Pedro Gomes, referido como sobrinho do Infante num registo de baptismo do filho de uma sua escrava (encontrada pela Doutora Maria de Graças David de Moraes nos registos paroquiais da Sé de Évora), facto que permite corroborar a tradição de que o Infante D. Luís teria casado secretamente com a bela judia Violante Gomes.

Mas neste leque diversificado de factos e acontecimentos sobressaem sobretudo as façanhas bélicas deste Infante de Portugal que, à revelia do seu irmão D. João III, decidiu juntar-se ao Imperador Carlos V na conquista de *La Goleta*, guarda avançada do importante reduto muçulmano que era a cidade de Tunes, que caíria nas mãos da cristandade a 14 de Julho de 1535.

E com este entrelaçar de factos e de personagens, o Prof. David de Moraes conduz-nos ao apuramento de dados que estão na base de decisão da saída de Amato Lusitano de Portugal conseguindo estabelecer, de modo mais plausivelmente preciso, a data desse acontecimento que lhe marcaria indelevelmente o destino.

Afirma o Prof. David Moraes que a queda de Tunes nas mãos da cristandade constituiu para os cristãos-novos da Hispânia um duro golpe. Esclarece:

“Os cristãos novos viviam, então, com bastante ansiedade e expectativa deste acontecimento; como possíveis vias de fuga para o seu inevitável expatriamento, eles tinham um olho na Flandres e outro no norte de África”.

Impossibilitando uma das possíveis vias de fuga, a conquista de Tunes foi, pois, um acontecimento de maior relevância para os cristãos-novos peninsulares e que a nenhum deixou indiferente.

O Prof. David de Moraes recorda-nos o registo deste acontecimento, feito pelo próprio Amato Lusitano na cura 19 do *IV Centúria*:

“Ensinava ele, na capital do Reino, a tratar apertos uretais utilizando velas de cera untadas com óleo de amêndoas doces, técnica que aprendera em Salamanca com o seu mestre Alderete (...).

E mais adiante:

“Do mesmo passo, enfatizou explicita e inequivocamente, que tal se passou em Lisboa no ano em que, são palavras de Amato – a ilustre cidade de Tunes foi submetida aos desígnios de César” imperador da Alemanha (...)”.

Com base nestas palavras e reafirmando as conclusões de outros investigadores evidencia que, em 1535, Amato Lusitano se encontrava ainda em Portugal exercendo clínica em Lisboa, numa comprovação clara de que não possuem fundamento documental as afirmações de que Amato Lusitano estaria envolvido em Antuérpia em actividades comerciais na empresa de Henrique Pires e que teria sido preso em 1534 à sua chegada àquela cidade do norte da Europa.

Mas o Prof. David de Moraes vai mais longe na sua rigorosa investigação e apresenta duas fontes documentais que demonstram a presença de Amato Lusitano em Portugal em 1535, fontes que lhe permitem balizar a verdadeira data da partida para Antuérpia: em finais de 1535 ou inícios de 1536. Uma dessas fontes é um diálogo com um companheiro de viagem inserto no livro *In Dioscorides Enarrationes*, impresso em Veneza em 1553, no qual Amato afirma:

“(...) 18 anos antes, quando parti de Hispânia(...)”

Esclarece que subtraindo 18 anos ao ano de 1553 obtem-se 1535.

Outra fonte primária encontra-se na Cura 78 da *IV Centúria*, onde Amato Lusitano alude a um indivíduo que havia sido seu companheiro de viagem no Oceano Atlântico “20 anos antes”, na tradução do Dr. Firmino Crespo.

Convém salientar o rigor da investigação do Prof. David de Moraes: na confrontação da tradução portuguesa do Dr. Firmino Crespo com o original latino que lhe serviu de base: o Prof. David de Moraes encontrou dois lapsos na tradução dessa *Centúria*. Informa que no texto original se lê que a viagem pelo Atlântico ocorrera há 25 anos e não há 20 anos como consta na tradução. O outro lapso prende-se com a transposição da data da dedicatória desta *Centúria* (1 de Dezembro do Ano da criação do Mundo 5.320) do calendário lunar hebraico para o calendário cristão, que deveria ser a de 1550 e não 1561 como Firmino Crespo traduziu.

E conclui o Prof. David de Moraes:

(...)

“apuraram-se factos essenciais para esclarecer, com bases historiográficas credíveis, a questão da data da chegada de Amato Lusitano à Antuérpia e as actividades comerciais que, suposta e indevidamente lhe foram imputadas na Flandres”.

Seria, pois, um outro, e não o nosso Amato Lusitano, o *João Rodrigues* preso em Antuérpia em 1534.

O II Capítulo tem por título “A pretensa genealogia de Amato Lusitano”.

As duas epígrafes que o Prof. David de Moraes escolheu para iniciar este último capítulo de seu livro são as seguintes: uma de Alessandro Manzoni (1785-1873), poeta e dramaturgo italiano do séc. XIX que refere: “A história pode realmente definir-se como uma guerra ilustre contra o tempo visto que, ao espólio dos anos seus prisioneiros, aliás já cadáveres, os chamo outra vez à vida, para os passar em revista e alinhar de novo para a batalha”; e a outra de Ricardo Jorge que diz: “A historiografia anda a tocar viático nestas terras de Fernão Lopes”, e elas sintetizam a sua postura investigativa e a linha orientadora do seu pensamento.

Resgatar a história da prisão do tempo e dar-lhe de novo vida (como refere Manzoni) e contrariar a afirmação de Ricardo Jorge de que a descrição e estudo da história estavam em Portugal a caminho da morte, formam a linha que orienta o último capítulo deste livro.

Lembrando que as obras de Amato evidenciam uma verdadeira “cartografia da memória”, o Prof. David de Moraes declara que considera familiares de Amato apenas os que ele próprio grafou nas suas obras.

E que são:

Dois irmãos – José Amato referenciado na Cura 49 da *IV Centúria*, e Pedro Brandão referido no *In Dioscorides livro IV enarration* 157.

E ainda, um sobrinho de nome Brandão (Cura 6, *V Centúria*) médico em Bristol e do qual faz a seguinte descrição física: “cor escura, seco, como quase todos os hispânicos”.

São, pois, apenas três os familiares que Amato Lusitano indicou nas suas obras. E o Prof. David de Moraes, numa reflexão sobre “Código de auto-conduta ética” - como a classifica o Juramento médico de Amato Lusitano, conclui que ele não incorreria, e cito, no “pecadilho de ocultação

deliberado das suas amizades e laços familiares”.

Mas todos sabemos que, ao longo dos anos, vários familiares lhe têm sido atribuídos.

O Prof. David de Morais analisa criteriosamente, um a um, esses pretensos laços de parentesco, contextualiza-os no tempo e no espaço, confronta-os à luz das tradições hebraicas e demonstra, com argumentos sólidos e convincentes, as suas fragilidades.

Assim, a dedução de Maximalismo de Lemos de que José Oef, referido por Amato Lusitano na Cura 82 da *VI Centúria*, seria parente, ou um descendente de Amato baseado na afirmação de Amato que José Oef era “pessoa de sua raça e estirpe, não possui o significado que Maximiliano de Lemos lhe deu”.

E, na desmontagem deste parentesco, o Prof. David de Morais conduz-nos até Salonica, cidade onde foi escrita esta cura e recorda-nos que, no século XVI, Salonica era a pátria, o porto seguro que acolhia os judeus de todas as regiões europeias, gentes que, embora unidas por igual sentimento religioso, tinham línguas, costumes e rituais diferentes.

Esclarece, enfim, que duas comunidades judaicas (duas estirpes diferentes) coexistiam e cruzaram-se nas ruas de Salónica no tempo de Amato: a sefardita (a comunidade dos judeus hispânicos cujos costumes litúrgicos remotam ao judaísmo babilónico, aberto e tolerante) e a estirpe asquenazita (dos judeus do centro e do norte da Europa, mais ortodoxa, cujos costumes enraizavam nas tradições litúrgicas da Judeia).

Conclui o Prof. David de Morais que aquilo que Amato Lusitano queria dizer em relação a José Oef é que ele era judeu (da sua mesma raça portanto) e, tal como ele, de igual estirpe sefardita.

Em relação ao facto da mãe de Amato Lusitano ser natural de Évora e irmã do rico mercador Henrique Pires, esclarece o Prof. David de Morais:

“O homónimo João Rodrigues, sobrinho de Henrique Pires, Iacob Cohen, chegou a Antuérpia em 1534, portanto antes de Amato Lusitano, pelo que aquele pretendido laço de parentesco não pode ser historiograficamente aceite”.

E no reforço da discordância deste pretendida relação entre os Amato de Castelo Branco e os Pires/Cohen de Évora, o Prof. David de Morais apoia-se em mais dois importantes dados: o primeiro decorre da própria personalidade de Amato - a importância dada por ele aos pormenores, indicando nomes de pessoas, descrevendo paisagens e locais do seu

quotidiano; e em nenhuma das suas obras, salienta o Prof. David de Morais, surge qualquer referência nem a Henriques Pires, nem a Évora como cidade de origem dos seus ascendentes. O outro prende-se com a tradição judaica que privilegiava os casamentos dentro da mesma comunidade, da mesma judiaria, portanto, e, no caso de pessoas abastadas, o casamento entre primos.

E conclui o Prof. David de Morais:

“De acordo com a tradição hebraica, seria lógico que a irmã de Henrique Pires, mãe do comerciante Jan Roderigho, se casasse no seio da própria judiaria eborense, e provavelmente no interior do seu núcleo familiar, e não no longínquo Castelo Branco, cidade com a qual não são conhecidas quaisquer relações familiares”.

O parentesco de Amato Lusitano com Diogo Pires, filho do mercador Henrique Pires, grande poeta novilatino, referido por Amato Lusitano em várias *Centúrias*, seu companheiro de estudos em Salamanca e seu amigo até ao fim da vida (foi ele o autor do epitáfio de Amato) e apontado como seu primo por vários autores não possui qualquer consistência historiográfica.

Se inteiramente descartado por factos históricos bem datados e pelo testemunho de próprio Amato o mais recente fundamento desse parentesco alicerçado na prisão do comerciante Jan Roderigho em 1534 em Antuérpia e identificado como Amato Lusitano, a análise minuciosa realizada pelo Prof. David de Morais, quer das passagens das *Centúrias* onde Amato se refere a Diogo Pires, quer nas dedicatórias dos poemas que Diogo Pires dedica a Amato, não revela qualquer traço de parentesco próximo na forma de tratamento entre os dois. Evidencia, sim, serem ambos judeus, condenados ao exílio e à errância pelo mundo, companheiros de estudos em Salamanca na juventude e amigos até ao fim da vida de Amato em Salonica.

E na sua minuciosa investigação, em busca da origem deste pretenso laço de parentesco, apura ter sido Maximiliano de Lemos, baseado numa anotação que surge à margem do texto, da 1ª edição do *In Dioscorides Enarrationes*, publicado em Veneza em 1553, que refere que Diogo Pires é consanguíneo de Amato Lusitano, anotação que desaparece nas edições seguintes.

Numa reflexão sobre este facto, o Prof. David de Morais leva-nos até ao mundo das tipologias do século XVI, com as dificuldades da manipulação dos caracteres móveis, confronta-nos com a

ano e ele vem ao encontro do repto, que, nas suas considerações finais, o Prof. David de Moraes lança a todos nós estudiosos de Amato:

“Impõe-se, a partir de agora, desfazer ‘certezas’ há muito instaladas e restituir a Joanne Roderico Casteli Albi Lusitano autore, uma biografia escoreita com suporte documental fiável, pelo que cada autor amatiano deverá remontar às fontes documentais sempre que reproduz interpretações de terceiros (...)”

É este o caminho apontado neste livro notável, marco fundamental dos estudos amatianos, uma obra de confluência de saberes acumulados, de congregação de diversas vozes e correntes historiográficas, mas, igualmente, um livro de ruptura, um livro que, numa verdadeira arqueologia do erro histórico, rompe com todo o pano de fundo de uma biografia dada há muito como certa, um livro que numa depuração e reconstrução das cronologias e das vivências de Amato, das suas redes de convivência e das influências culturais do mundo do seu tempo, se revela como um trabalho minucioso de oficina histórica, tão intensa, profunda e original que possibilita a partir de hoje, uma aproximação mais objectiva e verdadeira ao itinerário deste albicastrense e grande humanista do século XVI: Amato Lusitano.

“Verdades e certezas” foi o lema escolhido pelo Doutor Lourenço Marques para as Jornadas deste

* Geógrafa Investigadora

AMATO LUSITANO (C.1511 – C.1568), OFTALMOLOGIA E MATÉRIA MÉDICA

Alfredo Rasteiro*

1. «Sinal pupilar» de Amato Lusitano (1560)

«Os sinais da pupilla são como todos os sinais. O seu valor resulta da sua colheita rigorosa e da capacidade de quem os interpreta». Já era assim em 1900 com Hygino de Sousa (1862-1904) em «A Iris», 1900, p. 196, depois dos «Movimentos pupilares (Post-mortem e intravitam)» que José Thomaz de Sousa Martins (1843-1897) publicou na «Revista de Neurologia e Psiquiatria», 1888, assunto que Egas Moniz (1874-1955) retomou em 8 de Janeiro de 1946 n'«As pupilas dos mortos reagem à luz», Jornal da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, 1946, 110, 1, 55-137, reacção provável à primeira Queratoplastia que Henrique Moutinho (1907-1980) e Fernando Alves (1911-1981) realizaram em Lisboa, em 1 de Novembro de 1945, de que deram conta em «Primeiros resultados de queratoplastias em Portugal», no Boletim da Sociedade Portuguesa de Oftalmologia, 1946-47, 5, 191.

A observação sistemática da reacção pupilar à luz, reflexo foto-motor, será introduzida na prática clínica por Robert Marcus Gunn (1850-1909) em 27 de Julho de 1904 e, desde então, o **Sinal de Marcus Gunn** é valorizado por Internistas, Neurologistas e Oftalmologistas.

Em 1990 Luc Missotten encontrou uma descrição prévia do «Sinal de Gunn» no «Nouveau Traité des Maladies des Yeux», 1722 de **Charles de Saint-Yves** (1667 – 1731), p. 339:

- «en fermant l'oeil sain, on remarque que la prunelle de celui qui est malade se dilate, quoiqu' exposé à la lumière ...» e, em defesa de intemporais «Direitos de Autor» propôs que, a este Sinal, fosse atribuída a designação de «Le signe pupillaire de Saint-Yves» (Luc Missotten: «Le signe pupillaire de Saint-Yves», «L'Ophtalmologie des Origines a nos Jours», 6, 1990, pp. 93-94).

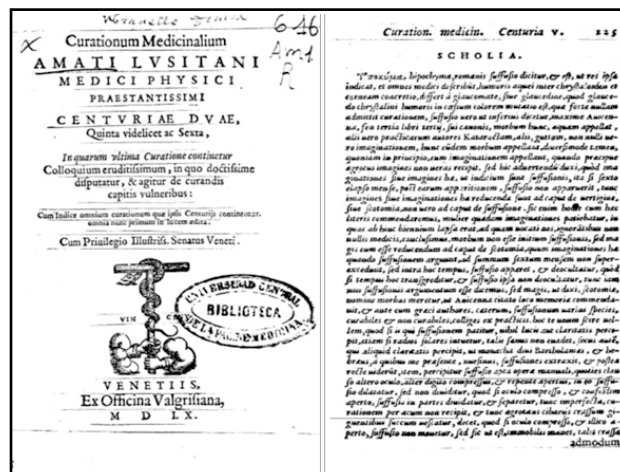
Porém, antes de Gunn (1904), e antes de Saint-

Yves (1722), a valorização prognóstica da reacção pupilar à luz, antes da cirurgia da catarata, já fora proposta em 1560, por Amato Lusitano, na «Quinta Centúria», Memória 77ª (Alfredo Rasteiro: «Amato, Montalto e a Arte dos Olhos nos séculos XVI e XVII», Medicina na Beira Interior da Pré História ao Século XX, nº 8, 1994, pp. 5-10; «Medicina Judaica lusitana. Século XVI», p. 146, Quarteto, 2000).

Segundo Amato, -

«com os dois olhos fechados, se comprimirmos um dos olhos e o abirmos de repente, e o expusermos à luz, se a pupila permanecer dilatada não recupera visão depois de operado à catarata» (Sinal de Amato Lusitano, 1560):

«... item, percipitur suffusio apta operæ manuali, quoties clauso altero oculo, alter digito compressus, & repente apertus, iu ço suffusio dilatatur, sed non diuiditur, quod so oculo compresso, confestim aperto, suffusis in partes diuiditur, separat, tunc imperfecta, curationem per acum non recipit, ... (Amati Lusitani Curationvm Medicinalivm Centvria Qvinta, Curatio septuagesima septima, in qua agitur, de viso diminuito, & corrupto, simulq; scotomia, ob suffusionem, & crassem nebulam, in altero oculorum apparentem», Venetiis, MDLX, 1560).



2. Semiologia da «Diminuição da visão», segundo o Dr. Amado (1560)

João Rodrigues de Castelo Branco, Amato Lusitano, doutor Amado (c.1511-c.1568), nasceu em Castelo Branco e obteve «*Grado de Bachiller en Medicina*» em Salamanca, em 19 de Março de 1532. Exerceu Medicina em Antuérpia (c.1534-c.1545), passou por Lisboa em 1535, foi professor em Ferrara, Itália (c.1545-57), esteve em Ragusa (Dubrovnik, 1557-58) e faleceu em Salonica, Tessalonica, c. 21 de Janeiro de 1568.

Amato comentou «*Matéria Médica*» de Dioscorides (40-90) e introduziu na prática médica produtos novos, provenientes de regiões longínquas desconhecidas, transportados em navios portugueses e, ao mesmo tempo, procurou produtos europeus mais baratos que os substituissem, «raízes de canas» em vez de Raiz da China, Salsaparrilhas comuns em vez das Salsaparrilhas do Brasil e do Perú, e muitos outros, como se fossem similares, ou genéricos («*In Dioscoridis*», 1553).

Professor de Anatomia em Ferrara, em 1547 o Dr. Amado mostrou Válvulas da veia Ázigos a Giovanni Baptista Canano (1515-1579) e especulou sobre a importância de tais opérculos, ou ostíolos (Primeira Centúria, Memória 52ª, 1551; Quinta Centúria, Memória 70ª, 1560).

Médico generalista, atendeu casos de conjuntivites purulentas e estudou as respectivas sequelas na «*retracção palpebral de olho vermelho purulento*» de rapariga de dezassete anos, filha de taberneiro procurando ser inovador, recusando a literatura disponível, que considerou obsoleta, «*passando em silêncio um certo hebreu, Jesus, que escreveu um opúsculo muito erudito sobre afecções dos olhos*» («*Quarta Centúria*», Memória 48ª, 1556). A Faculdade de Medicina de Coimbra possui uma versão desta «*Epístola*» de «*Jesus, filho de Isa*» encadernada conjuntamente com um «*Canamusali de baldac de oculis*», verdadeiras preciosidades, «*Apud Gregorius de Gregorius*», Veneza, 1513.

Amato Lusitano estudou com particular atenção a «*Perda progressiva da visão*» na Memória 77ª da «*Quinta Centúria*», 1560 no caso de diminuição da visão por opacificação da Córnea e cataracta do Olho direito de Malém de Castro, regressado do Egipto.

Médico europeu, Amato conhecia a Oftalmologia tropical e, relativamente ao Egipto, referiu alterações oculares provocadas pela sede, por poeiras, e pelo atrito do turbante, a roçar a Córnea. Conhecia a oftalmia (*lepitude*), a sufusão (*catarata*), a amau-

rose (*cegueira*), a midríase (dilatação da *Menina do olho*, Pupila) e a luscícia (visão nocturna). Na patologia córneo-conjuntival, referiu a pinguécula (*onix, ungula ou unguis*) e o pterigion, as opacidades corneanas superficiais, *nefélia* (albugens, névoas), e as opacificações profundas, *leucomas*; cicatrizes de traumatismos e de infecções, filictenas e pústulas.

No interior do olho despista a «*porosis*» e a «*hi-poquisis*», palavra grega que designa a «*sufusão*» que surge atrás da «*Menina-do-olho*» (Pupila), cataracta.

Não esquece o «*glaucoma*», presença de cor esverdeada na abertura pupilar, que relaciona com a ingestão rápida de excessivas quantidades de água, antecipando a «*Prova da água*» utilizável na despistagem da hipertensão ocular.

Depois de tratar, por meios médicos, eventuais alterações palpebrais, conjuntivais, e da Córnea, Amato procurou fazer o estudo funcional do órgão da Visão.

Registou respostas à deslocação da chama de uma vela acesa e verificou se a Pupila reagia à luz – pesquisa que, em questões de prioridade e Direitos de Autor, merece a atribuição da designação «*Sinal de Amato Lusitano*» (1560) – indicação com valor prognóstico antes da cirurgia por meio da agulha (*curationem per acum*) que o doente consentirá receber (*recipit*) quando o *poder médico* ignorava o consentimento informado, e a autorização esclarecida, anteriores ao Acto médico.

3 . Óculos para «*vista curta*» no Japão (1571) e «*Peixe de coatro olhos*»

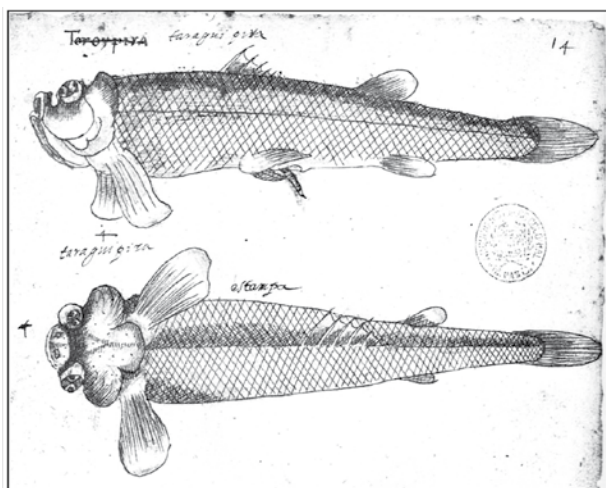
No estudo da Visão poderemos utilizar, como modelo, o peixe de águas superficiais brasileiras *Anableps anableps*, Linnaeus, 1758 (*Anableps tetraphthalmus* Bloch, 1794), cujos Olhos possuem, cada um, duas aberturas pupilares, origem muito provável da expressão «*coatro olhos*» registada por Luis Fróis S.J. (1532-1597), em 1571, em Guifu, no Japão, quando caracterizou a «*vista curta*», os olhos e os óculos europeus, com Lentes côncavas, do Padre Francisco Cabral S.J. (1528-1609), que era míope.

Conhecedores dos óculos chineses de idade, e também dos óculos chineses «*mandarim*» («*vidros*» negros que impediam a entrada da luz nos olhos), os Japonezes, pintores dos Biombos Namban, recordaram a chegada triunfal dos óculos europeus. Duzentos anos mais tarde Katsushika Hokusai (1811-1814) distingue, na perfeição, efeitos de lentes côncavas e efeito de lente convexa. Wenceslau de Moraes

(1854-1929), relatando uma «dança dos mortos» - «O Bon-Odori em Tokushima», 1916 - reconhece que alguns artistas, como «Hokusai, devem os seus maravilhosos dons artísticos principalmente à faculdade de reterem na memória os múltiplos gestos dos seres vivos», prática seguida por Kano Naizen circa 1610, em «Biombos Namban», desenhando porta-dores de óculos «mandarim» («de sol»), chineses, europeus, de idade, e para a vista curta (*miopia*).



A designação «quatro olhos» corresponderá, certamente, ao «peixe de quatro olhos» descrito e desenhado por Frei Cristovam de Lisboa (c.1627), celebrado em 17 de Junho de 1654 na Igreja de São Luís do Maranhão pelo Padre António Vieira (1608-1697), no «Sermão de Santo António aos peixes» (Frei Cristovão de Lisboa (c.1583-1652): «*Historia dos Animais e Arvores do Maranhão*», fólio 14, (c.1627), edição de Jaime Walter, Arquivo Histórico Ultramarino, 1967).



4 . Livros médicos em Colégios Universitários portugueses em 1543-55

O Doutor Amado morreu longe do País que amava, longe dos seus reis: «*Quinque recensebam Lusi de sanguine reges*»:

Emanuel (1495-21), «Regum maximus ille fuit», «domitor maris», Senhor do comércio da

pimenta, cássia, amomum, cinamomo (canela), ouro, safiras, jaspes, jacintos e crisólitos; Ioannes (1502-1557), dissimulado («subdidit arma togae»), construtor do aqueduto «Água da prata», de Évora, construído com dinheiro dos judeus; Sebastus, «miserande puer», filho póstumo; Hericus cardeal inquisidor; e António (Diogo Pires (1517-1607): «*Quinque recensebam Lusi de sanguine reges*»).

Ioannes, o terceiro, reinou de 1521 a 1557. Assistiu ao «*Auto dos Físicos*» de Gil Vicente (c.1524), manteve apoios à Ordem de S. Jerónimo, impôs o jeronimita Frei Braz de Barros (de Braga) Visitador do Mosteiro de Santa Cruz (1527-45), impediu que Santa Cruz de Coimbra (1534) e Santa Marinha da Costa (1543) fossem Universidades, implantou a Inquisição (23 de Maio de 1536), transferiu a Universidade Régia de Lisboa para Coimbra (1537), patrocinou o primeiro «Auto da Fé» (Lisboa, 1541), instalou a *Societas Iesu* (1542-1759), nomeou o jeronimita Frei Diogo de Murça Reitor da Universidade de Coimbra (1543-55), ergueu e desmantelou o *Gymnasio Regio* de Coimbra (1548-55), desistiu da ocupação territorial do Norte de África.

Diogo Guedes Pinto/Frei Diogo de Murça (c.1498-1561), frade professo da Ordem de São Jerónimo Licenciado em Lovaina (27 de Maio de 1533), possuía 15 livros escritos por Erasmo (1466-1436) que serão referenciados no «Índice dos livros proibidos» proposto em 1559, no Concílio de Trento (1545-1563). Depois de ter sido Prior no Mosteiro da Penha Longa, em Sintra (1533-37), Frei Diogo transformou o Convento de Santa Marinha da Costa, de Guimarães, numa autêntica Universidade (1537-43) que concedeu graus académicos, autorizados por Roma, em 7 de Novembro de 1539.

Reitor em Coimbra, Diogo de Murça chegou à Universidade em 5 de Novembro de 1543 e ficou instalado no Paço Real, acompanhado por colaboradores e alunos que trouxe consigo de Guimarães, entre eles Frei António, filho do Prior do Crato Dom Luís, irmão do rei D. João terceiro.

No campo da Medicina destacaram-se, nesta época, Pedro Nunes: «*De Crepusculis*», Coimbra, 1542 e Henrique de Cuellar: «*Anotações a Prognósticos de Hippócrates segundo Galeno*», Coimbra, 1543.

Em 1542, em Basileia (Bale), Leonhart Fuchs editou «*De Historia Stripivm*» e no ano seguinte, 1543, Andre Vesalio publicou a «*Fabrica do corpo humano*», que ofereceu a Carlos V, e o respectivo «*Epitome*», que destinou ao príncipe Phelipe. No mesmo

ano surgia, póstuma, em Nuremberg, «De Revolutionibvs orbivm celestivm», de Copérnico.

O Reitorado de **Diogo de Murça** (1543-55), e os livros que estiveram em sua posse, abrem a participação portuguesa na Revolução Científica do Século XVI.

Neste contexto, regista-se a aproximação existente entre o Magnífico Reitor e o Doutor Luis Nunes, convidado por Frei Diogo para ser médico do «seu» Colégio de S. Jerónimo.

Luis Nunes (c.1500-c.1565) obteve o grau de Bacharel em Medicina em Salamanca (13 de Abril de 1532), foi companheiro de estudos de João Rodrigues (Amato Lusitano), de Duarte Gomes (professor em Lisboa), e de Tomaz Rodrigues «da Veiga» (1513-1579) e António Luís (c.1510-1547), seus companheiros de professorado, em Coimbra.

Em Lisboa, Nunes sucedeu a Garcia d'Orta (c.1500-c.1568) no Curso de Artes (1534-37) e, em Coimbra, foi Lente proprietário da Cadeira de Terça (Avicena) de Medicina (17 de Outubro de 1541 a 1545).

Em 1545 Nunes passou a Antuérpia e colaborou na edição do «Aelli Antonii Nebrissensis Medicum Dictionarium, Apud Iohannis Steelsii», Antuérpia, 1545 a partir da letra «O». Posteriormente reviu esta Obra na totalidade, na edição de 1553.

Ambas as edições, 1545 e 1553, incluem Cartas dedicatórias do editor Luís Nunes ao seu antigo Reitor «*Iacobo a Mvrça*». Américo da Costa Ramalho traduziu a «dedicatória» de 1545 («Latim Renascentista em Portugal», 1985, pp.160-173) e António Guimarães Pinto traduziu a carta de 1553 («Literatura e Medicina: alguns textos de Justo Lísio e de dois doutores Luis Nunes», in «Humanismo e Ciência. Antiguidade e Renascimento», Universidade de Aveiro, 2015, pp. 180-183).

A epístola de 1545 refletiu a partida para Antuérpia e mencionou a inevitável perda de valiosos livros

- «et bibliotheca mea destitutus». A segunda carta (1553) regista a ligação afectiva: «Vale, tui Ludouici non immemor».

Depois, em 1555, Luis Nunes ajudou Andres de Laguna (c.1510-c.1560) «*com muchos nombres Portugueses*» que valorizam «*De la Materia Medicinal, y de los venenos mortiferos*» com «Nomenclatura portuguesa» parcialmente proposta por Amato Lusitano, em 1536 e 1553.

Em 16 de Novembro de 1547 Frei Diogo assistiu à inauguração do *Gimnasio Regio* de Coimbra e acompanhou o seu posterior desempenho na qualidade

de Reitor da Universidade, até ser destituído destas funções, em 28 de Setembro de 1555.

O *Gimnasio* Real foi instalado nos Colégios de S. Miguel e de Todos-os-Santos, anexos ao Mosteiro de Santa Cruz. Nasceram em 1535 por iniciativa do Visitador Jerónimo Frei Braz de Barros (de Braga). Receberam professores oriundos do «*Collège Sainte-Barbe*» de Paris e do «*Collège de Guyenne*» de Bordeaux. Eram Professores com excelentes *curricula* que soçobraram em dissensões internas, e perseguições externas: Diogo de Gouveia, Nicolas de Grouchy, Elias Vinet, Arnaldo Fabrício, Guilherme Guerente, irmãos Buchanan (Patrício e Jorge), Diogo de Teive, João da Costa,... (Américo da Costa Ramalho (1921-2013): «Alguns aspectos da vida universitária em Coimbra em meados do século XVI», Associação Portuguesa de Estudos clássicos, 1981).

5 . «*Dioscorides*» entre «Livros de uso de Frei Diogo de Murça»

O Colégio das Artes encerrou em 1 de Outubro de 1555 e foi entregue à Companhia de Jesus. As instalações foram depois ocupadas pela Santa Inquisição, extinta em 1821.

Após 1555 Frei Diogo procurou refúgio em S. Miguel de Refojos de Basto e lá faleceu, em 4 de Março de 1561. Cinco anos depois, em 1566, os monges Jerónimos obtiveram os seus livros, de volta, duas arcas:

- 31 livros tinham pertencido ao Infante D. Duarte (1523-1543), filho de D. João 3º, aluno em Santa Marinha da Costa antes de ser arcebispo de Braga, no ano em que faleceu, entre eles um «*dioscorides en grego*» e um «*Rivellius*» (Jean Ruell).

- 268 livros eram para «*uso pessoal*», nomeadamente 15 obras de Erasmo (1466-1536) e diversos livros de Medicina e Matéria Medica - *plinjo*, *Jpocatres*, *Jpochatras*, *claudi galeni*, *de re rustica* (Lucio Juno Moderato Columella), *vyrgilio* (Marcellus Virgilio), *ermolao bárbaro* - (Artur Moreira de Sá: «Livros de uso de Frei Diogo de Murça»: Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, 1977, vol. XXXIII, 49 páginas).

Curiosamente, a primeira «Biblioteca da Faculdade de Medicina de Coimbra», de que há registo, nasceu em 1853 e foi instalada na «*sala da antiga Livraria dos Frades*» (Jerónimos) onde igualmente funcionará, em 1875, a única «*Sala de Operações*» do Hospital planeado por António Augusto da Costa Simões (1819-1903). Esta sala tinha uma varanda para os Alunos, demolida em 1876.

Em 1842 Alexandre Herculano salvou da destruição (?), e enviou para a Biblioteca Pública Distrital do Porto, de que era Director, manuscritos, incunábulo e publicações diversas que estavam amontoadas no Colégio das Artes, num conjunto de cerca de cem mil volumes confiscados a «*extintas corporações religiosas*», expulsas em 1834.

A Universidade foi autorizada a fazer escolhas e, entre outras, guardou exemplar de um «Henrique Cuellar» (1543) com indicação de ter pertencido ao Colégio de Santa Rita, no *Palácio dos Grilos* que será sede da Associação Académica, antes de 1961.

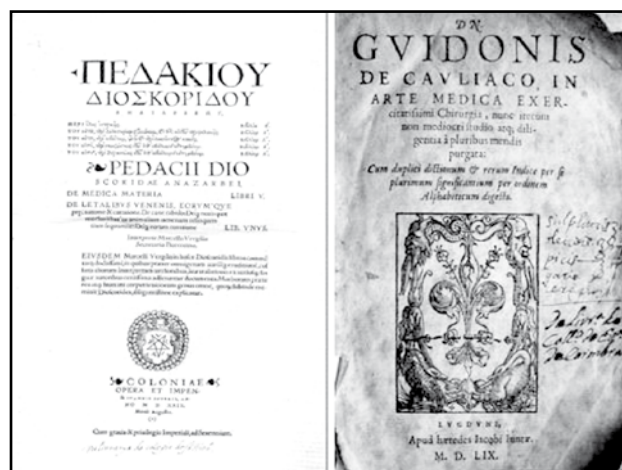
A Faculdade de Medicina escolheu livros provenientes «*Da liurarya do collegio de sã Hieronimo*», de «*S.ta Cruz*», e outros.

Livros houve adquiridos por particulares, como o «*Gvidonis de Cavliaco, in arte medica exercitissimi chirurgia*, ... Lvgdvni, Apud haeredes Iacobi Iuntae, MDLIX (1559) «*Da Livra. do Coll. de Ev.ª de Coimbra*», marcas de pertença pp. 10, 20, 30 e 40, ao alto «*Da Livraria*», rodapé «*Do Coll. S. Cruz de Coimbra*», património de A.V.B.P.B.

Devemos a Feliciano Augusto da Cunha Guimarães (1885-1959) o Catálogo de livros antigos da Faculdade de Medicina de Coimbra: «*A Biblioteca da Faculdade de Medicina de Coimbra*», 1935 corrigido em 1946: «*VI. Catalogo rectificado das obras do século XVI*», reeditado em 1985, omissos em relação a todos os livros que continuam dispersos por Laboratórios, Serviços, e Institutos, nomeadamente Anatomia.

Registamos existirem na actual «*Biblioteca das Ciências da Saúde*», de Coimbra (herdeira das anteriores Bibliotecas Centrais de Medicina e de Farmácia), desprovidos de anteriores indicações de pertença, um «*Dioscorides*» greco-latino de Marcello Virgílio, 1529 sem folha de rosto, 750 páginas, 243x150 mm que foi encadernado juntamente com o «*Dioscorides*» latino de Hermolaus Barbarus, 1530, 76 folhas, 242x150 mm, ambos de Colonia, «*Apud Ioannis Soteris*».

Júlio Manuel Rodrigues Costa regista «um» «*Marcello Virgilio*», 1529 como este, «*Da liurarya do collegio de sã Hieronimo*», pertença da Biblioteca Pública Municipal do Porto («*Arte médica: Breve olhar sobre alguns impressos quinhentistas e seiscentistas da Biblioteca Pública Municipal do Porto*», in «*Humanismo, Diáspora e Ciência*, Universidade de Aveiro, 2013, pp. 251-270, 390-391, 409).



A indicação «*vyrgilio*» - referente ao «*Dioscoridis greco-latino*» de Marcello Virgilio Adriani, de Florença (c.1464 - c.1521) - figura nos «*Livros de uso de Frei Diogo de Murça*», no «*Index Dioscoridis*», 1536 de «*Joanne Roderico Casteli albi Lusitano*» e no «*In Dioscoridis Anazarbei de Medica matéria, enarrationes*», 1553 de Amato Lusitano. Dom Caietano de Santo António (c.1680-1730), Boticário do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, manteve esta «*alegação*» na «*Pharmacopeia Lusitana*», 1704.

João José Aves Dias sugeriu que o Doutor Amado teve conhecimento de três edições do «*Dioscoridis greco-latino*» de Marcello Virgílio, duas de Florença (1518 e 1523) e uma de Colonia (1529) e que terá utilizado a edição de 1523 (J.J.Alves Dias: «*Amato Lusitano e a sua Obra. Séculos XVI e XVII*», BNP, 2011).

A presença, em Portugal, de exemplares da edição greco-latina de «*vyrgilio*» (1529) e da edição latina de «*Hermolao*» (1530) responde a exigências impostas pela «*nova*» Matéria medica «*revolucionária*», proveniente de regiões longínquas e desconhecidas, trazida até à Europa em navios portugueses.



As Revoluções científicas fomentam contactos internacionais, impõem cedências de informação, divulgam Conhecimento.

A «Revolução científica» dos séculos XV, XVI e XVII favoreceu e foi ajudada pela implantação da Imprensa e pelo Comércio livreiro que, a partir do século XVII, gerou três séculos de Revistas científicas, anteriores à Cibernética.

Em Portugal, entre 1131 e 1770 a divulgação do saber foi assumida, principalmente, pelos Cónegos regentes do Mosteiro de Santa Cruz.

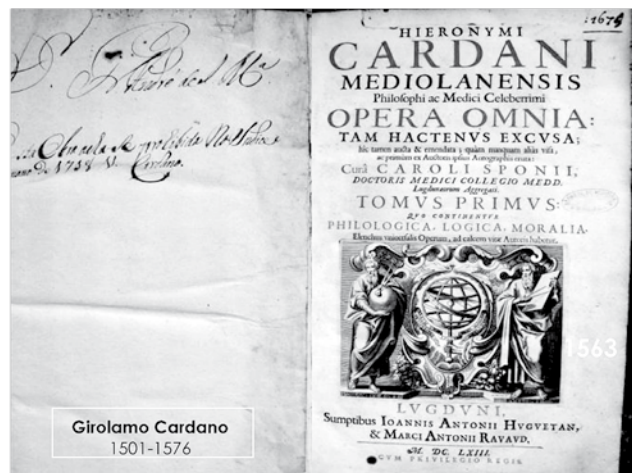
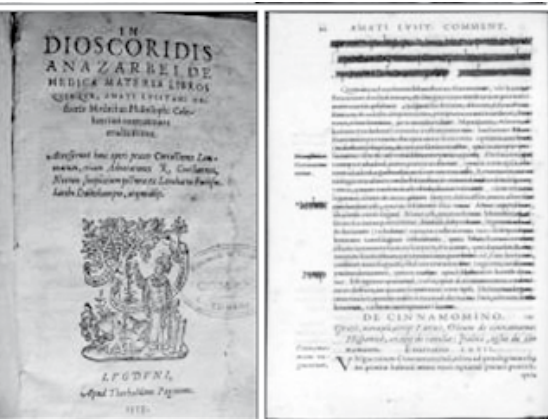
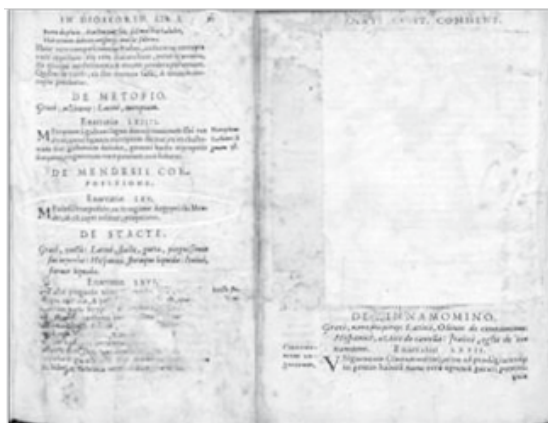
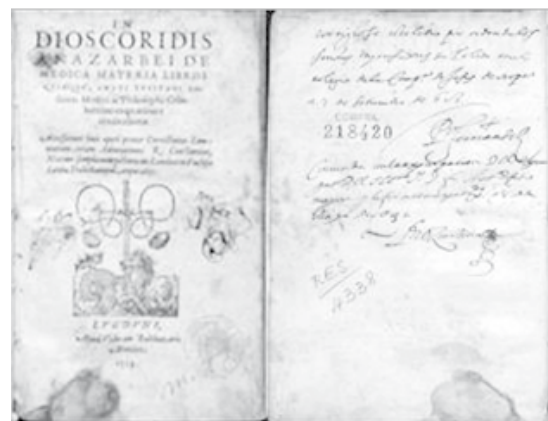
Em 1770 o ministro Marquês de Pombal, devidamente autorizado pelo Papa Clemente XIV, desapossou Santa Cruz de grande parte das suas rendas, em favor do Real Colégio de Mafra, fundado em 1772, de vida efémera.

Cinquenta anos depois, apanhados na «Guerra civil» entre liberais e absolutistas, entre os manos Pedro e Miguel, os Cónegos regentes apoiaram incondicionalmente o usurpador D. Miguel (1828-34), desvendaram-lhe as sagradas ossadas do Rei Fundador e acabaram expulsos do País, em 1834, por D. Pedro 4º, juntamente com outras «extintas corporações religiosas», como a Ordem de S. Jerónimo, fundada em 1373, em Itália, introduzida em 1400, em Portugal, por Vasco Martins, acrescentada em Coimbra, em Colégio próprio, pelo Reitor Diogo de Murça.

Antes de 1770, os Cónegos de Santa Cruz e os Frades Jerónimos adquiriram livros de Medicina para se inteirarem da infinita misericórdia do Criador de todas as coisas, *presumo*, principalmente nos reinados de D. João, o terceiro, e de D. João, o quinto.

Perante a Inquisição, os Guardiões de Livrarias conventuais alertaram eventuais leitores para atitudes persecutórias dos «Calificadores», colocaram avisos e esconderam livros. Por exemplo, a marca de pertença, e o aviso do Doutor André de Jesus Maria - «D. André de J. Ma / Esta Obra acha-se proibida No Indice Romano de 1738 / v. Cardano» - podem ter contribuído para a preservação, em **duplicado**, dos **dez volumes** da «Opera», 1563 de Girolamo Cardano (1501-1576) existente em Coimbra.

As atenções e os cuidados dos Encarregados das Livrarias conventuais explicam o bom estado do «In Dioscoridis», 1558 que pertenceu a Santa Cruz, ao contrário dos exemplares «calificados» que foram adquiridos pela Biblioteca Nacional de Lisboa, e pela Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.



Dir-se-á tratar-se de um livro perigosíssimo saído da Tipografia do defunto Balthazar Arnoletti, amigo e editor secreto de Miguel Servet (1509-1553), (re) descobridor da pequena circulação sanguínea, crítico da Santíssima Trindade, condenado e queimado em efígie pelos católicos, churrasco numa fogueira calvinista, em 1553.

Arnoullet/ Arnoletti soubera ser Editor de católicos, judeus, luteranos e calvinistas, de Fuchs (1549), Ruell (1552) e Amato (1558), Gente que fez avançar a Revolução Científica iniciada por Vesálio, e por Copérnico, em 1543.

«Comentários de Amato Lusitano à *Materia médica do Pedanius Dioscorides de Anazarba*», Lyon, 1558 saiu em quatro edições simultâneas por decisão de Denise Barbou, viúva Arnoullet, em parceria com Guillaume Rouille, Thibaud Payen e Mathieu Bonhomme.

Diferentes dos «In Dioscoridis» de Veneza (1553, 1557) e Estrasburgo (1554), as quatro edições simultâneas de Lyon (1558) acrescentam Termos (*Nomina*) que encontramos no livro de Fuchs (1549), incluem 15 gravuras de animais e 345 de plantas que já tinham saído pela mesma ordem no livro de Ruell (1520), das quais 3 figuras são da autoria de Dalechamps e 342 dos Colaboradores de Fuchs (1542), sendo todas elas, animais e plantas, gravadas por Clement Boussy (1549), contratado por Arnoullet.

Como se tudo isto não bastasse, o «**novo livro**» incluiu diversos «Comentários» de Robert Constantin (c.1502-c.1605), alguns com a «novidade» de apresentarem frases completas em caracteres gregos.

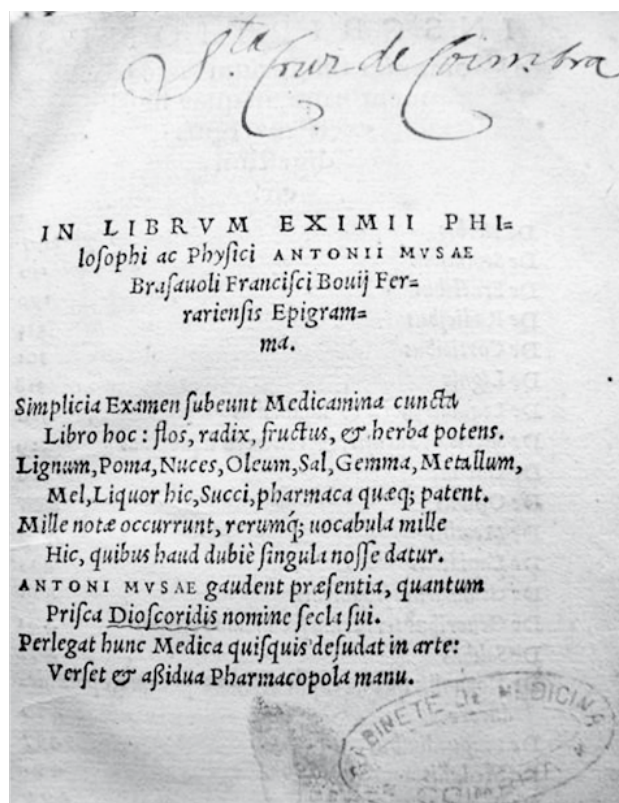
Alguns exemplares receberam, ainda, um «*aditamento de trinta chalcographus*» de Jacques Dalechamps (1513-1588), sobra do livro de Jean Ruell (1520).

Na colocação de gravuras, em vez da Alfarrobeira mediterrânica surgiu um Pimenteiro americano de frutos curtos não referido no texto, Cevada aparece como duplicação de trigo, «*phlomis*» foram aplicados em «Verbascos» como «*verbascos 1 e 2*» e, como se estes não fossem suficientes, sofreram multiplicação em «*verbascos 3 e 4*», que eram as «*Digitalis*», de Fuchs, que Dioscorides não conheceu, ignoradas por Ruell, ignoradas e acrescentadas em Ruell e em Amato.

As edições lyonesas de Fuchs (1549), Ruell (1520) e Amato (1558), tiveram enorme divulgação. Atraentes e acessíveis, de pequeno formato, forneceram «*livros de bolso*» que lembram «*edições pirata*».

Santa Cruz de Coimbra possuiu o «*Exame de todos os medicamentos simples*», Lyon, 1544 de Antó-

nio Musa Brasavola (1500-1555), amigo de Amato, em Ferrara.



5. a . Reitorado de Frei Diogo de Murça (1543-55)

c.1498 – Diogo Guedes/ Diogo Pinto (Frei Diogo de Murça) nasceu em Murça, filho de Gonçalo Vaz Guedes e Maria Pinto

1513, 22 de Maio – Profissão de fé na Ordem de S. Jerónimo, em Penha Longa, Sintra

1533, 27 de Maio – Doutoramento em Lovaina e regresso a Penha Longa, Sintra.

1536 - Garcia d'Orta zarpa para Goa.

1537 – Frei Diogo nomeado Prior do Colégio de Santa Marinha da Costa, Guimarães

1539, 7 de Novembro - Roma autoriza que a Universidade «Da Costa» conceda graus académicos

1543, 5 de Novembro – Frei Diogo nomeado Reitor da Universidade de Coimbra

1543, 17 de Novembro, D. João 3º solicita, ao Papa, a extinção do Priorado-Mor de Santa Cruz, obtida em 1545.

1544, 20 de Setembro, anúncio de novos Estatutos Universitários, que desapareceram

1544, 16 de Outubro, nomeação do Doutor Pedro Nunes lente de Matemática

1544, 22 de Outubro as aulas de Medicina transitam, de Santa Cruz para a Universidade

1545, Abril, começa o registo sistemático de Actas da Universidade, mantido até 1772

1545, 25 de Setembro, Fernão Lopes de Castanheda, Bedel da Faculdade de Artes

1545, 5 de Novembro, Lopes de Castanheda nomeado Guarda do Cartório e da Livraria da Universidade, «o que não teve efeito». Castanheda faleceu em 1559.

1546, 11 de Outubro, criação de duas Catedrilhas de Medicina destinadas a serem lidas no «tempo das vacações» («vacanças», férias).

1546, 16 de Outubro, proibição de assistir às lições com «sombrieros» nas cabeças.

1546, o Provedor do Hospital da cidade deveria entregar ao Doutor Rodrigo de Reinoso, Lente de Prima de Medicina, corpos de pessoas que no dito hospital morressem «para em seus corpos se fazer anatomia», devendo ser estrangeiras. O Corregedor da Comarca igualmente entregaria os corpos dos que morressem por Justiça.

1547, 16 de Novembro, Criação do Real Colégio das Artes que utilizou, até 1558, edifícios dos Colégios de S. Miguel e de Todos-os-Santos, pertencentes a Santa Cruz, posteriormente ocupados pela Inquisição.

1548, 21 de Março, Aprovação do contrato com João da Barreira e João Alvares, encarregados da «Impressão da Universidade»

1548, 26 de Abril, «Estatutos do Colégio das Artes»

1548, 29 de Junho, inauguração do Colégio de S. Pedro.

1549 - integração do Colégio das Artes, e do Colégio da Graça, na Universidade

1550 – Rendas do Mosteiro de S. Miguel de Refojos de Basto destinadas à edificação dos Colégios das Ordens de S. Jerónimo, e de S. Bento.

1551, 25 de Maio, Licenciatura de Frei António, futuro Prior do Crato.

1554, 29 de Novembro, Frei Brás de Barros, nascido em Braga, monge Jerónimo, primo de João de Barros, Visitador e Reformador do Mosteiro de Santa Cruz desde 1527, nomeado Bispo de Leiria

1555, 28 de Setembro – Frei Diogo termina funções na Reitoria da Universidade

1555, 1 de Outubro – entrega do «Colégio das Artes» à Companhia de Jesus.

1567, 13 de Março, falecimento de Diogo de Murça, em Refojos de Basto.

(Referências em Manuel Augusto Rodrigues: A Universidade de Coimbra e os seus Reitores», 1990).



6 . Inclusão dos Phlomos e das Dedaleiras na Obra de Amato (1558)

Depois de associar «Phlomos» e «Dedaleiras» no «Pedanii Dioscoridis», 1552 póstumo de Jean de la Ruelle (1474-1537), a Tipografia Balthazar Arnoletti voltou a utilizar as mesmas gravuras, «Verbascos» 1, 2, 3 e 4 no «In Dioscoridis», 1558 de Amato Lusitano: as duas gravuras dos «Phlomos», e as duas imagens das «Dedaleiras», que tinham preparado para a «De Historia stirpium», Lyon 1549 de Leonhart Fuchs.

A inclusão – abusiva – de cópias das gravuras das «Dedaleiras» de Fuchs (1542), nos Livros de Ruell (1552), e de Amato Lusitano (1558), na Tipografia de Balthazar Arnoullet (1517-1556), & Viúva, serviu de incentivo para procurar «Dedaleiras».

«Josepha em Óbidos» parece ter sido quem primeiro representou Dedaleiras em Portugal, c.1676.

William Withering (1741-1799), «Especialista em Dedaleiras», visitou Óbidos (Maio de 1793), estudou «Flora Lusitana», e omitiu as Dedaleiras, que florescem no Verão.

Dioscorides (40-90) não descreveu Dedaleiras, nunca as viu; estudou «ervascos» que continuaram inominados («Verbascos») e, entre estes, refere as folhas secas de alguns que ardiam, *torcidas*, em candeias de azeite («Phlomo», de - φλογα - chama), diferentes da «Flor do Sacrário».

Para Leonhart Fuchs (1501-1566) «Phlomo» :

«Su(n)t qui Cadelã regis, Cadelariã, Lanariãq, nomenclent ... Phlomon autem haudubie dixerut graeci, quòd caulibus eius adipe, seno, vel aliquo pingui illitis, nonnulli pro lucernis vtantvr» («De Phlomo». Cap. CCCXXVII, 1542).

«Phlomos» (Verbascos) são Escrofulareáceas, tal como as Dedaleiras; porém, a planta *Phlomis lychnitis* L. - *Salva brava*, *Candelária*, *Erva das*

torcidas do candil, Orelha de lebre – não pertence à Família Escrofulareacea, é uma Planta Labiada (Pio Font Quer: «Plantas Medicinales», 2002).

Para maiores confusões, o qualificativo «chama» (φλογα) adequa-se, ainda, a outras Labiadas, como os Marrubios - *Marrubium nigrum*/ *Marrubiastrum*/ *Prasium foetidum*/ *Schwartz andorn* - «que os gregos designavam Ballote» (L. Fuchs:

«Von Schwartz Andorn», Capítulo 56, gravura 84) e aplicavam igual designação ao «Prasion» (dos Gregos), que era o «Prassium» dos Boticários, «Weissem Andorn» em L. Fuchs, Capítulo 225, gravura 335.



Amato Lusitano considerou o «*Marrubium nigrum*» (marrobio fétido) semelhante à Melissa, «*melissae herbae soliis simile est*» («In Dioscoridis», L. III, En. 115, 1553); porém, as edições lyonesas (1558) ilustraram «De Melissophyllo» com uma cópia da gravura nº 335 de Fuchs, que é um «*Marrubium*» (*Prasion dos Boticários*), sendo mais aproximada a gravura nº 84 (de Fuchs) que representa o *Marrubium nigrum* (*Prasium foetidum*). Para Fuchs, o *Marrubium nigrum* correspondia ao «*Ballote, dos Gregos*», muito diferente da «*erva cidreira*», descrita no texto de Amato («In Dioscoridis», *Hierva cidrera, Melissa*, L.3º, En.116).

E, depois de todos estes «*dictamos*» surgem os *Pseudodictamos*, «*Dictamos bastardos*» como o *Marrubium pseudodictamnus* (Herb Smith) que é, fi-

nalmente, a *Ballota acetabulosa* (Lin.) Bent. de que se obtinham os pavios que ardiam nas lamparinas de azeite, em acompanhamento de doentes, defuntos, e do Senhor Jesus dos Católicos, junto ao Sacrário.

E ainda existem plantas com «Nomes» parecidos, por exemplo a *Preslia cervina* Fresenius, que é o «*Poleo cervuno*» (Font Quer, obra citada) e o «*Poleo cervical*», que é o «*Pulegium cervino*», três linhas em Amato: «*De pseudodictamno*»: «*Haec in Hispania & Italia comperitur, quam Hispani, pulegium cervinum appellant. De quo Galenus libro superius citato, inquit: At pseudodictamnus ad omnia imbecillius existit*» («In Dioscoridis», L. 3, En. 36).

Como se dissessemos que as «Guerras religiosas transformam simples mortais em refinados imbecis», na trajetória que reúne Dedaleiras e Candelárias, num Mundo vegetal em que os «Phlomos» se encontram afastados da «Flor bailarina», quase extinta.

Em Coimbra, o Museu de Santa Clara-a-Velha, inaugurado em 2009 possui, desde 2011, um *Horto monastico* com um canteirinho de *Ballota acetabulosa* L., de florinha púrpura, taça que é *acetábulo*, *ballota* que baila no vento, semente destinada a arder em «chama» praticamente extinta nas candeias de azeite, convite à meditação e ao silêncio, imagem de marca de Florence Nightingale (1820-1910), acompanhamento de Doentes e Moribundos, Enfermeiras e Enfermeiros, Símbolo das Escolas de Enfermagem.



7 . Withering, Velloso, De Paiva, Da Costa, e as Dedaleiras

As Dedaleiras, introduzidas na «Matéria Médica» por Fuchs, em 1542, chegaram em 1721 às Farmacopeias de Paris e Londres e em 1785 Withering introduziu-as na Prática clínica depois de lhes apreciar efeitos favoráveis em casos de hidropisia: «*An account of the foxglove and some of its medical uses; with practical remarks on the dropsy, and some other*

diseases», 1785 Publishers Swinney, Birmingham.

William Withering (1741-1799), naturalista conceituado no campo da Mineralogia (*Witheringite*) e na Botânica (*Witheringia sp.*), clínico distintíssimo, observou os efeitos cardiocirculatórios dos preparados da «foxglove» (Dedaleira) e propôs a sua utilização no tratamento da Hidropisia (1785).

Reconhecendo-se tuberculoso, desde 1783, Withering procurou tratamento em Lisboa e, tal como esperava, obteve bom acolhimento, boa alimentação, clima favorável, óptima temperatura e grau de humidade adequado, em 1792-93 e 1794. Estreitou relações com a Direcção da Academia Real das Ciências, encontrou amigos, estabeleceu cordiais relações com «the most prominent scientic characters»: «Joze Mariana Velloso», Dr. Vandelli, Abade Correa da Serra e Duque de Lafões.

«Joze Mariana Velloso» é o Monge Franciscano brasileiro Frei José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811) que publicou o estudo «*Quinografia Portuguesa... enriquecida com cinco estampas de Quinas verdadeiras, quatro de falsas, e cinco de Balsameiras*», Lisboa, 1799 a partir da qual Bernardino António Gomes (1768-1823) isolou o «Chinchonino» (1812) e Tomé Rodrigues Sobral (1759-1829) publicou a «Memória sobre o Principio Febrifugo das Quinas», 1819 (*Jornal de Coimbra*, 15, 1819, 126-153).



«Dr. Vandelli» é o Professor Doutor Domenico Vandelli (1735-1816).

«Abbé Corrêa da Serra», «Secretry to Royal Academy of Lisbon», é o Senhor José Francisco Correia da Serra (1750-1823) natural de Serpa, falecido nas Caldas da Rainha.

O «Duque de Lafões», Presidente da Academia, chamava-se João Carlos de Bragança e Ligne de Sousa Tavares Mascarenhas da Silva (1719–1806).

Interessado pela História Natural de Portugal, Withering procedeu à recolha e estudo de minerais,

peixes, insectos e plantas das regiões de Lisboa, Sintra e Óbidos.

Alertado, possivelmente, pelo livro de John Ovington (1653-1731) - «*Voyage to Suratt*», 1689 - Withering quis certificar-se de que os entraves ao enterramento dos não católicos, em território português, tinham desaparecido, definitivamente, em 1765. Sabendo-se tuberculoso, consultou os «Registos» do Capelão da Feitoria Britânica, desde 4 de Dezenbro de 1791 a 23 de Fevereiro de 1793 e estudou a Legislação aplicável (W. Withering (filho): «*A Memoir of the Life, Character, and Writings, of William Withering*», London, 1822).

Atento ao movimento científico português, leu as «Advertências sobre os Abusos legítimos das Águas Minerais das Caldas da Rainha» (1791) do Doutor Francisco Tavares e entendeu-as como um «*resumo de conjecturas*» que omitiam a «*investigação das partes componentes da água*» («*A chemical analysis of waters at Caldas*», 1793, Actas da Academica real das Sciencias; «*Analyse chimica da aqua das Caldas da Rainha*» Lisbon, 1795).

Em Maio de 1793 Withering deslocou-se às Caldas da Rainha. Durante esta viagem estudou treze variedades de plantas (*Chelidonium majus*, *Bellis majus*, *Quercus suber*, *Fraxinus excelsior*, *Pinus sylvestris*, *Asphodelus ramosus*, *Centaurea souchæfolia*, *Convolvullaria multiflora*, *Rubus fruticosus*, *Myosotis scorpioides*, *Polypodium vulgare*, *Agaricus integer* e *Leontodon taraxacum*). Esteve em Óbidos e observou descendentes dos mouros. Visitou as Caldas e analisou a composição química das águas (William Withering Junior: «*Miscellaneous Tracts*», 1822).



Trinta anos antes das visitas de W. Withering, desde Maio de 1762 a Março de 1763, durante a «Guerra dos sete anos», o então jovem cirurgião militar Mister John Hunter (1728-1793) desembarcou em Lisboa e foi enviado para a região de Portalegre. Cuidou de sífilíticos e de feridos vários. Nos

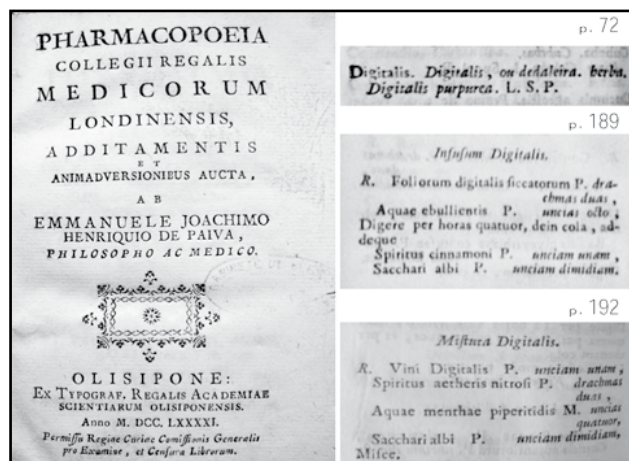
seus ócios, contemplou a paisagem magnífica que o conduziu à «*História geológica do Alentejo*» (John Hunter: «*Observations and Reflections on Geology*», 1859 obra muito póstuma; J. Caria Mendes: «*John Hunter in Portugal*», Ann. R., 1963, Jan, 32 (1): 59-61; *Semana Médica*, 91, 22 Jan., 1961).

7. a - Manuel Joaquim Henriques de Paiva e Jacinto da Costa

O primeiro estudo português à cerca de «*Dedaleiras*», e «*Digitalis*», é de Manuel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829): «*Descrição da Dedaleira ou Digitalis*», Lisboa, 1790 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).



A «*Pharmacopoeia medicorum londinensis*» (1791) editada por Henriques de Paiva, em Lisboa, regista, páginas 72, 192 e 189, Nomes, Infuso em água em ebulição, e Mistura vínica, de «*folhas secas*» de *Digitalis purpurea*.



Manuel Joaquim Henriques de Paiva nasceu em Castelo Branco, em 23 de dezembro de 1752; estudou Botânica no Rio de Janeiro com Frei José Mariano da Conceição Vellozo, passou por Coimbra após 1772, cursou Medicina e obteve diploma (1781); as-

cendeu a Lente; foi perseguido. Regressou ao Brasil e, em 1824, foi nomeado professor de Matéria Médica e Farmácia, na Academia Médico-Cirúrgica da Baía, fundada em 1808.

O Cirurgião naval Jacinto da Costa (1770-c.1850), natural de Tomar, quase ignorado por Maximiano Lemos (1860-1923) na «*História da Medicina em Portugal*», 1899 recordou, com particular atenção, «*Os efeitos da Digitalis*» descritos por Withering e destacou:

«Hum efeito da digitalis, que se tem observado constantemente, he a diminuição da circulação; hum pulso que em hum minuto he de 60 pulsações, se reduz a 30 ou 35. ...» (Jacinto da Costa: «*Pharmacopea Naval, e Castrense*», Lisboa, 1819, p. 39).



estas scenas deploraveis. = Hum efeito da digitalis, que se tem observado constantemente, he a diminuição da circulação; hum pulso que em hum minuto he de 60 pulsações, se reduz a 30 ou 35. Este afrouxamento dura dous ou tres dias, e depressa torna ao seu movimento natural, logo que se descontinua o uso desta planta.

Em 1843 Eugène Homolle (1808-1883) e Thèodore Auguste Quevene (1805-1855) isolaram a «Digitalina», princípio activo da «Digitalis».

O Farmaceutico Claude-Adolphe Nativelle (1812-1889) obteve «Digitalina» purificada em 1872 e Stoll descobriu a «Digoxina», em 1936 (A. Stoll: J. Pharm. Pharmac., 1949; 1: 849-868).

O «Herbario Medicinal» da Faculdade de Medicina de Coimbra, organizado em 1882 por Adolfo Frederico Moller (1842-1920), guarda cinco variedades de «Dedaleiras».

Digitalina, Digitoxina e Lanatosido C foram Medicamentos absolutamente imprescindíveis na primeira metade do século XX (João José Lobato Guimarães (1916- 1975): «Aferição Biológica de Me-

dicamentos. Os Digitálicos», dissertação de Doutoramento, Coimbra, 1950).



JOÃO JOSÉ LOBATO GUIMARÃES
1916-1975

7 . b – Josepha, em Óbidos, pinta Dedaleiras c.1676

Josepha em Óbidos, Josepha de Ayalla Cabrera y Figuera (1630-1684), circa 1676 pintou Dedaleiras, dois óleos (Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa).



A «*Flora Lusitana*» de William Withering (1741-1799) não menciona Dedaleiras. Withering visitou Óbidos em Maio de 1793. As Dedaleiras florescem no Verão.

*«Morreu Servet às ordens de Calvino
E escapou, por pouco, o Arnoullet
Impressor da «Christianismi restitutio»,
Do Fuchs, do Ruell, do nosso Lusitano;
Juntou, em novos «Dioscoridis»,
Herbáceas antigas do Monte Ida,
Verbascos, que eram Phlomos
E jovens Dedaleiras, luteranas.
Josepha, no seu refúgio,
Junto ao mar, sonha em silêncio,
Recria a sombra, emite luz,
Lembra Sevilha, esconde o azul,
Distorce a «Torre das Américas»
E pinta, subversiva, Dedaleiras!»*

Alfredo Rasteiro

* Professor associado jubilado de Oftalmologia,
Fac. Med. Univ. Coimbra

O TRAUMA NAS CENTÚRIAS DE AMATO LUSITANO

Maria Cristina Piloto Moisés*

Introdução

O médico do século XVI João Rodrigues, natural de Castelo Branco, que durante a sua vida adoptou o nome pelo qual é mais conhecido na actualidade – Amato Lusitano – foi autor de um dos maiores tratados de medicina do seu tempo; na obra “Centúrias de Curas Medicinais” relatou perto de meia centena de casos de Traumatologia, tema que tem sido pouco abordado pelos Historiadores da Medicina, responsáveis por relegar consistentemente a cirurgia para um plano de estudo de menor importância. Digamos pois, que existe na totalidade da obra de Amato, cerca de meia centúria dedicada ao trauma que não deve ser ignorada.

Dir-me-ão que este homem era médico e não cirurgião; pois talvez estejamos em condições de questionar esta afirmação. Teria Amato Lusitano aprendido e executado actos cirúrgicos? Sabemos que não era raro em Portugal, a partir do século XV e ao longo do seguinte, existirem cirurgiões letrados, possuidores de estudos de medicina, sobretudo entre judeus, como atestam diversos documentos das nossas Chancelarias Régias. Mas nada melhor que utilizar a palavra escrita do próprio João Rodrigues de Castelo Branco, que afirma ter trabalhado com cirurgiões durante o período da sua aprendizagem em Salamanca:

“(…) pois aí, com menos de dezoito anos de idade, os meus mestres Pontano e Olivario (...) me deram o encargo de vários doentes, sem distinção. (...) depois, já regressado à pátria, senti uma certa curiosidade sobre a arte de exercer a cirurgia.”¹

Segundo Ricardo Jorge, Amato referir-se-ia ao médico e cirurgião Ponte el chico, nomeado por Daza Chacon no seu tratado de cirurgia, e de Santiago Diego Olivares, catedrático de Prima e examinador na universidade.²

Para que não nos restem dúvidas sobre o sentido das suas palavras, em que afirma sentir-se curioso acerca da arte da cirurgia, deficientemente tradu-

zidas na mais recente versão portuguesa das Centúrias, plasmamos aqui a frase latina utilizada nos exemplares da obra residentes nas diversas bibliotecas europeias:

(...) postea vero in patriam reuocatus parum de arte chirurgica exercenda curiosus fui.”

Restar-nos-á, no entanto, sempre a dúvida se Amato Lusitano seria cirurgião, para além do facto incontestável de ser médico. E tanto assim o é, que poderemos associar ao médico Amato uma carta régia portuguesa datada de 1533 e emitida por D. João III, que licencia João Rodrigues, ao tempo morador em Lisboa, na prática da Cirurgia, depois de devidamente examinado pelo Cirurgião-mor Mestre Gil, como era prática na época. E pela mesma carta sabemos que João Rodrigues jurou na Chancelaria aos Santos Evangelhos que usaria a sua ciência ao serviço da verdade e do monarca e proveito do povo:

Dom Joam (...) a quamtos esta minha Carta vyrem faço saber que comfiando eu de Joam Rodriguez morador na minha cidade de lixboa (...) me apraz lhe dar lugar e Licemça que elle posa vsar e praticar da ciemçia e arte de solorgia por todos meos Regnos e sennhorios sem ambarguo (...) porquamto fuj certo pello doutor mestre gill meu sollorgiam moor a quem eu mamdey eixaminar e elle o eixaminou e o acho auto e sofiçiemte pera poder vsar da dicta ciemçia.³

Não temos provas se este João Rodrigues seria Amato Lusitano, mas também não está provado que não o fosse; no entanto, podemos verificar que na Cura XIX da 4ª Centúria, Amato afirma ter executado ele próprio o tratamento cirúrgico de carúnculas uretrais, utilizando no texto o tempo verbal na primeira pessoa:

(...) introduzi pelo meato urinário uma haste de aipo e outros remédios untados previamente de óleo de amêndoas (...) ⁴

Ficaremos assim cientes que, na realidade, Amato aprendeu cirurgia em Salamanca e executou actos cirúrgicos na sua prática clínica; porém, não basta proceder a alguns destes actos para se ser cirurgião e João Rodrigues não seria considerado como tal se não se encontrasse devidamente licenciado.

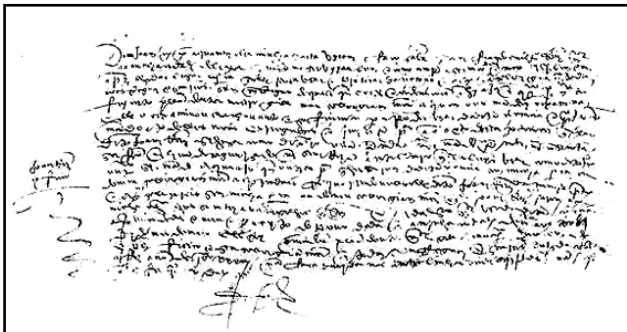


Figura 1: Carta de cirurgia de João Rodrigues

Percorrendo as Centúrias

Convicta de que Amato Lusitano aprendeu e exerceu a arte da Cirurgia, passo a descrever no meu estudo os casos de traumatologia encontrados nas *Centúrias*. Foram considerados 47 casos de trauma, tendo em conta que algumas das curas relatam mais que um caso clínico. Pelos números apresentados, podemos considerar que na avaliação das causas mais frequentes se encontram as mordeduras, as quedas e as feridas por arma branca.

Tabela 1: Etiologia do trauma

Queda	10
Mordedura	
• Víbora	2
• Escorpião	1
• Cão	2
• Gato	6
Picada / ferida perfurante	5
Agressão (excepto ferida por arma branca)	3
Ferida por arma branca	8
Queimadura	1
Ingestão de corpo estranho	2
Iatrogenia	3
Causa desconhecida	4
TOTAL	47

Avaliados os casos segundo a sua topografia, observa-se um maior número destes na cabeça e nos membros, com uma evidente predominância dos traumatismos cranianos, reflectindo porventura uma maior vulnerabilidade das extremidades do corpo ao trauma.

Tabela 2: Topografia do trauma

Cabeça	
• Crânio	10
• Face	2
Tórax	3
Abdómen	3
Parede posterior do tronco / genitais	4
Membros	11
Iatrogenia	3
Outros / topografia desconhecida	11
TOTAL	47

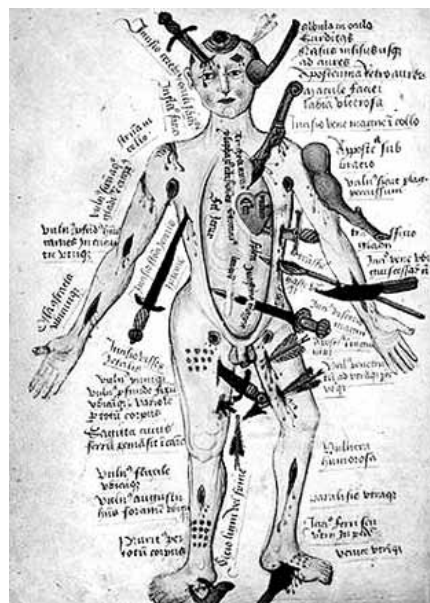


Figura 2: "O Homem ferido" - cc 1519

Seguiremos agora uma descrição mais pormenorizada, embora abreviada, de alguns casos clínicos que se nos apresentam nas *Centúrias*.

Considerando os traumatismos cranio-faciais, a obra descreve diversas fracturas do crânio (II 2; VI 100; VII 31), um caso de hemiparesia sequelar (II 19), feridas cranianas por arma branca (II 82; IV 6), traumatismos cranianos sem comprovação da existência de fractura (III 41; III 42), assim como dois traumatismos faciais (III 7; VII 44). Amato disserta, ao longo da centésima cura da sexta centúria, acerca da lesão craniana contra-lateral ao local do traumatismo "a cabeça, no caso de vir a ser ferida, apresenta algumas vezes o mal longe do sítio atacado: o mal ou lesão encontra-se afastado, longe do golpe", assim como a ocorrência de hemorragia intra-craniana em indivíduos em que não se observa lesão externa ou se verifica a existência de um sinal traumático menor "igualmente as veiazinhas que envolvem o cérebro podem ser abertas e rebentar pelo golpe da parte contrária. (...) Foi isto que em tempos descobri não sem grande honra da arte e até que isto podia aconte-

cer permanecendo inteiro o próprio crânio e a pele da cabeça, sobretudo ao ser a queda realmente de alto”.

Nos traumatismos torácicos, João Rodrigues comenta três casos, todos devidos a ferida por arma branca, dois deles com penetração na cavidade torácica (I 65; II 85; IV 37). Nos seus comentários a um dos casos, elogia a decisão do cirurgião em realizar uma drenagem torácica por contra-incisão, confirmando-se a existência de um hemotórax:

“Um soldado cravou um punhal no ombro, junto da fúrcula. Um cirurgião, chamado para o tratar, extraído o punhal, viu que (...) a ferida atingia a cavidade do peito. Então decidiu-se, e muito bem, a fazer uma incisão entre a terceira e a quarta falsas costelas. Havia, com efeito, uma quantidade de sangue acumulado na cavidade torácica que pela nova incisão aberta, saiu em grande quantidade e volvidos quarenta dias o doente estava com saúde”.

Na descrição dos traumatismos abdominais, encontra-se uma queimadura da parede abdominal anterior (IV 34) e duas feridas por arma branca (I 67; III 60), sendo que no tratamento de uma delas foi feita a laqueação e a secção de epíploon exteriorizado, havendo o cuidado de deixar a ferida drenada:

“(...) agrediu o outro com a ponta dela [faca] entre o umbigo e o estomago. Pelo ferimento saiu-lhe logo o epíploon. Uma hora depois deste ferimento veio o cirurgião que cortou parte do epíploon, no tamanho de um dedo, tendo-o antes ligado com uma linha. A ferida foi tratada como era necessário, deixando-se de fora as extremidades da linha e com aplicação de clara de ovo embebida em estopa”.

O próprio João Rodrigues comenta que existe quem advogue o total encerramento para minimizar o sofrimento intestinal, tendo ele opinião contrária, uma vez que a acumulação de sangue na cavidade abdominal totalmente encerrada daria origem a um abscesso.

Quanto aos traumatismos da parede posterior do tronco, num primeiro caso (II 11), surpreendentemente, o médico relaciona o traumatismo dorso-lombar com a presença de incontinência urinária, isto é, percebe sem equívoco que se trata de uma lesão neurológica e não uma perturbação intrínseca da bexiga ou do aparelho excretor:

“(...) ocorreu-me, pelo facto de este rapaz ter caído sobre a espinha, que as últimas vértebras tivessem sido atingidas, no sítio em que tem origem o nervo que faz a constrição da bexiga (...).

Em consequência resultou o esmagamento e afrouxamento do nervo, a bexiga ficou relaxada e não retinha a urina”.

Descrevem-se ainda um caso sem particularidades (III 8) que tratou com a prática de sangria e dois casos de hematúria de causa renal após traumatismo lombar (V 45)

Nos numerosos casos de traumatismos dos membros relatados encontram-se traumatismos menores (I 38; V 90; VII 58), um caso de fractura do fémur associada a traumatismo craniano, mordeduras de escorpião (VI 31) e de cão (II 78; V 85; VII 41). Relatam-se dois casos de tétano, designado por opisthótonos, com uma descrição aprimorada da doença, na qual se pode tirar informação sobre o período de incubação, os sintomas e sinais observados e a duração da doença até à morte (VII 66). Na mordedura de víbora (III 14; I 1), uma das medidas utilizadas é a garrotagem do membro e a incisão para sangrar o local da picada, sendo ainda utilizadas incisões cirúrgicas na perna, de modo a evitar um síndrome compartimental do membro devido ao edema (I 1) e aplicação de alho, aproveitando a sua acção anti-inflamatória:

“A mãe (...) fez tiras ou correias com que depois ligou, na parte alta, a perna mordida, perto do joelho, junto à curva, ideia de facto excelente (...) mando a um cirurgião presente escarificar em volta, com golpes mais profundos o sítio ferido (...). Mande também escarificar com golpes ligeiros toda a perna (...). Em seguida tratámos de aplicar ao sítio mordido um emplastro feito de alhos e cebolas azedas”.

Por fim, relatam-se dois casos de lesão iatrogénica da uretra, isto é, provocadas por acto médico prévio (IV 20; V 79), um dos quais com a presença de um corpo estranho na bexiga:

“(...) pedi ao cirurgião que introduzisse o dedo médio da mão pelo ânus e que pouco a pouco, comprimindo a vela, a fizesse sair da bexiga, na costumada forma que se usa para com os que costumam expelir os cálculos da bexiga (...)”

e um caso de decisão técnica incorrecta, com drenagem de um suposto abscesso axilar, que nos leva a pensar tratar-se efectivamente de um aneurisma da artéria axilar, dado ter culminado na morte do doente por exsanguinação (VI 82):

“Um jovem (...) sofria um abscesso debaixo do sovaco, (...) com tão grande latejamento (...) que os médicos e cirurgiões (...) decidiram tratar de o

abrir. Logo que o abcesso foi aberto à lanceta, o sangue saiu impetuosamente, com certo estrépito de vento, ao mesmo tempo que o doente, baixada a cabeça, expirava”.

Constatam-se ainda dois casos de ingestão acidental ou propositada de corpos estranhos (II 69; V 91), cinco casos de raiva na mesma família devido à mordedura de gato e culminando em morte na totalidade dos doentes (VII 65) e alguns traumatismos cuja região ou lesões não são descritas (III 9; III 10; VI 9).

Amato Lusitano fornece-nos ainda dois modos de tratar queimaduras.

“Tomem-se folhas de louro sobre que se fará cair do alto banha de porco aquecida ao fogo, até as próprias folhas se reduziram a cinza. (...) reduzida à forma de unguento, unte-se a parte queimada.” (II 92)

“Uma rapariga (...) queimou-se com água a ferver na região umbilical do ventre. (...) mandei que lhe untassem a barriga com unguento de choupou e lhe aplicassem em cima folhas de videira” (IV 34)

O louro tem, entre outros, os seguintes componentes: cineol e ácido láurico, com propriedades anti-inflamatórias, assim como ácido oleico, um hidratante cutâneo; o choupou aproveita as características anti-inflamatórias do tanino, dos flavonóides e da salicina, para além de ser rico em zinco, com a sua propriedade cicatrizante; assim, ambos os tratamentos se mostram adequados à situação clínica em que foram utilizados.

Conclusão

Creio ter demonstrado que João Rodrigues de Castelo Branco, que em certo momento da vida se auto-denominou Amato Lusitano, médico da primeira metade do século XVI, tinha vastíssimos conhecimentos de Cirurgia e a praticava ocasionalmente; sua obra *Curatium Medicinalium* é disso exemplo, contendo quase meia centena de casos clínicos inequivocamente relacionados com trauma. No estudo das Centúrias, fica claro que preferia, chamar cirurgiões competentes que o ajudassem e sendo, por sua vez, chamado por estes em determinados casos, numa verdadeira relação inter-disciplinar; compreendeu certamente que o conhecimento aliado da Medicina e da Cirurgia seria sem dúvida o mais benéfico para o doente.

Notas ao texto:

1 - *Curatium Medicinalium*, VI, 100. Citado por DIAS, João José Alves in *Amato Lusitano e a sua obra – séc. XVI e XVII*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, Centro Editor Livreiro da Ordem dos Médicos; Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2011, p.16.

2 - JORGE, Ricardo. *Amato Lusitano – comentários à sua vida, obra e época*. Lisboa: Ciclo Peninsular, 1962, p. 82-86.

3 - DIAS, João José Alves. *Amato Lusitano e a sua obra – séc. XVI e XVII*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, Centro Editor Livreiro da Ordem dos Médicos; Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2011, p. 23-24

4 - LUSITANO, Amato. *Centúrias de Curas Medicinaiis*, vol. II, tradução de CRESPO, Firmino. Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Médicos, 2010, p. 35.

Bibliografia:

- DIAS, João José Alves. *Amato Lusitano e a sua obra – séc. XVI e XVII*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, Centro Editor Livreiro da Ordem dos Médicos; Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2011

- JORGE, Ricardo. *Amato Lusitano – comentários à sua vida, obra e época*. Lisboa: Ciclo Peninsular, 1962

- LUSITANO, Amato. *Centúrias de Curas Medicinaiis*, vol. I, tradução de CRESPO, Firmino. 1ª Ed. Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Médicos, 2010. ISBN 978-989-97011-0-6

LUSITANO, Amato. *Centúrias de Curas Medicinaiis*, vol. II, tradução de CRESPO, Firmino. 1ª Ed. Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Médicos, 2010. . ISBN 978-989-97011-0-6

* Médica, especialista em Cirurgia Geral, mestranda em História Medieval na FCSH da UNL.

DOENTES NA INQUISIÇÃO, NO SÉCULO XVIII

Maria Antonieta Garcia*

Toda a dor pode ser suportada se sobre ela puder ser contada uma história.

Hannah Arendt



Introdução

Entre 1715 e 1755, no reinado de Dom João V, as minas de ouro e de diamantes do Brasil, proporcionaram à coroa portuguesa muita riqueza. Todavia, gastos excessivos penalizaram o povo, definharam a agricultura e a indústria.

As despesas da corte eram incomensuráveis. Dom João V alcançou a elevação da diocese de Lisboa Ocidental a patriarcado, aos *sacerdotes pagava* novecentos contos por ano, havia “cento e trinta cantores e músicos” que custavam cento e vinte contos. Com o início da “construção do convento de Mafra”, o monarca satisfazia o sonho de opulência e de grandeza; em Roma, manda edificar a Capela de São João Batista com luxo e magnificência. O Papa titulá-lo-á como Rei Fidelíssimo.

Apesar de ter fundado a Real Academia Portuguesa de História e de ter introduzido a ópera italiana, a instrução no país era miserável. Obras imprescindíveis também houve, como o *Hospital das Caldas* e o *Aqueduto das Águas Livres*. Em “1750, quando fa-

leceu o rei”, a situação financeira não era famosa.

Todavia, durante o século XVIII, em Portugal, uma elite começou a interessar-se pelo racionalismo das Luzes. Imitar a Europa no que tinha de melhor, reformar a sociedade na área económica e cultural, defender os valores da liberdade, do trabalho e da tolerância como essenciais para o desenvolvimento do país, fundamentavam um novo olhar sobre “ser português”.

D. Luís da Cunha denuncia erros. Escreve:

Um terço do país entregue à Igreja (...), outro terço posto em fuga pela inusitada e cruel política da Coroa e da Inquisição (...).¹

Preocupava-se o embaixador com a “sangria de gentes...”² que a Inquisição, ainda poderosíssima, ajudava a crescer, perseguindo, prendendo, confiscando bens...

Cárceres da Inquisição

Era um país enfermo. O medo dominava. A construção de uma Ilha de Purificação justificava toda

a autoridade; modelar os fiéis a uma única religião, educá-los “na Santa Fé para salvação das almas” empenhava a Igreja Católica. Muitos dissidentes passaram pelos *cárceres do Santo Ofício onde adoeciam de corpo e alma. Eram celas escuras, fétidas, hediondas, cheias de “bichos” e de fedores tão excessivos, que é benefício de Deus sair dali homem vivo*”³.

Ali penavam suspeitas, acusações que teriam que lembrar integralmente. E se a memória falhava, ou escolhiam encobrir práticas e pessoas com quem partilhavam a crença na Lei de Moisés, a corda, a água e o fogo, o potro e polé, na Casa dos Tormentos... deixavam pouco espaço para ilusões. As traves mestras oscilavam à vista dos “instrumentos” e a resistência, muitas vezes, afrouxava, era vencida.

Na Casa dos Tormentos, os “médicos e cirurgiões avaliavam, pronunciavam-se sobre a duração da sessão de tortura”. A análise de alguns processos e de outra documentação comprova que a *banalidade do mal* operava, então, transformando os homens em autómatos, em executores acéfalos de ordens que elegiam a indiferença e a irresponsabilidade como suportes de ação. A enfermidade do mal apodera-se da humana condição; no contexto, os cristãos novos eram culpados da miséria que grassava na sociedade. Vejam-se os processos analisados.

Processos de Gaspar Mendes Furtado e Clara Henriques de Lara

“Gaspar Mendes Furtado⁵, fabricante de pannos, ou Gaspar Mendes Oróbio”, nascera no Fundão, então termo da Covilhã. Casara com Clara Henriques e morava em Belmonte quando foi detido a 25 de julho de 1725. Em dezenas de páginas do seu processo, leem-se registos de denúncias, em seu nome, de gente do Fundão, Teixoso, Azevo, Pinhel, Covilhã, Tortosendo, Freixedas, Vilar Torpim com quem se declarara seguidor da Lei de Moisés...

Residira em Valverde, bispado de Cória, em Salamanca, Guarda, Covilhã, Fundão e Belmonte; afiança ter falado sempre com cristãos novos e cristãos velhos. Pelo Santo Ofício constava que tinham passado alguns parentes. Entre outros, o pai, Francisco Oróbio, o tio António Navarro e os irmãos, Francisco Mendes e António Navarro... Durante várias sessões de interrogatório esclarece que não se lembra de pessoas ou de cerimónias que observassem a Lei mosaica. Mas a 2 de fevereiro de 1726, já assegura que “não tinha seus erros por pecado”, embora soubesse que as “leis eram diferentes”. Afirma que acreditara na Lei de Moisés até o prenderem. Admoestam-no os

Inquisidores a confessar tudo. Nega as presunções/informações que constam no Santo Ofício. O libelo acusatório revela que os silêncios de Gaspar Mendes Furtado resultam na sentença aplicada aos que ocultavam nomes e práticas. Não conseguiu deduzir as denúncias e denunciantes? Tinha esquecido cerimónias judaicas que outros recordaram?

Certo é que a acusação do Promotor perturba. Requer que seja condenado pelo crime de heresia e apostasia, é qualificado como “ficto, simulado, falso, impenitente”; a sua pena obrigava a “excomunhão maior, a confiscação de bens para o Fisco e Câmara Real, seria relaxado à Justiça secular”.

Decide, então, confessar algumas práticas, aponta cúmplices. Lembra-lhe que não expunha a verdade inteira. Enunciam uma a uma as denúncias que conheciam, sem referir nomes ou lugares. O réu ouviu. Perguntam se deseja a defesa do Procurador. Responde que não tinha contraditas; mantinha o que confessara. Assinam as declarações Gaspar Mendes Furtado e o Inquisidor João Pais do Amaral.

A 14 de Agosto de 1726, ainda é ouvido. O medo crescia, resolvera falar mais. Afirma que não esclarecera tudo, antes, por estar perturbado. Concedem crédito ordinário e dão o processo por concluso. Registam:

“disse de si bastante e de sua mulher, irmãos, cunhados e outras pessoas suas conjuntas, não conjuntas com algumas das quais não estava indiciado...”

Vistos a pente fino, os registos sobre Gaspar Mendes Furtado revelam, porém, que ocultara o nome do cunhado, Manuel António de Lara, e o facto de ser parente de João Roiz Ferro, cristãos novos com os quais judaizara. Propõem, por isso, os Inquisidores: Pais do Amaral que “fosse posto a tormento, fosse atado”; Fonseca Soutomayor “que tivesse trato corrido”⁶; Philippe Maciel acha que fosse atado com a segunda correa; os deputados António da Sylva de Araújo e Diogo Fernandes de Almeida preferem que tivesse “um trato corrido e fosse levantado até o lugar do Libelo”; o deputado D. Francisco de Almeida optaria por “o mesmo trato e que fosse levantado até à roldana e a todos que podendo-o sofrer a juízo do médico ou cirurgião, e arbítrio dos inquisidores. Com o que resultar se torne o seu processo a ver em Mesa”.

A 19 de agosto, está na Sala dos Tormentos; chamaram o médico e o cirurgião, e mais ministros da Execução da tortura. Confessa, então, que celebrara cerimónias com o cunhado Manuel António, com

quem não comunicava havia muito tempo; explica que se tinham incompatibilizado, porque a avó da mulher de Gaspar Furtado lhe tinha deixado um dote e “ficarão com grande inveja”.

Lembra também Pedro Furtado, advogado na Guarda; Leonor, filha de António Navarro; Manuel Pereira; Diogo Henriques, (relapso, anotam à margem os inquisidores); Manuel Dias. À memória aflo-raram também práticas efetuadas com as primas Luísa Henriques e Jacinta Maria. Ainda assim, consideravam que o testemunho se mantinha diminuto: Avançam com a “segunda correa. Mandam despojar o Reo dos vestidos que podião impedir à execução do dito termo”. Lembra-se de Henrique Carvalho, da Covilhã, outro cristão-novo judaizante.

Não é inocente a opção pela nudez, mesmo que a justifiquem com a obstrução do vestuário à realização da tortura. Ficar nu é castigo, é forma de humilhação, opera como penitência pelos “erros”. Enquanto pecador, o supliciado sofre a perda de dignidade humana e social, penitencia-se, culpa-se, “purifica-se” para ser acolhido pela Igreja. A Santa Inquisição apesar de se libertar de algumas penas (a fogueira deixava-a para a justiça secular) abandonava o pudor, o respeito pelo corpo, a honestidade. Desnudava os torturados. O corpo dos acusados era afinal recetáculo de fraquezas, instrumento diabólico; contraditoriamente, é essa mesma fraqueza que permite interrogatórios e operações que conduzem à produção de prova do “crime”.

Na verdade, os métodos de tortura usados pelo Santo Ofício tinham um objetivo: obter a confissão. A nudez tornava-se uma arma suplementar provocadora de perturbação, de tristeza, de susto. Somam-se humilhações e a degradação de personalidade. Gaspar Mendes Furtado nega as acusações e desnuda-mo. O preso é sancionado de acordo com a resistência que demonstrou, durante os interrogatórios, até à obtenção da confissão. A sentença é mais leve para os que confessam mais rapidamente.

Técnicas de suplício no século XVI, os métodos de sofrimento físico e moral mantêm-se e crescem até ao século XVIII.

Por vezes há uma oscilação de certezas, de âncoras do ser. Por certo assim aconteceu com Gaspar Mendes Furtado, quando, a 20 de agosto, depõe na Mesa. Falam-lhe da última confissão que fizera na Casa do Tormento “em a qual gritava por Jesus e Nossa Senhora, e fazia actos de amor de Deos, e duraria o tormento meio quarto de hora”.

Ratifica as declarações, “agora que está sem medo de violência alguma pode dizer a verdade”.

Gaspar Furtado estava lembrado. Confirma o que dissera. Merecia crédito, concluem os inquisidores. “Desta vez o Réu não assinou. A tortura deixara sequelas. Também nas mãos. Qual a doença maior: a do corpo ou a da alma?”

Sentenciam, então, que “Vá ao Auto da Fé”; ouve a decisão, a 23 de Outubro de 1726, em Lisboa; foi condenado a excomunhão maior que será absoluto “in forma”, abjuração em forma, confiscação de todos os bens para o Fisco e Câmara Real, cárcere e hábito penitencial perpétuo, penas e penitências espirituais.

Através da leitura do processo sabe-se a enfermidade física decorrente da tortura; adivinha-se a psicológica. Mas havia mais.

A mulher, “Clara Henriques de Lara,”⁷ cristã nova, natural da Guarda, mora em Belmonte. Foi detida no mesmo dia que o marido, Gaspar Mendes Furtado, de quem falámos. O mandato de prisão e “sequestro de bens” era datado de 16 de Junho de 1725. Confessaram ter judaizado com Clara Henriques, entre outros, os irmãos, Manuel António de Lara e Bernardo de Lara, e o marido, Gaspar Mendes Furtado... Sabiam muito os Inquisidores sobre a sua atividade *herética*. Mas também Clara Henriques ocultava saberes e fazeres: temia pelos filhos:

“Ignez de quatro anos, Manoel de dous que são moradores na cidade da Guarda para onde os levarão da villa de Belmonte, quando a prenderão.”

Alertaram-na para “as muytas faltas e diminuições da sua confissão”. Os Inquisidores tinham anotado, através de trinta e cinco depoimentos, muitas pessoas com quem celebrara cerimónias religiosas judaicas. A 30 de Janeiro de 1726, foi ouvida de novo. Então, percebeu o perigo. Divulgou outras celebrações da Lei de Moisés e novos nomes. Os je-juns do Capitão, do Dia Grande e de Ester, a Páscoa foram declarados. Os Inquisidores não desistiam. Sabiam mais e insistiram. A acusada ia tentando acertar com as *culpas*, procurando preencher as lacunas que lhe apontavam. A 31 de janeiro, volta à sala de audiências, à Mesa. Nomeia gentes de Belmonte, do Sabugal, de Vendas da Vela, do Fundão, do Teixoso, de Freixo de Numão, da Covilhã, da Guarda com quem se “*declarara*” praticante da Lei de Moisés. O depoimento foi ainda qualificado de diminuto⁸. Qualificaram-na de herege e afastada de uma Santa fé Católica, ficta⁹, falsa, simulada, confitente diminuta e impenitente¹⁰. O Promotor requereu, então, que “aprovem que a ré incorreu em sentença de excomunhão maior, e em confisca-

ção de todos os seus bens p.^o o Fisco e Camera Real, e nas mais penas de Direyto (...) e relaxada à Justiça Secular". Clara Henriques conhecia o significado da condenação, temeu a fogueira, a sua sorte, a do marido e a dos filhos.

Como soía acontecer, divergiam os presentes relativamente à condenação: os inquisidores João Paes do Amaral, Souto Mayor, Philiphe Macial e o Deputado Frei Domingos de São Thomas, admitiam, "que ainda que deyxer de dizer de sua prima Ana Jozepha 13.^a testemunha, (...) attendendo a ter feyto confissões largas (...) e se não intuir malicia, mas esquecimento" devia ser recebida pela Igreja e condenada a "cárcere e hábito penitencial perpetuo"¹¹. Compareceria no Auto de fé e abjuraria dos erros; os bens seriam confiscados e ser-lhe-iam aplicadas "penitencias espirituais e instrução ordinária". Já aos Deputados António de Sylva de Araujo, D. Diogo Fernandes de Almeida e D. Francisco de Almeida parecia que, pelas diminuições da confissão, "fosse posta a tormento e nelle attada em a 1.^a Corr.^a e o Deputado D. Diogo Fernandes de Almeida acrescentou que também com a 2.^a e a todas q. podendo o sofrer a juizo do Medico e Cirurgião e arbitrio dos Inquisidores..." Juízos diferentes sobre os mesmos factos. Prevaleceu o mais severo; mas antes do tormento "lhe fazem saber que o seu processo foi visto por pessoas doudas¹², e de san consciencia..." Em 27 de Agosto de 1726, Clara Henriques conheceu a "Casa do Tormento"¹³. Dez dias antes, na mesma sala fora torturado o marido, Gaspar Furtado. Estavam presentes os Inquisidores Teotónio da Fonseca Sottomayor e Deputados Diogo Fernandes de Almeyda e D. Francisco de Almeyda. Mandaram-na dizer a verdade, instigam-na à confissão, lembrando-a que "pella casa em que estava e instrumentos que nella via entenderia facilmente quam rigurosa e perigosa era a deligência que com ella se queria executar..." Mediam o medo. A visão era dissuasora e a confitente acrescentou ainda lugares e pessoas. Revelar as vivências judaicas valeu, finalmente, a Clara Henriques a libertação da fogueira. Lemos na sentença, que a qualificam de "herege, apostata da nossa Santa Fé Católica, e que incorreu em sentença de Excomunhão mayor e confiscação de todos os seus bens para o Fisco e Camera Real". Foi condenada a "cárcere e hábito penitencial perpétuo". No Auto de Fé ouvirá a sentença e abjurará dos "hereticos erros".

Sai no Auto da Fé de 13 de Outubro de 1726, com o marido. Livraram-se ambos da fogueira. Os filhos estavam na Guarda, em casa de familiares. Que

aconteceu depois?

Quanto maior era a resistência, maior era a tortura, dissemo-lo. Alguns parecia não temerem a morte, ou, temiam-na tanto, quanto o destino de mendicidade e humilhação que aguardava todos os que saíam da prisão. Pelo fogo, pretenderam os Inquisidores purificar corpos e apagar memórias, com a convivência de oficiais, médicos, sacerdotes.

Mãos atadas, carnes dilaceradas, confessam culpas, mas também as desmentem, depois, algumas vezes.

Os tipos de martírio, o tempo de dor eram hierarquizados... e judaizar era crime maior. Acresce que a confissão obtida era legitimada como verdade: "desobriga o acusador de fornecer outras provas..."¹⁴.

Outras doenças

Na verdade, reiteramos, a leitura de processos inquisitoriais e de outros manuscritos, na primeira metade do século XVIII, a peregrinação pelo labirinto dos "eus" revela um mosaico de histórias de extremo sofrimento e de muito medo. Nunca faltaram os "retratos" dos queimados em Autos da fé, expostos nas Igrejas; juntavam-se os aleijados e os deformados pela tortura inquisitorial, os que se exilavam e cujo destino, muitas vezes, se ignorava. Cristãos novos, mártires de uma fé vivida na clandestinidade, para "salvação da alma", resistiram.

Se o cerco apertava, "uns enterravam-se no medo", outros, noutra polo, insubmissos e "rebel-des desafiavam" e inquietavam ortodoxias. Um pequeno descuido, porém, era suficiente para penar anos seguidos, em cárceres horrendos.

Inquisição¹⁵

Que instituição torturava, julgava, sentenciava estes cristãos-novos? Que se passava nos cárceres e que não constava nos processos, "mas aumentava o suplício de vidas encarceradas e adiadas?"

Partilhavam as celas, "os dias eram longos, na prisão; com os companheiros aliviavam a dor, humanizavam o tempo e o espaço. Havia alcaides e guardas que traziam e levavam informações. Escritos chegavam aos cárceres comunicando prisões entre familiares e conhecidos. Sabiam alguns que em todas as Inquisições deste reino havia comunicações entre os detidos..."

Havia presos que recebiam "cavacas e marmelada, aguardente, laranjas, queijo e azeitonas do Alentejo, tabaco..." Pactos com funcionários do

Santo Ofício davam que falar. “Por dinheiro, se uns aliviavam o rigor da detenção, outros aguçavam a crueldade...”

Uma instituição todo-poderosa “não alcançava prevenir a corrupção. Nos estreitos corredores de liberdade conquistados através do suborno, os reclusos tentavam encontrar meios de humanizar a sobrevivência.”

É conhecida a falsificação de inventários dos detidos, fala-se de dádivas, da exigência de verbas excessivas por “alimentos sem qualidade, da recusa ou da complicação para aceder a medicação prescrita pelos médicos...” e outros desvios, afinal, punham em causa uma Inquisição que se propunha “plantar sã doutrina”. E contra os funcionários, no século XVIII, acumularam-se muitas queixas.

Na verdade, “para além da Sala do Tormento, dos tratos de potro e polé, os presos sofriam outras agonias.”



Funcionários do Santo Ofício e outras criaturas, desprovidas de qualidades, cumpriam escrupulosamente ordens, fosse qual fosse a sua natureza. Num contexto de obediência cega, era banal promover o mal¹⁶. Também dentro dos cárceres. O insustentável peso da agonia, nas celas, a promiscuidade entre os detidos, a organização da instituição e a referência a uma verdade única, como critério de avaliação, cegavam um poder que determinara curar os “erros” dos que encarcerava. “O tédio de dias infinitos alternava com períodos de interrogatórios tormentosos. Afinal, nos cárceres as histórias de vida eram ainda espiadas com o intuito de melhor poder modelar a personalidade e a crença religiosa dos detidos.”

E se a instituição sofreu alterações ao longo dos

séculos, se períodos de maior furor inquisitorial alternaram com fases menos sanguinárias, se no século XVIII, muitas vozes críticas a debilitavam¹⁷, internamente, a *corrupção* ganhara espaço, como comprova a leitura de textos inseridos nos *Cadernos do Promotor*. Presos penavam, nos calabouços inquisitoriais, também, às mãos de funcionários que seguiam o modelo dos juízes.

Dádivas ao Alcaide dos cárceres, ocultação de objetos de valor, moedas... pagam informações vitais para os reclusos, como, por exemplo, saber nomes de pessoas que se haviam apresentado na Inquisição, as prisões, as fugas. Usavam códigos para comunicarem de cela para cela. Na época que abordamos, um era Pombo ou Rosa. Outro era Papagaio e João da Paz, de Almeida, era Rouxinol.

Era Pedro Broa que denunciava. Porquê? Alega descargo de consciência. Sentir-se-ia culpado? Esperaria favores, depois da confissão? Temia que punições? Pretendia ser o modelo do perfeito recluso¹⁸, o colaborador de mandarins? Com uma memória assombrosa, deita achas na fogueira da desconfiança, das acusações...

“Se os companheiros de cela, como Pedro Broa, denunciavam, em quem confiar? João da Paz partilhara preocupações, mágoas, esperanças. Ingenhuidades que lhe custariam caro”. A obrigação de conviver e a necessidade de comunicação, entre os detidos, não conduziam inevitavelmente à solidariedade. Criam, alguns, modos de resistência ao modelo de reeducação ditado pelo conceito de que apenas uma religião era salvadora.

E havia guardas que avisavam sobre prisões que iam ocorrendo. Informações benéficas que ajudavam os detidos a decidir sobre novas pessoas a nomear, em futuras audiências, ou até a pedir Mesa, para confessar mais.

“Dissuasores de qualquer rebeldia, de resistência, eram os castigos, os açoites a presos que comunicavam. Por isso, temiam, ocultavam, silenciavam. E Pedro Broa explica que essa era a razão por que ainda não falara”. Contara, agora, tudo “por descargo de consciência”. Relata até que Manuel Alves enviara uma cama, de sua casa, para o Paz, quando este estava nas Escolas Gerais. Muito podia o querer e o agir de guardas... e o dinheiro que recebiam. Como o transportavam os presos? Confessa: o dinheiro que dera ao guarda tinha-o “no cóis dos calções” onde o meteu, depois de estar preso, “no tempo em que se dilataram a busca-lo que seria meia hora”. A necessidade sempre aguçou o engenho... Às vezes, os reclusos despertavam compaixão? As

dádivas significavam uma melhoria clara de vida? Como explicar os comportamentos referenciados por parte de guardas?

Mais desvios...

A “11 de maio de 1726”, nos Estaos, o Inquisidor João Alves Soares ouvirá Pedro Broa, já referido, recluso nos cárceres da Inquisição, de 28 anos, que pedira audiência. Queria denunciar na Mesa, “coisas a ela pertencentes”.

Haveria um mês, tinha como companheiro de cárcere a João da Paz, natural de Almeida, e outro preso, Mateus³⁹, que estivera só, num cárcere pequeno, perto da cozinha e de um quintal. No dito quintal, ouvira umas palavras que lhe pareciam de mulher que dizia: “basta, basta! Não quero”. Eram 8 da manhã, em Novembro. Seguiram-se umas passadas “a modo que iam para a cozinha”.

Noutra ocasião, o mesmo Mateus ouvira uma voz feminina que parecia a mesma – “dói mas sabe” -. Mateus entendera que “algum dos guardas tinha acesso carnal (cópula, esclarece o escrivão à margem) com alguma preta”.

Informações que Pedro Broa avançava e justificava, obviamente, “por descargo de consciência”. Incomodaram o Inquisidor, Tomás Feio Barbuda, e os notários Manuel Rodrigues Ramos e Manuel de Figueiredo que assinam o registo juntamente com Pedro Broa?

A “20 de maio de 1726”, João Álvares Soares, tem perante si, “Mateus Oróbio”²⁰, preso no Santo Ofício, desde 23 de julho de 1725. Estivera “sem companhia, nove meses. Havia um mês partilhava a cela com um estrangeiro”, Pedro Broa e João da Paz, de Almeida. Garante que não tinha visto “nem ouvido nada que fosse contra o reto ministério do Santo Ofício”. Não sabia onde ficava o cárcere da cozinha, mas quando lhe vinham trazer o jantar, ouvira vozes de mulher que diziam: “venha depressa ou já vai”. Entendeu que as ditas mulheres falavam da cozinha. Ouvira também um Ai que lhe parecia de mulher, mas não reconheceu quem seria.

Confirma a narrativa de Pedro Broa. Esclarece que, em novembro ou dezembro, pela uma ou duas horas, estando só, ouvira na parte direita do corredor que dava para uma janela e uns quintais, uma voz feminina que vinha de longe e dissera – “dói, mas sabe -, e que entende que duas mulheres estavam a folgar uma com a outra e a beliscar-se.”

Ainda em dezembro, no mesmo corredor escutara uma fala de mulher dizer: “Basta!” – Passado

algum tempo, outra dizia: “*não quero*” -. Não sabe se estas palavras foram proferidas pela mesma pessoa ou por diversas.

Noutra altura, ouvira um homem a pedir ovos e a mulher dizia: “Ai vai”. Presumiu que a cozinha seria perto dali. Justifica que as falas pareciam femininas “pelo pouco estrondo que faziam”.

Mas, não fosse o diabo tecê-las, reafirma que “não havia nada contra decoro e respeito do Santo Ofício e seu santo e reto procedimento”. Ironia?

Que pensavam sobre tudo isto, “as doudas pessoas” que ouviam, julgavam, sentenciavam os que procediam contra “o reto ministério do Santo Ofício?”

Mateus Oróbio confirma que contara tudo a Pedro Broa e a João da Paz. Reitera que eram mulheres que estavam “galhofando umas com as outras”, e não sabia se havia algum homem. Na Mesa do Santo Ofício desculpa-se: não informara por se tratar só de mulheres. Entendera que as pessoas que falavam eram presas ou outras que viessem “a algum ministério a estes cárceres”.

A 21 de maio de 1726, Mateus Oróbio pede nova audiência. Mantivera-se mais atento a sons e ruídos e explica que, estando no cárcere do corredor que tem no fim uma janela para o quintal, às “onze menos dez, de dia, ou pela uma da tarde”, ouvira passos de mulher. Em sua companhia ia uma pessoa que pelas passadas parecia ser um homem e “ouvindo rir fez um sussurro como quem bate com a mão na boca, com o qual lhe insinuava que se calasse”. Uma voz masculina diria, um pouco mais tarde, que falasse baixo; ouviu depois uma mulher que “parecia ser, pela fala, preta” e disse: “Aqui não. No quintal”. Abriram com cuidado a porta e depois de algum tempo saíram. Elucida: “pelo sussurro com que arquejavam e respiravam parecia que vinham fatigados”. Entendeu que algum homem “tivera um ato venéreo com alguma preta e assim o disse aos companheiros de cárcere, Pedro Broa e João da Paz”.

Narrativa mais completa, fosse o que fosse que se passava, impunha recato. No imaculado Santo Ofício caía a nódoa e comentava-se?

A 4 de Junho de 1726, “o Inquisidor João Álvares de Sousa ouvia João da Paz”, de Almeida, que pedira audiência. Queria “declarar a verdade”.

Conta que, quando viera para as Escolas e cárceres da Penitência, o Alcaide, passados 8 ou 10 dias, lhe entregara umas “cavacas e marmelada, um arátel de cada cousa”. Não lhe dissera quem o enviara; na altura, estava acompanhado pelo guarda dos cárceres.

Quatro ou cinco dias depois, o Alcaide voltara só e trouxera uma gota de aguardente que lhe havia

pedido para umas dores que padecia. Deu-lhe um quarto de ouro de 1200 réis. O Alcaide recusara o dinheiro; instou para que o recebesse “porque aquilo passava-se entre ambos e ninguém viria a saber”. Cedeu. Chegaram, depois, mais “cavacas e marmelada, laranjas, queijo e azeitonas do Alentejo”, sem expressar a razão da oferta.

Eram verbas preciosas que confirmavam o aforismo que circulava entre os seguidores da Lei de Moisés: “Um judeu pobre é um judeu morto...”

João da Paz diz que lhos “enviara um amigo”, mas o Alcaide não pronunciara o nome. Suspeitava, porém, que se tratava de “Manuel Alves Costa, cristão-novo, estanqueiro, casado com Violante de Campos, morador em Lisboa, na Rua dos Canos, e que tem tenda de tabaco por debaixo das casas de D. Luiz da Silveira... Dormira em casa dele, no dia em que o prenderam.”

Declara que tinha solicitado papel e tinta para fazer um escrito “a saber notícias de sua gente e negócios que lhe tocassem”, mas o Alcaide recusara. Passados dois meses, um guarda “gordo e de meia estatura, que andava sem cabelo, usava cabeleira e que há 8 ou 9 meses não continua nos serviços desses cárceres, quando lhe trouxe o jantar, sem companhia de outra pessoa”, meteu-lhe na mão um escrito que o avisava de “prisões por toda a Beira baixa como alta” e que lhe convinha “despachar o seu negócio”, logo que pudesse.

Responder como? Um papel que embrulhara o tabaco que lhe havia trazido, mais uma “pena de um pau de alecrim e tinta de azeite (...)” resolveram o problema. Então, “mandava perguntar donde eram as prisões e se lhe haviam removido as rendas que havia tomado;” perguntava se a mãe estava viva. Deu-o ao guarda para o entregar a quem lhe havia mandado o outro. Sem nomes. Soube, mais tarde, que as detenções tinham acontecido em Muxagata, Almeida e Vila Nova de Fozcôa. Em Almeida tinham detido um seu parente, mas não referiu o nome. “Na Covilhã, também haviam feito prisões. A mãe estava ausente em Castela.”

“Benditos mensageiros clandestinos, benditos sistemas de comunicação que amenizavam as vidas nos cárceres privados de piedade.”

Outro caso sucede a 26 de Julho de 1726; o Inquisidor João Pais do Amaral ouve a “José Pereira da Cunha. Tinha 27 anos e era cristão-velho”. Viera na frota da Baía de Todos os Santos, chegara a Lisboa em outubro, “remetido aos cárceres do Santo Ofício, “e sendo posto nos da Penitência, por vir doente, lhe deram como companheiro Rafael Mendes

Furtado, cristão-novo”, mercador, casado, “natural de Celorico, segundo crê, e morador na Covilhã. Estiveram juntos um mês”. Bom observador reparou que quando o jantar trazia “carne de porco, toucinho habitualmente, ou presunto”, Rafael não comia. Para disfarçar, dizia que a guardava para o jantar com “alguma porção de vaca”; da couve que vinha na ração, ou sopas, lhe chupava o suco; com o que sobrava cobria a carne de porco. À noite, não a comia e “lançava no vaso imundo”. Para dissimular ele próprio “fingia que tinha coisas para lançar no dito vaso e via que estavam inteiros os pedaços de carne de porco. Às vezes, metia-a no pão”. Não comia favas, dizia, “por terem a pele grossa”. Desconhecia o motivo por que recusava as favas, “mas a carne de porco deduz que devia ter a ver com a Lei de Moisés. As dissimulações que usava para a ocultar, confirmavam, a seu ver, as suspeitas.”

Que benefícios, que proteção procurava este denunciante? Podia ter silenciado estas acusações? Ou sendo cristão velho confessava por descargo de consciência?

Não escapou nem o “Padre Manuel Lopes de Carvalho, blasfemo”, outro companheiro nos cárceres. Informou a Mesa que ele próprio declarara “que não vive, não crê na Lei de Cristo, quando reza os Salmos não diz, no fim, Gloria Patri e afirma que a fornicção simplex não é pecado.”

José Pereira da Cunha lançava, assim, achas para a fogueira que iria queimar o padre que acusava. Duvidavam os Inquisidores da “limpeza de sangue do sacerdote”. Não aferiram a percentagem de contaminação e de mácula. Blasfemo era, sem dúvida, e com muitas culpas e graves que “honestas, doutas e caridosas pessoas” não perdoarão.

“Os oficiais falavam, às vezes, alto, uns com os outros pelos corredores e pátio de modo que se ouça nos cárceres, talvez para intimidar os presos. Iam sempre acompanhados”. Informa que as portas, em determinadas ocasiões, estavam abertas. Fechavam-nas à noite, com a chave e abriam-nas pela manhã. Esqueciam os Regulamentos? Facilitavam?

Documentação, registos, interrogatórios, depoimentos... ocupavam Inquisidores e oficiais em tarefas de busca da sua verdade, desobrigando a consciência, justificando procedimentos. Imbecilidades, arbitrariedades cometidas com a certeza de que os detidos não se atreveriam a repontar.

Nos cárceres fervilhavam rumores, as idas à Mesa multiplicavam-se, queixas e denúncias revelavam fraquezas e coragens de um mundo que colapsava.

Ainda a 16 de julho de 1726, o Inquisidor, João Pais do Amaral, atende queixas de "Rafael Mendes Furtado", preso pelo Santo Ofício. Estava encarcerado, havia um ano. Desde que entrara, não tivera notícia de pessoas presas ou apresentadas. Quando chegara, passados 6 dias, perguntara ao Alcaide, Diogo Vieira, "por uns trastes que tinha na casa de António Fróis", situada no Beco das Flores. Especifica que "falava de uns alforges em que transportava peixes e coisas comestíveis, uma camisa e uma cruz de ouro com pedras verdes, que pertenciam a sua mulher. Trouxera a cruz para mandar cravar uma das ditas pedras. O Alcaide informara-o que essas coisas estavam no Fisco. O guarda ouvira tudo." Conta ainda que pedira papel e tinta para escrever à mulher. O Alcaide respondera que não era hábito fornecer papel e tinta.

A 29 de julho de 1726, era a vez de o Inquisidor João Pais do Amaral, ouvir a "Miguel Gomes Alves (enteado de Ana dos Rios²¹), preso, 24 anos, cristão-novo. Partilhara o cárcere com Gabriel Ferreira Henriques e percebera que os presos comunicavam de uns para outros cárceres". Acrescenta que era o guarda gordo, José Moreira, o tal dos "Caminhos ou dos Borzeguins", quem trazia as notícias e que não conhecia mais ninguém que tal fizesse.

Explica "que para trocarem mensagens escolhiam a manhã, quando se davam os bons-dias e perguntavam como tinham passado a noute; falavam ainda depois de jantar e ao anoitecer". Usavam um tom de voz com que pudessem ouvir-se e, um dia, o guarda gordo pedira "pelo amor de Deus que não falassem..."

Informações graves sobre uma instituição que se considerava impoluta e virtuosa. Por isso, emerge dos depoimentos dos encarcerados que pouco tinham a perder, um certo atrevimento, uma manifestação de ação livre, incompatível com a submissão e veneração que as circunstâncias reclamavam. Soltavam censuras para salvar a humana condição. Alguns denunciavam em busca de favores, da sobrevivência.

A 10 de setembro de 1726, "João Pais do Amaral" ouve queixas sérias a Gaspar Mendes Furtado. Afinal, as traves mestras de um homem recompõem-se, às vezes. Fala, queixa-se. Afiança que, desde que fora encarcerado, sentira que o Alcaide e os guardas, António João e Francisco Carvalho, o têm tratado com alguma aspereza e desabrimento, sem motivo."

Conta que em setembro, se achara com *moléstias*, que apresentara na Mesa. Ordenaram ao Al-

caide que mandasse "chamar o médico". Quando o conduziu para a cela, "começou a enfadar-se com ele. Pergunta-lhe para que queria o médico porque não estava doente, mas que quando de lá saísse é que havia de ir doente". Tinham testemunhado estas palavras Gaspar Cardoso, companheiro de cárcere e o guarda Francisco Carvalho. Pedira perdão ao Alcaide, embora não percebesse "que o tinha ofendido, porque não se tinha queixado dele". O guarda consolara-o, aconselhando que não fizesse caso.

Porém, a aversão do Alcaide manifestava-se com frequência. Assim, quando o médico o viu, mandou-o sangrar atendendo ao "ventre inchado e sezões." Sofria também de "tumores debaixo dos braços." Sangrou-o 6 vezes e "receitando-lhe o médico que era hum magro, que tem cabelo próprio, umas amendoadas para que as tomasse por vinte dias continuados", não lhas deram. O clínico aconselhara a intervenção de um cirurgião, que lhe receitou "umas tisanas para se refrescar". Não lhas facultaram. Visitou-o algumas vezes, mas não se "atreveu" a dizer, nem mesmo ao cirurgião o que acontecera, "por medo do Alcaide". Viviam esmagados pelo pavor.

Relata mais: um dia, tendo pedido aguardente para uma dor de cabeça, respondera o Alcaide que "então não a havia e lha daria quando houvesse". Chegara passados 6 ou 7 dias.

Em outubro, transferiram-no para um cárcere mais húmido. Pediu ao Alcaide para lhe dar vinho. Replicara, irado, que lho daria na "janta do princípio do mês". Não cumpriu, e disse-lhe "com cólera que ele desejava vê-lo num poço de água". Presenciara a cena, o companheiro de cela e o guarda José Teixeira, que o aconselhou a "não fazer caso, porque o Alcaide estava gracejando".

Ainda em outubro, estando o barbeiro a fazer-lhe a barba, na presença do companheiro e do guarda Pedro Rodrigues, o Alcaide proferira desatinado que "desejava vê-lo no Pinhal de Azambuja, diante de uma espingarda com quatro balas e ele para lhe dar fogo".

Admite que os guardas percebiam a aspereza com que era tratado, porque também a respeito de mantimentos, são caros e "incapazes muitos deles, porque o queijo e manteiga e figos secos regularmente são podres". Testemunharam o facto José Teixeira e Pedro Rodrigues, numa ocasião "em que os tinha a enxugar por estarem húmidos; algumas vezes, levava vinho tão mau que o rejeitara". Pedia-lhe um bom, mesmo mais caro, por "padecer de moléstias". O preço da fruta era elevado, e a que davam era, às vezes, verde, outras, podre.

Lembra que em abril e maio tinha adoecido. Foi sangrado e o médico prescrevera o consumo de “doces frescos – abóbora”. Não lho concedeu, e recusara outro que tinha colocado na pauta, para o qual adiantara um cruzado. Sentiu-se “desfalecido”, rogou novamente; foi um guarda a quem pediu e pagou que lho levara.

Quando convalescia, outro guarda, Francisco Carvalho, entregara um vinho mau; disse-lhe que “lhe fazia dano. Enfadou-se” o guarda e acusou-o de “ser mal nascido e mal criado”, porque não se acomodava com o vinho que os outros presos bebiam.

Noutra ocasião, pusera na “pauta um cruzado novo de pão porque não podia comer e lhe não era necessário mais”. Ripostara que sobre este assunto, governava ele.

Também António João se irritara, quando censurava alguma comida. Previne-o que deve proceder como os outros e aceitar. Sobre os preços adianta que exercia funções, havia 16 anos, e sempre declarava o que as coisas custavam e levava o preço certo. Mas a dúzia de ovos, muito pequenos, a 6 vinténs, a manteiga e o queijo a 3 vinténs, o arrátel... desmentiam a lisura que apregoava. Regularmente, a “manteiga era cheia de bichos”. Guardara-a para a mostrar, mas António João arrancara-a, dizendo-lhe que parasse com as queixas. Podiam testemunhar a verdade dos factos, o companheiro Gaspar Cardoso, e Manuel Álvares Meirinho.

Lamenta que todos temam os oficiais e silencie as ofensas; acrescenta que, por vezes, durante 6, 7 dias, só comia pão, exceto ao jantar em que lhe davam “uma ração de carneiro ou a metade de um cachucho ou goraz”. Um dia, o Alcaide tinha ido ao cárcere e ele tivera medo. A ida à Sala do Tormento deixara-o maltratado, acamado. Ordenara que aprontasse o fato que ia mudar de cárcere.

Reivindicativo “este Gaspar Furtado desviava-se do que era expectável de um preso”; o alcaide e guardas tiranos e mesquinhos procediam de acordo com o estatuto que presumiam ser o certo. Sentiam-se gente maior face aos reclusos fracos e culpados. “Despojados de bens e de liberdade, mortificados, a maioria humilha-se e é humilhada, avilta-se, porque o medo é um cancro que tolhe a independência da ação”.

E que verdade havia nos queixumes de Gaspar Mendes Furtado?

O Inquisidor chama Gaspar Cardoso, preso, com 31 anos. Companheiro de cárcere, confirmará as queixas; vira que o Alcaide o tratava com severidade. Certifica que a Mesa pedira um médico para o

preso que estava “muito molestado”. Corrobora que o Alcaide, irritado, afirmara que “não estava doente, nem tinha moléstias, mas que de lá havia de sair com elas”.

Desde então, comprovara o “mal afeto ao dito preso”. Reitera que o médico viera e pedira um cirurgião, Francisco da Silva; diagnosticara “que estava muito cheio de tumores e esquentado”. Necessitava de “refrescar-se”. Aconselha “tisanas durante um mês e comesse galinha”. Sangraram-no, e receitaram remédios que lhe recusaram. Os mantimentos que lhe forneciam eram “maus e muito caros e fora do preço que costumam correr nesta terra”. Ele mesmo, testemunha, “tem experiência própria” por viver ali “há 15 anos”. O vinho não prestava. Antes de ser preso, tinha comprado “a canada de vinho bom a 3 vinténs e que ali pagara o primeiro a 4, na segunda data a tostão e dali por diante a 6 vinténs. A aguardente custava o quartilho a 6 vinténs.”

Numa ocasião, alertando o guarda Pedro Rodrigues para a diferença de preço, este a reconheceu e disse que tinha razão. As queixas são iguais: a manteiga, muitas vezes, estava cheia de bichos, a fruta, podre, cara e fora de tempo. Mas sempre que o seu companheiro se afligia com isto, e se queixava do preço e qualidade das coisas, o Alcaide e os guardas, António João e Francisco Carvalho, irritavam-se. Francisco Carvalho apelidara-o de “mal nascido e mal criado”. Ele não comentava nada “por medo que tinha dos oficiais”. Lembra-se que uma vez, Gaspar Mendes Furtado se queixara que os “ovos eram caros por serem muito pequenos”; os guardas responderam que “se queixasse à Mesa.”

Como o pão se estragava, dentro da cela, o companheiro pedira para por menos quantia na pauta. Francisco Carvalho irritado respondera que “naquilo só ele governava e que havia de pôr o que quisesse”. Quando ouviu isto, ele, declarante, “mandou por na dita pauta mais pão do que era necessário, por ter medo dos oficiais”. Era essa a razão por que não falava. O pavor de causar má impressão ditava o conformismo.

Refere também a mudança de cárcere para outro muito húmido, e lembra a resposta do Alcaide que retorquira “com paixão e enfado que tudo ele merecia, que tomara vê-lo metido em parte onde lhe desse a água pelos peitos”. Reitera a narração do barbeiro. Havia um mês que estava com outros companheiros: Manuel Lopes, da Covilhã, Jorge Fróis, Luís de Paredes. Numa visita do Inquisidor, João Álvares Soares, ordenando que lhe mostrassem os mantimentos, vendo a fruta e o queijo reparou que a dita fruta era cara; mandando provar o

vinho por um oficial que o acompanhava, disse que era vinagre. Quando o Inquisidor saiu “pelejaram muito com ele, declarante, por ter falado naquela matéria.”

Também outros presos com quem partilhava o cárcere se lastimavam da “carestia dos mantimentos, das uvas ruins... Aceitavam tudo com medo dos oficiais, acomodavam-se.”

Havia recusas estranhas. António Cardoso, do Porto, por exemplo, pedira, em várias audiências, um livro espiritual. O Alcaide, Fernando Cardoso, ripostara: “um livro espiritual e que fosse a Sinagoga desenganada”. O Alcaide não o entregou e, “com mau modo, garantira que lhe era escusado o dito livro, porque lá tinha no seu cárcere com que se divertir.” António Cardoso perguntara: “que divertimento?” E o Alcaide esclarecera: “São os seus pesos e o mais que você lá tem.”

Áspero e pouco comedido este “Fernando Cardoso. Exercia a autoridade, em todos os detalhes. Tirano, prepotente mortificava os reclusos, como e se lhe aprazia”.²²

Noutra área, também António da Costa mostrava amêndoas de casca entregues a 17 de novembro, conforme constava das pautas; a maior parte estava quebrada e furadas de bichos.

Frei Alexandrino de Múrcia apontou “um quarto de queijo flamengo que lhe tinham dado o qual era incapaz de se poder comer.”

João Pinto Coelho lamentava-se porque era doente e sofria com a má qualidade e carestia dos produtos. Não podia cumprir as prescrições médicas. Quis adquirir um “Livro de Horas latinas para rezar o ofício de Nossa Senhora”. Custaria 10 tostões, avisa o Alcaide. Comentara João Pinto Coelho que “era mais barato na Baía”. Retiraram-no da pauta. Eram tantas e tamanhas as prepotências que sofriam, a maioria das vezes silenciosos...

Havia unanimidade na queixa da humidade dos cárceres. Sobre a questão, ouvem os presos, que à imagem e semelhança dos anteriores depoimentos, corroboram e confirmam as acusações ao Alcaide e guardas.

A condenação do Alcaide e Guardas...

A sentença dos funcionários corruptos

Dois anos depois, “a 16 de junho de 1728, os Inquisidores ouvem *Fernando Cardoso*, o Alcaide dos Cárceres Secretos por haver informação na Mesa que ele trata os presos com pouca caridade e muito mau modo”. Não acudia com os remédios prescritos

pelo médico, dizia palavras injuriosas a doentes e a sãos, “dando-lhe maus alimentos, caros, por preços excessivos, corruptos e fora do tempo e utilizando de algumas coisas do uso dos ditos presos; não vigiava nem fazia vigiar os cárceres como era obrigado.

Condenam-no, por haver cometido os ditos defeitos, o multam em a metade de um quartel do seu ordenado e lhe advertem que daqui em diante trate os presos com caridade e brandura, e que ponha todo o seu cuidado em observar o Regimento como deve; e que tenha fechadas de dia as portas de fora de cada um dos cárceres, assim como estão de noite na forma que o regimento ordena.”

Avisam que se não se emendar dos “ditos defeitos se passará com ele a maior demonstração”.

Assinam: Manuel Rodrigues Ramos, o notário; João Soares Tavares, João Pais do Amaral e Fernando Cardoso.

“Na mesma data, chamaram a Francisco Carvalho, homem de vara do meirinho da Inquisição”, que servira de guarda nos cárceres secretos e foi “asperamente repreendido”, por tratar mal os presos. Sentenciam que “não seria guarda de novo, e o de homem de vara o conservam por comisseração”.

“Será inquirido ainda Pedro Álvares, despenseiro da Inquisição e foi repreendido por dar aos presos dos cárceres secretos, mantimentos de má qualidade, corruptos e a preços excessivos”.

Sentença:

A partir de agora tem de fornecer de boa qualidade, sãos e pelo preço ordinário conformando-se em tudo com o seu Regimento²³.

Um puxão de orelhas. A montanha paria um rato...

Em suma, o Santo Ofício emaranhava vidas, cerzia denúncias, calúnias, inimizades, vinganças, julgava e condenava, em nome de Deus. Ainda ninguém achou o volume da agonia sofrida nos cárceres inquisitoriais. O caleidoscópio de enredos e histórias de heróis e de miseráveis cruzam-se, contaminam-se. Nos fétidos cárceres, à beira da loucura, o sentimento de finitude e de pavor perante a morte, sofridos tratos de potro e de polé, os detidos apreendiam que denunciar era a forma de escapar à fogueira.

Auto da Fé – 13 de outubro de 1726²⁴

O auto da fé pretendia ser uma representação do Juízo Final. Queimar os condenados aproximava das penas infernais o sofrimento a que sujeitavam os considerados hereges impenitentes: ampliava o imaginário do inferno com os corpos em agonia

amargando penas. O rigor da crueldade, infligido aos relaxados à justiça secular, manifestava-se até no retirar do sambenito antes de serem queimados, para ser depois exposto na Igreja do lugar onde os condenados residiam. Dissuasão poderosa a aconselhar a mudez, a clandestinidade, a dissimulação.



Cerimónia revestida de pompa contou com a presença de D. João V, os infantes, D. Francisco e D. António, a fina flor da nobreza e da Inquisição e uma multidão curiosa. Movida por uma amálgama de sentimentos, a presença de personalidades ilustres, o efeito patético/catártico dos condenados à morte, a crença na promessa de indulgências, pela presença no Auto, garantia a comparência da plebe. Guardou, então, a porta da Igreja o Duque do Cadaval; a porta do Tribunal esteve a cargo do Marquês de Fronteira. Eis os homens e as mulheres condenados, em desfile de agonia. Era Inquisidor Geral D. Nuno da Cunha, Presbítero Cardeal da Santa Igreja de Roma, do título de Santa Anastácia, do Conselho de Estado de Sua Majestade.

Na procissão dos condenados, cada um ocupa o seu lugar. A dor, a vergonha, o arrependimento, a raiva, a revolta e o desespero conflituavam, excitando e agredindo muitos, suavizando e amolecendo vontades e corações de outros.

Peça-chave do espetáculo era o Sermão da Fé. Neste, não se ouviu nenhum pregador. Por se realizar muito tarde? A 13 de outubro, às 19 30 h., é de noite.

São três os relaxados em carne:

“O Padre Manuel Lopes de Carvalho, 44 anos, cuja qualidade de sangue, ao certo, não consta”, do hábito de São Pedro, natural da Baía, e morador em Lisboa. Ser judeu era uma questão de sangue, bebia-se com o leite da mãe. Por isso se esquadrihava a genealogia e se apurava o grau de “pureza” de cada indivíduo. Certo é que limpos de qualquer mancha e acima de suspeita, apenas os cristãos velhos dos quatro costados.

“A António Dias Fernandes”, 53 anos, cristão-novo, morador em Freixo de Numão, e assistente em Lisboa, qualificaram-no de “convicto, ficto, falso, simulado e confitente diminuto, e impenitente”.

“Ana dos Rios”, cristã-nova, casada com Manuel Lopes Alves, “que vai na Lista”, natural e moradora na Covilhã, era igualmente “convicta, ficta, falsa, simulada, confitente diminuta e impenitente”.

Todos desfilam cabisbaixos, pálidos de morte. Vestem o sambenito. Estremecem, expostos à raiva. Mal saem, a surriada insultuosa bloqueia pensamentos, preces e revoltas. Vêm enfermos, desgastados por interrogatórios infínitos, doidos pelo tratamento inumano, aleijados pelos tratos de potro e da polé. Ouve-se o crepitar do fogo. Impiedosas chispas de luz inundam o espaço. Reconhecem amigos, parentes... e inimigos, também. Rugidos da plebe aumentam o pânico, ensandecem. Fragmentos do que foram, feitos em bocados, o que sobrou de crenças e valores? Ouviram classificar de erros, cegueira, a fé que era a sua. Parafraseando Fernando Pessoa, “não sabem quem são, que alma têm...”

São rostos de hereges, despertam ódio, temor... Uns são judeus fiéis, outros converteram-se ao cristianismo, uma mão cheia de céticos e muitos marra-nos, com vidas duplas, demandavam o seu Mar Vermelho.

Vivem cenas de insânia moral, tendo como pano de fundo o terror e o pecado de serem múltiplos, como falava o poeta.

Gaspar Mendes Furtado arrastava-se; cada movimento, cada dor. Ainda doente, a lembrar a sala da Tortura, o Alcaide e os guardas a alardearem poder, recusando-lhe medicamentos, insultando... Faltava-lhe a prova do Auto da Fé, superar a montanha de ódios... Um espectro, magro...

O que os esperava, depois da libertação? O estigma de cristão-novo acentuava-se. Quem se aproximava, lhes dava esmola, agasalhava? Ninguém acreditava na conversão, na reabilitação. A construção da Ilha da Purificação endoidara o país. Querer uma só religião, uma só fé para esculpir o homem novo, modelar, depurar a sociedade de enfermidades de alma, justificava a perseguição, a tortura, a imolação na fogueira. Os Inquisidores eram os senhores do Juízo Final. Substituíam-se ao julgamento divino.

Conclusão

Exemplos de desvios, maus tratos, perversões enchiam o inferno das celas. Apesar do medo, alguns ousavam já insurgir-se. Que tinham a perder,

face a funcionários que ora mostravam solidariedade, adquirida a preço caro, ora se compraziam em afligir e piorar a situação dos detidos?

No contexto, que abordamos, os encarcerados arriscavam-se a questionar o procedimento de gente que trabalhava para o Santo Ofício, em domínios que pediam cautela, para não desmoronar mitos de mestria tão caros a funcionários e colaboradores da Inquisição.

Os assuntos eram diversos. Os erros também. Todavia, eram incontornáveis as repetidas acusações que indiciavam corrupção.

O manto do exercício da justiça cobria as decisões inquisitoriais. No Santo Ofício, delibera-se quem morria e quem podia continuar a viver. Quem concebe os diálogos silenciosos, que cada um travou consigo mesmo?

Entrincheirados nos Regulamentos que produziavam e interpretavam, os inquisidores queimaram homens e mulheres cujo crime era o da crença religiosa. Proibiam a partilha do reino ao Outro, ao diferente. Só uma só verdade era tolerada, dentro e fora dos cárceres. O silêncio e a indiferença cúmplice amalgamavam-se na recriação do inferno dantesco. O medo, a tortura, a prisão, a doença do corpo e da alma...

Notas ao texto:

- 1 - D. Luís da Cunha, *Testamento Político*, ed. Seara Nova, Lisboa, 1943, pp.66 a 69.
- 2 - Pedro Calafate (org.), *Portugal como problema, séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Fundação Luso-Americana e Público, 2006, p. 164.
- 3 *Notícias Recônditas do modo de proceder da Inquisição com os seus presos, Obras escolhidas* do Padre António Vieira, Lisboa, Ed. Sá da Costa, Vol. IV, 1951, p. 26.
- 4 - Cf., Hannah Arendt, *Eichmann à Jérusalem, Rapport sur la banalité du mal*, Paris, Gallimard, 1966.
- 5 - Gaspar Mendes Furtado, PT – TT – TSO – IL – 028 – 09636.
- 6 - João Lúcio de Azevedo descreve este instrumento de tortura usado na Inquisição, consistente em "moitão seguro no teto, onde era suspensa a vítima, com pesos nos pés, deixando-a cair em brusco arranco sem tocar no chão", in *História dos Cristãos-Novos Portugueses*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1922, p. 140. O mesmo autor em *Novas Epanáforas*, usa maior detalhe e explica que *O padrão do tormento na Inquisição portuguesa era o polé: suplicio tão bárbaro, que se evitava aplicá-lo em vésperas do auto-de-fé, para que não aparecesse a vítima com os sinais: membros desarticulados e a mexer-se a custo. Sentando em um banco o paciente, ligadas as pernas e de mãos para trás, cingiam-lhe os pulsos apertadamente com uma correia; segunda correia já nos braços, aumentava a tração, em casos que requeriam maior severidade. Por uma ou pelas duas se prendia o condenado ao calabre, com seu gancho na ponta, que passava em uma roldana presa ao teto. Ao mandado dos juizes – sempre três presentes à operação – os verdugos levantavam o pulso, tirando o mísero pela corda, primeiramente a meia altura, até à roldana, em seguida; e daí baixava o corpo, devagar e aos solavancos, quando a sentença era de 'trato corrido', ou de uma só vez, pelo peso, se de 'trato esperto', deixando, em um ou outro caso, a criatura aflita em suspensão no ar. Dos regulamentos não se verifica se algum peso suplementar se amarrava nos pés, mas parece que o do corpo sozinho bastaria para o efeito de crueldade. A torsão dos membros superiores do tronco, o abalo da queda, o repuxar dos ligamentos e a distensão muscular na paragem, tudo isso devia causar dores atrozes." João Lúcio de Azevedo, in, *Novas Epanáforas*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1932, p. 172.*
- 7 - Clara Henriques, A.N.T.T., Inquisição Lisboa, Pº. 1877, maço 162.

8 - Diminuto era o preso que tendo conhecimento de práticas heréticas não as confessava. A omissão era avaliada como maliciosa já que tinha como finalidade encobrir cúmplices. O autor das Notícias Recônditas distingue três tipos de diminutos: *Primeiros, os que confessam logo em os prendendo, ou depois de carregados de testemunhas, antes de serem sentenciados; e estes têm largo tempo para no tormento purgarem as ditas diminuições. Os segundos são aqueles que confessam depois de lhe ser notificada a sentença de relaxação. Estes têm tormento para purgarem as diminuições até sexta-feira, em que lhes atam as mãos. Os terceiros são os que confessam de mãos atadas, estando já entregues aos padres, e destes é o estado mais perigoso, porque já hão-de purgar por tormento as diminuições. São obrigados a acertarem com todos os que juraram contra eles, sem lhes faltar um, por isso é o adágio: Mãos atadas, terras abrasadas.* In: *Notícias Recônditas do modo de proceder da Inquisição com os seus presos, Obras escolhidas do Padre António Vieira*, Lisboa, Ed. Sá da Costa, Vol. IV, 1951, p. 217.

9 - Fictos - Réus que, querendo salvar-se e não conhecendo as culpas de que os acusavam, tentavam acertar com informações e informadores existentes contra ele.

10 - Impenitentes - Réus obstinados na heresia, que não mostravam arrependimento.

11 - Cárcere e hábito penitencial perpétuo, ou seja, prisão e o uso de Sambenito durante toda a vida; o regimento de 1640 viria, porém a estipular que esta pena duraria três anos, *com remissão* e cinco sem remissão.

12 - Sobre a insânia dos inteligentes inquisidores a resvalar para o domínio da enfermidade, questiona-se: doutos e doudos? – Cf., Francisco da Silveira Bueno, *Dicionário Etimológico* - Prosódico da Língua Portuguesa, São Paulo, Ed. Lisa, 1988, p.1043.

13 - Entre a segunda metade do século XIII e os finais do século XVIII, a tortura fez parte do processo criminal habitual da Igreja latina e da maior parte dos estados da Europa.; "...foi incluída nos procedimentos legais regulares do direito continental, adquiriu a sua própria jurisprudência e tornou-se realmente uma matéria erudita entre os juristas ". Edward Peters, *História da Tortura*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 61.

14 - Michel Foucault, Michel Foucault, *Vigiar e Punir*, Petrópolis, Vozes, 1996, p. 37.

15 - Caderno do Promotor, 1726/ 1730.

16 - Cf., sobre o tema, Hannah Arendt, *Eichmann à Jérusalem, Rapport sur la banalité du mal*, Paris, Gallimard, 1966.

17 - Cf. Giuseppe Marocchi e José Pedro Paiva, *História da Inquisição Portuguesa – 1536 – 1821*, Lisboa, A esfera dos Livros, 2013, p. 255.

18 - Cf., Erving Goffman, *Asíles*, Paris, Éditions de Minuit, 1979.

19 - Fala de Mateus Oróbio.

20 - Irmão de Gaspar Mendes Furtado. Processo: TT/TSO-IL/028/06909.

21 - Natural da Covilhã, será queimada no Auto da Fé de 13 de outubro de 1726. Ver.

22 - Cf., Erving Goffman, op. cit.

23 - TIF 425.

24 - Listas dos Autos da Fé da Inquisição de Lisboa – PT-TT-TSO-CG-2.- 435.

* Professora Jubilada da Universidade da Beira Interior

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DOS EXPOSTOS NA BEIRA BAIXA A RODA DE CASTELO BRANCO

*Maria da Graça Vicente**



Roda de expostos vista do exterior

Entre os diversos capítulos da história da assistência, destaca-se o capítulo relacionado com as crianças expostos ou enjeitadas – «O fenómeno do enjeitamento é uma constante no tempo e no espaço»¹. Crianças indesejadas, mal nascidas, por questões morais ou materiais e, por isso, abandonadas em locais públicos ou até vendidas², pelos seus progenitores. Fenómeno acompanhado, em todas as sociedades, pela criação de diversas instituições para minorar a sua desventura e as ajudar a sobreviver. No Oriente, em Constantinopla existiam, no século III, hospícios especializados na recolha de crianças abandonadas - os *brephotrophia* - ou para órfãos – os *orphanotrophia*³.

No Ocidente medieval a mais antiga instituição que se conhece, para a recolha e assistência de

crianças, foi criada em Milão no século VIII, sendo, porém, a proteção e assistência à criança exposta deixada, de modo muito particular, à Igreja. A Ordem Religiosa do Espírito Santo, fundada em Montpellier em 1160, e depois espalhada por toda a Europa, teve como missão a proteção da criança desvalida. Contudo, e muito ao gosto da época, reis, rainhas, grandes senhores, ordens militares, municípios, confrarias ou simples particulares vão intervindo, aqui e ali de modo disperso e desordenado, para auxiliar e melhorar as condições de vida de muitos inocentes desamparados⁴. No nosso território as duas mais antigas instituições, conhecidas, para acolher os expostos, foram fundadas por duas rainhas, recebendo a designação de hospital.

A primeira – o Hospital dos Meninos Órfãos de Lisboa – foi estabelecida em 1273 pela rainha D. Beatriz, mulher de D. Afonso III. Esta instituição do «espital dos mjnjnhos» não foi esquecida no testamento de D. Dinis, em 1322⁵, nem de sua mulher D. Isabel – a Rainha Santa⁶. Esta mesma rainha, entre as muitas casas religiosas e obras de piedade fundou, por iniciativa do bispo da Guarda, o Hospital dos Inocentes de Santarém.

Nos alvares da modernidade com o advento de ideias centralizadoras⁷ e, face à ineficiência revelada pelas velhas instituições medievais, a rede assistencial vai sofrer profundas alterações⁸.

Ao longo dos séculos seguintes o amparo aos enjeitados está a cargo dos concelhos⁹ e das misericórdias. As crianças eram deixadas no adro das igrejas, à porta dos conventos ou de particulares, e, recolhidas por todo o país por «ermitães» e «ermitoas»¹⁰. Mais tarde passaram a ser colocados nas «Roda», uma espécie de cilindro giratório, com uma abertu-

ra onde era colocada a criança, a mãe ou quem a depositava tocava a campainha para avisar a «rodeira», que ao fazer girar a roda recolhia a criança, sem ser vista nem poder ver a pessoa que ali a deixava¹¹.

No reinado de D. Maria, foi oficialmente reconhecida e legalizada a prática do sistema das «rodas», pela lei promulgada, em 24 maio de 1783, por Pina Manique, o intendente geral da polícia. Com a criação de Casas da Roda em todos os centros administrativos. Portugal acompanhava a tendência da Europa católica, sobretudo do Sul, chamando a si a responsabilidade para com os expostos. Lei promulgada como forma de travar os infanticídios e abortos, causadores, dizia-se, da acentuada queda demográfica do reino.

Nos anos setenta do século passado verificou-se além-fronteiras, um renovado interesse e novas abordagens ao fenómeno dos expostos. Movimento seguido pela historiografia nacional, especialmente a partir da década seguinte¹². Autores e estudos «que vão permitindo entender o fenómeno do abandono, enquanto prática bem expressiva da Antiga Sociedade portuguesa¹³». Refira-se, ainda, o III Congresso da Associação Ibérica de Demografia Histórica, realizado na Universidade do Minho, em abril de 1993¹⁴. Estudos que cobrem a quase totalidade do território nacional, sendo, porém, notória a ausência de trabalhos sobre os expostos na Beira Baixa e, mais concretamente na cidade de Castelo Branco – tema que nos propomos abordar nestas jornadas da Medicina da Beira Interior.

2- Em Castelo Branco, no último quartel do século XVIII, o peso da burocracia e despesas do concelho com os expostos obrigou a edilidade a tomar algumas medidas. Com efeito, em setembro de 1781 a Câmara, para aligeirar e ter um maior rigor nas contas relacionadas com «a criação dos Expostos», decidiu adoptar novos procedimentos¹⁵. Importava, sobretudo, evitar a confusão nas despesas e que a «Camara possa saber de hum golpe de vista o estado da criação, o que se deve, e o que se tem despendido¹⁶». Tentando evitar as irregularidades que pudessem ser cometidas, por exemplo pelas amas

a quem o exposto era dado a criar, mediante pagamento. Davam-se instruções precisas quanto aos assentos da criança exposta. A esquerda era inscrita – a data em que foi exposta; como vinha vestida; o local da exposição; e qualquer outro sinal que pudesse, posteriormente, identificar a criança; a Igreja e data do baptismo e, o nome da ama a quem era entregue. Aí seriam, se necessário, inscritos posteriormente, outros dados – caso houvesse mudança de ama, a data do falecimento ou, outro qualquer elemento adicional. Para cada exposto inscrito no Livro ficavam reservadas sete folhas, para assentar as despesas, que correspondiam aos anos que os Concelhos deviam sustentar essas crianças enjeitadas.

Ficou, igualmente, estipulado que o assento dos expostos existentes passavam para este novo livro com «a mesma formalidade e com as folhas» que correspondiam aos anos que faltavam até ao limite dos sete anos da sua criação, regressando, nessa idade, ao cuidado do concelho.

Vejamos, então, o registo dos expostos no livro referente aos anos de 1781 a 1784. As crianças enjeitadas eram deixadas, recém-nascidas, à porta de casas particulares, mal agasalhadas, quase nuas. Nalguns casos o escrivão descreve minuciosamente, talvez até com alguma ternura, denunciada pelo uso de diminutivos, o vestuário do exposto. Referimos a título de exemplo - João exposto em março de 1777, à porta de Domingos Marques que vinha «embrulhado em huma Baetinha branca e huma camisinha e hum paninho na Cabeça apertado com um orelho», sinais para um reconhecimento futuro. Ou Rosa, exposta em agosto de 1781, à porta de João Vaz, embrulhada «em duas baetinhas azuis velhas, huma camiza e huma coafa», bem como Gerarda, que foi exposta, em abril de 1780, à porta de João Amadeu, que vinha «embrulhada em três baetas velhas, huma de Bruxel preto, outra azul e outra (?), tres panos de estopa, huma camisinha e hum lenço, hum barrete, tudo velho». Noutros casos, o escrivão, apenas se limita a uma seca fórmula de «embrulhada em huns farrapos» como Maria exposta na Roda, em Janeiro de 1784, ou ainda, «embrulhada em huns farrapos que por indignos não se devem escrever» como Joa-

na Petra, exposta à porta do capitão - mor da cidade em 4 de Fevereiro de 1781, que viria a falecer em 26 de Julho de 1783. Condições que, logo à partida, iriam acentuar fortemente uma pesada mortalidade nos primeiros meses de vida. Por isso a primeira preocupação era administrar o sacramento do batismo, momento em que se lhe dava um nome, geralmente do santo desse dia; havendo indicação de que o mesmo já tinha sido administrado, a criança era novamente batizada sob *conditione*. Importava, antes de mais, salvar a alma destes inocentes!...

Logo de seguida, no mesmo dia, eram entregues a criar a mulheres, geralmente casadas, amas contratadas pelo concelho, que se encarregavam de os amamentar e criar, em suas casas, até aos sete anos de idade, mediante pagamento. Criação em condições muitas vezes precárias quer durante o período da amamentação, quer depois, em que não raras vezes o exposto recebia uma deficiente alimentação. Malnutrição, deficientes condições de higiene, insuficientes conhecimentos de puericultura, falta de cuidados de saúde, e mingua de afeto originavam uma altíssima mortalidade logo nos primeiros meses de vida.

Mortalidade que, por certo, não seria muito diferente se essas crianças não fossem expostas. Entre os vários motivos apontados para o abandono e a exposição de crianças estariam, certamente razões económicas. Uma pobreza extrema bem visível nos trapos que as protegiam. Casos havia em que os progenitores, não os podendo criar, os entregavam aos cuidados do concelho. Tal foi o caso de Joaquim, filho legítimo de Mathias Magro, que ficou sem poder criá-lo, em virtude de Maria Ribeira Feijoa sua mulher, morrer do parto. Foi, por isso, a pedido do pai, inscrito no livro dos expostos, em 13 de janeiro de 1781 por ordem do juiz de fora.

Entre as cinquenta crianças registadas nos anos de 1775¹⁷ e 1784¹⁸, já depois de institucionalizada a Roda, faleceram durante o primeiro ano de vida vinte e duas crianças¹⁹.

Findo esse primeiro ano de vida, a criança ainda não estava livre de contingências várias que espreitavam ameaçadoras a sua precária existência. Epidemias, má e insuficiente alimentação como foi

o caso de João do Valle, exposto em dezembro de 1780 embrulhado nuns «farrapos indignos», na cadeira da cidade entregue a criar a Maria Marques. Em julho de 1782 foi retirado à ama, pois fora acolhido noutra casa por «caridade e affecto» na altura em que foi desmamado. Tendo a ama sido acusada de não dar outro alimento além do leite, apesar da insistência do juiz ao longo de mais de um ano.

As amas eram recrutadas tanto dentro da cidade, especialmente no arrabalde, como nas povoações do termo. Durante este curto período registámos a prestação de cerca de três dezenas de amas, quase todas mulheres casadas e algumas viúvas. Como podemos verificar no quadro do registo das amas, *infra*, algumas delas receberam sucessivamente, ao longo destes anos, crianças para amamentar e cuidar²⁰. São disso exemplo Máxima Maria, que recebeu um exposto em outubro de 1775 e outro um ano mais tarde, em outubro de 1776. De igual modo a Joana Maria, casada com Manuel Antunes Gasta de Alcains, foram entregues crianças em abril de 1780 e em agosto de 1781; ou ainda Joana Maria, casada com João Antunes, de Castelo Branco recebeu expostos; em outubro de 1782, novembro de 1782 e janeiro de 1783. Cadencia na amamentação que, certamente seria fator de algum esgotamento físico da ama e um deficiente aleitamento, com consequências no desenvolvimento da criança.



Fachada com uma Roda

Instituição da Roda de Castelo Branco

No final do *Livro do Assento dos Expostos* que temos vindo a acompanhar, foi transcrita, sob o título de «Ordem» a instrução recebida de Lisboa²¹, do Intendente Pina Manique, para a criação da Roda.

São conhecidos os argumentos que justificavam a sua criação: a falta de gente no Reino e, nalguns casos despovoamento; urgência em diminuir os infanticídios que aconteciam em muitos lugares e com muita frequência, onde «não há Rodas ou Berços para os enjeitados»; conservação da vida, dessas crianças que sendo expostas «de noute as portas dos particulares [...], são sacrificados como inocentes vítimas [...], futuros cidadãos «que poderiam ser úteis ao Estado».



Roda de expostos vista do interior da casa da roda

Ordenava-se às comarcas que em cada vila fosse criada uma casa com um local onde se pudesse expor e recolher as crianças, sem que se conheça quem as ali deixava. Nessa casa ficaria uma pessoa, com um salário igual ao pago nas albergarias, para que a toda a hora, de dia ou de noite, acolhesse os enjeitados, com a obrigação de informar de imediato as justiças. Ordenava, igualmente, a obrigatoriedade de, periodicamente, proceder a revista geral a todos os enjeitados e, verificar como eram tratados.

Esses expostos eram criados até à idade de sete

anos, sendo então distribuídos por quintas, herdades e fazendas vizinhas.

Ordem que deveria ser executada no prazo de dois meses.

Nessa mesma data o Doutor João Figueiredo²², provedor de Castelo Branco, depois de «informações e averiguações» e de pessoalmente «examinar os sittyos e Ruas desta cidade», escolheu o «sittio do Espirito Santo, no Arrabalde». Sendo a *Casa dos Expostos* estabelecida nas casas contíguas à capela do Espirito Santo e nela colocada a «Roda», a nascente, «por ser por aquelle sitio mais fácil a exposição as pessoas [...]» que ali deixavam os enjeitados.

Foi nomeada rodeira, Maria Antunes, mulher de Manuel Martins Pinto, que já era ama. Maria Antunes e seu marido juraram sob os Santos Evangelhos²³, que ali receberiam todos os «Expostos com caridade e bom gasalho sem descobrir as pessoas que os conduzirem nem os escandalizar por forma alguma [...]». Ficava a rodeira obrigada a estar sempre pronta de dia e de noite; ter luz de noite e, tudo preparado para verificar o estado em que vinha o exposto e se necessário limpar e alimentar, de imediato, a criança recolhida. Comprometendo-se igualmente, havendo sinais de perigo de vida, chamar imediatamente um padre para que fosse batizada. Não encontrando nenhum ela ou o seu marido deveriam dar-lhe o sacramento do batismo sob *conditione*, sem demora. Administração deste sacramento para o qual seriam instruídos, com a formação adequada. Foi, para essa tarefa, determinado um salário anual de nove mil e seiscentos reis.

Concluindo

O fenómeno dos filhos ilegítimos marcou profundamente a nossa sociedade. Cada tempo histórico foi resolvendo, pela rejeição e também pela integração, os filhos nascidos sob o signo da bastardia e indesejados. Nas sociedades do Antigo Regime aos primórdios da era contemporânea o fenómeno, mercê de variadíssimas circunstâncias históricas, atingiu proporções avassaladoras, que obrigou o Estado, cada vez mais centralizador e controlador, a tomar medidas.

Desconhecemos, ainda, a dimensão do abandono e exposição na Comarca de Castelo Branco e o peso de cada um dos diversos motivos – morais, sociais e económicos – que lhe estão subjacentes.

Pretendemos com esta nossa primeira abordagem, dar a conhecer, ou antes lembrar a importância para o conhecimento da sociedade albicastrense, e da Beira Baixa, nas suas diversas vertentes – demográficas, económicas, sociais, assistenciais e, ainda sobre a família e a criança – o estudo dos vários livros de registos relacionados com os expostos²⁴, ao nosso dispor no Arquivo Distrital de Castelo Branco.



Capela do Espírito Santo

Quadro 1 - Registo de Expostos (1781-1784)²⁵

Ano/Mês	Meninas	Meninos	Encontrado à Porta de:	Roda	Morte Em:	Anos de vida		
						d	m	a
1775- Out-19	Joaquina ²⁶		Porta de Máxima Maria					
1776- Fév- 02		Carlos ²⁷	Dr. António de Sousa					
1776- Abr-07	Maria		Agostinho Mendes					
1777-Mar-17		João ²⁸	Domingos Marques					
1778-Dez-08	Ignés ²⁹		António José de Pavia					
1780-Abr-16	Gerarda		João Amadeu da Piedade					
1780-Dez-25		João do Valle ³⁰		cadeira (?)				
1781-Jan-13		Joaquim ³¹			20 Janeiro 1781 ³²	7		
1781-Fev-04	Joana Petras		Capitão-mor, da cidade		26 Julho de 1783,			2
1781-Fev-05	Francisca		Casa do Monte dos Carvalhos		16 Março de 1782,			1
1781-Mai-06	Maria		Maria Marques ³³ , Rua da Ega		13 Maio 1783			2
1781-07-Julho		Manoel Laudis		cadeira (?)				
1781- Agos.13-		Eusébio	Filhas de Paulo Gomes		12 Abril 1782,		9	
1781-Agos-29	Roza		João Vaz					
1781-Nov-20		José	Luís Pedreiro ³⁴		28 Nov-1782	8		
1781-Dez-09		Manoel	Joaquina Mourinho					
1782-Fev- 02	Maria		Eusébio Ferreira		23 Julho 1783			1,5
1782-Fev-18	Maria		Maria Baptista		21 Agosto 1783		5	
1782-Fev- 19	Maria		Caetano Martins Carrilho ³⁵		09 Maio 1782		3	
1782-Mar-16	Genoveva dos Ramos		Barbara					
1782-Mar-21		Bento	Convento de Santo António		17 Julho 1783			1,5
1782- Mai-21		José ³⁶	Ermitão de Nossa Senhora da Piedade					

Ano/Mês	Meninas	Meninos	Encontrado à Porta de:	Roda	Morte Em:	Anos de vida		
						d	m	a
1782- Out-30		José	Sebastião N...,?		15 Nov. 1782.	15		
1782-Nov-15		André	António José da Graça		27 Nov. 1782	12		
1782-Nov-19		Felipe	Luís Gomes T...,		06 Dez. 1782.	17		
1783-Jan-06	Ana		António Esteves Cantarinho		12 Fev. 1783		1	
1783-Jan-23	Maria				04 Fev. 1783.	12		
1783-Jan-29		José		Roda	17 Fev. 1783 ³⁷	19		
1783-Fev-04	Águeda		Francisco Ripado		19 Fev. 1783	15		
1783-Fev- 14	Escolástica		Alcains		16 Mar. 1783		1	
1783-Abr-01	Ana		António Esteves Cantarinho					
1783-Abr-07		João	Francisco Cas...,?		11 Nov. 1783		8	
1783-Abr-24		Manoel	Ant ^a Camonda?		06 Maio 1783	12		
1783-Jun-04		José	João António Obrigado					
1783- Abril- 27		Estevão		Roda	04 Dez. 1784		7	
1783-Nov-08		Teodoro		Roda	04 Dez. 1783	26		
1783-Nov-09		José		Roda				
1783-Dez-08		Domingos	Escalos de Cima		31 Dez.	23		
1783-Dez-18		Manoel		Roda	04 Jan. 1784	17		
1784- Jan-26	Maria ³⁸			Roda				
1784-Jan-12	Tereza			Roda				
1784- Abr-27	Josefa ³⁹			Roda	28-04-1784	1		
1784-Jun-07	Maria			Roda				
1784-Jun-11		António		Roda				
1784-Jun-16		Manoel		Roda				
1784-Jun-17		António		Roda	30 Junho 1784	13		
1784-Jun-26	Joana			Roda	Agosto 1784		1	
1784-04-Junh.	Maria			Roda				
1784-Nov-13	Joana			Roda	[Nov. 1784 (?)] ⁴⁰	?		

Quadro 2 - Registo de Amas (1781-1784) ⁴¹

Registos - Ano/ Mês	Amas	Estado civil		Moradores	
		casada	viúva	Castelo Branco	termo
1775- Outubro	Máxima Maria				
1776- Outubro	Máxima Maria				
1776- Fev- 02	Paula Gonçalves				
1777-Mar-17	Isabel Joaquina ⁴²	x			
1778-Dez-08	Joana ---? ⁴³	x			
1780-Abr-16	Joana Maria ⁴⁴	x			Alcains
1781- Ago-13-	Joana Maria ⁴⁵	x			Alcains
1780-Dez-25	Maria Marques ⁴⁶	x			Salgueiro
1784-Jun-11	Maria Marques ⁴⁷	x		Castelo Branco	
1781-Jan-13	Barbara Antunes ^{48w}	x			
1781-Fev-04	Joana Maria ⁴⁹	x			
1781-Fev-05	Maria Theresa ⁵⁰	x			
1781-Mai-06	Isabel Gabriel ⁵¹	x			Escalos de Cima
1781-07-Julho	Francisca Peres, viúva.		x		
1781- Agos.13-	Joana Maria ⁵²	x		Castelo Branco	
1781-Agos-29	Josemina Roiz ⁵³	x			
1781-Nov-20	Anastacia				
1781-Dez-09	Rosa Jacinta ⁵⁴	x			
1782-Nov-19	Rosa Jacinta ⁵⁵	x			
1782-Fev- 02	Caterina Antunes ⁵⁶	x			
1783-Jan-06	Caterina Antunes ⁵⁷	x			
1783-Fev- 14	Catarina Antunes ⁵⁸	x			
1783-Abr-01	Catarina Antunes ⁵⁹				
1782-Fev-18	Caterina de Jezus ⁶⁰		x		Alcains
1782-Fev- 19	Catarina Roiz ⁶¹	x			
1782-Mar-16	J...a Maria ⁶²	x			
1782-Mar-21	Maria Teresa ⁶³	x		Castelo Branco	
1782- Mai-21	Rosa Agostinho ⁶⁴	x		Castelo Branco	
1782-Ago-26	Maria Roiz ⁶⁵		x		
1782- Out-30	Joana Maria ⁶⁶	x		Castelo Branco	
1782-Nov-15	Joana Maria ⁶⁷	x		Castelo Branco	
1783-Jan-23	Caterina Roiz ⁶⁶	x		Castelo Branco	
1783-Abr-24	Catarina Roiz ⁶⁹	x		Castelo Branco	
1783-Fev-04	Catarina Roiz				
1783-Jan-29	Joana Maria ⁷⁰	x		Castelo Branco	
1783-Abr-07	Teresa Maria ⁷¹	x		Castelo Branco	
1783-Jun-04	Martinha Dante ⁷²	x		Castelo Branco	
1783- Abril- 27	Joana Maria	?			
1783-Nov-08	Maria Martins Ribeira Chaves ⁷³	x			Lousa
1783-Nov-09	Fernanda Gomes ⁷⁴	x			
1783-Dez-08	Maria ---?				
1783-Dez-18	?				
1784- Jan-26	Ama do Concelho				
1784-Jan-12	Joana Maria	?			
1784- Abr-27	?				
1784-Jun-07	Joana Lopes Anes				
1784-Jun-16	Isabel de Almeida ⁷⁵	x			
1784-Jun-17	Catarina, casada	x			
1784-Jun-26	Antónia Maia Larga ⁷⁶			Castelo Branco	
1784-04-Junh.	Joana Lopes ⁷⁷	x			Escalos de Cima
1784-Nov-13	Francisca Maria ⁷⁸	x			

Notas ao texto:

- 1 Maria de Fátima REIS, *Os Expostos em Santarém. A acção social da Misericórdia (1691-1710)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2001, pp. 67.
2. De acordo com o código de Hamurabi, a venda de criança parece ser legal na Antiga Babilónia. *Código de Hamurabi*, intro. Trad. e com., de E. Buzom, 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 1976, p. 57, par. 117. APUD, Maria de Fátima REIS, *op. cit.*
3. Victor RIBEIRO, *História da Beneficência Pública em Portugal*, ed. 1907, p.103, APUD Maria Helena Vilas-Boas ALVIM, *Em torno dos Exposto. As duas primeiras casas de expostos, portuguesas*, Sep. «Revista de História», Porto, vol. I, 1984.
4. Sobre a história das instituições e assistência aos expostos entre os muitos estudos e autores Vide Maria Helena Vilas-Boas ALVIM, *Em torno dos Exposto. As duas primeiras casas de expostos, portuguesas*, Sep. «Revista de História», Porto, vol. I, 1984; Maria de Fátima REIS, *Os Expostos em Santarém. A acção social da Misericórdia (1691-1710)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2001.
5. Cf. D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida Editora, 1946, tom. I, p. 128.
6. Idem, *ibidem*, p. 150.
7. No Livro I, título 57 §10 das *Ordenações Afonsinas* foi, pela primeira vez, legislado sobre a assistência a prestar aos expostos, em todo o Reino, sendo igualmente estipulado que seria aos municípios que incumbia o encargo da administração com todos os expostos. A. Cesar ANJO, «A assistência às crianças expostas em Portugal», in *Amatus Lusitanus*, n.º 10, outubro 1950, vol. VIII, pp. 423-445.
8. Processo iniciado em Lisboa, com a criação do Hospital de Todos-Os-Santos, por D. João II e, também pela criação da Misericórdia e sua posterior expansão por todo o território.
9. Os alvarás régios de 22 de agosto de 1654 e de 22 de dezembro de 1656, confirmam a obrigatoriedade das camaras exercerem essa função, suportando as despesas relativas aos expostos. Cf., Natércia REIS, RAIMUNDO, *A Roda e os Expostos*, Almeida, 1994.
10. Sebastião MATOS, *Os Expostos de Barcelos 1783-1835*, Disse. Mestrado, História Moderna e Contemporânea, Porto, 1995, p. 32.
11. Admitindo-se que em finais do século XVI, inícios do XII, a Roda já existia, pelo menos em Lisboa (1616) e em Coimbra (1694). Cf., A. Cesar ANJO, *Op. cit.*, p. 427.
12. São exemplo os estudos de Maria Helena Vilas-Boas Alvim; Maria Antónia Lopes, Isabel dos Guimarães Sá; Maria de Fátima Reis; Laurinda Faria dos Santos Abreu, Nuno Osório Cortes; Maria José da Cunha Reis; Teodoro Afonso da Fonte, e tantos outros.
13. Maria de Fátima REIS, *Op. cit.*
14. *Expostos e Ilegítimos na Realidade Ibérica. Do século XVI ao Presente*, III Congresso da AIDH, Universidade do Minho, Braga-Guimarães, 22-24 de abril, 1994.
15. Cf. ADCB, *Assento dos Expostos, 1781-1784*, Maç. 465, onde na primeira página se pode ler: «Este livro há de servir para nelle lançarem os assentos dos Expostos que se mandão crear a custa das rendas do Concelho desta Cidade, e mais clarezas na forma declarada do Provimento[...]», Castelo Branco, 6 de Setembro de 1781.
16. Idem, *ibidem*, fl. 2.
17. Para este livro dos registos iniciado em 1781, apenas foram inscritas as crianças expostas que tinham sobrevivido e que ainda não tinham atingido os sete anos nessa data, sendo o exposto mais antigo de 1775.
18. Cf. Quadro 1 - *Registo de Expostos (1781-1784)*.
19. Número que é apenas indicativo, pois desconhecemos quantas crianças foram expostas e registadas antes de 1781. Data em que apenas se registaram as crianças sobreviventes.
20. Cf. Quadro 2- *Registo das amas (1781-1784)*.
21. Ordem datada de 7 de maio de 1783.
22. Cf. ADCB, «Termo de estabelecimento de Casa para Roda, nomeação de mulheres que nella há de assistir para receberem os engeitado e juramento à mesma», *Assento dos Expostos*, Livro 1, 1781-1784, Mç.465.
23. Foi indicado na margem a data do juramento – 27 de agosto de 1783.
24. Só par a cidade de Castelo Branco existem 32 livros para matrículas de expostos; 6 de despesas; 3 para pagamentos de condução de expostos e 1 de pagamento às amas dos expostos. Mas existem alguns registos referentes a outras localidades como S. Vicente da Beira; Póvoa de Rio de Moinhos; Fundão; Oleiros; Vila Velha de Rodão. Cf. *Recenseamento os Arquivos Locais*, Torre do Tombo, vol. 10- Castelo Branco.
- 25.Arquivo Distrital de Castelo Branco – *Assento dos Expostos*, Livro 1, 1781-1784, Mç.465.

- 26 Fez 7 anos em 1782.
- 27 Fez 7 anos em 1782
- 28 Fez 7 anos em 1784
- 29 Fez 7 anos em 1784
- 30 João do Valle foi, em Junho de 1782, no tempo em que foi desmamado, recolhido por «caridade e afecto» em outra casa, pois já havia algum tempo que o juiz tentava que a ama que o não tratava bem, lhe desse mais do que o leite.
- 31 Joaquim, filho legítimo de Matias Magro e Maria Ribeira Feijoa, que morrera de parto a 11 desse mês. O pai, sendo pobre e não o podendo criar, deu-o a criar às custas do Concelho.
- 32 Por 7 dias da «sua criação» pagou o Concelho 175 reis e mais 280 reis da mortalha.
- 33 Foi exposta na Rua da Ega, à porta de Maria Marques mulher do contador.
- 34 Exposto na Rua Nova, à porta de Luís Pedreiro.
- 35 Caetano Martins Carrilho, Procurador do Concelho.
- 36 José, vinha embrulhado em «huns farrapos indignos de se escreverem» e, trazia um papel escrito dizendo ter sido baptizado, ma foi novamente baptizado sob conditione.
- 37 Foi sepultado no dia em que foi baptizado.
- 38 Em 6 de Março de 1785, foi entregue a sua mãe, Maria Leitoa, como é lembrado no «Livro Novo». Segundo está relatado em 13 de Novembro desse ano de 1784, reclamou esta menina, Maria Leitoa, solteira, natural e moradora no termo de S. Vicente da Beira, dizendo ter exposto a sua filha, já baptizada com o nome Rosa, por ser pobre. Agora por reear os juizes, que suponham a menina morta, vinha pedir certidão do seu assento.
- 39 Por um dia da sua criação e mortalha foram pagos 290 reis.
- 40 Esta menina parece ter falecido nesse mesmo mês e ano.
- 41 Arquivo Distrital de Castelo Branco – Assento dos Expostos, Livro 1, 1781-1784, Mç.465.
- 42 Isabel Joaquina, mulher do Busca
- 43 Joana, mulher de João ---?
- 44 Joana Maria, mulher de Manuel Antunes Gasta, de Alcains
- 45 Joana Maria, mulher de Manuel Antunes Gasta, de Alcains
- 46 Maria Marques, mulher de João Vaz do Salgueiro
- 47 Maria Marques, mulher de João Vaz, de Castelo Branco.
- 48 Barbara Antunes, mulher de Jerónimo Ribeiro
- 49 Joana Maria, mulher de António Roiz Leal.
- 50 Maria Teresa, mulher de João da Luísa.
- 51 Isabel Gabriel, de Alcains, mulher de Manuel Martins, entretanto moradores em Escalos de Cima.
- 52 Joana Maria, mulher de João Antunes Ambrósio.
- 53 Josemina Roiz, mulher de José Mendes
- 54 Rosa Jacinta, mulher de João Esteves.
- 55 Rosa Jacinta, mulher de João Esteves.
- 56 Caterina Antunes, mulher de Esteves Cantarinho.
- 57 Caterina Antunes, mulher do Cantarinho. A pequena Ama morreu em 12 de Fevereiro com apenas 36 dias, importando o montante dos gastos do concelho com ela em 1 140 reis, 900 da ama e 240 da mortalha.
- 58 Catarina Antunes, mulher de António Cantarinho.
- 59 Catarina Antunes, mulher do Cantarinho.
- 60 Catarina de Jesus, de Alcains, viúva de Domingos dos Reyes, pois não havia ama em Castelo Branco nem em Salgueiro, onde primeiro se procurou.
- 61 Catarina Roiz, mulher de José Mendes, moradores em Castelo Branco.
- 62 J. Maria, mulher de José Vaz Agostinho, dos Escalos de Cima.
- 63 Maria Teresa, mulher de João de Oliveira, casados de Castelo Branco.
- 64 Rosa Agostinho, mulher de Manuel Nunes Paul, morador em Castelo Branco.
- 65 Maria Roiz, viúva de Domingos Roiz Estouvado (?).
- 66 Joana Maria, mulher de João Antunes, de Castelo Branco.
- 67 Joana Maria, mulher de João Antunes, de Castelo Branco.
- 68 Caterina Roiz, mulher de José Mendes, que a recebera par criar vinda da casa de Ana Rois Cantarinho, freguesia do Salgueiro, onde dizem ter nascido.
- 69 Catarina Roiz, mulher de José Mendes, moradores em Castelo Branco.
- 70 Joana Maria, mulher de João Antunes, moradores no arrabalde à Fonte Nova.
- 71 Teresa Maria, mulher de José Nunes ... ? de Castelo Branco.
- 72 Martinha Dante, mulher de Domingos Dias, de Castelo Branco.
- 73 Maria Martins Ribeira Chaves, mulher de Domingos ..., do lugar da Lousa.

- 74 Fernanda Gomes, da Lousa, mulher de Domingos Duarte Preto.
 75 Foi dado a criar, em 18 desse mês, a Isabel de Almeida, mulher de José da Ignês.
 76 Antónia Maia Larga, de Castelo Branco.
 77 Joana Lopes, de Escalos de Cima, mulher de José Antunes. A exposta foi dada a criar a esta ama do termo, em 15 desse mês, por não haver nenhuma disponível na cidade.
 78 Francisca Maria, mulher de Manoel Mendes Serrasqueiro?

Bibliografia:

- ABREU, Laurinda - «As crianças abandonadas no contexto da institucionalização das práticas de caridade e assistência, em Portugal, no século XVI», in *A infância no universo assistencial da Península Ibérica. Séculos XVI-XIX*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2008, pp. 33-49.
- ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas - «Em Torno dos Expostos. As duas primeiras casas de Expostos Portuguesas casas», *Revista de História*, vol. I, Porto, 1984, pp. 147-166.
- ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas - «Aspectos da assistência às crianças expostas e desvalidas do concelho de Valongo, no século XIX», *Revista de Ciências Históricas*, nº 3, (1987), pp. 261-267.
- ANJO, A. Cesar - «A assistência às crianças expostas em Portugal», in *Amatus Lusitanus*, n.º 10, outubro 1950, vol. VIII, pp. 423-445.
- ARAUJO, Maria Marta Lobo de; FERREIRA, Fátima Moura, Org. - *A Infância no Universo Assistencial da Península Ibérica (séculos XVI-XIX)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008.
- CORTES, Nuno Osório - *O Abandono de crianças no Algarve. O caso dos Expostos de Loulé (1820-1844)*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Secção de História, Universidade do Porto, 1991.
- CORTES, Nuno Osório - «Expostos de Loulé: condições de acolhimento e atitudes no abandono (1820-1879)», in *Actas do 6º Congresso do Algarve*, vol.1, 1990, pp. 123-130.
- CORTES, Nuno Osório - «Expostos» ou «Enjeitados» in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Dir. Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 511-512.
- FONTE, Teodoro Afonso da - *O abandono de crianças em Ponte de Lima: 1625-1910*, Ponte de Lima, Câmara Municipal. Centro de Estudos Regionais, 1996.
- FONTE, Teodoro Afonso da - *No limiar da honra e da pobreza: a infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*, Vila Praia de Ancora, Ancorencis Cooperativa de Ensino/NEPS, 2005.
- GOUVEIA, Maria da Luz Ferreira - *O Hospital dos Expostos de Lisboa (1786-1790). Aspectos Sociais e Demográficos*, 2 vols.; Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001.
- LOPES, Maria Antónia - *Os expostos no concelho da Meda em meados do século XIX (1838-1866); subsídios para o seu estudo*, Separata «Revista Portuguesa de História», 21, Coimbra.
- LOPES, Maria Antónia - *Os pobres e os Mecanismos de protecção social em Coimbra em meados do século XVI*, Sep. «Revista Portuguesa de História», Coimbra, 2003.
- MATOS, Sebastião - *Os Expostos da Roda de Barcelos. 1783-1835*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, Universidade do Porto, Porto, 1995.
- PINA, Luís de - *Da Roda dos Expostos à «Carta dos Direitos» da Criança*, Separata «Boletim Cultural», da Câmara Municipal do Porto, vol. XXVII, faz. 3-4, Porto, 1964.
- RAIMUNDO, Natércia Reis - *A Roda e os Expostos*, Almeida, 1994.
- REIS, Maria da Cunha - *Crianças abandonadas e expostos no concelho de Alenquer (1866-1891)*, [texto policopiado], dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 1993.
- REIS, Maria de Fátima - *Os Expostos em Santarém. A Acção Social da Misericórdia (1691-1710)*, Prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Edições Cosmos, 2001.
- SA, Graça Maria de Abreu Arrimar Brás dos - *A assistência da Santa Casa da Misericórdia de Tomar. Os expostos. 1799-1833*, Tomar, Santa Casa da Misericórdia, 2002.
- SA, Isabel dos Guimarães - *Assistência aos Expostos no Porto. Aspectos Institucionais (1518-1818)*, Dissertação Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 1987.
- SA, Isabel dos Guimarães - *A Circulação de Crianças na Europa do Sul. O caso dos Expostos do Porto*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/INIC, 1995.
- SA, Isabel dos Guimarães - «Abandono de Crianças, Infanticídio e Aborto na Sociedade Portuguesa Tradicional através das Fontes Jurídicas», in *Penélope*, n.º 8 (1992), pp. 75-89.
- SA, Isabel dos Guimarães - «Subalternos ou Excluídos? O caso da Histórias Crianças Abandonadas no Antigo Regime Demográfico», in *Exclusão na História*, Colóquio Internacional, 2000, pp. 41-51.
- SANTOS, Graça de Abreu Arrimar Bós dos - *A Assistência da Santa casa da Misericórdia de Tomar. Os Expostos (1799-1823)*, Tomar, Santa Casa da Misericórdia de Tomar, 2002.
- SIMÕES, João Alves - *Os Expostos da Roda de Góis (1784-1841)*, Porto, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 1999.
- SIMÕES, João Alves - *Sinais de Expostos. Exposição Histórico-Documental*, Catálogo, Org. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1987.

* Academia Portuguesa da História Investigadora
 do Centro de História da Faculdade de Letras
 da Universidade de Lisboa

DEMOGRAFIA EM TEMPO DE GUERRA

SÃO VICENTE DA BEIRA, 1801-1821

*José Teodoro Prata**
*Tiago Teodoro***

Introdução

Em Portugal, as crises demográficas eram ainda frequentes, em finais do século XVIII e inícios do século XIX. Vivia-se num equilíbrio precário e qualquer pequena alteração (más colheitas, guerras, difusão de vírus e bactérias) causava uma mortalidade anormal e a consequente estagnação da população ou até uma regressão demográfica.

Na segunda quinzena de novembro de 1807, o exército francês iniciou a invasão de Portugal, entrando por Salvaterra do Extremo e Segura e passando por Castelo Branco, com destino a Lisboa. Começavam assim as Invasões Francesas, a parte portuguesa de uma guerra à escala da Península Ibérica, a Guerra Peninsular.

Durante seis anos (1807-1812), as populações do território nacional foram chamadas, voluntariamente e através da coação ou da violência, a colaborar na alimentação e nas deslocações dos quatro exércitos em presença: francês, espanhol, português e britânico.

Esta realidade rompeu o equilíbrio precário acima referido, vivendo-se uma profunda crise demográfica, em 1809-1811.

A este propósito, Albert Silbert escreveu:

«O crescimento populacional foi de certeza travado pela guerra. Prova-o a simples comparação entre os números dos recenseamentos de 1801 e de 1820. Entre 1801 e 1818, o número de fogos teria passado de 758 501 a 765 395 e o dos habitantes de 2 931 000 em 1801 a 3 010 000 em 1820. A hipótese de um crescimento paralisado pela guerra, mas arrancando em seguida, é confirmada pelo número de fogos registados em 1815 (742 815) e nos anos seguintes. Só em 1818 foi ultrapassado o total de 1801. O balanço demográfico do período napoleónico pode, pois, ser

considerado negativo. Há nisso qualquer coisa de notável.»⁽¹⁾

Por outro lado, Pinto e Rodrigues informaram que Portugal tinha, em 1801, 2 912 673 habitantes, em 1811 o valor desceu para 2 877 071 e, em 1819, subiu para 3 013 900 habitantes. E acrescentaram:

«... é bastante provável que entre 1801 e 1811 tenha existido um período de crescimento lento da população antes do declínio provocado pelas invasões francesas, o que significaria que o decréscimo registado em 1811 teria sido mais abrupto.»⁽²⁾

O objeto do presente trabalho é estudar esta crise demográfica, na freguesia da sede do extinto concelho de São Vicente da Beira.



Figura 1. O atual concelho de Castelo Branco, que inclui o antigo concelho de São Vicente da Beira.

A crise demográfica de 1809-1811

Na freguesia de São Vicente da Beira, os primeiros anos da centúria de oitocentos foram de crescimento demográfico muito ténue, como mostra a

tabela 1. De facto, o ano de 1801 registou um saldo fisiológico negativo (-5), mas os anos seguintes já apresentaram valores positivos: cerca de +10, em 1802-05, descendo em 1806 (+3) e 1807 (+4), mas no ano de 1808, já em plena Guerra Peninsular, o saldo fisiológico atingiu os +13.

No entanto, os anos seguintes são de clara crise demográfica. Em 1809-1811, registaram-se saldos fisiológicos bastante negativos, atingindo-se, no ano de 1810, o valor de -51. O número de óbitos foi tão elevado que se esgotou o tradicional espaço para os enterramentos na Igreja Matriz e tiveram de se fazer no adro. Em 1813, sepultaram-se ali 73% dos defuntos, pois o interior da Igreja já estava lotado dos anos anteriores.

Em 1812 e 1813, iniciou-se a recuperação demográfica e, de 1814 a 1820, verificou-se já um saldo fisiológico francamente positivo, oscilando entre +27 e +46. (3)

Ano	Nascimentos	Óbitos	Saldo
1801	41	46	-5
1802	47	37	+10
1803	58	47	+11
1804	39	29	+10
1805	46	36	+10
1806	46	42	+4
1807	45	42	+3
1808	58	45	+13
1809	51	58	-7
1810	55	106	-51
1811	51	57	-6
1812	71	67	+4
1813	57	44	+13
1814	78	41	+37
1815	67	40	+27
1816	69	38	+31
1817	72	26	+46
1818	68	37	+31
1819	76	34	+42
1820	81	50	+31
1821	59	44	+15

Tabela 1. Saldo fisiológico, na freguesia de São Vicente da Beira.
A negrito, os anos da crise demográfica.

A que se deveu a interrupção do crescimento demográfico, em 1809-1811?

Maria Hermínia Barbosa refere que:

«A Norte do Tejo, nos primeiros quinze anos do século XIX, período de crise geral, fase crítica de carestia, guerra e tifo exantemático, epidemia

urdida pela crise de subsistência, como reflexo dos maus anos agrícolas e da Guerra Peninsular...».(4)

Na freguesia de São Vicente da Beira, as causas deste crise demográfica terão sido múltiplas.

Em primeiro lugar, os donativos que as populações foram forçadas a entregar aos quatro exércitos em presença: francês, espanhol, português e britânico.

Logo à entrada do exército invasor em Castelo Branco,

«Foram recebidos o melhor possível, administrou-se-lhe todo o preciso e necessário para o seu sustento (...) aprontando muito arroz, feijão, vinho e carne, andando o Doutor Corregedor, e Juiz de Fôra com os seus oficiais pelas casas dos habitantes a tirar pão, e carne; das Lojas dos mercadores arroz; e das Adeegas o bom vinho...».(5)

E isto não aconteceu apenas na sede da comarca. Por toda a região, as autoridades foram obrigadas a responder aos apelos do Corregedor para que acudissem com mantimentos e animais. Em São Vicente da Beira, Dona Ignes Caetana, viúva do Capitão-Mor Francisco Caldeira, enviou, para Castelo Branco, uma junta de bois, um cavalo e 41 alqueires de farinha.

A viúva Francisca Antunes, do Lourçal do Campo, mandou uma vaca com uma carrada de mantimentos, mas a vaca não voltou, pois os franceses talharam-na e comeram-na.



Figura 2. Ação de rapina a que se entregou o exército francês, segundo imagem da época.

As freguesias do antigo concelho de São Vicente da Beira (São Vicente, Lourçal, Sobral, Ninho do Açor, Tinalhas e Freixial) entregaram aos franceses, nas primeiras semanas de invasão, os bens que nos

mostra a tabela 2.(6)

Produtos	Total
Equinos (unidades)	6
Muare (unidades)	2
Bovinos (unidades)	15
Centeio (alqueires)	37
Milho grosso (alqueires)	43
Farinha (alqueires)	45,5
Pão (unidades)	303 + ?
Feijão pequeno (alqueires)	123,5
Feijão riscado (alqueires)	2
Feijão branco (alqueires)	2
Saco ou saca (unidades)	25
Feno (molhos)	8 + ?
Palha triga (faixas)	22
Tamoeiro (unidades)	1
Jugo de couro (unidades)	1
Carro de bois (unidades)	2
Carrada a C. Branco (unidades)	15
Serviço com égua e criado (dias)	27
Serviço com macho (dias)	10

Tabela 2. Donativos aos franceses, pelo concelho de São Vicente da Beira, entre novembro de 1807 e março de 1808 (neste concelho, o alqueire para sólidos valia 15,48 litros (7)).

No primeiro ano de guerra (nov. de 1807 a nov. de 1808), as populações desta região tiveram de alimentar os efetivos dos 4 exércitos em presença (francês, espanhol, português e britânico), num total de 61 566 homens, 7 336 montadas e um número indeterminado de animais de carga e tiro. Terão ainda fornecido mantimentos para as viagens.(8)

No verão de 1809, um regimento da cavalaria inglesa passou por Castelo Branco e alimentou os cavalos com as searas acabadas de ceifar na folha da Lória. Do inventário então realizado, podemos concluir que foram consumidos 550 rolheiros (montes de molhos de cereal ceifado). Avaliando-se a produção de cada rolheiro em 18 alqueires, essa quantidade corresponderia a um total de 9900 alqueires. (9) A cidade tinha apenas mais duas folhas, a de São Bartolomeu e da Senhora de Mércules, fazendo-se alternadamente nelas a produção de cereais. Deste modo, tal ocorrência poderá ter implicado a perda da quase totalidade da produção de cereais, necessários para alimentar a população até à próxima colheita, no verão seguinte.

Em segundo lugar, as autoridades requisitaram animais de montada e sobretudo de tiro, para apoio aos exércitos luso-britânico.

Como se pode ver na tabela 2, logo à chegada do

exército francês a Castelo Branco, as populações do antigo concelho de São Vicente da Beira foram obrigadas a entregar 6 cavalos, 2 mulas e 15 bois, estes usados nas lavouras.

Em setembro de 1811, Câmara Municipal de Castelo Branco comunicava ao poder central que:

«...derivando esta cidade e seu termo a sua subsistência da lavoura esta se acha em total ruína não só pella invasão do inimigo, mas principalmente pelos muitos gados que tem sido tirados para o serviço e consumo do Exercito...».(10)

No antigo concelho de São Vicente da Beira, o número de lavradores envolvidos em transportes para o exército luso-britânico e os dias gastos nestes serviços gratuitos, foram os que se apresentam na tabela 3.(11)

Localidades	Lavradores	Dias
Vila (São Vicente)	12	350
Casal da Serra	2	46
Mourello	15	201
Paradanta	2	43
Partida	5	103
Pereiros	4	90
Tripeiro	5	124
Violeiro	2	60
Louriçal e Torre	29	500
Sobral	16	172
Ninho do Açor	9	185
Freixial e Barbaído	13	361
Tinalhas	25	819
Totais	283	3054

Tabela 3. Carreiros do concelho de São Vicente da Beira requisitados para apoio ao exército luso-britânico, em 1809-1812.

O elevado número de lavradores requisitados com os seus carros de bois/vacas para os serviços de transportes (daí o nome de carreiros), alguns por várias semanas de cada vez, teve repercussões nos trabalhos agrícolas, devido à ausência prolongada dos chefes de família e dos seus animais de trabalho. Sementeiras ficaram por fazer, os transportes foram mais difíceis e a orientação dos trabalhos agrícolas tornou-se deficiente. Estes e os restantes fatores referidos ou a apontar terão provocado a ruína da agricultura na região, como acima se referiu a propósito de Castelo Branco.

Em terceiro lugar, os donativos pecuniários. Em fevereiro de 1808, a Junta do Comércio ordenou uma derrama sobre todos os negociantes, trafican-

tes de qualquer ramo, fabricantes e rendeiros de rendas públicas ou particulares. No concelho de Castelo Branco, foram cobrados 366\$703 réis, enviados ao poder central. (12)

No verão de 1808, as gentes do antigo concelho de São Vicente entregaram à administração central 269\$160 réis, além de 3 alqueires de trigo, 3 de feijão, 178 de centeio, 79 de milho, 6 carneiros e 1 almude de vinho.(13)

Em 1809, foi criada a contribuição extraordinária de defesa(14), imposto anual que pesou sobre as populações já sobrecarregadas com os impostos ordinários, sobretudo a décima, os donativos em géneros e a requisições de animais. Antes, as populações haviam sustentado o invasor, agora eram chamadas a ajudar no esforço de guerra.

Em quarto lugar, o clima frio e húmido. Várias fontes referem as chuvas constantes que acompanharam a marcha do exército francês, na travessia de Espanha e no território português, em novembro de 1807. Um autor anónimo de Castelo Branco, possivelmente o seu bispo, deixou-nos o seguinte testemunho:

«No dia primeiro de Dezembro pelas nove horas da manhã, chegou a esta cidade o trem do Hospital do Exercito Francez, acompanhado de 120 soldados de cavalaria e muita gente de pé: a saber Boticarios e Ajudantes, Cirurgiões, Médicos, e criados das boticas; cem soldados Infantes; o que tudo deu imenso trabalho a aquartelar-se por não haver cavalariças para se recolherem os cavalos, em consequência da muita tropa, que existe nesta cidade retida pela copiosa chuva...»(15)

Um ofício da administração central, de janeiro de 1809, referia a continuação de chuvas intensas que retardavam a comunicação com as administrações regionais e locais.(16)

Em junho de 1811, a Intendência Geral da Polícia e o Juízo da Correição de Castelo Branco mandavam proteger das cabras os rebentos das oliveiras que os franceses haviam cortado, em 1807, para se aquecerem e secarem, agora queimados por uma grande neve:

«...que se ponha em guarda os rebentos das oliveiras que foram estragados pelo inimigo proibindo que as cabras não entrassem nos lugares aonde houvesse os sobreditos arebentos para o que as Camaras houvessem de estabelecer Posturas contra os que metessem cabras nos sobre-

ditos citios e como os olivais desta Cidade esseu termo se achão coutados para que não possaõ nos mesmos andar gado algum de cabello, eis-to pela queima que rezultou aos mesmos olivais de uma grande Neve que os estragou demaziadamente...»(17)

As Invasões Francesas coincidiram com a fase final da Pequena Idade do Gelo, caracterizada por anos particularmente frios e chuvosos, o que terá prejudicado a produção de cereais, base da alimentação das populações.

Já se iniciara a reconversão agrícola dos cereais de sequeiro para o milho, mais produtivo com primaveras e verões húmidos. Como exemplo, refira-se que os moradores da Partida deram todos milho aos franceses, em dezembro de 1807. Mas o trigo e sobretudo o centeio continuavam (e continuarão até meados do século XX) a ser a base da alimentação de uma sociedade rural autossuficiente.

No ano de 1811, a situação era de tal calamidade que o poder central teve de perdoar aos povos as contribuições de 1810: a ordinária (a décima) e a contribuição extraordinária de defesa.(18)

Em janeiro de 1812, a Câmara de Castelo Branco viu-se obrigada a reforçar o pedido já feito a Sua Alteza Real, pelos procuradores do povo, para:

«...ocorrer à fome que ameaça os Habitantes da mesma cidade privilegiando dous barcos, a fim de que constantemente sejaõ empregados na condução de quaisquer viveres que para consumo da mesma cidade e termo sejaõ importados do Porto de Lisboa...».(19)

Albert Silbert informa que a situação de pobreza era tal que «Em Inglaterra organizou-se um movimento de caridade em socorro dos portugueses na miséria.»(20) Dele resultou a distribuição de um total de dois contos, trezentos e um mil e quatrocentos réis (2 301\$400), em março de 1812, pelos lavradores dos concelhos da comarca de Castelo Branco. Castelo Branco recebeu 120\$030 réis e São Vicente da Beira 70\$023 réis. Sarzedas, Penamacor, Belmonte e Sabugal foram os concelhos contemplados com um montante maior (240\$060, 372\$750, 213\$215 e 223\$650, respetivamente), pois terão sido os mais sacrificados.(21)

O tempo frio e chuvoso, a descapitalização da agricultura, a falta de homens e animais para amanho dos campos e as contribuições em géneros provocaram tal carência alimentar que, segundo David Justino, «...o trigo, o milho e o centeio atin-

gem os valores máximos de todo o século XIX no ano agrícola de 1811-1812.»(22)

Tal facto é comprovado por Maria Luís Pinto, que estudou os preços dos cereais em Castelo Branco. (23)

Anos	Trigo	Centeio
1806	717	562
1807	713	588
1808	542	465
1809	622	513
1810	1235	1075
1811	1824	1559
1812	1725	1478
1813	1331	1072
1814	915	715
1815	795	561

Tabela 5. Preços dos cereais, em réis por alqueire, no mercado de Castelo Branco.

As ações armadas causaram apenas uma vítima, nos seis anos de guerra (1807-1812). Manuel Leitão, dos Pereiros, foi sepultado em 30 de novembro de 1810, assassinado pelos franceses, segundo o registo paroquial do óbito.(24)

O general Massena, impedido de prosseguir para Lisboa pelas Linhas de Torres, estacionara o exército francês no Ribatejo. Nesses meses de impasse (outubro de 1810 a março de 1811), vários contingentes militares franceses fizeram a ligação entre o Ribatejo e Cidade Rodrigo. Terão passado nos limites do então concelho de São Vicente da Beira: a norte, nos cumes da Gardunha, pela Estrada Nova, ou a sul, pelo eixo viário Monte Gordo, Salgueiro do Campo, Freixial do Campo, Tinalhas e Soalheira. E foi então que Manuel Leitão foi assassinado pelos franceses.

É difícil provar a ocorrência de uma epidemia de tifo exantemático, referida por Barbosa. Os indícios que se seguem tanto podem ser atribuídos a uma epidemia de tifo como de cólera ou a fome extrema.

No ano de 1909, a mortalidade distribuiu-se de forma uniforme, por todos os meses do ano (média de 4,5 óbitos por mês, com incidência superior nos meses de junho, julho, agosto, setembro e dezembro, mas com um máximo de apenas 9 óbitos, em julho). Em termos percentuais, a Paradanta e sobretudo a Partida registaram o maior número de óbitos (ver tabela 6). Neste ano, a percentagem de óbitos de menores de 15 anos foi de 66%.

1810 foi o ano da grande mortandade, a nível local. A média de óbitos por mês foi de 8,8, regis-

tando-se maior mortalidade nos meses de agosto a dezembro (entre 11 e 15 óbitos por mês). Neste ano de 1810, a segunda maior mortalidade aconteceu na pequena povoação da Paradanta (11,3% dos óbitos, num casal com apenas 3,5% da população da freguesia). A percentagem de menores falecidos foi de 51,8%.

A elevada mortalidade da segunda metade de 1810 prolongou-se por janeiro e fevereiro de 1811 (10 e 8 óbitos). A média mensal foi de 4,7 óbitos, sendo ainda ultrapassada nos meses de abril e setembro. Neste ano, São Vicente teve uma mortalidade anormal (64% do total, para uma população de 51,8%) e a Partida voltou a registar uma das mortalidades mais altas (12,2%). Do total de óbitos, 45,6% foi de menores.(25)

Povoações	Pop. (%) 1779	Óbitos 1809	Óbitos 1810	Óbitos 1811
Casal Serra	33 - 3,2%	1	5	0
Mourela	99 - 9,8%	5	6	6
Paradanta	36 3,5%	3 5,1%	12 11,3%	4 7%
Partida	110 10,9%	15 25,8%	7 6,6%	7 12,2%
Pereiros	57 - 5,6%	0	7	4
Tripeiro	59 - 5,8%	3	3	0
Vale Figueira	24 - 2,3%	1	4	2
São Vicente	523 51,8%	26 44,8%	53 50%	37 64,9
Viroleiro	68 - 6,7%	2	6	1
TOTAIS	1009	58	106	57

Tabela 6. Relação entre a população e a mortalidade, na freguesia de São Vicente da Beira. Apenas se calculou a percentagem dos óbitos nas povoações com maior mortalidade.

Sintetizando, em 1809-1811, a mortalidade incidiu sobretudo em três das nove povoações (na sede de freguesia, São Vicente, no pequeno casal da Paradanta e na Partida) e nos meses de agosto de 1810 a fevereiro de 1811. Mas desconhecemos as causas destas particularidades.

Casamentos: comportamentos demográficos

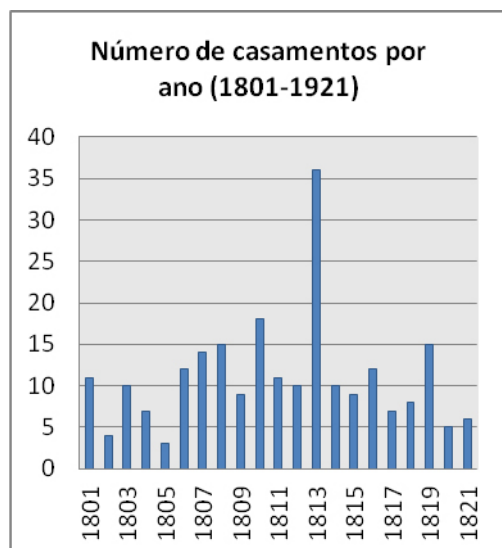


Gráfico 1. Os casamentos, na freguesia de São Vicente da Beira. (26)

A média de casamentos em São Vicente da Beira, no período considerado (1801-1821), foi de 11 casamentos por ano. Curiosamente, os anos da guerra (1807-1812) e o seguinte (1813) foram os que registaram valores anuais mais altos (ver gráfico 1).

Os picos ocorreram em 1810 e 1813. No primeiro destes anos, 10 dos 18 casamentos realizaram-se no inverno, quando já se sabia da retirada dos franceses (segunda invasão), mas se ignorava que haveria uma terceira, iniciada em julho desse ano, com o ataque à fortaleza de Almeida.

O número de casamentos em 1813 é de facto extraordinário. Em finais de 1811, o exército luso-britânico já penetrara em território espanhol, colaborando com o exército local na expulsão dos franceses. No entanto, o esforço de guerra, de apoio às tropas, envolvendo os carreiros da freguesia e concelho de São Vicente da Beira, só terminou em finais de 1812.

Sabendo a guerra já fora de portas, com os invasores franceses em retirada para o seu país, muitos jovens puderam finalmente casar. No ano de 1813, o número de enlases matrimoniais atinge os 36, quase tantos como a soma dos três anos anteriores (39), em que se inclui o ano de 1810, que registou o segundo máximo do período em estudo.

E, tal como em 1810, quase de metade dos casamentos se realizaram logo no inverno, com um pico de 10 enlases no mês de fevereiro.

Outro comportamento demográfico curioso ocorreu em dezembro de 1807. Tradicionalmente estavam interditos os casamentos no Advento (as quatro semanas anteriores ao Natal), por se tratar de um período religioso de reflexão. Esporadica-

mente, realizavam-se as cerimónias, mas os noivos só recebiam as bênçãos mais tarde, em janeiro, altura em que se consumava o matrimónio (alguns registos referem que os noivos viviam em casas separadas até às bênçãos).

No início das Invasões Francesas, no Advento de 1807, já com os franceses de passagem para Lisboa, realizaram-se dois casamentos. No entanto não há registos de que as bênçãos tenham sido dadas mais tarde. Para tempos excepcionais, medidas excepcionais: perante a incerteza do futuro, a Igreja terá ignorado a interdição do Advento.

Conclusão

Os dados acima apresentados comprovam que a crise demográfica de 1809-1811, já estudada no todo nacional e em vários estudos locais, também ocorreu na freguesia de São Vicente da Beira.

E as suas causas terão sido semelhantes às apontadas por Maria Hermínia Barbosa (carestia, guerra e tifo exantemático), com destaque para a fome causada pela falta de alimentos, consequência dos imperativos da guerra e do clima frio e chuvoso, impróprio para a produção de cereais em que se baseava a nossa agricultura de então.

Notas ao texto:

- 1- SILBERT, Albert, *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal oitocentista*, Livros Horizonte, Coleção Horizonte Universitário, 2.ª edição, Lisboa, 1977, p. 72.
- 2- PINTO, Maria Luís Rocha, e RODRIGUES, Teresa, *A evolução da população ao longo do século XIX – uma perspectiva global*, Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, pp. 254 e 255, disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/6733/1/RFCSH6_245_284.pdf
- 3- *Registos paroquiais de São Vicente da Beira, Óbitos*, item 5, rolo 145, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- 4- BARBOSA, Maria Hermínia Vieira, *Crises de Mortalidade em Portugal*, cadernos neps, p. 29, Universidade do Minho, Guimarães, 2001, disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/782/1/Cadernos01.pdf>
- 5- *Jornal Terra da Beira*, números 1 a 19, de 1 de julho de 1929 a 1 de julho de 1930, Castelo Branco, Biblioteca Municipal de Castelo Branco.
- 6- PRATA, José Teodoro, *O Concelho de São Vicente da Beira na Guerra Peninsular*, Associação de Amigos do Agrupamento de Escolas de São Vicente da Beira, S. Vicente da Beira, 2006, pp. 19-34.
- 7- LOPES, João Baptista da Silva, *Memória sobre a Reforma dos Pesos e Medidas em Portugal segundo o Sistema Metrico-Decimal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1849, p. 141.
- 8- *Jornal Terra da Beira*, números 1 a 19, de 1 de julho de 1929 a 1 de julho de 1930, Castelo Branco, Biblioteca Municipal de Castelo Branco.
- 9- *Atas da Câmara Municipal de Castelo Branco*, maço 32, 1806-1818, folhas 205 a 208 e 234, Arquivo Distrital de Castelo Branco.
- 10- *Atas da Câmara Municipal de Castelo Branco*, maço 32, 1806-1818, folhas 293v a 295v, Arquivo Distrital de Castelo Branco.
- 11- PRATA, José Teodoro, *O Concelho de São Vicente da Beira na Guerra Peninsular*, idem, pp. 45-61.
- 12- *Atas da Câmara Municipal de Castelo Branco*, maço 32, 1806-1818, folhas 123v, 124, 127 a 132 e 139v a 140, Arquivo Distrital de Castelo Branco.

- 13- PRATA, José Teodoro, *O Concelho de São Vicente da Beira na Guerra Peninsular*, idem, pp. 35-43.
- 14- Câmara Municipal de São Vicente da Beira, *Registos de Leis e Ordens*, maço 2, livro 1803-1819, folhas 80v e 81, Arquivo Distrital de Castelo Branco.
- 15- *Jornal Terra da Beira*, números 1 a 19, de 1 de julho de 1929 a 1 de julho de 1930, Castelo Branco.
- 16- Câmara Municipal de São Vicente da Beira, *Registos de Leis e Ordens*, maço 2, livro 1803-1819, folhas 70 e 70v, Arquivo Distrital de Castelo Branco.
- 17- *Atas da Câmara Municipal de Castelo Branco*, maço 32, 1806-1818, folhas 276v a 277, Arquivo Distrital de Castelo Branco.
- 18- Câmara Municipal de São Vicente da Beira, *Registos de Leis e Ordens*, maço 2, livro 1803-1819, folha 89, Arquivo Distrital de Castelo Branco.
- 19- *Atas da Câmara Municipal de Castelo Branco*, maço 32, 1806-1818, folhas 309 e 309v, Arquivo Distrital de Castelo Branco.
- 20- SILBERT, Albert, *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal oitocentista*, idem, p. 73.
- 21- *Atas da Câmara Municipal de Castelo Branco*, maço 32, 1806-1818, folhas 313 a 316, Arquivo Distrital de Castelo Branco.
- 22- PINTO, Maria Luís Rocha (1993), *Crises de Mortalidade e Dinâmica Populacional nos séculos XVIII e XIX na Região de Castelo Branco*, Tese de Doutoramento policopiada, U.N.L., Lisboa.
- 23- PINTO, idem
- 24- *Registos paroquiais de São Vicente da Beira, Óbitos*, idem.
- 25- *Registos paroquiais de São Vicente da Beira, Óbitos*, ibidem
- 26- *Registos paroquiais de São Vicente da Beira, Casamentos*, Arquivo Distrital de Castelo Branco, livro 1, 1803-1859, disponível em <http://digitalq.adctb.arquivos.pt/details?id=1036791>

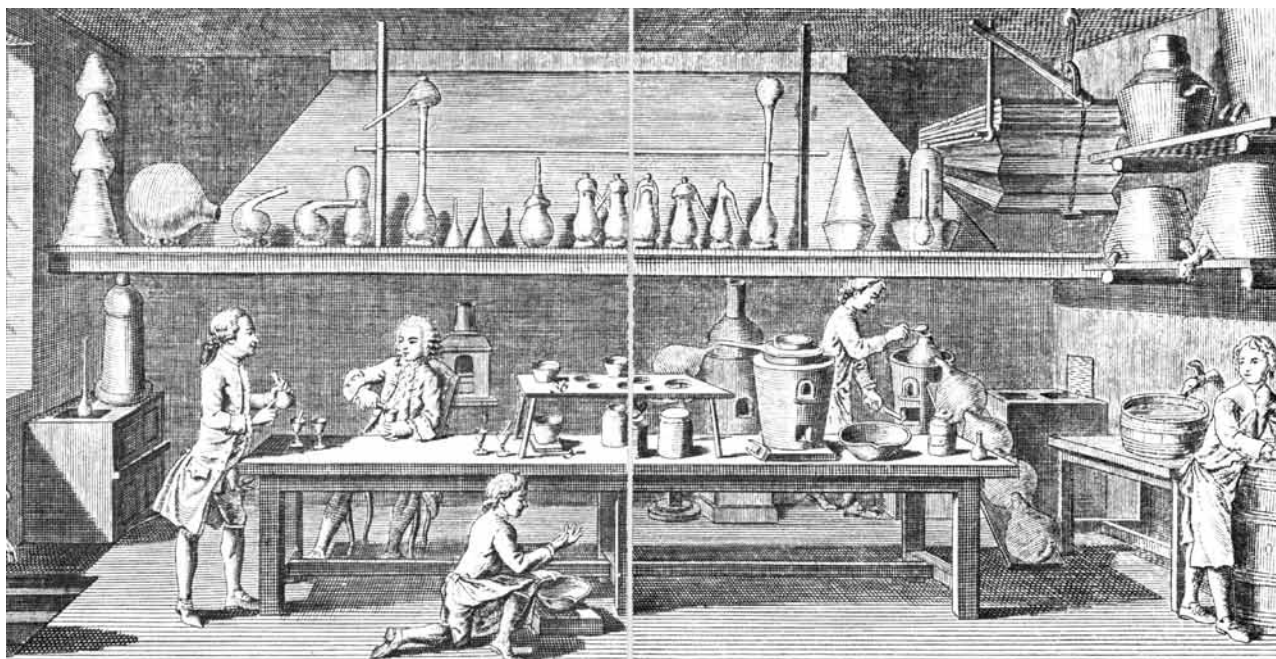
* Professor
** Médico



São Vicente da Beira - Pelourinho

O ENSINO DA QUÍMICA FARMACÊUTICA E A BEIRA INTERIOR

Aires Antunes Diniz*



Laboratório de química no século XVIII, segundo a Grande Enciclopédia

1 - Avanços e retrocessos da Ciência e da Prática Farmacêutica

O ensino da Química Farmacêutica sempre esteve ligado ao da Medicina, sendo inicialmente parte da Cadeira de Matéria Médica, autonomizando-se como ensino farmacêutico, mas antes teve que se desenvolver a Botânica, como elemento essencial para a extração de plantas dos elementos químicos com princípios ativos (Costa, 1988). De facto, a ligação geográfica permitida pelas navegações portuguesas deu origem a sinergias, que tornaram o mundo mais propenso à descoberta de novos fármacos ou à utilização de velhos fármacos em novos ambientes. Contudo, a Inquisição, ao impedir a livre circulação dos judeus no espaço ibérico, impossibilitou a internalização de saberes que se foram para outras paragens ou foram esquecidos.

Perante a investigação que se foi fazendo na Europa sobre a Química, notamos o progressivo

afastamento de Portugal deste processo, em que só reentraremos com a reforma pombalina e esta com o desenvolvimento da química, dando assim um novo dinamismo à química médica, principal utilizadora e estimuladora do desenvolvimento da química associada à arte de curar. Esta situação está intimamente ligada ao desenvolvimento da química aplicada à medicina e desta forma às farmacopeias, sabendo-se que surgiu a primeira Farmacopeia de Londres em 1618 que derivou de uma descrição da *Basilica chymica* de Crollius de 1609 (Debus, 1977, p. 116).

Curiosamente na Biblioteca Municipal da Covilhã, existe uma provável versão atualizada desta Farmacopeia, datada de 1851, que a partir da sua publicação em latim se tornam na lei, pois só podem produzir, vender e prescrever nos pesos e medidas indicadas, exceto os que forem prescritos ou tiveram a direção especial de alguns médicos que aí são listados de forma rigorosa (Bathurst, 1851, pp. V-

VIII). Também, por aviso de 6 de Setembro de 1813 remetido ao bispo-conde reformador, o governo tinha por conveniente aproveitar a ciência e a Universidade na saúde dos povos:

«Achando-se o doutor Tomé Rodrigues Sobral fazendo no Laboratório químico da Universidade a análise da casca amarga, chamada *quina do Rio de Janeiro*, e da verdadeira *quina do Pará*: e sendo certo e já público pelo Jornal de Coimbra num. XXI, p. 374, que a dita *quina do Rio de Janeiro* aplicada em diversas moléstias, principalmente febres, produziu os melhores efeitos: É o príncipe regente N. S. servido que v. Ex.^a encarregue os médicos clínicos do hospital dessa Universidade da prudente aplicação da já ensaiada *quina do Rio de Janeiro*, e que estes médicos e aquele químico confirmem amiúdo sobre os pontos químicos e médicos, que possam influir-se a fim de que se apresente afinal: 1º a análise da quina do Rio de Janeiro; 2º a análise da quina do Pará; 3º uma comparação das duas análises; 4º um corpo de experiências clínicas de cada uma das cascas; 5º o resultado, quanto possa ser verificado na prática, da comparação das análises e clínica, por onde se veja qual ou quais dos princípios das cascas, de que se trata, residam as suas virtudes médicas, quais das suas preparações são mais ativas, etc. (Ribeiro, 1876, pp. 130-131).

Existe na Biblioteca Municipal da Covilhã um livro em latim de Josephi Jacobi Plenck, professor da Universidade de Budenfi, dedicado à Farmácia Cirúrgica em segunda edição emendada, datado de 1780, que indica ligações a Viena que aqui chegam através de farmacêuticos, explicando porque esta língua era obrigatória após a reforma de 1836. Como esta foi a primeira Farmacopeia que influenciou a prática e o ensino farmacêutico, não entraremos na análise do processo histórico em que entrámos com atraso de cerca de 80 anos já que a nossa primeira farmacopeia é de 1697 de autoria de Curvo Semedo¹ como o explicita Amorim Costa (1988). Contudo, Tello da Fonseca (1941, p. 155) diz que a primeira é de 1704 e é designada por Luzitana. Segue-se a Batiana em 1713, a Olissiponense em 1716, a Tubalense em 1735, a Portuense em 1766 e a Dogmática em 1772, esta no início da Reforma Pombalina da Universidade.

Entretanto, até 1772, nenhuma das farmacopeias era oficial pois isso dependia do Tribunal do Santo Ofício e em 1785 publicou-se a *Lisbonense* que só dependeu da Real Mesa Censória (Tello da Fonseca, 1941, p. 155). Sabemos ainda que a primeira *Farmacopeia Oficial* ou *Farmacopeia Geral* é publicada em

1794 e 26 anos mais tarde é publicada em 1819 por ordem superior a *Farmacopeia Naval e Castrense*. E em 1833 é publicada a *Farmacopeia das Farmacopeias* (Tello da Fonseca, 1941, p. 155). Assim a *Farmacopeia Geral* pontificou durante 42 anos, sendo substituída pelo *Código Farmacêutico Lusitano* em 1836, que vigorou até 1876 quando surgiu a *Farmacopeia Portuguesa* (Tello da Fonseca, 1941, p. 15).



João Curvo Semedo - Estampa do livro *Observações Medicas Doutorinaes, Lisboa Occidental 1741*.

Em 24 de Agosto de 1820 surgiu a hipótese de criar uma *Sociedade de Ciências Médicas* em Lisboa que surgiu em 1822, tendo diversas comissões (Ribeiro, 1874, p. 122). Mas, a derrota dos liberais quebrou esta dinâmica científica (Ribeiro, 1874, p. 123). Entretanto, para Lisboa e Porto, pelo art.º 131º do decreto de 29 de Dezembro de 1836, a *Escola de Farmácia* ficava anexa à Escola Médico-Cirúrgica, tendo a mesma direcção. Nelas, o curso farmacêutico era assim regulamentado:

«As escolas de farmácia compreendem cursos teóricos, e curso prático: os primeiros são: 1º botânica; 2º história natural dos medicamentos; 3º química; 4º farmácia. O curso prático consiste no exercício de operações farmacêuticas pelo espaço

de dois anos no dispensatório farmacêutico da escola, ou em qualquer outra oficina aprovada.

Os cursos de química e de botânica poderão ser frequentados nas cadeiras destas disciplinas, que hão-de estabelecer-se em Lisboa e no Porto, ou nas cadeiras de Coimbra. O curso de história natural dos medicamentos, e de farmácia será lido pelo lente de matéria médica e de farmácia história natural dos medicamentos, e ouvido em dois anos pelos alunos farmacêuticos (art.º 129º e 130º).» (Ribeiro, 1878, p. 164-165).

Como veremos, a partir de 1840 passou a haver um outro funcionamento.

2 - O Ensino da Farmácia na Faculdade de Medicina no período 1772-1902

Da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra saiu também a Pharmacopeia Geral do Reino, sendo algo de que os Estatutos já encarregavam a Faculdade de Medicina da Universidade. Por isso, em congregação de 23 de julho de 1790 foram encarregados Francisco Tavares e Joaquim d'Azevedo para trabalharem na Pharmacopeia do Reino, mas quem cumpriu a incumbência foi o primeiro pelo que foi a ele que D. Maria deu o premio da execução desta obra publicada como texto legal em 1794 (Mirabeau, 1872, p.102). De facto, os Estatutos Pombalinos promulgados por D. José em Carta de Lei de 28 de Agosto de 1772, determinavam que todos os boticários "eram obrigados a praticar segundo o método estabelecido da Pharmacopeia do Reino, ordenada pela Congregação da Faculdade" (Tello da Fonseca, 1936, p. 63).



Microscópio - século XVIII



Manuel Joaquim Henriques de Paiva, o primeiro professor de Farmácia era filho do boticário António Ribeiro de Paiva e nasceu em Castelo Branco a 23 de Dezembro de 1752, sendo sobrinho de António Nunes Ribeiro Sanches (Almeida, 1925, p. 65 e p. 68). No seu processo no Arquivo da Universidade resume-se a sua vida assim: "Demonstrador interino de química - 1774 e Mestre de Oficina de Laboratório Químico ainda como aluno; Demonstrador do mesmo Laboratório de 1776 a 1783; 7º lente de farmácia da faculdade de Filosofia de 1804 a 1808; equiparado a Doutor por Carta Régia de D. João VI; 6º Lente de Farmácia de 1818 a 1822". No livro 111 do Registo Geral, folhas 193 e 194 refere-se que uma C.R. (Carta Régia) lhe dá o título de Doutor e ainda que o aviso régio 5-6-1779 mandou pagar o que tivesse vencido como lente de Farmácia do Instituto em Lisboa anexo à Faculdade de Filosofia. Estas informações são completadas por outras que o dão como lente de Farmácia na Baía referindo-se uma Portaria de 30 de Abril de 1823 na minuta duma consulta a 23 de Maio de 1823². João Rui Pita (2009) refere o Dicionário Bibliográfico Português de Inocêncio Francisco da Silva, tomo XVI (p. 232-233), 1893, para afirmar 10 de Março de 1829 como data da sua morte. Entretanto, publicou logo em 1783 um livro de 229 páginas com o título *Elementos de Química e Farmácia*, que foi impresso na Academia das Ciências em Lisboa, sendo nele identificado como médico (Almeida, 1925).

Em 1769 foi com o pai para o Rio de Janeiro, onde estudou com ele e o irmão mais velho, o médico José Henriques Ferreira, "empregados no Real serviço nas tropas do Rio de Janeiro", a História Natural, a Química e a Farmácia. Também, no Rio

de Janeiro, os dois irmãos e o pai, com a proteção do Marquês do Lavradio, Vice-Rei do Brasil, fundaram com António José Castrioto, a Sociedade de Historia Natural do Rio de Janeiro, da qual José Henriques Ferreira foi o presidente. Traduzindo em 1801 a Philosophie Chimique de Fourcroy foi considerado o mais empenhado divulgador das teorias de Lavoisier, que substituíram as teorias do flogisto (Almeida, 1925, p. 65). José Silvestre Ribeiro, quando fala da Baía e aí do Conde dos Arcos em 1874, não refere a sua presença. Contudo, em Gandra encontramos referência a: "Memoria sobre a excellencia, virtudes, e uso medicinal da verdadeira Agua de Inglaterra da invenção do Dr. Jacob de Castro Sarmiento membro do Real Collegio dos Medicos de Londres, e Socio da Sociedade Real... ordenada por M[anuel] J[oaquim] H[enriques] de P[aiva]. - Impressa na Bahia: na Typog. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1815. Outras edições em Lisboa, 1816 e 1845." De acordo com Gandra tinha traduzido em 1791 a: "Pharmacopoeia Collegii Regalis Medicorum Londinensis. Tipografia da Real Academia de Ciências de Lisboa, e feito aditamentos. Curiosamente, a propósito da vacina contra a varíola, informa: "existem já mais de cinco mil observações feitas de propósito em todas as Nações da Europa; sem excetuar Portugal (Paiva, 1806, p. 39). Para ele, a experimentação ou a observação era fundamental para o avanço da ciência médica: "É pois para desejar que todos os Médicos, a quem compete este nobre e honroso emprego hajam de batalhar em recolherem observações para as publicarem com a sinceridade que os enobrece: deste modo serão verdadeiramente dignos do nome de Médicos." (Paiva, 1806, pp. 40-41).

Em 1772 encetava-se uma reforma revolucionária no ensino das Ciências em Coimbra através da introdução do ensino experimental, que permitiu a introdução das ideias de Lavoisier na Universidade, então reformada, onde se ensinava química que neste caso era aplicada à medicina. Note-se que Lavoisier tinha sempre em atenção a aplicação metódica dos remédios como se fosse uma equação onde entrasse a noção de economia e de moderação dos seus efeitos, (Rivière e Chabrier, 1959, p. 269):

«Comme un pharmacien tempère la trop grande activité d'un remède, en le combinant avec un remède plus doux, et parvient ainsi à procurer le rétablissement de la santé avec les mêmes agents, donc un seul, pris séparément aurait porté dans l'économie animale l'irritation et le désordre »³.

De facto, Lavoisier (2011) partiu sempre da prática farmacêutica para reconstruir a química, refutando a flogística e reorganizando a linguagem com que eram descritas as experiências que fez, repetindo exaustivamente as experiências de outros cientistas.

3 - Desorganização e ignorância da lei neste processo pouco pedagógico

Existem em 1836 duas categorias de Farmacêutico: 1ª classe e 2ª classe. No primeiro caso terá de frequentar o curso farmacêutico e ter apresentado certidão do curso prático e ter sido aprovado em exame. No segundo caso, devem ter oito anos de prática conforme o art.º 136 do Decreto de 29 de Dezembro de 1836 e ter apresentado os documentos exigidos no art.º 138º do mesmo decreto e ter feito exame em que fossem aprovados, ficando em qualquer um dos casos com todas as prerrogativas concedidas por lei para exercer a Farmácia (Tello da Fonseca, 1936, pp. 99-100).

Informa Ribeiro (1873, p. 177) que "a reforma efetuada em 1836, que muito melhorou a instrução médico-cirúrgica, foi convenientemente regulada em 1840". Há por isso no Arquivo da Universidade de Coimbra, diversos volumes de matrículas entre 1838 e 1912, referentes aos farmacêuticos de 2ª classe em que se fazia o:

"Registo do Praticantes que trabalham nas oficinas dos que têm boticas abertas nas diferentes partes do Continente do Reino, enviados à Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra na conformidade do Decreto de 29 de Dezembro de 1836."

Era "um sistema de aprendizagem que não obrigava à presença na Universidade e que dava origem aos designados Farmacêuticos de 2ª classe"⁴. Mostrava ainda o atraso da Universidade de Coimbra, quanto ao acesso das mulheres ao Ensino Superior, pois numa resposta dada à Universidade de Liège, sabe-se que dos 571 estudantes no ano letivo 1882-1883 nenhum é mulher. Diplomadas pela Universidade até então há apenas duas mulheres em Farmácia, uma em 1860 e outra em 1872, sem nunca a terem frequentado, tendo só certificação de competências⁵.

Mas, como veremos mais adiante tudo era feito com muito desleixo e ignorância como mostra Cândido dos Santos (1996) quando descreve as raízes e a evolução da Universidade do Porto. Aí funciona

um curso teórico para farmacêuticos de 1ª (Santos, 1996, p. 87). Como alternativa havia a formação em serviço durante 8 anos e era esse o regime geral da Escola de Farmácia de Coimbra que formava principalmente farmacêuticos de 2ª, sobre os quais havia grandes reservas sobre a qualidade da sua formação, levando estes candidatos a farmacêuticos a recorrer a uma portaria do governo para ter acesso a um exame de acordo com o "Relatório do estado dos estudos" de 1859-1860. Mas este relatório refere que os examinadores eram levados a aprová-los "em toda a ciência e arte da Farmácia de que muitas vezes ignora as regras principais e mais importantes ao seu desempenho legal e mais consciencioso" (citado por Santos, 1996, p. 88). É o que apresentaremos a seguir irá confirmar.

Só em 6 de Outubro de 1840, por não saber que a Escola de Farmácia tinha começado a funcionar, o farmacêutico de Sernancelhe, comarca de Moimenta da Beira, distrito de Viseu, João Almeida, boticário por Carta de Lei de 25 de Outubro de 1821, satisfazendo ao anúncio do *Periódico dos Pobres* do Porto, vai-nos esclarecer como se processa este ensino a partir do que fez e faz com Constantino António, que começou com pouca instrução em aritmética e escrita, aprendendo no primeiro ano onde estavam os remédios simples e compostos, pesos e medidas, limpeza e outros princípios. No segundo ano, de 15 de Abril de 1838 a 15 de Abril de 1839 aprendeu a manipulação de remédios simples e compostos e seu aviamento ao Povo. Fá-lo dissertando então sobre a sua conservação e conhecimento deles, história natural das plantas, tempo e estado das colheitas, sendo o seu estudo feito pelos *Elementos* de Brotero, mostrando vontade e jeito. No terceiro ano, de 15 de Abril de 1839 a 15 de Abril de 1840, informa que o praticante tem feito todo o trabalho de que nos informou anteriormente, mas agora com mais energia, melhores conhecimentos e desembaraço no aviamento do receituário, tratando da teoria e prática pela Ex Farmacopeia Geral de António José de Sousa Pinto (1805) e pela Nova de Albano⁶, tanto na Farmacografia como na Farmacotecnia. Sublinha aí que esta é mais custosa aos praticantes apesar da vontade que mostram. Falava com certeza de duas edições, uma de 1835 e uma segunda edição de 1836, sendo a terceira edição desta farmacopeia em 1841, estando a segunda edição quase esgotado quando fez esta terceira edição. Tudo isto demonstrava como era necessária esta farmacopeia para a prática e por consequência para a formação de novos farmacêuticos,

que iria naturalmente dever muito a Agostinho Albano da Silveira Pinto. No quarto ano de formação prática, informa o farmacêutico de Sernancelhe, que desde 15 de Abril até ao presente 6 de Outubro de 1840 tem ensinado teoria e prática pelas referidas farmacopeias, dando-lhe os seus estudos em Física, Química, Botânica e Mineralogia os que têm mais uso em Farmácia⁷. No ano seguinte, 6 de Outubro de 1841, dá-nos conta dos progressos do praticante nas operações e no domínio da temperatura a que trabalha e esclarece-nos melhor sobre os elementos de estudo usados, que é a nova Farmacopeia de Agostinho Albano da Silveira Pinto, remetendo para quem avalia esta formação e quer mais explicações para o relatório do ano anterior⁸.

Em 22 de Outubro de 1842 acrescenta que o praticante tem maior desembaraço tanto na prática como na teoria, fazendo estudos pela Farmacopeia Legal de Albano, aumentando os conhecimentos de Botânica e desembaraço na manipulação e conhecimentos dela com respeito à Farmácia tendo aplicações⁹.

De facto, a Farmacopeia de António José de Sousa Pinto em 1805 revela um sentido prático que não se coaduna com o sentido teórico-prático, que era esperado de um texto de treino e formação de novos farmacêuticos, onde a de Agostinho Albano da Silveira lhe leva vantagem. No prólogo da terceira edição da sua farmacopeia, Agostinho Albano da Silveira Pinto demonstra estar a par das diversas farmacopeias que existem em Inglaterra, França, Suécia e outros países que usou nesta obra em que trabalha desde "ainda antes do ano de 1820" (Pinto, 1841, p. VIII). Também neste prólogo esclarece que usou a farmacopeia "do nosso compatriota Pinto" (Pinto, 1841, p. VII). Finalmente, completou a sua *Pharmacopeia legal*, com a publicação da *Pharmacographia* (Pinto, 1841, p. XIV).

Como bons conhecedores das diferentes realidades, Pinto e Reis em 1858 sabem que existem no Reino Unido três farmacopeias legais: Londres, Edimburgo e Dublin, assim como há uma espanhola, sendo a razão da sua existência as diferentes medidas físicas. José Silvestre Ribeiro informa-nos por consequência que em 1842:

"Pelo decreto de 6 de Outubro de 1835 declarou o governo «*Pharmacopêa legal*» o tratado de farmaconomia composto pelo dr. Agostinho Albano da Silveira Pinto. Pelo decreto de 5 de outubro de 1838 nomeou uma comissão encarregada de aperfeiçoar aquele trabalho, tão intimamente

ligado com o interesse da saúde dos povos. Querendo, porém, formar uma *Pharmacopêa geral* ou *código farmacêutico*, que estivesse a par dos conhecimentos mais modernos sobre tão ponderosa matéria: mandou, pela portaria de 22 de fevereiro, que o diretor da Escola Médico-Cirúrgica, tendo presente, em conselho de lentes da mesma escola, tanto a *Pharmacopêa* do dr. Agostinho Albano, como os trabalhos da comissão que se compreendiam no livro intitulado *pharmacopêa lusitana*, houvesse de reformar o que se lhe oferecesse a tal respeito, declarando a vantagem ou inconveniência de se adotar uma ou outra obra, ou quais as reformas, ou ampliações que ambas demandavam para que se conseguisse o importante e indispensável fim da feitura de uma *Pharmacopêa geral* completa ou *código farmacêutico*, que servisse, não só de compêndio para as escolas do reino, senão também de regulamento para os facultativos.” (Ribeiro, 1878, p. 183).

Apesar destas críticas e dúvidas, «*Pharmacopêa legal*» de Albano tinha-se tornado por decisão da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro o Código Farmacêutico Legal de modo Provisório no Império do Brasil, em que o decreto de 18 de Setembro de 1844 fez esgotar as três primeiras edições, estando esta quarta edição deste manual “em perfeita harmonia com a legislação vigente na Europa” (Pinto, 1846, p. XV). Tal decisão tinha feito esgotamento a segunda edição de 1836 (Pita e Pereira, 2012, p. 241), levando à terceira edição em 1841 (Pinto, 1841, p. XV). Agradece por isso à Academia Imperial do Rio de Janeiro a honra que lhe deu e à Sociedade de Ciências Físicas e Químicas de Paris a honrosa medalha que lhe conferiu (Pinto, 1846, p. XVI). Apesar destes sucessos, na Universidade do Porto, Cândido dos Santos em 1996 ignora o seu papel. Curiosamente e quase em simultâneo, em 24 de Junho de 1835, constituiu-se na botica do Hospital Nacional e Real de S. José em Lisboa, a Sociedade Farmacêutica de Lisboa, “com o fim de promover o progresso da *farmácia* em toda a sua extensão, de concorrer para o melhoramento de tudo o que diz respeito à *saúde pública*, nos limites da ciência, e de socorrer aqueles de seus membros, viúvas e filhos, que no futuro viessem a carecer de auxílio” (Ribeiro, 1879, p. 373).

Em 1870 nada se diz sobre os requisitos para matrícula no curso de Farmácia¹⁰. Mas estão inscritos 9 alunos no primeiro ano, entre os quais António Dias Gouveia, natural de Sameice, concelho de Seia, dis-

trito da Guarda; no segundo ano estão quatro alunos; no terceiro ano 2 alunos; e 4º ano seis alunos¹¹. Em 1869¹², há nesse ano 7 alunos no primeiro ano, sendo um deles Alfredo Victor Baptista Alves Salgado, natural da Covilhã. No segundo ano havia dois alunos, no terceiro 7 e um no quarto¹³.

Mostrando por comparação os efeitos da entrada em cena do Reitor Visconde de Vila Maior, nada existe sobre a organização do curso de Farmácia, em 1865 indica-se somente no 1º ano do Laboratório Químico, dois alunos, três no segundo ano do Laboratório Químico, sendo um deles João Paes da Cunha Mamede, de Seia. Há ainda 3 alunos do 1º ano do Dispensário Farmacêutico e 1 aluno do 2º ano do Dispensário Farmacêutico¹⁴. Em 1867, referentes ao curso de Farmácia existem no 1º ano do Laboratório Químico 9 alunos, sendo um, José Augusto de Sousa Leitão, natural da Aldeia de João Pires, concelho de Penamacor. Há um no segundo ano. No Dispensatório Farmacêutico há 6 no primeiro ano e 2 no segundo ano¹⁵. Por isso, em 1883, esclarece-se quanto ao Curso de Farmácia: “Fazem os alunos este curso em quatro anos. Para serem admitidos à matrícula do 1º ano devem apresentar certidão de exames todos eles segundo o programa dos liceus. No 1º e 2º ano são obrigados à frequência das cadeiras de química inorgânica e orgânica na Faculdade de Filosofia e aos trabalhos práticos do Laboratório de Química e respetivo exame de passagem. No 3º e 4º ano devem ser efetivos no exercício das preparações do Dispensatório Farmacêutico na Faculdade de Medicina. Depois de provado o 4º ano do curso, podem os alunos fazer o exame de Farmácia, mostrando, para serem admitidos a ele, que frequentaram também a cadeira de botânica da Faculdade de Filosofia. Sendo aprovados no referido exame, têm direito à carta de Farmacêutico, que os autoriza a exercerem Farmácia em qualquer parte do Reino e seus domínios”¹⁶.

Substituíra este anúncio o colocado em 1872. Estava inscrito no terceiro ano do curso de Farmácia em 1881 José Manuel Hipólito, natural do Fundão¹⁷. Em 1880 estava inscrito no 2º ano, não havendo nenhum aluno no 1º e 3º deste curso¹⁸. Em 1883, estavam inscritos no primeiro ano do Laboratório Químico dois alunos, no segundo ano dois, dos quais António Pedrosa Barreto, filho de Adelino Pedrosa Barreto, natural da Idanha-a-Nova, no terceiro ano, no Dispensário Farmacêutico estavam inscritos dois¹⁹. Em 1880, a Universidade faz o balanço do funcionamento deste curso desde o ano letivo de 1865-1866 e vemos aí que só fizeram o 4º ano 46

alunos, o que é manifestamente insuficiente para as necessidades do país.

Escolhendo como referência o ano de 1872, quando a Universidade Pombalina fazia 100 anos, havia 8 alunos no 1º ano, sendo um Bernardo Homem Machado, filho do Conde de Caria, natural de Gouveia, outro António Bello da Silva Brazão de Samice; no segundo ano havia 6 alunos, sendo um deles José Alves Rodrigues, de Aldeia de S. Miguel, concelho de Seia. No terceiro ano havia 6 alunos, sendo um deles Alfredo Victor Baptista Alves Salvador. Finalmente no quarto ano havia 4 alunos, não sendo nenhum da Beira Interior²⁰. Alternativamente havia a formação pela prática, obrigando ao registo dos praticantes que começou em 2 de Junho de 1838 com o registo do aluno João Pinheiro dos Santos na Botica de António Pinheiro dos Santos em Borba de Godim no Distrito do Porto, contando já 3 anos de prática²¹.

Centraremos agora a nossa pesquisa na Beira Interior, como região isolada e bem ligada à Universidade de Coimbra, onde recolheremos os dados sobre um ensino farmacêutico *sui generis* pois a Universidade só avalia e certifica. Esta região engloba 25 concelhos de dois distritos: Guarda e Castelo Branco, que formam agora a Beira Interior. É o que vamos agora analisar com os dados existentes no Arquivo da Universidade de Coimbra, reordenando-os de acordo com a geografia. Para não prolongar em demasia a exposição desta formação indicaremos quase só o nome e a naturalidade uma vez que avaliação dada pelos farmacêuticos não é fiável.

O registo do primeiro praticante acontece na Vila da Sertã, em 5 de Dezembro de 1838 na oficina de farmacêutico de Narciso José Maria, que tem como praticante Crispiniano José Maria, que é seu filho e conta já cinco anos de prática²². Já com nove anos de prática na Botica da Praça de Almeida, surge em 9 de Outubro de 1839 Francisco Pinto da Silva, natural de Salzedas, julgado de Lamego. O farmacêutico em causa é José Leite Ferreira²³. Com oito anos de prática na Botica de Figueira do Castelo Rodrigo surge em 30 de Abril de 1840 Duarte Mendes Pereira Monteiro, natural de Escarigo. O farmacêutico é Francisco António Mendes Pereira que parece ser tio do praticante, atestando que praticou a Arte de Farmácia na sua Botica²⁴.

Só em 4 de Outubro de 1891 ressurgiu a prática farmacêutica em Figueira do Castelo Rodrigo, no caso com uma mulher, Áurea Palmyra de Paiva Rua, de 12 anos, que pratica na botica de Joaquim César da Paiva Rua, seu irmão²⁵. Curiosamente Joaquim

César Paiva Rua tinha feito o curso de 1º farmacêutico, acabando este curso em 1888²⁶. Há outro praticante, Artur Ferreira de Andrade, natural de Vilar Torpim, distrito da Guarda, com 13 anos²⁷. Em 1 de Dezembro de 1899 Sebastião José de Carvalho e Lima, tem como praticante Emma Camilla de Paiva Rua, de Figueira do Castelo Rodrigo com 13 anos²⁸, que em 1 de Dezembro de 1899 passa a praticar com Áurea Palmyra de Paiva Rua, sua irmã, com botica em Figueira do Castelo Rodrigo²⁹. Tem ainda como praticante Albino Luiz Liberal, de Escalhão, em 12 de Julho de 1901³⁰.

Em 31 de Dezembro de 1841, na Covilhã a farmácia de António Baptista Leitão tem dois praticantes: António José Baptista Leitão, também da Covilhã e Aurélio Alvares Montes³¹. Em 31 de Dezembro de 1845 tem outro praticante, Abel António Alves Feijó, de Celorico da Beira³². Narciso José Maria, da Sertã tem mais um filho, José Pedro Lucas, como praticante de 1845 a 1847³³. Em 20 de outubro de 1853 refere Abel António Alves Feijó, de Celorico da Beira³⁴. Mas, a Carta de Lei 12 de Agosto de 1854 traz novas exigências aos candidatos a Farmacêuticos³⁵:

"Art.º 11º = Os exames de Instrução Primária, tradução de Língua Francesa ou Inglesa, de Aritmética e Geometria, e de princípios de Física e Química, e Introdução à História Natural dos três Reinos, serão habilitação necessária para a admissão aos exames de Farmácia dos Candidatos, de que trata o artigo 136 do decreto de 29 de Dezembro de 1936.

§Único. Excetuam-se da disposição deste artigo os aspirantes Farmacêuticos, que nos termos do citado artigo 136 do referido Decreto, contando, ao tempo da publicação da presente Lei, quatro anos de boa prática, poderão ser admitidos a fazer Exame perante Júri especial, logo que completem os oito anos aí estabelecidos."

Mas, em França, em 1859, Marcelin Berthelot ocupa a cadeira de química orgânica na Escola de Farmácia que foi criada nesse ano³⁶. Mostrava assim como o ensino farmacêutico em Portugal estava bem desfasado do que fazia na Europa onde o ensino químico se transformava para melhor explicar os efeitos dos remédios fabricados já com processos modernos. Era o que não acontecia em Portugal.

Só em 27 de Setembro de 1854 se regista o praticante Manuel Joaquim Nunes, da Sertã, com 18 anos e pratica na Farmácia de António Joaquim Nunes³⁷. Será registado noutra farmácia da Sertã, a de Manuel Pedro da Silva, em 30 de Outubro de 1857. Este tinha praticado noutras farmácias sendo a últi-

ma a de Manuel Joaquim Silva³⁸. Em 9 de Setembro de 1864 é registado José António Aparício, Vila de Rei, que começou a praticar na Botica de Manuel Joaquim Nunes, vindo da de Manuel Pedro da Silva³⁹. Existe outro praticante, José Augusto Pereira de 24 anos, registado em 30 de Outubro de 1855 por Luiz José Cardona na Covilhã⁴⁰.

Em 4 de Julho de 1859 registam-se em Seia na botica de Luís José Saraiva dois praticantes, José Saraiva da Costa Ribeiro, que esteve seis meses em 1853 na Botica do Hospital de Coimbra. O outro, Francisco Saraiva da Costa Ribeiro, começou a praticar em Março de 1858⁴¹. Em 27 de Julho de 1861, continua nesta farmácia de Seia enquanto entra em formação em 27 de Julho de 1861, Luís Saraiva da Costa Ribeiro com catorze anos⁴². Anselmo Tavares da Silva, natural da Vela, Concelho da Guarda, já com trinta e três anos de idade, começou a praticar na botica Francisco António Alonso de Payão, no Fundão, na rua dos Casados, nº 7, no dia 6 de Agosto de 1860. Tinha praticado noutras boticas, sendo a última a de Luís Rodrigues Ferreira Neves, de Coimbra⁴³. Em 1865, está estabelecido no Fundão, sendo na sua botica que Joaquim António Moreira começa a praticar em um de Setembro de 1864⁴⁴.



Loja de boticário no século XVII

Em 7 de Outubro de 1862, Gaudêncio Victor Peregrino, doze anos, começa a praticar com António Augusto da Mota Félix, Fornos de Algodres, que vai fechar esta botica por ter sido despachado segundo farmacêutico em Moçambique por Decreto de 3 de Setembro de 1862, levando-o com ele⁴⁵. Contudo, encontramos-lo de novo em Fornos de Algodres, tendo como praticante Francisca Victoria Andrade Pina Cabral Mota Feliz, de 22 anos, que começou a

praticar em 16 de Outubro de 1865⁴⁶, que deve ter sido a terceira mulher a diplomar-se pela Universidade de Coimbra.

Em 26 de Janeiro de 1863, António Augusto do Nascimento, de Celorico da Beira, começa a praticar na botica de António Baptista Cabral, em Celorico da Beira⁴⁷. Este em 25 de Outubro de 1865 registou como praticante, José Baptista da Fonseca Queirós, de dezasseis anos⁴⁸.

O ensino da farmácia em Trancoso é feito na Botica de Manuel dos Santos Veloso, tendo como praticante Paulo José Dias⁴⁹. Em 23 de Outubro de 1872 há referências ao praticante António Augusto de Proença, de Trancoso⁵⁰. Só volta a ter um praticante em 26 de Maio de 1885: Ricardo Augusto de Campos, de 15 anos⁵¹, que é avaliado em 15 de Julho de 1893 pelo farmacêutico Manuel Marques dos Santos, com botica na Guarda⁵². Em 1 de Setembro de 1893 está na botica de Manuel dos Santos Veloso em Trancoso⁵³, que tem 1 de Fevereiro de 1894, como praticante José Benedito Faria Gonçalves, de treze anos, natural de Lamego⁵⁴. Este em 5 de Julho vai para a botica em Trancoso de António Augusto de Figueiredo, vindo da de Manuel de Sousa Lima⁵⁵. Em 1 de Outubro de 1900, António Figueiredo Paixão, de 12 anos, de Trancoso, começa a praticar na botica de António Augusto de Figueiredo⁵⁶. Em 31 de Outubro de 1898, Clementino Alves de Oliveira com botica em Trancoso, tem como praticante Henrique Ignacio da Silva, com 15 anos, de Trancoso⁵⁷.

4 - 1869 – A Ação do Reitor Visconde de Vila Maior

Em 25 de Outubro de 1882, sob a supervisão do Visconde de Vila Maior, faz-se um novo livro de registo por se ter chegado à conclusão de que eram muitas as irregularidades da escrituração⁵⁸. Com esta nova organização, o primeiro registo da aprendizagem é em Sameice, concelho de Seia, distrito da Guarda, onde o Jorge Pais de Oliveira Mamede tem em 1869 dois praticantes: Berardo José Belo da Silva Brazão, o outro praticante, Roque Alves da Rocha, regressou ao serviço desta botica em 23 de Agosto de 1869⁵⁹ e vai praticar em 10 de Abril de 1878 na botica de José Alves Rodrigues, em Pinhanços, para onde transferiu a de Gouveia⁶⁰.

4.1 - Guarda como polo regional do Ensino Farmacêutico em 1870

Em 1870, Jorge Pais de Oliveira Mamede torna-se administrador da Botica da Misericórdia da Guar-

da onde continua a praticar com ele António Augusto Mendes Borges que tinha iniciado a sua prática em Sameice a 1 de Novembro de 1870⁶¹. Regista um novo praticante Carlos Augusto de Oliveira⁶² que tem dezasseis anos e começou a praticar em 28 de Janeiro de 1872⁶³. Vai ter em 8 de Outubro de 1873 como praticante Germano, um irmão de Carlos, com dezasseis anos⁶⁴. Além deste tem como praticante João Bernardo Pinto em 10 de Outubro de 1874⁶⁵. Vindo de Bragança, Domingos Dias, com 18 anos, começou a praticar em 6 de Outubro de 1873⁶⁶. Regista um novo praticante, José de Oliveira Cardoso e Figueiredo, em 1 de Novembro de 1874. Há ainda Ayres Frederico de Sousa Cardoso, da Guarda, 17 anos, que começou a praticar em 23 de Outubro de 1874 com Francisco de Oliveira Cardoso, na Guarda⁶⁷.

Jorge Pais de Oliveira Mamede tem em 1872 um novo praticante que é Manuel Alves de Freitas Cardoso, natural de Tourais, 26 anos⁶⁸. Regista-se que António Gonçalves d'Amoreira Laje, de Valverde, concelho do Fundão, começou a praticar em 20 de Outubro de 1875 com ele⁶⁹. Em 29 de Outubro de 1877 Domingos Dias e António Manuel Fernandes de Sousa estão os dois a praticar com Francisco de Oliveira Cardoso e Figueiredo. Em 15 de Outubro de 1879, Francisco de Oliveira Cardoso informa que Manuel Marques dos Santos tem praticado na botica desde 28 de Outubro de 1878. Em 31 de Outubro informa que Joaquim de Mendonça Coutinho, de Cavadoe, tem continuado sem interrupção no estudo e prática da farmácia⁷⁰. Joaquim Mendes Coutinho, de Cavadoe, concelho e distrito da Guarda, de 24 anos, tem praticado desde 30 de Outubro de 1881 na botica de Francisco Oliveira Cardoso Figueiredo na Guarda. Acontece o mesmo com César de Andrade Pissarra, natural da Guarda com 17 anos⁷¹ e Manuel Joaquim Monteiro, Montes do Jarmelo. Na botica de Manuel Marques dos Santos João Tomás Gil Júnior começa a praticar em 2 de Novembro de 1887⁷². Na farmácia de José Nunes de Carvalho, está José Elísio Mendes Alves, dezoito anos, natural de Torrozelo, distrito da Guarda⁷³. Em 20 de Julho de 1884, junta-se-lhe José Pereira de Moura Júnior, de 16 anos, de Avô, concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra, que vinha da Botica de Luiz de Brito de Sousa Abranches, em Avô⁷⁴. Regista-se que Francisco César Augusto de Oliveira, com 14 anos, da Guarda começou a praticar a 3 de Janeiro de 1884⁷⁵. Começou a praticar em 10 de Agosto de 1887 na botica de António Ferraz de Lemos, na Covilhã, Arnaldo de Jesus Sacadura, de 21 anos, natu-

ral da Covilhã⁷⁵ e vai praticar na botica de José Maria Martins na Guarda de 10 de Junho a 11 de Outubro de 1890, despedindo-se neste último dia⁷⁶. Volta a ser avaliado em 31 de Outubro de 1894 já com 27 anos na mesma botica, mas vinha da botica de Eliziário Augusto Macedo Ferraz⁷⁷. Está com ele na mesma botica António Lourenço Monteiro, de 20 anos e natural da Guarda⁷⁸. António Rodrigues Leal, de 15 anos e natural da Guarda, é também avaliado em 17 de Novembro de 1893⁷⁹. Orlindo José de Carvalho, de 13 anos, natural da Guarda, começou a praticar em 17 de Abril de 1893⁸⁰. Em 31 de Outubro de 1897 vai ter avaliação, assim como Salvador do Nascimento e Alfredo Freire Ruas⁸¹. No mesmo dia, Romeu Dias de Andrade Pissarra, de treze anos, da Guarda, tem a mesma classificação⁸². Em 5 de Novembro de 1889 Júlio d'Almeida, natural de Vila Fernando, concelho e distrito da Guarda, de 14 anos é avaliado por José Nunes de Carvalho, com botica na Guarda, desde 1 de Junho⁸³. Em 21 de Outubro de 1890, José Maria Ferreira de Abreu, de 21 anos, natural de Fornos de Algodres, na botica de José Nunes de Carvalho é avaliado⁸⁴. Com ele começou a praticar José Maria Ferreira d'Abreu, natural de Fornos de Algodres⁸⁵. Existe agora um novo praticante, José Lopes de Carvalho que vem de Vila Cova de Sub-Avô, no Distrito de Coimbra e tem 14 anos⁸⁶. Em 28 de Outubro de 1897, José Nunes de Carvalho, tem um novo praticante, Alexandre de Figueiredo, de Santa Ovaia, distrito de Coimbra, com 17 anos⁸⁷. Em 30 de Novembro de 1893 Manuel Marques dos Santos tem como praticantes: César d'Almeida Fadié Franco, de 14 anos, Vilar Maior; Pompeu Faria Marques de Castro, 20 anos, de Montemor-o-Velho; Antero Albano da Silva, de 19 anos, natural do Sabugal, que vinha da botica de António da Costa Veiga, da Guarda⁸⁸. Luiz Vaz d'Ascensão, de 21 anos, de Aldeia Nova do Cabo, distrito de Castelo Branco, é avaliado em 30 de Novembro de 1897⁸⁹. Em 20 de Novembro de 1898, Júlio de Almeida com botica na Guarda, tem como praticante, Ernesto Augusto Teixeira que vem da botica de Joaquim Gonçalves Canaveira, no Sabugal. Pratica também com ele José Joaquim Lopes de Almeida, natural de Coimbra com 16 anos. Vai praticar com ele em 1 de Outubro de 1899 Júlia Pereira de Almeida, natural da Guarda, com 15 anos. António Rodrigues Leal é avaliado no mesmo dia, vindo da botica de Francisco José Malato⁹⁰. Em 25 de Outubro de 1901, Júlio de Almeida classifica José Joaquim Lopes de Almeida, Júlia Pereira de Almeida e Ernesto Augusto Teixeira⁹¹.

Orlindo José de Carvalho e Salvador do Nasci-

mento vão praticar de 31 de Outubro de 1895 a 31 de Outubro de 1896 na botica de José Maria Martins⁹². Dois irmãos, José Lourenço Monteiro e António Lourenço Monteiro, o primeiro de 12 anos, naturais da Guarda, têm registada a sua prática, na mesma botica⁹³. Começa a praticar em 16 de Outubro de 1890 aí Salvador do Nascimento, de 14 anos, da Quinta dos Bentos, Guarda⁹⁴. Em 16 de Outubro de 1889 são avaliados José Lourenço Monteiro e António Lourenço Monteiro por José Maria Martins⁹⁵. Em 1 de Agosto de 1899 começa a praticar com ele, Manuel José Rego, natural da Menoita, concelho da Guarda⁹⁶.

Manuel Marques dos Santos admite como praticante João Augusto Beselga, 15 anos, natural de Figueira do Castelo Rodrigo, em 16 de Outubro de 1886. Igualmente pratica com ele António Lourenço Monteiro, de 14 anos, natural da Guarda⁹⁷. Em 13 de Outubro de 1889 avalia João Tomás Gil Júnior, de 14 anos. Tem como praticante Ricardo Augusto de Campos, vindo da botica de Manuel dos Santos Velloso em Trancoso⁹⁸ e um novo praticante Abílio das Neves Ferreira, da Guarda, que é avaliado desde 30 de Novembro de 1894⁹⁹.

Em 12 de Novembro de 1873, Joaquim da Silva Moreira, do Sabugal tem como praticante, Aníbal da Silva Moreira e Vasconcelos, com mais de nove anos, do Sabugal¹⁰⁰. Em 12 de Novembro de 1878 regista-se que José Vicente da Costa, natural da Rapoula do Côa, Sabugal, de quinze anos, começou a praticar em 12 de Novembro de 1877¹⁰¹. Em 27 de Junho de 1893 começa a praticar, Manuel José da Fonseca Faria, natural da Parada, concelho do Sabugal¹⁰². Em 1 de Maio de 1895 começou a praticar António Silva, natural da Ruvina, concelho do Sabugal¹⁰³. Em 12 de Novembro de 1899, Manuel José da Fonseca Faria vai praticar para a botica de Manuel Marques dos Santos e veio da Botica de Roque Alves da Rocha¹⁰⁴. Também, Álvaro Cândido da Silva Moreira, de dez anos, começou a praticar em 12 de Novembro de 1880¹⁰⁵. Também José Pires da Cunha Marques, de Freixedas de Alverca, Pinhel, dezassete anos, começou a praticar em 12 de Abril de 1881¹⁰⁶. Manuel Nunes Morgado, com 25 anos, natural de Maçainhas, distrito e concelho da Guarda começou a praticar em 19 de Dezembro de 1890¹⁰⁷. Em 8 de Fevereiro de 1897, Eliseu de Vasconcelos Moreira Santos, natural do Sabugal, vai praticar com ele¹⁰⁸.

Na Malhada Sorda, na Botica de José Lourenço da Silva Sampaio, começa a praticar António José Teixeira, de 14 anos, da Cerdeira, Sabugal em 1 de Outubro de 1884¹⁰⁹. Pratica de 2 de Novembro de 1884 a 11 de Novembro de 1885 na mesma farmá-

cia João António de Pina, natural da Guarda, de 22 anos¹¹⁰. José Lourenço da Silva Sampaio, muda-se para a Cerdeira, concelho do Sabugal, onde recebe como praticante Francisco Monteiro, de 14 anos¹¹¹. Tem outro praticante, Manuel Joaquim Monteiro que praticou desde 19 de Janeiro de 1881 até 3 de Fevereiro de 1884¹¹². Em 19 de Outubro de 1889 é avaliado Aurélio dos Santos Barreiros, da Cerdeira, 14 anos, desde 1 de Dezembro de 1888¹¹³. Vai ter como praticante Artur de Almeida Nave, natural da Miuzela, que tem 18 anos, que em 9 de Novembro de 1893 é avaliado desde 1 de Janeiro de 1893¹¹⁴. Em 28 de Outubro de 1898, Joaquim Gonçalves Canaveira tem como praticante, Ernesto Augusto Teixeira, de 12 anos, da Guarda¹¹⁵ e Albertino Augusto Teixeira, de 12 anos, do Sabugal, que avalia em 3 de Dezembro de 1900¹¹⁶.

Em Almeida, só encontramos Américo Celestino Vieira, de Almeida, avaliado desde 1 de Outubro de 1893 por José Freire de Andrade Pimentel¹¹⁷.

Em Celorico da Beira, Clementino Alves de Oliveira, de quinze anos, conforme registo de 21 de Outubro de 1875, começou a sua prática na botica de Alexandre Alves Henriques de Sousa¹¹⁸, que em 26 de Outubro de 1881 informa que António Alves de Oliveira começou a praticar em 25 de Outubro de 1878¹¹⁹. Este, mais tarde, com botica de Alverca da Beira, concelho de Pinhel transfere-se para Celorico da Beira, onde admite como praticante Francisco Alves Soares, de 14 anos, natural de Celorico da Beira, que avalia desde 27 de Setembro de 1898 a 7 de Outubro de 1899, não tendo praticado noutras boticas¹²⁰. Em 26 de Abril de 1894 vai avaliar um novo praticante, António Augusto de Almeida, natural de Fonte Arcada, concelho de Celorico da Beira, distrito da Guarda, que iniciou a sua aprendizagem em 28 de Fevereiro de 1893¹²¹. António da Fonseca, de 15 anos, natural do Cubo, concelho e distrito da Guarda, inicia nesta botica a sua prática em 6 de Maio de 1895¹²². Em 31 de Março de 1901, regista-se que Joaquim Lopes Marques da Cunha, natural de Arcozelo, concelho de Gouveia, de 16 anos, praticou na botica de Manuel Luís Salvador em Celorico da Beira¹²³.

Em Vinhó, na Botica de Roque José da Costa Veiga, José Maria da Costa Veiga, natural da Lajeosa de Celorico da Beira, vai ver confirmada em 3 de Dezembro de 1880 por sentença do Administrador de Gouveia, após inquirição de testemunhas que residira em Vinhó e praticara a farmácia de 1 de Janeiro de 1871 a 12 de Maio de 1874 com o avô Roque José da Costa Veiga já falecido¹²⁴.

Também em Gouveia vai praticar Evaristo Alves

Rodrigues, com catorze anos, natural de aldeia de S. Miguel, Distrito da Guarda com José Alves Rodrigues estabelecido em Gouveia¹²⁵. Regista-se que Arthur Eduardo Cabral, de doze anos, natural de Manteigas continuou a praticar até 31 de Dezembro de 1881¹²⁶. João Pais de Oliveira Mamede, natural de Sameice, começou a praticar em 1 de Novembro de 1881¹²⁷. Em 31 de Outubro de 1884 na botica do pai, agora em Paranhos, é avaliado vindo da de Norberto Paes d'Oliveira Mamede¹²⁸. Em Paranhos, em 1883, António de Almeida Baptista, de Coimbra, 17 anos, é avaliado em 28 de Outubro na botica de António Belo da Silva Brazão¹²⁹. Esta botica vai ser transferida para Gouveia sendo aí praticante Afonso Pais Esteves, natural do Carregal do Sal, com 19 anos¹³⁰. Em Paranhos da Beira, a botica de Lucas Evangelista da Rocha Santos vai ter como praticante José Augusto de Oliveira Santos, de Seia, em 4 de Outubro de 1899, vindo da botica de Abílio Guerra no Cartaxo¹³¹. É avaliado Francisco da Cunha Mattos, de 14 anos, de Coimbra, desde 12 de Novembro de 1899¹³². O novo praticante, José Assalino Pinto Gonçalves Marinho, natural da Figueira da Foz, de 19 anos é avaliado em 13 de Novembro de 1900, tendo vindo da botica de Sotero Simões d'Oliveira e vai em 1 de Setembro de 1900 para a botica em Soure de Francisco Amaro Rodrigues Pereira¹³³.

Roque Alves da Rocha vai ter uma botica em S. Romão, Seia, onde começa a praticar Lucas Evangelista da Rocha Santos, de 19 anos, do Seixo do Ervedal, distrito de Coimbra, de 15 de Novembro de 1888 a 20 de Outubro de 1890. Em 30 de Outubro de 1891, regista-se que praticou na botica de José Libertador Magalhães Ferraz em Coimbra de 2 de Novembro de 1890 a 29 de Setembro de 1891¹³⁴. Vai ter como praticante, Manuel dos Santos Madeira, natural de S. Romão, de 16 anos, que avalia de 1 de Novembro de 1889 a 31 de Outubro de 1890. Em 5 de Outubro de 1897, avalia António Augusto Martins Ribeiro Saraiva, natural de Pinhanços¹³⁵. Roque Alves da Rocha, em Torrozelo, vai mandar em 1888 os registos de Cristiano da Silva, que iniciou a sua prática em 20 de Maio de 1884, com avaliação de pouco aproveitamento¹³⁶ que acontece num caso de conflito grave. Contudo, logo em 24 de Novembro de 1888 classifica-o como regular e com comportamento bom¹³⁷. João Tomás Gil Júnior, da Guarda, com 18 anos, pratica na botica de José Elísio Mendes Alves, agora em Torrozelo, sendo avaliado desde 25 de Outubro de 1893¹³⁸.

Em 1900, surge a botica em Vila Nova de Tazem de José Monteiro de Sousa, que tem como pratican-

te Carlos Monteiro de Sousa Leitão, 12 anos, de Vila Nova de Tazem, em 16 de Agosto, sendo avaliado em 28 de Outubro de 1900¹³⁹.

Em Seia, praticam na Botica de Francisco Sarai-va da Costa Ribeiro, de 18 de Outubro de 1884 a 31 de Outubro de 1885, Adriano d'Almeida Melo e José Paulo da Silva Júnior, os dois de Seia, o primeiro com 14 anos e o segundo com 21¹⁴⁰. Artur Eduardo Cabral, agora com 19 anos, despedido em 1882, voltou à prática farmacêutica e obteve classificação igual¹⁴¹. Diz-se em 27 de Julho de 1893 que praticou de 1 de Maio de 1893 a 27 de Julho com Manuel Nazareth & Irmão, vindo da botica de Francisco Sarai-va da Costa Ribeiro, de Seia¹⁴². Em 31 de Outubro de 1894, José Augusto de Oliveira Santos, natural de Seia, com 14 anos, começa a praticar em 1 de Janeiro de 1893 nesta botica¹⁴³, vindo da de José António da Motta, Lisboa¹⁴⁴. Adriano de Almeida Mello vai estabelecer-se em Seia, onde pratica António Fer-rão Mello, de 13 anos, de Santa Comba, concelho de Seia desde 4 de Maio de 1897¹⁴⁵. Tem como praticante em 5 de Novembro de 1899, José Correia de Carvalho, 16 anos, de Seia¹⁴⁶.

Em Pinhanços existem dois praticantes em 12 de Janeiro de 1883 na botica de José Alves Rodrigues: Evaristo Alves Rodrigues, de Aldeia de S. Miguel, Santa Comba, concelho de Seia. Artur Eduardo Cabral, natural de Manteigas, distrito da Guarda, praticou de 31 de Dezembro de 1881 até Maio de 1882 quando foi despedido¹⁴⁷. Manuel de Azevedo, de Santa Comba, concelho de Seia, com 17 anos, é registado como praticante nesta mesma botica. Em Pinhanços, António Alves da Silva, com 12 anos, Al-deia de S. Miguel, distrito da Guarda, é avaliado¹⁴⁸. João Alves Rodrigues vai começar a praticar nesta botica em 1 de Janeiro de 1891¹⁴⁹. O praticante João Alves Saraiva, natural de Pinhanços, em 4 de Janeiro de 1894 é avaliado. Francisco Rodrigues Borges, com treze anos pratica de 15 de Janeiro de 1893 a 4 de Janeiro de 1894¹⁵⁰. Com este boticário vai praticar de 15 de Janeiro de 1898 até 1 de Janeiro de 1900, José Alves Rodrigues Dias e Castro, natural de Pinhanços¹⁵¹.

Em 20 de Novembro de 1885, António Belo da Silva Brazão em Gouveia tem como praticantes António Belo Pais da Silva Brasão, de Coimbra, com 12 anos¹⁵² e Afonso Pais Esteves¹⁵³. Existem mais dois praticantes, Henrique Gomes de Almeida Neves, de Linhares, com 16 anos e César Augusto da Silva, natural de Marialva¹⁵⁴.

César Diniz de Carvalho, de Coimbra, que tem 21 anos, vem de Pombal, após ter iniciado a prática

em Coimbra, na botica de Eliziário Augusto de Macedo Ferraz. Seguiu para a botica de Lino Nunes de Barros em Pombal, saindo desta farmácia em 23 de Julho de 1894. Passa então para a botica de Eduardo Mateus de Campos, em Gouveia¹⁵⁵. César Diniz de Carvalho vai a partir de 17 de Abril de 1895 até 31 de Outubro de 1895 praticar na botica de Manuel Nazareth & Irmão em Coimbra¹⁵⁶. Tem na botica de Gouveia como colega João Evangelista Marques Donato, também de Coimbra, que tem 16 anos. Assinala-se que vinha da botica de Augusto Bastos, de Coimbra¹⁵⁷. Em 31 de Outubro de 1895 tem um novo colega José Mateus de Campos Júnior, com 16 anos e natural de Coimbra. Menciona-se que vinha da botica de Augusto Lima de Barros¹⁵⁸. Há como novo praticante Afonso Pereira de Oliveira, de 17 anos, natural de Leiria¹⁵⁹. Tem um novo companheiro Alfredo Nunes Fidalgo, de dezoito anos, natural de Coimbra que vinha da Farmácia de Sebastião Alves da Costa, de Luanda¹⁶⁰. Em 30 de Dezembro, Eduardo Mateus de Campos avalia o novo praticante José Bello Biker, com 16 anos, natural de Gouveia¹⁶¹.

4.2 - Castelo Branco

No Fundão, José Joaquim Gonçalves pratica de 8 de Novembro de 1866 a Setembro de 1867, em que saiu para a farmácia de Luís José Cardona, da Covilhã. Curiosamente para justificar este tempo que esteve com Anselmo Tavares da Silva, há uma carta de Sentença passada pela administração do concelho do Fundão¹⁶². Em 22 de Julho de 1879, Francisco António Alonso de Puga, com botica no Fundão, informa que Manuel Tavares Ferreira, de Vila Cortês da Estrada, Gouveia, praticou com ele¹⁶³. Na botica de Eugénio de Campos Paes do Amaral, Alpedrinha, o praticante José Dias Hipólito Parente, de 12 anos, de Alpedrinha, tem em 15 de Outubro de 1901¹⁶⁴.

Em Castelo Branco surge como praticante em 29 de Novembro de 1878 Joaquim António Moreira, que vem do Fundão e começou a praticar na Botica de Agostinho José Ferreira, informando que vinha da de Manuel Fernandes Pessoa¹⁶⁵. Em 25 de Novembro, regista-se que Francisco Robalo Guedes praticou na botica de Domingos José Robalo de 1866 até ao fim do ano de 1877. Em 29 de Outubro de 1881, já tem botica aberta em Castelo Branco e vai ter dois praticantes, os dois do concelho de Mação, Mário Correia da Silva Júnior, vindo da de Joaquim António da Cunha, de Coimbra. Jacinto Serrão Burquette Gaspar, de Belder disse ter praticado noutras boticas, pois trabalhou na botica de Manoel Ferreira

da Mota Ferraz, de Abrantes¹⁶⁶. Nesta mesma botica, começou a praticar em 28 de Outubro de 1882, Artur Zeferino Santos Silva, de Abrantes¹⁶⁷. Teve como colega António dos Santos Duarte, natural de Castelo Branco, de 14 anos, que tinha começado a sua prática em 1 de Novembro¹⁶⁸. Vai estar nesta botica, Manuel Diogo da Gama, de Malpica, distrito de Castelo Branco, que vinha da botica de Eduardo de Almeida Freixedas, estando aí de 7 de Agosto de 1883 a 28 de Outubro. Está aí Alfredo José de Carvalho, vindo da botica de João Lourenço Monteiro da Guarda e antes tinha estado em Pinhel¹⁶⁹. Era de Marialva, concelho da Meda, praticando desde 10 de Outubro de 1879 até princípios de Agosto de 1880 na farmácia de Sebastião José de Carvalho e Lima, em Pinhel, sendo esta prática comprovada pela administração do concelho de Pinhel¹⁷⁰.

Vai ter botica no Sabugal, onde tem como praticante Manuel Nunes Morgado, de 26 anos, natural de Maçainhas, concelho e distrito da Guarda¹⁷¹. Este vai depois para a Idanha-a-Nova para a botica de António Pedrosa Barreto¹⁷². Note-se que António Pedrosa Barreto era farmacêutico de 1ª, estando no 3º ano do curso de Farmácia em 1884, praticando no Dispensatório Farmacêutico. Era filho de Adelino Pedrosa Barreto, também farmacêutico em Idanha-a-Nova¹⁷³. Na botica de Adelino Petrosa Barreto, pratica António da Cruz Pinto, de 19 anos, natural de Vila Velha de Rodão, distrito de Castelo Branco¹⁷⁴. Vai depois praticar em Vila Velha de Rodão, na botica de José Passos¹⁷⁵. Em 23 de Novembro de 1885 Alfredo José de Carvalho tem como praticante António das Neves Silva Carneiro, natural do Fundão, com 15 anos. Continua a praticar com ele Manuel Diogo da Gama¹⁷⁶. Também João Marques, de Roqueira, distrito de Castelo Branco, pratica em Castelo Branco, mas agora com Domingos José Robalo¹⁷⁷. Em 21 de Janeiro de 1890, Adriano Lemos de Vasconcelos é administrador da farmácia da Misericórdia de Castelo Branco, tendo como praticante Adelino Cândido Pereira Correia, natural da Guarda, com 16 anos¹⁷⁸.

Na farmácia da Misericórdia começou a praticar em 24 de Julho de 1893, Francisco da Silva Pereira Cunha, com 14 anos, natural de Castelo Branco e José dos Passos, natural do Crato, Distrito de Portalegre, de 19 anos¹⁷⁹. Sebastião Dias Braga é avaliado em 7 de Outubro de 1894¹⁸⁰. Em 15 de Outubro de 1895, há um novo praticante, João Mourato Grave, com 16 anos, natural de Alpalhão, distrito de Portalegre¹⁸¹. João Mourato Grave vai praticar de 15 de Outubro de 1895 a 27 de Outubro de 1896 na

Farmácia da Misericórdia em Castelo Branco com António Ferreira Baptista, que o avalia¹⁸². Este vai ter de novo um praticante que é Joaquim Marcial Carrega, com 17 anos, de Freichial do Campo, vindo da farmácia de Álvaro Rodrigues da Costa¹⁸³. Em 20 de Agosto de 1899 ganha um novo praticante que é João dos Santos Garrido, de 13 anos, de Castelo Branco¹⁸⁴. Praticava nesta mesma farmácia Viriato Nunes Lopes Russo, de 17 anos, natural da Covilhã, vindo da botica de José da Cruz Frade, em Nisa¹⁸⁵. Em 12 de Outubro de 1900, António Ferreira Baptista tem três praticantes que avalia em 12 de Outubro de 1900: 1º António Maria Gomes Leão Portela Garcia; o 2º João dos Santos Garrido; o 3º Filipe de Mendonça Escoto vindo da botica de José Pedro Xavier Rodrigo¹⁸⁶.

Em 16 de Maio de 1890, José Pedro Xavier Rodrigues, tem botica em Castelo Branco indo para lá iniciar a sua prática Sebastião Dias Braga, com 17 anos, natural de Figueiró dos Vinhos, distrito de Leiria¹⁸⁷.

Álvaro Rodrigues da Costa, com botica em Castelo Branco, tem como praticante Jayme Migueis de Oliveira, de Vila Velha do Rodão, distrito de Castelo Branco¹⁸⁸. Vinha já da botica de José da Cruz Frade, em Nisa, onde tinha começado a praticar em 1 de Janeiro de 1897¹⁸⁹. Quando sai desta botica ai para Lisboa, para a Botica de Serafim Pires Coelho, onde permanece de 4 de Outubro de 1900 até 5 de Outubro de 1901¹⁹⁰. Vai então já com 18 anos para Louros da Crujeira, praticando na botica de Augusto Liberto de Figueiredo Gersão¹⁹¹.

Em Alpedrinha, na Botica de José de Pina Coelho, em 1 de Abril de 1879, começou a praticar José Alexandrino Nunes¹⁹². Também aí José Valente, natural desta localidade, começa a praticar em 20 de Novembro de 1879¹⁹³. Em 28 de Outubro de 1892 é avaliado Eugénio de Campos Paes do Amaral, natural de Castelejo, distrito de Coimbra, que vinha da botica de Augusto de Bastos, com botica em Coimbra. Tinha vindo agora da Botica de José de Pina Coelho. Foi para esta que voltou em 22 de Junho de 1892¹⁹⁴. Em 22 de Outubro de 1895, pratica na botica de João António da Fonseca e vinha da botica de António Godinho da Gama em Penamacor¹⁹⁵. Vai estar até 30 de Outubro de 1897 na botica de Feliciano Castilho de Almeida, no Fundão, informando-se que vinha da botica de Joaquim Raimundo Vasco¹⁹⁶. Em 1 de Novembro de 1897 volta à botica de João António da Fonseca, onde está até 26 de Agosto de 1898¹⁹⁷.

Também na Idanha-a-Nova, Manuel Simões de Sousa, de Casal Cimeiro, Concelho de Soure, com trinta e três anos, começou a praticar na botica de

Adriano Lemos de Vasconcelos em 1 de Novembro de 1879. Tinha já praticado noutras boticas e vinha da que este farmacêutico tinha em Coimbra¹⁹⁸. Em 29 de Janeiro de 1886 regista-se nesta botica a prática de Francisco Alves Prudente, natural da Aldeia de Santa Margarida, que é avaliado desde 1 de Março até esse dia¹⁹⁹. Só volta a haver praticantes em 3 de Outubro de 1892 com Herculano Augusto Quintela, de 13 anos, cuja prática é registada na botica de Adelino Petrosa Barreto²⁰⁰.

4.3 - Covilhã como polo de ensino e prática farmacêutica

Pratica na Covilhã, na botica de Pio Braz, António Ferreira Júnior, da Folhadosa, distrito da Guarda, com dezoito anos. Vinha da botica de Augusto Pinto Salema²⁰¹. Também Francisco Luiz Pimentel de Carvalho, de 14 anos, natural da Guarda, vai ser registado como praticante em 2 de Outubro de 1884²⁰². Junta-se a ele como praticante Jerónimo José Alves Pimenta, natural de Delães, Braga, com 16 anos²⁰³. Em 1 de Fevereiro de 1892 começa a praticar na botica de Pio Braz, Artur Lopes Soares, que tem 15 anos e é natural de Esmoriz, distrito de Aveiro. Continua a praticar Aurélio dos Santos Barreiros que vem da Cerdeira, da Botica de José Lourenço da Silva Sampaio²⁰⁴. Também em 5 de Outubro de 1894 é avaliado Aurélio dos Santos Barreiros²⁰⁵. Artur Lopes Soares é avaliado em 5 de Outubro de 1895²⁰⁶. Tem como colega, Alfredo Lemos, da Covilhã com treze anos²⁰⁷. Há um novo praticante em 19 de Janeiro de 1901 que é Duarte Luiz da Purificação Rodrigues, natural da Covilhã²⁰⁸.

Em 2 de Outubro de 1894, José Mendes Boga, com 14 anos, natural da Covilhã, regista a sua prática com António de Sousa Pedroso²⁰⁹. Alfredo Coelho, de 12 anos, natural de Aldeia do Mato, Covilhã, que não tinha praticado noutras boticas, pratica na botica de António Maria Fernandes na Covilhã²¹⁰.

Só em 28 de Outubro de 1884 surge a primeira mulher praticante na Covilhã, Maria Cândida da Nazareth Teixeira Franco, com 26 anos e natural da Covilhã, que pratica na botica de Pedro Celestino Thudem da Fonseca, desde 10 de Novembro de 1883, não tendo praticado noutras boticas²¹¹. É avaliada no período de 28 Outubro de 1884 a 29 de Outubro de 1885 na Farmácia Moderna da Covilhã, pelo seu administrador José Monteiro de Sousa²¹², passando para a botica de Evaristo Alves Rodrigues²¹³. Em 8 de Outubro de 1886 está na botica de José Monteiro de Sousa²¹⁴.

Em 16 de Outubro de 1884 temos a primeira empresa farmacêutica na Covilhã com a firma comercial Baptista & Filhos, que tem dois praticantes, que começaram a praticar em 29 de Abril de 1884, António Manuel Alves, com 14 anos e natural de Belmonte, e José Valente Marques, tinha 19 anos e era natural de Alpedrinha, que já tinha praticado noutras boticas e vinha da de José Pina Coelho de Alpedrinha²¹⁵. António Benquerenças, de 17 anos, começou a praticar em 1 de Abril de 1887 e é avaliado no mesmo dia²¹⁶. Entra em formação na mesma farmácia Júlio Alves Mendes, natural de Caria, concelho de Belmonte, distrito de Castelo Branco, que tem a sua prática registada de 29 de Janeiro de 1889 a 4 de Outubro deste ano²¹⁷. Nesta farmácia tinha começado a praticar Joaquim dos Reis Crespo, de 20 anos, natural de Idanha-a-Nova, sendo avaliado desde 13 de Abril de 1891 a 14 de Outubro de 1891²¹⁸. Em 17 de Outubro de 1894 Joaquim dos Reis Crespo é avaliado de 6 de Outubro de 1893 até 30 de Agosto de 1894, deixando a botica de Baptista & Filhos²¹⁹.

Em 17 de Outubro de 1895 Ângelo Abrantes Pereira Morão é avaliado desde 17 de Outubro de 1894, mencionando-se que vinha da botica de Francisco Alonso S. Puga, do Fundão²²⁰. Neste mesmo dia, António da Costa, natural de Caria é avaliado desde 18 de Novembro de 1894, mencionando-se que não tinha praticado noutras boticas²²¹.

Ângelo Abrantes Pereira Morão vai praticar na botica de Francisco Luiz Pimentel de Carvalho, na Covilhã, de 29 de Janeiro a 5 de Outubro de 1896²²². No período de 17 de Outubro de 1895 a 29 de Janeiro de 1896 tem na Baptista & Filhos avaliação²²³. Aí, o praticante António da Costa no período de 17 de Outubro de 1895 a 23 de Outubro de 1896 tem avaliação e Justiniano Laço Pinto, do Tortosendo, tem a mesma, vindo da botica de Manuel Joaquim Rodrigues, de Ovar²²⁴.

Joaquim Reis Crespo, com botica na Covilhã, vai admitir como praticante João António Luiz Bispo, de 14 anos, natural da Capinha, concelho do Fundão, distrito de Castelo Branco²²⁵. Admite um novo praticante em 9 de Dezembro de 1898, Artur Martins Pinto, de 12 anos, natural de Aldeia do Mato²²⁶.

Em 24 de Outubro de 1893 é registada a prática de João Godinho, de S. Lourenço, distrito de Leiria, com 17 anos, na botica de Francisco Luiz Pimentel de Carvalho que lhe dá avaliação. Vinha da botica de António Alberto Ferreira Santa Clara²²⁷. Em 5 de Outubro de 1896 é avaliado José Maria Carrilho, com 20 anos, natural do Crato, que vinha da botica de Manuel do Livramento Pires²²⁸.



Covilhã antiga

Na Covilhã, António Nunes com botica nesta localidade vai ter como praticante Joaquim António Casimiro Júnior, de 12 anos, natural de Vila Nova de Ourém, distrito de Santarém, que aí começa a praticar em 15 de Fevereiro de 1896²²⁹. Também Alfredo Victor Baptista Alves com botica também na Covilhã vai ter António da Costa como praticante, que avalia²³⁰. Terá como praticante António Manuel Alves, de 14 anos, natural de Belmonte, distrito de Castelo Branco, que avalia em 30 de Outubro de 1897²³¹. Em 21 de Outubro de 1900 observa-se que interrompeu a prática de 14 de Fevereiro de 1886 a 1 de Agosto de 1897, o que não pode ser verdade²³².

Tem um novo praticante, Belarmino dos Santos Barata, de 16 anos, natural do Fundão. Vinha da botica de Feliciano Castilho de Almeida, do Fundão²³³. Também tem como praticante José Leitão Chorão, com 16 anos, da Capinha, concelho do Fundão. Tinha vindo da botica de Joaquim Raimundo Vasco, do Fundão²³⁴. Em 9 de Outubro de 1899. Belarmino dos Santos Barata é avaliado por Francisco Luiz Pimentel de Carvalho e vinha da botica de Jorge Paes de Oliveira Mamede²³⁵.

Curiosamente, Alfredo Victor Baptista tem em 17 de Outubro de 1899 como praticantes: Augusto da Ressurreição Aleixo, natural do Baraçal, freguesia de Vila do Touro, com 17 anos, vindo da botica de Alfredo José de Carvalho, do Sabugal; Luiz Mendes de Mattos é natural de Barco, concelho da Covilhã, distrito de Castelo Branco, começa a praticar em 1 de Agosto; António Manuel Alves, natural de Belmonte, distrito de Castelo Branco, de 14 anos; Belarmino dos Santos Barata sai em 25 de Fevereiro de 1899; por fim, vindo da botica de Joaquim Reis Crespo, na Covilhã, vai admitir como praticante João António Luiz Bispo²³⁶.

Junto à Covilhã, no Tortosendo, Francisco Costa, de 13 anos, natural da Vela, deve ter iniciado a prática na botica de Eduardo Augusto Mendes em 1 de Setembro

de 1888²³⁷. Também no Tortosendo Joaquim de Gouveia Nobre Coutinho, de 19 anos, Viseu, tem registada em 8 de Outubro de 1889 a sua avaliação²³⁸. No Tortosendo começa a praticar na botica de António José de Carvalho em 21 de Outubro de 1889, Justiniano Laço Pinto, natural de Tortosendo²³⁹. Surge ainda a botica de Libório José de Magalhães, que o avalia em 26 de Outubro de 1892 desde 2 de Outubro de 1891²⁴⁰.

De 11 de Novembro de 1890 a 15 de Novembro de 1891, pratica na botica de João Pais da Cunha Mamede nesta localidade, António Paes de Oliveira²⁴¹. Alfredo Dias Antunes, de 14 anos e natural do Tortosendo, é avaliado na botica de Manuel José Fernandes Costa²⁴². Este praticante vai para a botica de Afonso Pais Esteves na mesma localidade, sendo avaliado em 13 de Outubro de 1896²⁴³.

Afonso Pais Esteves vai ter um novo praticante, José de Mattos Cosme Pereira, natural do Tortosendo, com 15 anos²⁴⁴. Em 25 de Outubro de 1895, há um praticante na botica de Jorge Pais da Cunha Mamede, que é António Antunes dos Santos, vindo da botica de José António Filipe de Proença, de Peniche²⁴⁵. É avaliado em 20 de Novembro de 1898, António Paes de Oliveira Mamede que pratica na botica de Jorge Paes de Oliveira Mamede em dois períodos. Justiniano Laço Pinto é avaliado em 17 de Outubro de 1898, vindo da botica de Alfredo Victor Baptista Alves, na Covilhã²⁴⁶.

Em 24 de Outubro de 1895 no Paul, da Covilhã, na botica de Agostinho Rodrigues da Silveira Franciscão, há um praticante, Arnaldo da Silveira Franciscão, da Paradela, concelho de Arganil, distrito de Coimbra, 24 anos²⁴⁷.

Na botica de António Ferraz de Lemos, na Covilhã só voltamos a ter um praticante com Faustino Martinho da Serra Ferreira, natural de Óbidos, distrito de Leiria, que tem 16 anos. Avaliado em 10 de Outubro de 1898, não tem classificação, só se informa que vinha da farmácia de António Augusto da Mota Félix²⁴⁸. Desde 20 de Dezembro de 1899, Faustino Martinho Serra Ferreira, passou a praticar na botica de Francisco Luiz Pimentel de Carvalho, com botica na Covilhã, tendo vindo da botica de José Luiz da Costa, do Barreiro²⁴⁹.



A análise da literatura farmacológica existente na Covilhã permite adiantar algumas hipóteses explicativas da existência de muitos praticantes na cidade e lugares vizinhos. É desde logo abundante e muito ligada às práticas farmacêuticas da Europa e do Brasil, onde as abundantes anotações do manual de Agostinho Albano da Silveira Pinto na edição de 1846 dão indicações de um uso intenso na prática, raciocinando-se sobre ela de modo muito atento. Tudo isto mostra como a Covilhã foi construindo o seu saber farmacêutico não só através da prática, mas, principalmente pela utilização intensa e crítica da bibliografia existente.

4.4 - Lugares isolados

Em Vila de Rei, José Martins Aparício, natural do Brejo Fundeiro, distrito de Castelo Branco, pratica desde 18 de Outubro de 1880 com José Rodrigues de Matos²⁵⁰. Estando em 19 de Dezembro de 1882 na botica de José Joaquim Matos e Silva. Em 7 de Novembro de 1885, regista-se o seu aproveitamento, mas o farmacêutico é José Rodrigues Matos e Silva, denotando erro de transcrição²⁵¹. Aí, na farmácia de José Rodrigues de Matos, José Castanheira dos Santos, de Ferreira do Zêzere, inicia a aprendizagem em 18 de Fevereiro de 1875²⁵², saindo para a botica de José Libertador Magalhães Ferraz em 20 de Setembro de 1880²⁵³.

Volta a haver praticantes de farmácia na Sertã em 27 de Maio de 1885, na botica de Manuel Joaquim Nunes, onde surge como tal Emygdio de Sá Xavier Magalhães, de 28 anos, natural de Pedrogão Pequeno, que pratica até 15 de Abril de 1885, dia em que saiu para fazer exame²⁵⁴. Faz exame em 1 de Dezembro de 1887, com a nota *plenamente*, registada no livro 6 volume, mas sem data de diploma²⁵⁵. Admite como praticante na sua botica na Sertã, Fernando das Neves Ribeiro, com 17 anos, de Besteiros, concelho de Ferreira do Zêzere, distrito de Santarém. Vinha da botica de João José da Costa²⁵⁶. Em 19 de Novembro de 1888, Zeferino Lucas de Moura, filho de José Pedro Lucas de Moura, natural da Sertã, pratica na botica do pai²⁵⁷.

Em Proença-a-Nova, Francisco Martins da Silva



Roda, daí natural, começa a praticar em 12 de Janeiro de 1879, já com 27 anos na Botica de José Joaquim Sarmiento. Sabe-se que vinha da de João Crisóstomo de Almeida, de Coruche²⁵⁸. Contudo, o administrador do concelho em ofício informou que este farmacêutico não tem livro de matrícula²⁵⁹. Por isso, regista-se em 13 de Janeiro de 1882 o tempo de prática de 12 de Janeiro de 1879 a 15 de Outubro de 1881 por sentença deste administrador em 9 de Março de 1882²⁶⁰. José Martins Paixão, de Proença-a-Nova, com dezasseis anos, começa a praticar em 2 de Janeiro de 1883 na botica de Francisco Martins Roda²⁶¹. Em 28 de Outubro de 1900, Assis da Silva Gonçalves Roda, natural de Proença-a-Nova, com 10 anos, começa a praticar na botica do pai²⁶³.

Em Fornos de Algodres, António Andrade Pina Cabral da Mota Félix, quinze anos, natural desta Vila, começou a praticar em 24 de Outubro de 1881²⁶⁴. Junta-se-lhe em 8 de Outubro de 1883 António Ribeiro de Albuquerque que tem 14 anos e é natural de Fornos de Algodres²⁶⁵. Em Fornos de Algodres António Borges de Frias, natural de Bassim, freguesia de S. Pedro de France, distrito de Viseu, com 20 anos, é avaliado por Evaristo Alves Rodrigues com botica nesta localidade²⁶⁶.

Em 1895, em Alverca da Beira, na botica de António Alves de Oliveira, praticam Alfredo Freire Ruas e Manuel Monteiro²⁶⁷. Alfredo Freire Ruas vai de 1 de Novembro de 1895 a 31 de Outubro de 1896 praticar na Guarda na botica de José Maria Martins²⁶⁸. Volta para Alverca da Beira já com 21 anos, onde pratica na botica de Salvador do Nascimento²⁶⁹. Em 5 de Novembro de 1901, Salvador do Nascimento tem botica na Guarda, onde pratica Júlio Mendes Salgueiro, com 19 anos,

natural de S. Miguel de Acha, Idanha-a-Nova vindo da botica de Viriato António Ribeiro Pessoa Cabral do Fundão²⁷⁰. Penamacor surge em 30 de Outubro 1893 como lugar de formação com o praticante Aníbal Pinheiro Ferreira Galhardo, de Penamacor, com 12 anos, que vai praticar de 20 a 30 de Outubro de 1893 na botica de José António da Fonseca, sem fazer avaliação²⁷¹.

Em Freixo de Numão, Francisco Ferreira Quintela, tem como praticante Joaquim Alípio Fernandes Júnior, começando a praticar em 11 de Setembro de 1869²⁷². Apesar dos progressos verificados deixou de praticar nesta farmácia por não convir ao farmacêutico ter botica aberta²⁷³. Em Vila Nova de Foz Côa, Abílio António da Fonseca Branco, de 15 anos, natural de Vila Nova de Foz Côa, começou a praticar em 10 de Janeiro de 1884 na botica de Joaquim Alípio Fernandes Pinto²⁷⁴. Em 25 de Setembro de 1886 começa a praticar nesta botica, António Augusto Saraiva Guerra, de 15 anos, de Vila Nova de Foz Côa²⁷⁵.

Com estes polos de ensino, a Beira Interior ganha massa crítica e insere-se numa rede de aprendizagens que, sem currículos conhecidos, permite um processo de *benchmarking*. Falta-lhe um currículo de aprendizagens bem explicitado, mas as mudanças de locais de aprendizagem por alguns praticantes vai permitir uniformizar e melhorar a aprendizagem.

Mas, eram bem poucos os farmacêuticos de que a região dispunha em 1889. Eram 49 quando se faz o balanço da formação de farmacêuticos de 1ª e 2ª classe na Universidade de Coimbra, quase todos de 2ª classe e desse modo quase sem formação escolar. Têm apenas prática e exames e o Interior tem muito poucos farmacêuticos²⁷⁶.

Nº	Nome	Natural	Distrito	Classe	Data	Aprovação
2	Abel Augusto Proença	Trancoso	Guarda	2ª	20/5/886	Plenamente
34	Alberto da Costa Veiga	Lajeosa	Guarda	2ª	8/2/1876	Plenamente
56	Alfredo Victor Baptista Alves	Covilhã	Castelo Branco	1ª	13/10/874	Plenamente
61	Anselmo Tavares da Silva	Vela	Guarda	2ª	3/12/1886	Plenamente
75	António Augusto Proença	Trancoso	Guarda	2ª	25/7/1877	Plenamente
81	António Baptista Cabral	Celorico da Beira	Guarda	2ª	12/6/1862	Plenamente
83	António Bello da Silva Brazão	Sameice	Guarda	1ª	1/10/1876	Plenamente
112	António Gonçalves de Amoreira Laje	Valverde	Castelo Branco	2ª	17/12/1878	Plenamente
113	António Gonçalves Canaveira	Sabugal	Guarda	2ª	5/5/1880	Plenamente
159	António Pedrosa Barreto	Idanha-a-Nova	Castelo Branco	1ª	25/11/1886	Plenamente
160	António Pereira de Almeida	Proença-a-Nova	Castelo Branco	2ª	20/5/1887	Pela maior parte
162	António Pereira da Silva	Figueira do Castelo Rodrigo	Guarda	2ª	16/01/1866	Plenamente
199	Augusto Ribeiro dos Santos Viegas	Passos de Cima	Guarda	2ª	13/02/1875	Plenamente

Nº	Nome	Natural	Distrito	Classe	Data	Aprovação
230	Celestino Esteves Tadeu da Fonseca	Almeida	Guarda	2ª	19/10/1878	Plenamente
235	Clementino Alves de Oliveira	Celorico da Beira	Guarda	2ª	1/4/1882	Plenamente
259	Emídio de Sá Xavier Magalhães	Pedrogão Pequeno	Castelo Branco	2ª	1/12/1887	Plenamente
267	Evaristo Alves Rodrigues	Aldeia de S. Miguel	Guarda	2ª	2/5/1885	Plenamente
303	Francisco Freire de Andrade	Ansul	Guarda	2ª	10/5/1862	Pela maior parte
314	Francisco José de Oliveira	Pedrogão Pequeno	Castelo Branco	2ª	10/06/1875	Pela maior parte
328	Francisco Martins da Silva Roda	Proença-a-Nova	Castelo Branco	2ª	20/07/1839	Nemine Discrepante
338	Francisco Robalo Guedes	Castelo Branco	Castelo Branco	2ª	24/11/1877	Plenamente
341	Francisco Saraiva da Costa Ribeiro Robalo	Seia	Guarda	2ª	15/05/1875	Plenamente
419	João da Silva Moreira Cabral	Alverca da Beira	Guarda	2ª	26/11/1877	Plenamente
427	Joaquim Alípio Fernandes Pinto	Freixo de Numão	Guarda	2ª	11/12/1879	Plenamente
432	Joaquim António Moreira	Fundão	Castelo Branco	2ª	11/12/1878	Plenamente
443	Joaquim César da Paiva Rua	Escalhão	Guarda	1ª	2/11/1888	Plenamente
456	Joaquim José de Miranda Sarmento	Proença-a-Nova	Castelo Branco	2ª	19/10/1865	Plenamente
474	Joaquim Raimundo Vasco	Fundão	Castelo Branco	2ª	9/12/1874	Plenamente
483	Jorge Pais de Oliveira Mamede	Sameice	Guarda	1ª	13/10/1865	Plenamente
490	José Alves Rodrigues	Aldeia de S. Miguel	Guarda	1ª	11/10/1875	Plenamente
492	José António de Almeida Silvano	Vila Nova de Foz Côa	Guarda	2ª	19/03/1883	Plenamente
502	José Augusto da Costa	Idanha-a-Nova	Castelo Branco	2ª	11/04/1877	Plenamente
514	José Baptista da Fonseca Queiroz	Celorico da Beira	Guarda	2ª	02/07/1877	Plenamente
525	José Elísio Mendes Alves	Torrezelo	Guarda	2ª	14/07/1886	Plenamente
544	José Joaquim Gonçalves	Fundão	Castelo Branco	2ª	25/11/1874	Plenamente
554	José Lourenço da Silva Sampaio	Cerdeira	Guarda	2ª	26/04/1880	Plenamente
559	José Manuel Hipólito	Fundão	Castelo Branco	1ª	30/10/1883	Com distinção
561	José Maria da Costa Veiga	Lajeosa	Guarda	2ª	22/12/1880	Plenamente
563	José Maria da Graça e Silva	Celorico da Beira	Guarda	2ª	1/02/1870	Plenamente
589	José Pina Coelho	Fundão	Castelo Branco	2ª	24/03/1879	Plenamente
546	Luiz Maria da Silva Azevedo	Sabugal	Guarda	2ª	27/02/1869	Pela maior parte
648	Luiz Pereira da Silva	Figueira do Castelo Rodrigo	Guarda	2ª	23/04/1876	Pela maior parte
680	Manuel de Freitas Cardoso e Costa	Tourais	Guarda	1ª	17/10/1876	Plenamente
687	Manuel Joaquim Monteiro	Montes do Jarmelo	Guarda	2ª	20/05/1889	Plenamente

Nº	Nome	Natural	Distrito	Classe	Data	Aprovação
688	Manuel Joaquim Nunes	Sertã	Castelo Branco	2ª	21/12/1860	Plenamente
701	Manuel Marques dos Santos	Guarda	Guarda	2ª	15/04/1886	Pela maior parte
716	Manuel Tavares Ferreira	Vila Cortez da Estrada	Guarda	2ª	3/06/1880	Plenamente
735	Pedro Celestino Tadeu da Fonseca	Almeida	Guarda	2ª	10/01/1879	Plenamente
762	Venâncio Joaquim Ferreira	Várzea de Cavaleiros	Castelo Branco	2ª	24/07/1854	Plenamente

5 - Primeiros Sinais de Mudança

Em 1884, no documento preparatório da mudança anunciada do curso de Farmácia escreve-se que este se rege pelo decreto de 29 de Dezembro de 1836 e de 23 de Abril de 1840 em conjugação com o art.º 11 da Carta de Lei de 12 de Agosto de 1854. Assim os candidatos a farmacêuticos tinham de ter para se matricular no ano terminal certidão da frequência e habilitação das disciplinas do ano precedente.

Havia em 1884 7 alunos no primeiro ano, um deles Joaquim César Paiva Rua, filho de Joaquim António Rua, natural de Escalhão, concelho de Figueira do Castelo Rodrigo, distrito da Guarda. Havia dois no segundo ano. Estava no terceiro ano só António Pedrosa Barreto, que praticava Dispensatório Farmacêutico. No quarto ano estavam 2 alunos²⁷⁷. Em 1885 havia então 6 alunos no 1º ano do Laboratório Químico. 4 no 2º ano deste Laboratório, sendo um do distrito da Guarda, Joaquim César Paiva Rua. No Dispensatório Farmacêutico no 3º ano três alunos e no 4º um era António Pedrosa Barreto²⁷⁸. Em 1886 havia 3 alunos no primeiro ano, outros três no segundo ano, quatro no terceiro, um deles Joaquim César Paiva Rua. Havia três no quarto ano²⁷⁹. Em 1887 havia 1 aluno no primeiro ano, três no segundo ano, três no terceiro e quatro no quarto ano²⁸⁰. Em 1888, para a Carta de Curso de Farmácia era precisa a certidão de aprovação no exame de Farmácia, certificado de registo criminal e selo de verba que era para as terras de 1ª classe 4\$000, nas de 2ª de 2\$000 e nas de 3ª 1\$000²⁸¹. Havia um aluno no primeiro ano, 4 no terceiro ano e três no quarto ano²⁸². Em 1889, havia então cinco alunos no primeiro ano, sendo um deles Diogo Augusto Coxito Granado, de Escalhão, Figueira do Castelo Rodrigo e outro Miguel Fernandes Ramalho, das Freixedas. Havia outro no segundo ano, nenhum no terceiro ano e quatro no quarto ano²⁸³. Em 1890 não havia alunos no primeiro ano, havendo só no segundo, um deles Diogo

Augusto Coxito Granado e outro Miguel Fernandes Ramalho que transitaram de ano²⁸⁴. Em 1891, havia 3 alunos no primeiro ano, três no segundo e três no terceiro, um deles Diogo Augusto Coxito Granado e outro Miguel Fernandes Ramalho. No quarto ano não havia nenhum²⁸⁵. Em 1892 havia 3 alunos no primeiro ano, um no segundo e três no terceiro e no quarto três, sendo dois deles Diogo Augusto Coxito Granado e Miguel Fernandes Ramalho²⁸⁶. Em 1893 havia 7 alunos no primeiro ano, sendo um deles Zeferino Lucas de Moura, natural da Sertã, distrito de Castelo Branco, dois no segundo, um no terceiro Abílio António Pinto, natural da Muzela, então no concelho do Sabugal e no quarto também três²⁸⁷. Note-se Zeferino Lucas de Moura já estava registado como praticante em 1888 na botica do pai na Sertã. Em 1894 havia 10 alunos no primeiro ano, continuando neste ano, Zeferino Lucas de Moura e havia ainda João Augusto Monteiro de Santos Teles, de Castelo Bom, concelho de Almeida. Havia quatro no segundo, três no terceiro e dois no quarto sendo um deles Abílio António Pinto²⁸⁸. Em 1895 aumenta o selo de verba que passa a ser igual para todas as terras: 5\$000²⁸⁹ e há 10 alunos no primeiro ano, 8 no segundo, um deles Zeferino Lucas de Moura e outro João Augusto Monteiro de Santos Teles. Havia três no terceiro e dois no quarto²⁹⁰. Em 1896 há 7 alunos no primeiro ano, 9 no segundo, 8 no terceiro e três no quarto. Nada sabemos sobre a sua origem geográfica, mas Zeferino Lucas de Moura e João Augusto Monteiro de Santos Teles estão no terceiro ano²⁹¹. Até 1900 continuamos sem saber da sua origem geográfica, mas Zeferino Lucas de Moura e João Augusto Monteiro de Santos Teles estão no quarto ano²⁹². Em 1898 há 10 alunos no primeiro ano, 9 no segundo, 7 no terceiro e 2 no quarto²⁹³. Em 1899 há 8 alunos no primeiro ano, 7 no segundo, 10 no terceiro e 7 no quarto²⁹⁴. Em 1900 há 12 alunos no primeiro ano, 7 no segundo, 7 no terceiro e 10 no quarto²⁹⁵. Volta-se a dar informação sobre a origem geográfica dos alunos de farmácia em 1901,

sabendo-se que existem 5 alunos no primeiro ano, 8 no segundo, 6 no terceiro e 6 no quarto²⁹⁶. E, no Anuário de 1901-1902, prepara-se a introdução da Reforma da Universidade anunciada no decreto n.º 4 de 24 de Dezembro de 1901²⁹⁷, apresentando-se a organização da Universidade e explicitando nela o lugar do curso de farmácia²⁹⁸.

No Anuário da Universidade de Coimbra do ano letivo de 1901-1902, publicado em 1901, temos um curso de Farmácia, de quatro anos, “compreendendo”, diversas cadeiras universitárias: 1º ano - 1ª Cadeira de Filosofia – Química Inorgânica; Trabalhos práticos no Laboratório Químico. 2º ano - 2ª Cadeira de Filosofia – Química Orgânica; Trabalhos práticos no Laboratório Químico; 4ª Cadeira de Filosofia - Botânica. 3º e 4º anos - 6ª Cadeira de Medicina – Matéria médica e farmácia. Prática no dispensatório farmacêutico.” (Universidade de Coimbra, secção III, capítulo II, pp. 34-35). Indicam-se aí as exigências da Universidade para a Matrícula nos 4 anos do curso (Universidade de Coimbra, secção III, capítulo II, pp. 34-35). Havia a necessidade de comprar livros e agora os diplomas conferidos pela Universidade, além dos mencionados no capítulo das classificações, são os seguintes:

“f) *Carta do curso de farmácia* – aos alunos farmacêuticos de primeira classe, que frequentaram a Universidade, e aos de 2ª classe, que nela fizeram o respetivo exame” (Universidade de Coimbra, secção III, capítulo II, p. 45).

Equiparava os farmacêuticos de 1ª e 2ª, mas a aprendizagem era bem diferente.

É sintomático de que algo estava a mudar o facto de o livro de registo de prática farmacêutica ter registado antecipadamente muitas avaliações desde 1 de Janeiro de 1901 até 6 de Janeiro de 1902²⁹⁹. Vemos também muitas fora da ordem cronológica. Assim se explica que, em 30 de Junho de 1901, entra a participação da prática de Júlio Mendes Alves, natural de Caria, concelho de Belmonte, com uma avaliação de 4 de Outubro de 1889 feita pela Baptista & Filhos de 29 de Janeiro de 1889 a 4 de Outubro deste mesmo ano³⁰⁰. Também Joaquim dos Santos Taborda, natural de Aldeia Nova do Cabo, Fundão é avaliado de 20 de Julho de 1901 a 26 de Novembro de 1901 por Eduardo de Almeida Victória, com botica no Fundão, vindo da botica de Francisco Rodrigues Diniz³⁰¹. Tudo tinha sido anunciado no decreto nº 4 de 21 de Dezembro de 1901. E em 19 de Julho de 1902, Hintze Ribeiro em Carta de Lei, reformava o ensino farmacêutico em

decreto publicado a 23 de Julho de 1902 em Diário do Governo, em que se determinava no art.º 20º: “Os atuais aspirantes a farmacêuticos de 2ª classe que tiverem prática registada nas escolas de medicina, ou ainda algum exame de habilitação para o exame de farmácia, podem terminar o seu curso nos termos da legislação em vigor à data da publicação desta lei”³⁰². Contudo, Pita e Pereira (2006) consideram que havia nele muito de frustrante nas aspirações dos farmacêuticos que queriam ultrapassar as fragilidades introduzidas na profissão pela legislação de 1836.

Definia-se de modo rigoroso o método de ensino (Capítulo III), dava-se dignidade de lentes aos professores destas escolas (Capítulo II) e quanto a exames havia três espécies: exame de validação da prática, exame das cadeiras e exame geral. O artigo 46º definia ainda: “Os exames de validação da prática realizam-se de 1 a 15 de Outubro, perante um júri constituído pelos professores da 1ª, 2ª e 3ª cadeiras, servindo o último de presidente”³⁰³. Definia-se também de modo rigoroso o exame de validação da prática no art.º 49º. Aí se especifica: O exame de validação da prática constará das seguintes provas: 1º Reconhecimento de doze plantas medicinais ou partes das mesmas; 2º Reconhecimento de oito medicamentos compostos; 3º Execução de uma preparação oficial da Farmacopeia Portuguesa; 4º Execução de duas preparações magistrais em presença da receita *ad hoc*; 5º Interpretação do Regimento dos preços dos medicamentos³⁰⁴. Tentando dar seriedade às provas de exame com duração de 4 horas, define-se que são feitas com base em dois pontos, cada um tirado à sorte de dez, sendo um relativo à secção de farmácia: História natural das drogas e posologia; Farmacotecnica, esterilizações; sendo outro da secção química: Farmácia química, análises microscópicas e químicas aplicadas à medicina e à farmácia; Análises toxicológicas, química legal, alterações e falsificações de medicamentos e alimentos³⁰⁵.

As provas práticas, também serão tiradas à sorte, compreendem: a) Uma preparação de anatomia vegetal; b) Uma preparação de farmácia química; c) Uma preparação oficial farmacêutica; d) Uma preparação magistral farmacêutica; e) Uma análise toxicológica ou falsificações de medicamentos ou alimentos.

A mudança de facto só podia acontecer quando a inovação e o valor da pesquisa científica fossem valorizadas num processo em que a Universidade e as Escolas Médico-Cirúrgicas passassem a liderar de facto, terminando assim o ensino farmacêutico em serviço e a quase exclusão do ensino superior do processo de

formação farmacêutica.

Este nosso estudo termina aqui, mas muito havia ainda de ser percorrido até que se pudesse pensar numa organização que permitisse que a inovação farmacêutica com os efeitos positivos na redução da mortalidade e no progresso económico do país, tal como o vemos nos anos recentes no EUA através do estudo de Frank R. Lichtenberg em 2003 cerca de cem anos depois. Faltava ainda desenvolver a capacidade de investigar que era um desejo bem expresso em 1823, por médicos, cirurgiões e farmacêuticos (Ribeiro, 1874, p. 127). Mas, podemos pensar que esta melhoria tímida na formação teórica ia ter efeitos benéficos na saúde dos utentes das farmácias na falta de um Serviço Nacional de Saúde, sendo uma primeira aproximação a este.

Notas ao texto:

- 1 - João Curvo de Semmedo, *Polyanthea Medicinal*. Notícias Galénicas e Chymicas, Edições em vida do autor (a) Lisboa, Officina Miguel Deslandes, 1697; (b) Lisboa, Officina Antonio Pedroso Galram, 1704; (c) Lisboa, Officina Antonio Pedroso Galram, 1716.
- 2 - AUC, processo do Professor Manuel Joaquim Henriques de Paiva, caixa 197.
- 3 - Foram usadas as - uvres publiés par les soins de S. Exc. Le Ministre de l'Instruction publique et des Cultes. [Edité par J.-B. Dumas, E. Grimaux, F. - A. Fouqué.] - Paris, Imprimerie Impériale. VI - Rapports à l'Académie. - Notes et rapports divers. Économie politique, Agriculture et Finances. Commission des Poids et Mesures. 1893, pp. 385-386.
- 4 - AUC, Fundo Documental: Universidade de Coimbra. Inventário da Série Documental de Matrículas de Alunos, Coimbra, 2001, p. 20.
- 5 - AUC: Reitoria da Universidade, Correspondência Ofícios- 1881-1884, folha 106, verso e folha 107, frente e verso e 108, frente.
- 6 - Deve ser a 2ª edição pois a 3ª é de 1841 como vimos.
- 7 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D, tabela 2, n.º 73, nº 116, folha 30, verso, folha 31 frente e verso.
- 8 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D, tabela 2, n.º 73, nº 116, folha 40, verso, folha 41 frente.
- 9 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D, tabela 2, n.º 179, folha 49, frente e verso.
- 10 - *Anuário*: 1870-1871, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1870.
- 11 - *Anuário*: 1870-1871, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1870, pp. 104-105.
- 12 - *Anuário*: 1870-1871, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1870.
- 13 - *Anuário*: 1870-1871, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1870, pp. 118-119.
- 14 - *Anuário*: 1865-1866, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1865, p. 71.
- 15 - *Anuário*: 1882-1883, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867, pp. 100-101.
- 16 - *Anuário*: 1884-1885, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1883, pp. 55-56.
- 17 - *Anuário*: 1881-1882, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1884, p. 160.
- 18 - *Anuário*: 1880-1881, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1880, p. 140.
- 19 - *Anuário*: 1879-1880, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1883, p. 166.
- 20 - *Anuário*: 1872-1873, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, pp. 167-169.
- 21 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D, tabela 2, n.º 73, nº 1, folha o, verso.
- 22 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D, tabela 2, n.º 73, nº 59, folha 14, frente.
- 23 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D, tabela 2, n.º 73, nº 84, folha 21, frente e verso.
- 24 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D, tabela 2, n.º 73, nº 103, folha 27, frente e verso.
- 25 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-81, folha 22, verso e folha 23, frente.
- 26 - *Anuário*: 1884-1885, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1884, pp. 133-134.
- 27 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-81, folha 116, verso e folha 117, frente.
- 28 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-81, folha 151, verso e folha 152, frente.
- 29 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-84, folha 86, verso, folha 87 e folha 88, frente.
- 30 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-84, folha 86, verso e folha 87 e folha 88, frente.
- 31 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D, tabela 2, n.º 73, nº 157, folha 43, verso.
- 32 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D, tabela 2, n.º 73, nº 293, folha 81, verso.
- 33 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D, tabela 2, n.º 73, nº 346, A e B, folha 97, verso e folha 98.
- 34 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D, tabela 2, n.º 73, nº 819, folha 249, frente.
- 35 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D - 4-2-74.
- 36 - <http://www.britannica.com/biography/Pierre-Eugene-Marcellin-Berthelot>, acesso em 28 de janeiro de 2016.

- 37 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D - 4-2-74, folha 24, verso e folha 25 frente.
- 38 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D - 4-2-74, folha 142, verso e folha 143 frente.
- 39 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D - 4-2-75, folha 91, verso e folha 92 frente.
- 40 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D - 4-2-74, folha 51, verso e folha 52 frente.
- 41 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D - 4-2-74, folha 212, verso e folha 213 frente.
- 42 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D - 4-2-75, folha 33, verso e folha 34, frente.
- 43 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D - 4-2-75, folha 12, verso e folha 13 frente.
- 44 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D - 4-2-75, folha 107, verso e folha 108 frente.
- 46 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D - 4-2-75, folha 133, verso e folha 134 frente.
- 47 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D - 4-2-75, folha 81, verso e folha 82 frente.
- 48 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D - 4-2-75, folha 157, verso e folha 158 frente.
- 49 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D - 4-2-75, folha 160, verso e folha 161 frente.
- 50 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D - 4-2-76, folha 98, verso e folha 99 frente.
- 51 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-80, folha 73 verso e folha 74, frente.
- 52 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-81, folha 109 verso e folha 110, frente.
- 53 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-81, folha 111 verso e folha 112, frente.
- 54 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-82, folha 131 verso e folha 132, frente.
- 55 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-84, folha 20, verso e folha 21, frente.
- 56 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-84, folha 43, verso e folha 44, frente.
- 57 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-83, folha 98 verso e folha 99, frente.
- 58 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-77, folha 174, verso e folha 175, frente.
- 59 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D - 4-2-76, folha 9, verso e folha 10 frente.
- 60 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-78, folha 46, verso, e folha 47, frente.
- 61 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D - 4-2-76, folha 61, verso e folha 62 frente.
- 62 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D - 4-2-76, folha 61, verso e folha 62 frente.
- 63 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D - 4-2-76, folha 91, verso e folha 92 frente.
- 64 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D - 4-2-76, folha 157, verso e folha 158 frente.
- 65 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D - 4-2-76, folha 157, verso e folha 158 frente.
- 66 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D - 4-2-76, folha 158, verso e folha 159 frente.
- 67 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D - 4-2-76, folha 180, verso e folha 181 frente.
- 68 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D - 4-2-76, folha 106, verso e folha 107 frente.
- 69 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-80, folha 174, verso, e folha 85, frente.
- 70 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-78, folha 128, verso, e folha 129, frente.
- 71 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-79, folha 47, verso e folha 48, frente.
- 72 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-80, folha 95 verso e folha 96, frente.
- 73 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-79, folha 30, verso e folha 31, frente.
- 74 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-79, folha 70, verso e folha 71, frente.
- 75 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-79, folha 82, verso e folha 83, frente.
- 76 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-80, folha 111 verso e folha 112, frente.
- 77 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-81, folha 28, verso e folha 29, frente.
- 78 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-82, folha 55 verso e folha 56, frente.
- 79 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-82, folha 55 verso e folha 56, frente.
- 80 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-82, folha 55 verso e folha 56, frente.
- 81 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-83, folha 40, verso e folha 41, frente.
- 82 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-83, folha 43 verso e folha 44, frente.
- 83 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-80, folha 140 verso e folha 141, frente.
- 84 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-80, folha 112, verso e folha 113, frente.
- 85 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-81, folha 29 verso e folha 30, frente.
- 86 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-82, folha 35 verso e folha 36, frente.
- 87 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-83, folha 35, verso e folha 36, frente.
- 88 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-82, folha 19 verso e folha 20, frente.
- 89 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-83, folha 55, verso e folha 56, frente.
- 90 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-84, folha 54, verso e folha 55, frente.
- 91 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-84, folha 86, verso e folha 87, frente.
- 92 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-79, folha 147, verso e folha 148, frente.
- 93 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-80, folha 113 verso e folha 114, frente.
- 94 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-81, folha 29, verso e folha 30, frente.
- 95 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-80, folha 163, verso e folha 164, frente.
- 96 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-81, folha 148, verso e folha 149, frente.
- 97 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-80, folha 25 verso e folha 26, frente.
- 98 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-80, folha 120, verso e folha 121, frente.
- 99 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-82, folha 109 verso e folha 110, frente.
- 100 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D - 4-2-76, folha 136, verso e folha 137 frente.
- 101 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-78, folha 64, verso, e folha 65, frente.
- 102 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-82, folha 16 verso e folha 17, frente.
- 103 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-82, folha 105 verso e folha 106, frente.
- 104 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-84, folha 4, verso e folha 5, frente.
- 105 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-78, folha 156, verso, e folha 157, frente.
- 106 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-78, folha 156, verso, e folha 157, frente.
- 107 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-81, folha 61, verso e folha 62, frente.
- 108 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-83, folha 53, verso e folha 54, frente.
- 109 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-79, folha 71, verso e folha 72, frente.
- 110 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-79, folha 124, verso e folha 125, frente.
- 111 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-80, folha 96 verso e folha 97, frente.
- 112 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-80, folha 104 verso e folha 105, frente.
- 113 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-80, folha 116, verso e folha 117, frente.
- 114 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-82, folha 15 verso e folha 16, frente.
- 115 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-83, folha 88, verso e folha 89, frente.
- 116 - AUC, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-84, folha 83, verso e folha 84, frente.

- 117 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-82, folha 27 verso e folha 28, frente.
118 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-76, folha 185, verso e folha 186, frente.
119 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-78, folha 148, verso, e folha 149, frente.
120 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-83, folha 122 verso e folha 123, frente.
121 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-82, folha 25 verso e folha 26, frente.
122 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-82, folha 117 verso e folha 118, frente.
123 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-84, folha 67, verso e folha 68, frente.
124 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-78, folha 113, verso, e folha 114, frente.
125 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-78, folha 111, verso e folha 112, frente.
126 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-78, folha 162, verso, e folha 163, frente.
127 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-79, folha 26, verso e folha 27, frente.
128 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-79, folha 84, verso e folha 85, frente.
129 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-79, folha 47, verso e folha 48, frente.
130 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-79, folha 92, verso e folha 93, frente.
131 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-84, folha 42, verso e folha 43, frente.
132 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-84, folha 60, verso e folha 61, frente.
133 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-84, folha 62, verso e folha 63, frente.
134 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-81, folha 38 verso e folha 39, frente.
135 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-83, folha 19, verso e folha 20, frente.
136 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-80, folha 92 verso e folha 93, frente.
137 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-80, folha 99 verso e folha 100, frente.
138 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-82, folha 26 verso e folha 27, frente.
139 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-84, folha 38, verso e folha 39, frente.
140 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-79, folha 118, verso e folha 119, frente.
141 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-80, folha 47 verso e folha 48, frente.
142 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-81, folha 110 verso e folha 111, frente.
143 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-82, folha 54 verso e folha 55, frente.
144 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-83, folha 97 verso e folha 98, frente.
145 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-83, folha 99 verso e folha 100, frente.
146 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-84, folha 44, verso e folha 45, frente.
147 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-79, folha 30, verso e folha 31, frente.
148 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-80, folha 57 verso e folha 58, frente.
149 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-81, folha 105, verso e folha 106, frente.
150 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-82, folha 22 verso e folha 23, frente.
151 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-84, folha 11, verso e folha 12, frente.
152 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-79, folha 126, verso e folha 127, frente.
153 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-79, folha 127, verso e folha 128, frente.
154 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-80, folha 115, verso e folha 116, frente.
155 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-82, folha 48 verso e folha 49, frente.
156 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-82, folha 100 verso e folha 101, frente.
157 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-82, folha 48 verso e folha 49, frente.
160 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-82, folha 99 verso e folha 100, frente.
161 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-82, folha 99 verso e folha 100, frente.
162 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-83, folha 3, verso e folha 4, frente.
163 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-83, folha 112 verso e folha 113, frente.
164 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-76, folha 143, verso e folha 144, frente.
165 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-78, folha 74, verso, e folha 75, frente.
166 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-84, folha 81, verso e folha 82, frente.
167 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-78, folha 46, verso, e folha 47, frente.
168 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-78, folha 150, verso, e folha 151, frente.
169 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-79, folha 27, verso e folha 28, frente.
170 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-79, folha 27, verso e folha 28, frente.
171 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-81, folha 81 verso e folha 82, frente.
172 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-82, folha 61 verso e folha 62, frente.
173 - *Anuário*: 1884-1885, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1884, pp. 133-134.
174 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-83, folha 26, verso e folha 27, frente.
175 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-83, folha 82, verso e folha 83, frente.
176 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-79, folha 127, verso e folha 128, frente.
177 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-79, folha 157, verso e folha 158, frente.
178 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-80, folha 147 verso e folha 148, frente.
179 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-82, folha 15 verso e folha 16, frente.
180 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-82, folha 66 verso e folha 67, frente.
181 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-82, folha 79 verso e folha 80, frente.
182 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-82, folha 138 verso e folha 139, frente.
183 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-83, folha 71, verso e folha 72, frente.
184 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-83, folha 129, verso e folha 130, frente.
185 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-82, folha 139 verso e folha 140, frente.
186 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-84, folha 24, verso e folha 25, frente.
187 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-81, folha 15, verso e folha 16, frente.
188 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-84, folha 20, verso e folha 21, frente.
189 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-83, folha 59, verso e folha 60, frente.
190 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-84, folha 75, verso e folha 76, frente.
191 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-84, folha 122, verso e folha 123, frente.
192 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-78, folha 87, verso, e folha 88, frente.
193 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-78, folha 149, verso, e folha 150, frente.
194 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-81, folha 87, verso e folha 88, frente.
195 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-82, folha 86 verso e folha 87, frente.
196 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-83, folha 46, verso e folha 47, frente.
197 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-83, folha 84, verso e folha 85, frente.
198 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-78, folha 117, verso, e folha 118, frente.
199 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-79, folha 131, verso e folha 132, frente.
200 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-81, folha 71, verso e folha 72, frente.
201 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-79, folha 13, verso e folha 14, frente.
202 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-79, folha 66, verso e folha 67, frente.
203 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4

279 - *Anuário*: 1886-1887, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1887, p. 103-104.
 280 - *Anuário*: 1887-1888, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1888, p. 131-132.
 281 - *Anuário*: 1888-1889, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1889, pp. 112-113.
 282 - *Anuário*: 1888-1889, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1889, pp. 125.
 283 - *Anuário*: 1889-1890, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1890, pp. 79-80.
 284 - *Anuário*: 1890-1891, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1891, p. 90.
 285 - *Anuário*: 1891-1892, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1892, p. 83.
 286 - *Anuário*: 1892-1893, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1893, p. 82.
 287 - *Anuário*: 1893-1894, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1894, p. 98.
 288 - *Anuário*: 1894-1895, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1895, pp. 99-100.
 289 - *Anuário*: 1895-1896, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1895, pp. 88-89.
 290 - *Anuário*: 1895-1896, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1895, pp. 125-126.
 291 - *Anuário*: 1896-1897, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1896, pp. 154-155.
 292 - *Anuário*: 1897-1898, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1897, pp. 164-165.
 293 - *Anuário*: 1898-1899, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1899, pp. 100-101.
 294 - *Anuário*: 1899-1900, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1900, pp. 88-89.
 295 - *Anuário*: 1900-1901, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1901, pp. 91-92.
 296 - *Anuário*: 1901-1902, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1901, pp. 66-67.
 297 - *Anuário*: 1901-1902, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1901, secção 3, pp. 103-120.
 298 - *Anuário*: 1901-1902, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1901, secção 3, p. 22.
 299 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-84, folha 64, verso e folha 65, frente a folha 94, verso e folha 95, frente.
 300 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-84, folha 74, verso e folha 75, frente.
 301 - *AUC*, Registo dos Praticantes, IV, 1ª D-4-2-84, folha 71, verso e folha 72, frente.
 302 - *Organização do Ensino da Pharmacia, Fiscalização dos Géneros Alimentícios*, Regulamento dos Serviços de Profilaxia da Tuberculose, Comissões de Patronato, *Typographia da Biblioteca Popular de Legislação, Lisboa, 1902*, p. 11.
 303 - *Anuário*: Ano letivo de 1902 a 1903, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1902, secção 3, p. 82.
 304 - *Anuário*: Ano letivo de 1902 a 1903, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1902, secção 3, p. 83.
 305 - *Anuário*: Ano letivo de 1902 a 1903, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1902, secção 3, p. 83.
 306 - O exemplar existente na Biblioteca Municipal da Covilhã pertenceu ao médico Jayme Campos.

Bibliografia:

- ALMEIDA, António Gomes de - A Introdução da Teoria de Lavoisier em Portugal – o Primeiro Compêndio Anti-flogístico português, *Revista de Química Pura e Aplicada*, Série III, ano 2 (1925), 38 -106.
 - BATHURST, Wm. L. – *Pharmacopœia Collegii Regalis Medicorum Londinensis*, Londini, Apud Johanssen Churchill, New Burlington Street, MD-CCCLI.
 - COSTA, A. M. Amorim - Da Farmácia Galénica à Farmácia Química no Portugal Setecentista, in *Bol. Soc. Port. Química*, n.31 (Série II), Março, 1988, pp. 23-28.
 - DEBUS, Allen George - *The Chemical Philosophy: Paracelsian Science and Medicine in the Sixteenth and Seventeenth Centuries*, Dover Publications, Mineola, New York, 1977.
 - FONSECA, Manuel das Dores Tello da – *História da Farmácia Portuguesa através da sua Legislação*, vol. I, 1935, Vol. II, 1936, Vol. III, 1941, Empresa Industrial Gráfica do Porto, Porto,
 - GANDRA, Manuel J. – *Subsídios para a Bibliografia das Fontes e Estudos respeitantes à Alquimia e Disciplinas Conexas em Portugal* - A. Arcana Artis - *Tratadística e Fontes impressas* 2. Iatroquímica, Espagíria, Remédios de Segredo.
 - LAVOISIER, Antoine-Laurent – *Tratado Elementar de Química* (1789), 1º e 2º tomo, Tradução e Notas de Emídio C. Queiroz Lopes, Sociedade Portuguesa de Química, Lisboa, 2011.
 - LICHTENBERG, Frank R. – *Pharmaceutical Innovation, Mortality Reduction, and Economic Growth, in Measuring the Gains from Medical Research: An Economic Approach*, edited by Kevin M. Murphy e Robert H. Topel, The University of Chicago Press, Chicago & London, 2003, pp. 74-109.

- D. MARIA I, publicada por ordem da Rainha Fidelíssima – *Pharmacopeia Geral para o Reino e Domínios de Portugal, Tomo I, Elementos de Pharmacia*, Na Regia Oficina Tipográfica, Lisboa, MDCCXCIV.
 Mirabeau, Bernardo António Serra - *Memória histórica e comemorativa da Faculdade de Medicina nos cem anos decorridos desde a reforma da Universidade em 1772 até o presente*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1872.
 - PAIVA, Manuel Joaquim Henriques de – *Preservativo das Bexigas e dos seus terríveis estragos ou História da Origem e Descobrimto da Vacina, dos seus efeitos ou sintomas, e do método de fazer a vacinação etc.*, Publicado de Ordem e Mandado do Príncipe Regente, 2ª edição, na Nova Oficina de João Rodrigues Neves, Lisboa, 1806.
Pharmacopœa Portuguesa, Edição Oficial, Imprensa Nacional, Lisboa, 1876³⁰⁶.
 - PINTO, Agostinho Albano da Silveira - *Código Farmacêutico Lusitano ou Tratado de Pharmaconomia*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1835, terceira edição mais correta e acrescentada, Imprensa da Universidade, 1841, quarta edição mais correta e acrescentada, *Typographia da Revista, Porto, 1846*.
 - PINTO, Agostinho Albano da Silveira e Reis, José Pereira - *Código Farmacêutico Lusitano*, *Typographia da Revista, Porto, 1858*.
 Pinto, António José de Sousa - *Pharmacopea chymica, medica e chirurgica. Em que se expõem os remedios simples e compostos, suas virtudes, preparação, doses, e molestias, a que são applicaveis dedicada ao muito alto e soberano principe regente D. João nosso senhor*, Na Impressão Régia, Lisboa, 1805.
 - PITA, João Rui; Pereira, Ana Leonor - Saberes e micropoderes às portas do séc. xx: Na rota da identidade farmacêutica: o caso coimbrão, in *Rotas da Natureza, Cientistas, Viagens, Expedições, Instituições*, coordenação de Pita, João Rui; Pereira, Ana Leonor, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006, pp. 169-174.
 - PITA, João Rui – Manuel Joaquim Henriques de Paiva: Um Luso-Brasileiro Divulgador de Ciência. O caso particular da Vacinação contra a varíola, *Mneme*, Caicó, vol. 10, n.º 26, jul./dez. 2009, pp. 91-102.
 Pita, João Rui e Pereira, Ana Leonor - A arte farmacêutica no século XVIII, a farmácia conventual e o inventário da Botica do Convento de Nossa Senhora do Carmo (Aveiro), *Agora. Estudos Clássicos em Debate* 14.1 (2012) 227-268.
 - PLENCK, Josephi Jacobi - *Pharmacia Chirurgica: Doctrina de medicamentis preparatis ac compositis., quæ ad curandus morbos externos adhiberi solent*, Editio Secunda, aucta, emendata, Vienne, Apud Rudolphum Graëffer, 1780.
 - RIBEIRO, José Silvestre – *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarquia*, Volume III, *Typographia da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1873.
 - RIBEIRO, José Silvestre – *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarquia*, Volume IV, *Typographia da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1874.
 - RIBEIRO, José Silvestre – *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarquia*, Volume V, *Typographia da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1876.
 - RIBEIRO, José Silvestre – *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarquia*, Volume VII, *Typographia da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1878.
 - RIBEIRO, José Silvestre – *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarquia*, Volume VIII, *Typographia da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1879.
 - RIVIÈRE, R. Dujarric de La e Chabrier, Madeleine – *La Vie et l'Œuvre de Lavoisier d'après ses Écrits*, Éditions Albin Michel, Paris, 1959.
 Santos, Cândido dos – *Universidade do Porto- Raízes e Memória da Instituição*, Universidade do Porto, Porto, 1996.
 - UNIVERSIDADE DE COIMBRA - *Anuário da Universidade de Coimbra* - *Ano letivo de 1901 e 1902*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1901.

* Professor Licenciado em Finanças

HISTÓRIA DOS CUIDADOS PALIATIVOS EM PORTUGAL

- SUBSÍDIOS

*António Lourenço Marques**



Fig. 1 - Hospital medieval

Os cuidados paliativos, entendidos pela definição de 2002, da OMS, como “uma abordagem, que melhora a qualidade de vida dos doentes e das suas famílias confrontados com os problemas associados a uma doença ameaçadora da vida, através da prevenção e do alívio do sofrimento, a identificação precoce, avaliação impecável e o tratamento da dor e de outros problemas físicos, psicossociais e espirituais” (Higginson, 2011: 6), não são uma inovação absolutamente inesperada, ou seja algo que aconteceu sem antecedentes na história da medicina. Embora os cuidados paliativos modernos, como atrás se enunciam, tenham tido início na década de 60, do século XX, sendo pioneira a médica inglesa, Cicely Saunders, falecida em 2005, eles sucedem a um movimento que começou a desenhar-se, dentro de uma continuidade com alguma precisão, cerca de um século antes, quando em 1842, Jeanne Garnier, uma jovem viúva e mãe em luto fundou, em Lyon, França, a Associação des Dames du Calvaire (Clark, 2004: 41). O propósito dela foi abrir casas, os calvários, para acolher e cuidar moribundos, através de “uma familiaridade respeitosa, uma atitude de oração e de calma face à morte”

(Clark 2000: 51). Jeanne Garnier faleceu em 1853, mas a sua influência chegou a Paris (1874) e aos Estados Unidos (1899). Também Mary Aikenhead, irlandesa, que nasceu em 1787 e faleceu em 1858, foi uma religiosa que teve influência determinante na Ordem das Irmãs Irlandesas da Caridade, na qual foi madre superiora. Esta Ordem religiosa criou em 1834, em Dublin, o St. Vincent’s Hospital, onde Mary Aikenhead veio a falecer, após doença crónica prolongada, vindo, em sua memória, esta instituição a transformar-se, em 1878, no Our Lady’s Hospice for the Dying (Clark, 2004: 41). Foi esta mesma Ordem religiosa a responsável pela fundação, em Londres, em 1905, do St Joseph’s Hospice, onde Cicely Saunders viria a trabalhar. Depois de ter passado por outros hospitais londrinos, pelo St Thomas Hospital (em 1941 e entre 1951-1957) e pelo St Lukes Hospital (1948), Saunders viria, em outubro de 1958, a continuar os seus trabalhos e a realizar os estudos que estão na base da criação dos Cuidados Paliativos atuais, no St Joseph’s Hospice, durante 7 anos, até 1965 (Saunders, 2005: 32-33). O St Christopher’s Hospice, que é o marco decisivo do início dos Cuidados Paliativos, como área específica da medicina moderna, foi inaugurado em 1967.

Outros contributos, dentro deste movimento, podem encontrar-se, durante os séculos XIX e XX, provenientes de líderes carismáticos, como Snow, que desenvolveu o Cocktail de Brompton, em 1890, e Barret, que desenvolveu a prática da administração regular de morfina, por via oral, aos doentes moribundos (Watson, 2005: XXVI). De facto, alguns profissionais provenientes de diversas áreas do conhecimento da medicina e de ciências afins, farmacologia, oncologia, cirurgia, anestesia ou medicina geral, tiveram a preocupação de “ver o doente que se aproximava do fim da sua vida como uma ‘pessoa

total”, e neste sentido reclamando cuidados holísticos (Watson, 2005: 26).

É pois importante sondar o passado e procurar as iniciativas e descobertas que durante este período moderno contribuíram para a constituição do corpus dos conhecimentos teóricos e da prática dos cuidados paliativos, como hoje os conhecemos. Questionamo-nos, no entanto, se antes deste período, a matéria dos cuidados aos doentes incuráveis e moribundos estaria totalmente em silêncio, quer na prática médica quer noutras práticas sociais.

Este artigo dá notícia de dois documentos portugueses: um, muito conhecido, do médico renascentista, Amato Lusitano (1511-1568), as *Centúrias de Curas Medicinais*, cuja publicação se iniciou em Florença, em 1551; e outro, de um padre camiliano português, publicado em Lisboa, em 1815. Estas obras podem inscrever-se dentro da tradição ocidental de não abandono dos doentes incuráveis e moribundos, na preocupação pelos seus problemas físicos e psicológicos, e na atenção ao sofrimento movida quer pelos médicos quer pelas instituições cristãs. Estas são tradições que, sem dúvida, podem ter relação com o movimento que culminou na criação dos cuidados paliativos modernos. Na Grécia antiga, quando se formou a base da medicina científica ocidental, com o contributo original de Hipócrates, que defendeu uma explicação racional para as doenças e propôs tratamentos consequentes, coexistiu também a tradição da medicina de Asklépio, de cunho religioso e holístico, aplicada em particular aos doentes que não beneficiavam dos meios práticos usados pelos médicos hipocráticos. Quando estes falhavam, os doentes podiam prosseguir os tratamentos inspirados no método de Asclépio. “Os médicos da tradição de Hipócrates respeitavam e saudavam a outra tradição” (Randall, 2006: 8). Amato Lusitano estudou os textos de Hipócrates e fez clínica consequente. A sua prática face aos doentes incuráveis pode parecer-nos surpreendente, por persistir, em alguns casos, com tratamentos próprios destinados a resolver os problemas decorrentes do avanço da doença e também focados no sofrimento (Marques, 1995).

Os padres camilianos desenvolveram uma práti-

ca religiosa, mas associaram também cuidados de natureza não religiosa, cujo objetivo era “assistir aos moribundos” (Marques, 1995).

Estas são tradições em que se enraízam os cuidados paliativos modernos: em primeiro lugar, o percurso da ciência médica, mas também os valores herdados da tradição cristã, e o reconhecimento, cada vez mais robusto, dos direitos humanos. (Thominet: 2003).



Fig. 2 - Serviço de Medicina Paliativa do Hospital do Fundão (1993)

Amato Lusitano e os cuidados dos doentes incuráveis

Na obra já referida, *Sete Centúrias de Curas Medicinais*, em que são contemplados 700 casos clínicos (curas), que o médico português escreveu entre 1551 e 1561, encontramos informação sobre o decurso final das doenças letais e as decisões do médico nessas circunstâncias. O exemplo mais expressivo é o da Cura 32ª da Terceira Centúria, sobre uma doente com cancro da mama, a qual recusou a cirurgia numa primeira observação, e quando foi novamente avaliada, cerca de dois anos depois, o médico descreve o caso da seguinte forma: “em vez do pequeno tumor, sofria de uma ulceração cancerosa, de grande tamanho” e tinha “raízes de tal modo implantadas que era de crer tivesse ocupado os pontos mais íntimos do corpo” (Amato Lusitano: 220-222). E diz, na continuação: “Está pois confirmado ser este um cancro que só admite tratamento benigno (...). Se nada mais fizermos, é necessário que limpemos ao menos o pus, usando qualquer

substância líquida, não ao acaso mas já encontrada por experiência e indicação”. Portanto, a intervenção do médico não pretendia a cura da doença, mas tinha o objetivo de resolver os problemas decorrentes da doença avançada, dentro do mesmo espírito científico da medicina curativa, como as palavras da descrição “experiência” e “indicação” parecem apontar (Marques: 1995).

Outro aspeto a que Amato Lusitano não é insensível é a dor. Faz abundantemente menção a este sintoma, que pode também indicar o estado adiantado da doença, como se infere do exemplo da mulher de Sebastião Pinto, na cura 31ª da Primeira Centúria. Quase antes de a doente morrer, o médico registou, na respetiva cura, que as “dores acompanhavam sempre esta chaga” e, por fim, foram “mais fortes e graves que nunca” (Amato Lusitano, 1946: 114). No tratamento da dor crónica, Amato Lusitano usava o método escalonado, dos medicamentos mais fracos para os mais fortes, de acordo com a intensidade da dor e das respostas verificadas. (Marques, 1992).

Estes são princípios respeitados pela medicina paliativa, ou seja, inscritos na ciência médica, na fase de desenvolvimento dos nossos dias. Talvez, o que mais surpreenda, então, seja o aparente adormecimento destas ideias, expressas na obra de um médico do século XVI, e só muito mais tarde, vários séculos depois, serem inscritas no corpus estabelecido do conhecimento da medicina moderna.

Os padre camilianos em Lisboa no início do século XIX

O livro publicado em 1815, e vendido em Lisboa, na portaria do Convento de S. Camilo de Lellis, à Praça da Figueira, escrito pelo padre Francisco Pires da Costa, da Congregação de S. Camilo de Lelis (no rosto do livro o autor só indica as iniciais do nome: P. F. P. C.), intitulado *Novo Ministro dos Enfermos, ou Methodo práctico de administrar os sacramentos aos enfermos, e assistir aos moribundos*, tem a particularidade de assinalar e reconhecer, em várias partes do texto, aspetos físicos do sofrimento humano, no

transe da morte. Diz, por exemplo, que o ministro encontrará o enfermo “prostrado sobre o leito da sua dor, atenuado pela falta de forças que a febre lhe tem consumido e talvez rodeado por tantos objetos de ternura, de que se vê obrigado a separar-se para sempre”. (Costa, 1815). A angústia da separação definitiva! Este *Methodo* inicia-se com a “Instrução preliminar sobre a natureza, e Symptomas das Enfermidades” (Costa, 1815: IX-XXXIII). Durante a Idade Moderna, os tratadistas da morte incluíam nos seus livros habitualmente um capítulo sobre os sinais e sintomas que permitiam reconhecer a maior ou menor proximidade do *terminus*. (Pinar, 1991: 51) Tais indicadores relacionavam-se com a respiração, o aspeto dos olhos, o pulso, o carácter do doente, etc. Esta Instrução Preliminar tem “um resumo das enfermidades, que ordinariamente costumam atacar o físico do homem, com os prognósticos sobre os seus perigosos ou mortais sintomas para (os ministros) se dirigirem com prudência tanto na administração dos Sacramentos aos Enfermos, como na última assistência aos moribundos” (Costa, 1815: IX). É um corpo teórico conciso, mas abrangente, de acordo com os conhecimentos da medicina de então. Outra característica valorizável do *Methodo* diz respeito aos aspetos comunicacionais. Exemplo: “Se o enfermo quizer informá-lo do estado da sua doença, escute-o com afabilidade. Todos os enfermos ordinariamente desejam comunicar aos outros o princípio e progresso da sua enfermidade, e muitas vezes explicam com uma tal miudeza de circunstâncias, que lhes não escapam as horas e momentos em que experimentarão este ou aquele acesso; tomaram este ou aquele remédio; os efeitos que sentiram, as vigílias que sofreram, etc. Numa narração tão circunstanciada não pode com efeito deixar de ser fastidioso; deve, porém, o zeloso ministro revestir-se de mansidão e paciência, entrando nos mesmos sentimentos do enfermo, compadecendo-se e sentindo com ele a sua enfermidade”. (Costa, 1815: 4-5). Prossegue o texto: “o ministro falará sobre a doença, com o enfermo, mas tendo sempre a cautela de a não capitular por mortal ou irremediável, para lhe não aumentar a perturbação e o desalento (...) Procure também saber do

mesmo enfermo quem é o médico assistente, etc.” (Costa, 1815: 18). Certos conselhos são muito apropriados para fazer face aos problemas encontrados e mantêm a sua consistência na prática atual dos cuidados paliativos. Mais um exemplo elucidativo, para terminar, retirado do *Methodo*: “Pela experiência e pelo testemunho de graves autores (sabe-se) que naqueles últimos momentos é mais pronto e apurado o sentido do ouvir, todas as vezes que não há contusão ou estrago no sensorio comum ou nas partes que formam o maravilhoso artifício dos ouvidos. É logo indiscrição falar a um moribundo destituído dos sentidos como quem se esforça a despertar uma pessoa, que está demasiado adormecida: porque naquele estado é para o caso o mesmo que se estivesse morto; e se ouve tem o ouvido mais fino e delicado, do que se estivesse são; e por consequência falar-lhe com um tom áspero e desabrido é para o infeliz um desapiedado tormento, pela ingrata impressão que a voz imoderada lhe faz no cérebro desfalecido” (Costa, 1815: 191). Os cuidados paliativos atuais observam a prática aqui enunciada.

Conclusão

A história dos cuidados paliativos incorpora a tradição ocidental do não abandono dos moribundos e os atos concretos, postos em prática ao longo dos tempos, para aliviar o seu sofrimento. A dimensão física desse sofrimento vamos encontrá-la no foco da medicina que Amato Lusitano praticou. A dimensão espiritual do acompanhamento de tradição cristã, com consequência no aumento do conforto físico e psicológico dos moribundos, é outra raiz de grande amplitude na formação dos cuidados paliativos modernos. Os dois textos aqui referidos incorporam contributos destas categorias. Diego Gracia diz que a história do cuidado (a pequena história) está por fazer, contrariamente à história da cura, a grande história, ou seja, a tradicional história da medicina (Gracia, 2002: 18). O trabalho dos historiadores, no que diz respeito a essa “pequena” história, está no entanto a ser feito. E essa insistência tem todo o sentido. Até porque, como diz Dormandy:

“Talvez algum dia se considere que o movimento dos cuidados paliativos modernos e o desenvolvimento da medicina paliativa terão sido os avanços mais importantes no alívio da dor desde o descobrimento da anestesia geral. E que se reconheça além disso que terão sido dos poucos ganhos cem por cento positivos da segunda metade do século XX” (Dormandy, 2006: 675). Ou seja, estaremos perante uma história de peso.

Bibliografia:

- AMATO Lusitano, 1946, *Primeira Centúria de Curas Medicinais*, trad., Crespo, F., Livraria Luso-Espanhola, Lda.
- AMATO Lusitano, *Centúrias de Curas Medicinais*, trad., Crespo, F., v. 2, Universidade Nova, Lisboa.
- CLARK, D., 2000, Palliative care history: ritual process, *European Journal of Palliative Care*, 7(2): 50-5.
- CLARK, D., 2004, History, gender and culture in the rise of palliative care, in Payne, S., Seymour, J., and Ingleton, C., eds., *Palliative Care Nursing*, Open University Presse.
- COSTA, F. P., 1815, *Novo Ministro dos Enfermos ou Methodo pratico de administrar os sacramentos aos enfermos, e assistir aos moribundos*, Lisboa, na Impressão Regia. Disponível em: <http://www.historiamedicinapaliativa.ubi.pt/pdfs/livro2.pdf> Acesso em: 18/11/2013.
- GRACIA, D., (2002) Palliative Care and the historical background, in: ten Have, H., and Clark, D., *The Ethics of Palliative Care*, Open University Press.
- DORMANDY, T., 2006, *El peor de los males: La lucha contra el dolor a lo largo de la historia*, Libros Papeles del Tiempo.
- HALL, S., Petkova, H., Tsouros, A. D., Constantini, M., and Higginson, I. J., 2011, eds., *Palliative care for older people: better practices*, World Health Organization.
- MARQUES, A., L., A realidade da dor nas curas de Amato Lusitano, *Medicina na Beira Interior da pré-história ao séc. XXI*, Cadernos de Cultura, Castelo Branco, v. 5, p.19-22, nov.1992. Disponível em: http://www.historiadamedicina.ubi.pt/cadernos_medicina/volog.pdf Acesso em: 18/11/2013.
- MARQUES, A., L., A procura da idade do cancro, *Medicina na Beira Interior da pré-história ao séc. XXI*, Cadernos de Cultura, Castelo Branco, v. 9, p.21-24, nov.1995. Disponível em: http://www.historiadamedicina.ubi.pt/cadernos_medicina/volog.pdf Acesso em: 18/11/2013.
- MARQUES, A. L., Assistência aos moribundos no início do séc. XX à luz de um texto religioso da época, *Medicina na Beira Interior da pré-história ao séc. XXI*, Cadernos de Cultura, Castelo Branco, v. 17, p.45-52, nov.2003. Disponível em: http://www.historiadamedicina.ubi.pt/cadernos_medicina/vol17.pdf Acesso em: 18/11/2013.
- PINAR, L. F. J., 1991, *Muerte y Ritual en la Edad Moderna*, Universidad de Salamanca.
- RANDALL, F., and Downie, R. S., 2006, *The Philosophy of Palliative Care*, Oxford University Press.
- SAUNDERS, C., 2005, *Watch with me: inspiration for a life in hospice care*, Observatory Publications.
- THOMINET, P., 2003, *L'histoire des soins palliatifs : une histoire au coeur de la préoccupation de l'humain*. Disponível em: http://www.mgen.fr/fileadmin/user_upload/documents/Solidarite/bibliotheque/findevie/findevie.pdf Acesso em: 18/11/2013.
- WATSON, M., Lucas, C., Hoy, A., and Back, I., 2005, *Oxford Handbook of Palliative Care*, Oxford University Press.

Médico. Universidade da Beira Interior *

AS ESPECIARIAS E DEMAIS PLANTAS MEDICINAIS NO TRATAMENTO DE PADECIMENTOS E MOLÉSTIAS NOS SÉCULOS DO IMPÉRIO

*João Maria Nabais**

O homem durante a evolução histórica do saber de experiência feita no estudo das plantas, vai tentar valer-se dos elementos que teria sempre mais à mão, assente nos próprios recursos naturais, para sua sobrevivência e melhor adaptação na sua caminhada milenar sobre a Terra.

As plantas medicinais, ao longo da história da humanidade foram usadas inicialmente, de modo empírico mas comparativamente, identificadas do ponto de vista prático pela capacidade de sintetizar uma grande variedade de compostos químicos, úteis para o bom desempenho de funções biológicas importantes, bem como para a defesa e resistência contra o ataque de vários tipos de predadores e outras pragas históricas que a Bíblia já nos relatava, tais como, a dos insetos, fungos, herbívoros, mamíferos, incluindo o próprio Homem com o seu instinto primário de conquista pela sobrevivência. Até hoje, já foram identificados pelo menos 12.000 desses conjuntos de compostos, mas supõe-se que possa ainda haver muitos mais, pois estima-se que esses sejam apenas, cerca 10% do total da maioria possivelmente existente.

Desde os tempos mais remotos, o homem socorre-se ao mundo vegetal para combinar “receitas ou mezinhas milagrosas” no uso para os mais diversos fins, com a finalidade de atingir a cura dos males, desgraças e outros infortúnios que recorrentemente o afectam. À falta de outras soluções, as diferentes civilizações ao longo da história da Humanidade foram apurando o uso e manejo de plantas na preparação de medicamentos até aí 100% naturais, uma prática que entretanto, o avanço da ciência ajudou a aperfeiçoar. A história da medicina, hoje, continua

a ser a história das grandes contribuições de todos os povos e culturas a esta arte e na prática universal que constitui a boa medicina, confundindo-se ela própria com a história da civilização.

A Fitoterapia¹

O estudo pela observação, análise e divulgação das plantas e da flora ao longo da história da medicina, considerada a forma de medicina mais antiga da cultura humana, tendo chegado até nós registos desde há 2.500 a.C. (durante o reinado de Huang Di, conhecido como o Imperador Amarelo) sobre a recolha e utilização de plantas medicinais na China, sendo esta a primeira compilação do célebre “Nei Jing” com referências a normas de Fitoterapia.

Além disso está hoje bem documentado que muitos povos da antiguidade – tais como os egípcios, persas, gregos, romanos, etc. – já utilizavam as plantas e outros produtos de origem mineral e animal, como base da sua tradicional prática iátrica.

A partir do século XX, dá-se o incremento da moderna indústria farmacêutica com o desenvolvimento dos medicamentos farmoquímicos que como o próprio nome diz, têm actividade farmacológica, podendo ser obtidos através de métodos de isolamento e purificação de amostras com origem animal (ex.: heparina) ou vegetal (ex.: digoxina). Também devemos ter em conta, outras proveniências: os sais (ex.: o cloreto de sódio, o vulgar sal das cozinhas), penicilinas (através de fontes biotecnológicas) e as de origem pela síntese química, substituindo a natureza naquilo que ela não consegue potenciar.

Mas é na botânica com as plantas medicinais que vamos encontrar na sua composição, muitos dos produtos activos, as essências especiais com a sua própria singularidade terapêutica que continuam a ser estudadas e aproveitadas como matéria-prima na farmacopeia² e na farmacologia³.

Nesta lista de provento e vantagens destacamos as que proporcionam, a capacidade para circunscrever e limitar várias doenças. Nesse intuito, os médicos, os farmacêuticos, os herbalistas⁴, têm trabalhado em conjunto, num estudo multicêntrico baseado nas plantas e nas suas propriedades profiláticas e curativas.

Esse longo trabalho de pesquisa continua agora apoiado pelo ramo farmacêutico, tecnologicamente mais avançado que não vai descurar o poder intrínseco das plantas até porque aproximadamente 85% dos medicamentos utilizados nos dias de hoje são derivados dos seus princípios activos.

As plantas continuam a ser usadas em farmacologia, estando ainda na base de muitos dos medicamentos em uso. O seu interesse vem desde a antiguidade e nos nossos dias alarga-se para outras áreas, como exemplos, temos em indicadores de diagnóstico, análise bioquímica e na pesquisa de novos elementos com acção tanto profilática como terapêutica, pois há sempre a esperança que nas plantas ditas medicinais resida a solução para o tratamento de muitas doenças, até ao momento sem uma cura eficaz e, simultaneamente, menos agressiva. A sua acção não consiste apenas em aliviar os sintomas das principais queixas, mas também na capacidade de restabelecimento senão total, pelo menos em parte das habituais funções fisiológicas do órgão afectado.

As plantas medicinais têm proporcionado assim, os mais diversos produtos indispensáveis a uma vida mais saudável, em todas as épocas, estando na base de numerosos alimentos, óleos alimentares, madeiras, resinas, fibras, corantes, drogas, combustíveis, pasta de papel, etc.

O seu uso e costumes baseiam-se nas práticas da medicina tradicional, que podem variar de região para região e de país, influenciados ao longo do tempo por diversos factores, como a cultura, a his-

tória e dependente de aspectos pessoais, filosóficos e de índole religiosa.

O trabalho de investigação diário concertado sobre as plantas medicinais - acção incentivada de igual modo pela OMS -, ao ser feito de maneira ponderada e ajustada, pode promover o menor uso de remédios alopáticos e dessa maneira contribuir para a diminuição dos seus efeitos adversos secundários em números absolutos, com o fim último de permitir um menor sofrimento às pessoas deles necessitados e daí uma melhor qualidade de vida, para já não referir uma poupança económica também ela significativa e nada despiciante.

Breve história

Já nas civilizações do Antigo Testamento se encontram registos nos seus escritos, de plantas com propriedades terapêuticas para uso na cura das maleitas que atormentavam esses povos primordiais, tentando perceber a relação: doença, substância/princípio activo, cura.



Fig. 1 - Papiro de Edwin Smith

O Antigo Egipto está entre as regiões com as mais antigas práticas de medicina documentadas, em especial, transcritos nos Papiros do Egipto. O papiro de Edwin Smith refere as indicações clínicas de umas 700 espécies de plantas, incluindo o exame, diagnóstico, prognóstico e tratamento de várias doenças e lesões. O Papiro de Ebers⁵ para além dos encantamentos e superstições, evidencia uma longa tradição empírica da prática à observação, sen-

do um dos tratados de medicina mais antigos do mundo, descoberto pelo egiptólogo alemão Georg Ebers. O manuscrito conserva-se na biblioteca da Universidade de Leipzig.



Fig. 2 - Instrumentos médicos do Antigo Egipto

Deve-se salientar ainda os conhecimentos avançados que os egípcios tinham sobre as diversas técnicas de embalsamamento - no uso de diversos tipos de unguentos aromáticos e temperas -, e de possuir de igual modo uma vasta farmacopeia⁶.

No entanto, só na Antiguidade Clássica começam a ser adquiridas as primeiras bases da medicina ocidental apoiadas na observação da natureza e no incremento e compilação das ciências naturais.

Na Grécia Antiga destaca-se o seu médico mais ilustre, Hipócrates (460-370 a.C.), o "Pai da Medicina". Nas suas fórmulas curativas (receituários) entram 250 a 263 plantas, das quais se referem a pimenta e o cardamomo, como exemplos de plantas tropicais já em uso, à época.

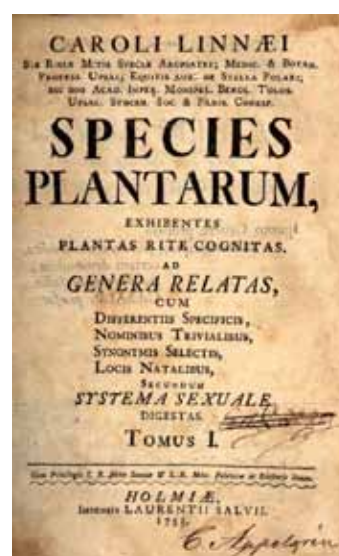
O Império Romano adotou e adaptou a medicina grega às novas realidades, onde são incluídas as recentes drogas de origem vegetal, provenientes das regiões que iam sendo submetidas ao avanço da nova autoridade militar, centrada em Roma. Neste período salientam-se dois médicos, Dioscórides (40-90 d.C.) e Galeno (c. 131-c.200 d.C.).

Dioscórides foi autor da primeira descrição sistemática de 580 plantas, suas 4600 utilizações e formas

de actuação registados em *De Matéria Medica* (c. 65 d.C.). Os conhecimentos neles contidos foram de importância decisiva para a medicina europeia até aos séculos XVII-XVIII. Nesta obra, as plantas são ordenadas de uma forma prática, bem como a menção sobre o modo como se devem efectuar as colheitas e a própria conservação das drogas e afins, pelo se deveria mencionar sempre a sua proveniência por uma questão de sistematização. O livro teve grande importância na terapêutica, tendo sido copiado várias vezes e traduzido para latim e árabe. Como seria natural nestas cópias e traduções foram cometidas muitas imperfeições por deficiente avaliação e enganos na sua transcrição.

Galeno de Pérgamo seguidor natural de Hipócrates e Dioscórides é um médico anatomista e filósofo de origem grega que vive numa época em que o Império Romano já domina uma boa parte da Europa de então, e o Mediterrâneo ou *Mare Nostrum*. Os romanos vão promover a saúde pública na vertente médica⁷ da hidroterapia.

Na sua obra *De Curandi Ratione* ou Método Terapêutico admite que os remédios não actuam isoladamente e carecem de uma administração correcta para uma melhor eficácia. Usa medicamentos compostos (panaceias) no tratamento de vários males ao criar misturas e unguentos que ficaram conhecidas como "misturas galénicas", usadas durante os séculos seguintes.



A medicina dos povos Árabes agrega e mantém vivo no Ocidente, o conhecimento científico greco-

romano, havendo registos e traduções dos textos de Hipócrates, Aristóteles e Galeno. Avicena (980-1037) é o médico e filósofo árabe com maior autoridade e projecção, na Era de Ouro Islâmica. As suas obras mais importantes são o *Livro da Cura* e o *Cânone de Medicina* (uma compilação anotada dos livros de Galeno), que vão influenciar as várias medicinas: árabe, bizantina e judaico-cristã. Foi traduzida para latim no século XII e estudada nas universidades europeias até ao século XVII.

As Especiarias e demais condimentos

Com o advento do Renascimento na Europa, a partir do século XIV, há um renovado interesse na tradução e reedições a partir dos originais da Antiguidade Clássica, a que a invenção da impressão por caracteres móveis por Johannes Gutenberg (1398-1468) vai facilitar o trabalho e um melhor acabamento dos manuscritos, permitindo uma muita maior difusão e vulgarização do livro impresso pela Europa e logo mais pelo mundo, acompanhando o ritmo crescente cada vez mais alargado do recente movimento à escala global, dos descobrimentos.

Portugal, pela sua localização geográfica, não só acompanha a evolução da medicina tradicional no mundo ocidental, como contribui decisiva e definitivamente para o seu desenvolvimento, mercê da interação com outros conhecimentos e conceitos proporcionados pelo estudo *in loco*, logo encetado nas recentíssimas e longínquas terras incógnitas das Áfricas e Ásia, ora recém-descobertas. Na verdade a divulgação e uso de especiarias na Europa está em consonância com a própria história dos Descobrimentos.

São as novas e exóticas plantas, animais e minerais, muitos com propriedades medicinais que despertam uma ampla e renovada atenção, bem como ao tentar-se compreender as relações e interações entre muitas das especiarias e condimentos em uso no Oriente, serem identificadas as plantas que as produzem e, ao mesmo tempo, reconhecer que as recentes regiões só agora começados a mapear, são depositárias de um grande número de matérias-primas e produtos afins, até então quase inteiramente desconhecidas e inaces-

síveis ao comum dos europeus.

Também os primeiros contactos com climas e meios-ambientes adversos mais extremos, inóspitos e insalubres para o homem europeu vulnerável, vão alargar o âmbito da sua prática clínica pela necessidade de combater o surgimento de novas doenças e pestilências, na procura de outros diferentes medicamentos curativos e demais mezinhas.

As especiarias⁸, temperos e plantas aromáticas são desde a antiguidade, apreciados e procurados pelas suas excelentes propriedades organolépticas⁹ na culinária e de conservação, bem como no aproveitamento em usos e costumes nas práticas médicas terapêuticas, religiosas ou de mágico encantamento. Durante séculos pela dificuldade de aquisição e controlo, estiveram relacionadas a um certo poderio político-económico, pois vinculam os seus proprietários (país, feitoria, mercador, etc.) a uma supremacia e prerrogativas de poder e de domínio local e regional¹⁰.



Fig. 3 - Cravo da Índia

As especiarias, *avant la lettre*, são drogas aromáticas, como a pimenta, a canela, a noz-moscada, o cravo-da-índia, açafrão, colorau, gengibre, cardomomo, anis estrelado, mostarda, louro, sésamo, etc., que servem para condimentar, dar sabor e temperar os alimentos ou demais iguarias e manjares. Actualmente, o seu uso é tão natural e comum nas nossas cozinhas que custa a crer que para garantir a sua posse e domínio, muitas gerações de outros tantos povos, as elegeram durante séculos

como principal desígnio histórico, fonte de poder e segurança económica, tão fortes como são hoje o petróleo, a platina, o ouro ou a prata nas principais praças e bolsas financeiras internacionais. Aliás, a sua cotação nos primeiros alvares da Idade Moderna chega a ser equivalente, à dos metais preciosos. A pimenta servirá de moeda de troca comercial tanto com particulares como até entre Estados. Uma das especiarias mais valorizadas no mercado do início do século XVI é o cravo, um quilo equivalia a sete gramas de ouro.



Fig. 4 - Gengibre



Fig. 5 - Cominhos

As especiarias vão ser a base do tráfico marítimo e terrestre (caravanas) entre a Europa, a África e a Ásia, vindas do longínquo e desconhecido Oriente envol-

to em mistério, até aos interpostos do Egipto e costas do Mar Negro, onde aí são recolhidas pelas froas das cidades-estado de Veneza, Génova e de outros mercadores do Mediterrâneo que depois as redistribuem, com ganhos substanciais, por toda a Europa. Em torno do comércio na rota das especiarias desenvolvem-se cidades, cada dia mais cosmopolitas e portos, tornados fervilhantes de barcos, mercadores e novos gentios.

Com o avanço do Turcos a Levante e a ocupação do Mediterrâneo Ocidental pelos piratas muçulmanos do Norte de África que estrategicamente bloqueiam a passagem pelas antigas Colunas de Hércules (estreito de Gibraltar), leva a que as galés ocidentais sintam cada vez mais dificuldade em navegar no Mare Nostrum (Mediterrâneo) para comerciar através do Atlântico com os portos da Flandres. Nem por terra nem por mar, os mercadores cristãos conseguem salvo-conduto para as anteriores lucrativas rotas comerciais. Tudo isto vai provocar uma subida dos preços das especiarias que atingem níveis até aí impossíveis de imaginar.

Claro que a situação começa a reverter-se com a chegada de Vasco da Gama, em finais de Quinhentos, a Calecute, ao estabelecer uma nova rota marítima para a Índia. Baseada numa rede de feitorias, entrepostos e praças-fortes começam a chegar ao Ocidente, do Índico e Extremo Oriente, as especiarias, metais preciosos, porcelanas, animais exóticos, sedas e madeiras, entre outros produtos de troca e comércio. Lisboa converte-se em pouco tempo, na principal porta de entrada da Europa e o seu principal empório.

Desde logo, a principal rota e tráfico para os Europeus deixa de ter em linha de conta o percurso Alexandria-Veneza, para passar a ser o eixo Lisboa-Flandres (Bruges e Antuérpia), em que a pimenta será aqui vendida dez e quinze vezes mais do que o preço na origem e o negócio torna-se rapidamente monopólio da Coroa portuguesa, numa boa parte do século XVI.

Com o declínio gradual do domínio português que se acentua com a perda da independência em 1580 e o deslocamento do centro do comércio para outros lugares e praças, Portugal (Lisboa) vê o seu papel de charneira ser substituído pelos mercadores holandeses da Companhia Neerlandesa das Índias Orientais,

criada em 1602 e logo de seguida pelos ingleses.

A partir do Outono da Idade Média, após as Cruzadas, as especiarias (de forte sabor e aroma, pela presença de óleos essenciais), tais como a pimenta e outros temperos, passam a estar em voga na culinária da mesa europeia pela necessidade de condimentar os alimentos, além da tentativa feita de experiência, em conservar em tempo útil e nas melhores condições possíveis para a época em questão, toda a comida transportada nos porões das grandes embarcações (naus e caravelas) nas longas viagens realizadas por alto-mar, para sítios cada vez mais distantes, muitos deles ainda desconhecidos, como sustento basilar das tripulações durante meses e por vezes anos. Por isso, aqui reside o interesse e a utilidade também das especiarias no exercício sempre complicado, da conservação dos alimentos, de modo a preservá-los o mais tarde no tempo, visando o seu consumo num futuro mais ou menos próximo, ao acautelar no limite a sua deterioração.



Fig.6 - Pimenta negra

Até muito tarde, foi o costumado sal de cozinha (ou sal comum, à base de cloreto de sódio), o único e importante conservante alimentar - com o uso do *salgamento*, a carne e o peixe preservavam-se em razoáveis condições mais alguns meses. A tal ponto chegava sua importância, que foi mesmo usado como forma de pagamento na era romana, sendo esta a origem da palavra “salário”, (do latim *salariu-*, “soldo para comprar sal”). Pelo seu valor estratégico, muitas explorações de sal chegavam a ter vilas fortificadas

para defender essas regiões da cobiça alheia.

Existe um variado número de diferentes plantas referenciadas como *pimenta*, utilizadas para confeccionar alimentos e que induzem a clássica sensação “ardente” devido à acção de certos componentes químicos particulares (capsaicina) e o seu efeito picante sobre a língua. Os frutos das variedades picantes das pimentas são chamados de malaguetas ou *piri-piri*. São plantas, do género *Capsicum*, da família botânica das *Solanaceae*, donde também fazem parte a batata, o tomate, o tabaco, etc.

Diferentes maturações na colheita dos grãos oriundos da planta, *Piper nigrum*, dão origem a diferentes tipos de pimenta - verde, branca e pimenta-preta.

A pimenta é rica em vitamina A, B₁, B₂, C, E e PP (niacina). Além de vasodilatadora, possui propriedades analgésicas e excitantes. Ao estimular a produção de endorfinas no cérebro, induz uma sensação de bem-estar que pode reduzir o apetite, favorecendo o tratamento da obesidade. Por fim, tem uma acção antioxidante e anti-inflamatória.

As especiarias, historicamente empregues como condimento de pratos comuns, têm sido usadas até aos dias de hoje, religiosamente, na doçaria, no vinho e nos últimos tempos no próprio café, ao introduzir o sabor útil do pau de canela na sempre indispensável e tradicional *bica*.

Plantas medicinais

Outros produtos, como a cânfora, o incenso, e demais plantas medicinais (alecrim, alfavaca, alho, aloé vera, anis, alcaçuz, chá, *ginseng*, goma-arábica, hibiscus, mandrágora, mirra, sene, tomilho e muitas outras) começam a ser utilizados, desde muito cedo, pelas suas virtudes terapêuticas na preparação de medicamentos (em farmácia e medicina), pelo poder afrodisíaco, na cosmética e perfumes, na aplicação de ungentos, unções, infusões, em aromaterapia, naturopatia, na arte de cozinhar e na fitoterapia em geral. A sua importância comercial foi tal que deu origem a guerras de ocupação e escaramuças várias, opondo portugueses, holandeses, britânicos, franceses e nativos, na luta pelo seu controlo.



Fig. 7 - Mirra

As plantas medicinais como o próprio nome indica, são espécies vegetais que contêm substâncias bioativas com propriedades profiláticas, terapêuticas ou paliativas. Existe um grande número de variedades em todo o mundo, usadas desde tempos recuados na medicina popular de diversos povos e civilizações. As plantas medicinais são utilizadas pela medicina actual (fitoterapia) e as suas propriedades são estudadas em laboratórios especializados das grandes empresas farmacêuticas, a fim de isolar as substâncias que lhes conferem propriedades medicinais únicas (o princípio activo), e assim, produzir novos fármacos para uso comum, cujos segredos são guardados às sete chaves no sigilo profundo das provetas e pipetas, nos discos rígidos dos P.Cs. ou ainda mais recentemente, os dados mais sensíveis e secretos passam a ser são acautelados e protegidos em ficheiros de segurança colocados em suportes do *icloud* (nuvem), antes de serem patenteados e comercializados.

Muitas destas plantas podem ser tóxicas, como sejam a beladona (*atropa belladonna*), a cicuta, estricnina (noz-vômica), etc., levemente venenosas ou com potencial variável de intoxicação, devendo ser usadas em doses muito pequenas (*q.b.*), para terem o efeito terapêutico desejado. Por vezes, quando convenientemente doseadas, podem ter aplicação medicinal.

Por fim, não posso deixar de referir o contributo de muitos portugueses para o esclarecimento do

estudo das especiarias, plantas medicinais e drogas afins, entre os quais, destaco:

Tomé Pires (c.1465-c.1524/1540) evidencia-se entre os boticários portugueses que viveram no Oriente no século XVI. Parte para a Índia em 1511, esteve em Cananor e, em Malaca, como feitor e vedor (intendente) das drogarias. Escreve a *Suma Oriental* (1515), a primeira definição europeia do território da Malásia e descreve as plantas e drogas medicinais do Oriente, além de, exaustivamente assinalar os portos marítimos de comércio, de potencial interesse para os portugueses recém-chegados.

Garcia de Orta (c.1500-1568) figura maior e uma das personalidades do Século de Ouro português, perseguida pela Inquisição por ser livre-pensador e cristão-novo. É autor de "*Colóquios dos Simples...*", o primeiro tratado botânico com o registo científico sobre as propriedades medicinais das plantas do Oriente. Garcia de Orta passa à História como criador da Medicina Tropical divulgando espécies novas com vista à sua aplicação na cura de doenças com a nova matéria médica ora emergente.

Amato Lusitano (1511-1568) nasce em Castelo Branco, em 1511, tendo-se formado em medicina pela Universidade de Salamanca e vai tornar-se o mais respeitado médico português do século XVI. Morre de peste em Tessalónica (Grécia).

Figura cimeira para o conhecimento das plantas medicinais, publica *In Dioscoridis anazarbei de materia medica* (Materia Médica de Dioscórides – 1556) onde descreve plantas medicinais, drogas e produtos trazidos pelos navegadores portugueses para o tratamento dos seus padecimentos e moléstias. As *Centuriae Medicinalis* (Centúrias de Curas Médicas), a maior e mais célebre obra de Amato dividida em sete volumes, são um repositório valioso de observações médico-cirúrgicas de casos clínicos, terapêuticas e conselhos médicos reveladores da Arte Médica do século XVI, em Portugal e na Europa.

Cristóvão da Costa (c.1525-c.1594) médico naturalista e cirurgião português de quinhentos, um dos maiores expoentes da medicina Indo-Portuguesa, pioneiro no estudo das plantas orientais, em especial para uso em farmacologia. De todas as obras que publica, depois de uma vida aventureira no

Outros nomes menos conhecidos, mas também de relevar, são: os boticários Simão Álvares, Francisco Lopes, João Rodrigues e o Padre Jesuíta Fernão Cardim, etc.

- 1 - Foi a partir do médico francês, Henri Leclerc, que se vulgarizou o termo Fitoterapia. Após inúmeras experiências com plantas, por si realizadas durante a década de 50, reuniu os resultados na obra "Sumário de Fitoterapia". O termo "fitoterapia" resulta da junção das palavras gregas [*"Phythón"* (planta) + *"Therapeia"* (terapia)] e, enquanto parte integrante da Medicina Chinesa, estuda as plantas medicinais e suas aplicações no tratamento das alterações de saúde.
- 2 - Livro que ensina a preparar os medicamentos.
- 3 - Capítulo da medicina que estuda e trata as propriedades, a classificação e a aplicação dos medicamentos.
- 4 - Todo aquele que estuda as propriedades medicinais das ervas e demais plantas.
- 5 - O Papiro de Ebers, escrito em caracteres hieráticos (relativo às coisas sacerdotais, sagradas ou religiosas), é o mais importante dos papiros de conteúdo médico do Antigo Egito. Transmite um olhar sobre a aplicação médico-farmacológica à época (c. 1.550 a.C.).
- 6 - *Los Aromas de al-Andalus*, Cherif Abderrahman Jah, Alianza Editorial S.A. Madrid, Fundação da Cultura Islâmica, 2001, pp. 11.
- 7 - Os romanos constroem aquedutos para fornecimento de água de melhor qualidade às cidades mais importantes, instalam os primeiros esgotos e criam banhos públicos para limpeza e higiene pessoal. Apesar do sucesso, esta abordagem tinha suas limitações pois não tinha em linha de conta o eclodir das doenças e a sua cura, descurando ao mesmo tempo o ser humano e a sua anatomia.
- 8 - As especiarias ditas terapêuticas são produtos de origem vegetal com aromas e sabor intenso. Podem ser flores, frutos, sementes, raízes e caules.
- 9 - Propriedades organolépticas são as características dos produtos, no caso presente na área alimentar, que podem ser apreciadas pelos sentidos humanos, como a cor, o brilho, a luz, o odor, a textura, o som e o sabor. Estas propriedades são importantes na avaliação do estado de conservação de alimentos, que devem estar sujeitos a um "exame organoléptico" para verificar se estão em boas condições para o consumo.
- 10 - Há a história da mítica rainha de Saba que terá enviado a Salomão como presentes ouro, joias e especiarias.

- ALBUQUERQUE, Luís (1994) - Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses - Vol. I. Lisboa: Editorial Caminho.
- AMOROZO, M. (1996) - A abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas Medicinais. In di Stasi, Luiz Claudio, org. Plantas Medicinais – arte e ciência: um guia de estudo interdisciplinar. São Paulo, Editora da UNESP.
- ANDRADE, António Alberto Banha. (1971) - Drogas do Oriente. Vol III. Paris. Fundação Calouste Gulbenkian.
- BARROS, João de (1988) - Ásia – Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Vol. 2: Descoberta do Mundo. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- BASSO, Paula (1994) - A Farmácia e o Medicamento. Uma História Concisa. Lisboa: Clube do Colecionador dos correios / CTT Correios de Portugal.
- CALAINHO, D. B. (2005) - Jesuítas e Medicina no Brasil colonial. Tempo, vol.10, nº 19, pp. 61-75.
- CAMÕES, Luís Vaz de (2002) - Os Lusíadas. Lisboa. Instituto Camões.
- CASTANHEDA, Fernão Lopes de (1551) - História de descobertas e conquistas da Índia pelos Portugueses. L. I, Coimbra: s/ed.
- CORREIA, M. Pio (1926) - Dicionário das Plantas Úteis no Brasil e das Exóticas Cultivadas - Vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura.
- CORTESÃO, Armando (1978) - A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues. Leitura e notas. Acta Universitatis Conimbrigensis, Ordem da Universidade.

- <http://www.tiastica.com/ervas-e-plantas-medicinais/>

[illegible]

PRELÚDIO SOBRE MALEITAS E CURAS DO SALTÉRIO

Maria José Leal *



Saltério Finlandês

Designa-se por Saltério a coleção dos cânticos religiosos composto por 150 Salmos. Os Salmos são poemas com grande carga simbólica, neles, enquanto expressão da vida e religiosidade do povo de Israel, concentram-se a Lei, a Profecia e a Sabedoria.

O termo Saltério deriva do grego ψαλτήριον, *psaltérion*, que designava um instrumento musical de cordas espécie de harpa, que passou ao latim como *psalterium*.

Assemelhando-se a uma harpa, o saltério é um instrumento de cordas geralmente pulsadas ou beliscadas. A sua origem é longínqua. Remonta pelo menos a 300 a.C., quando era utilizado no domínio religioso para acompanhar os salmos. Era costume judaico que houvesse no Templo cantores e instrumentistas, como está citado no Livro dos Juízes 21, 19-21 e no Segundo Livro de Samuel 6, 5-16, as festas religiosas eram celebradas com danças e cantos.

Tal como em outras tradições culturais, também a poesia hebraica estava estreitamente associada à música, embora não seja de excluir a possível recitação em forma de recitação, a palavra que intitula muitos Salmos (do grego Ψαλμός, Música) no texto hebraico, é *Mizmor* do hebraico מִזְמוֹר, Musical ou

Tehilim do hebraico מִלִּילֵהָ, Cânticos de louvor, o que supõe serem cantados com eventual acompanhamento musical.

Poesia e instrumento de acompanhamento fundem-se numa simbiose que permite serem designados pelo mesmo termo, Saltério.

O texto do Salmo 150:1-6, atesta-o inequivocamente:

Louvai ao SENHOR. Louvai a Deus no seu santuário; louvai-o no firmamento do seu poder.

Louvai-o pelos seus atos poderosos; louvai-o conforme a excelência da sua grandeza.

Louvai-o com o som de trombeta; louvai-o com o saltério e a harpa.

Louvai-o com o tamborim e a dança, louvai-o com instrumentos de cordas e com órgãos.

Louvai-o com os címbalos sonoros; louvai-o com címbalos altissonantes.

Tudo quanto tem fôlego louve ao Senhor. Louvai ao Senhor

O Saltério é da família dos cordofones. Trazido para a Europa pelos árabes, é um dos instrumentos de cordas mais importantes durante a idade média

trovadoresca, acabando por dar origem aos instrumentos de teclas da família do cravo. Em Portugal o seu uso acompanhou esta evolução, no túmulo de Inês de Castro no Mosteiro de Alcobaça está esculpido um anjo dedilhando um Saltério. Atualmente não sobrevive no país nenhum instrumento desta família, ao contrário de outros estados do continente europeu, como a Finlândia ou a Hungria.



Anjo dedilhando Saltério
túmulo de Dona Inês de Castro - Mosteiro de Alcobaça

No Antigo Testamento os 150 Salmos constituem Cinco Livros que se seguem ao Livro de Jó, que encerra a sequência de livros históricos, e precedem o Livro dos Provérbios.



Rei David (?1040 - ?970 a.C.) ilustração da obra de Boécio
(480 - 525) *De Musica*.

Os Salmos foram escritos em épocas diversas e por autores diferentes, embora muitos sejam atribuídos ao rei David (?1040 - ?970 a.C.) que de sua

autoria teria escrito ou retificado pelo menos 73 poemas. Asafe é considerado o autor de 12 Salmos. Os filhos de Coré escreveram 10 e o rei Salomão dois. Hemán, bem como Etán e Moisés (1550 a.C. a 1510 a.C. peregrinação no deserto), escreveram no mínimo um cada. Todavia, 50 Salmos seriam tidos de autoria anónima.

Na leitura dos Salmos dever-se-á ter em conta as características da língua em que foram escritos, qualquer tradução para uma língua moderna longe da lógica, da estrutura gramatical, da hermenêutica e da simbólica originais, é óbice para uma real aproximação e entrosamento no texto.

A sua escrita foi recolhida durante cerca de 15 séculos, inicialmente de tradição oral decerto foram reescritos e atualizados; no Prólogo do Livro de Ben Sirá, que data por volta do ano 132 a.C., embora com patentes repetições, formam já um corpo canónico e estruturado já traduzido em grego, sendo o Livro que virá a ser mais citado a par de Isaías, no Novo Testamento.

O Livro dos Salmos chegou até nós pela versão grega *Septuaginta* e pela versão hebraica *Massorética*.

Septuaginta é a palavra latina que significa setenta, LXX, conhecida como a Versão dos Setenta, pois segundo a tradição, setenta e dois rabinos (seis de cada uma das doze tribos) trabalharam nela e, teriam completado a tradução em setenta e dois dias... Completada por etapas em Alexandria, a *Septuaginta* é a mais antiga tradução da Bíblia hebraica para o grego, para o grego popular *koiné*, língua franca do Mediterrâneo oriental entre o século III e o século I a.C.

A versão grega deste livro, como de toda a Bíblia, foi utilizada pelos cristãos convertidos e por São Jerónimo (347 d.C. Štrigova, Croácia - 420 d.C. Belém) na edição da tradução latina designada por *Vulgata*.

Foi Ambrósio de Milão (Trier, Alemanha 340 - Milão 397), quem introduziu o canto dos Salmos no Ocidente, chamou-os de *um tipo de ginásio para ser usado por todas as almas, um estádio de virtude, onde diferentes exercícios são praticados, dentre os quais se podem escolher os mais adequados treinamentos para se alcançar a coroa* (*Explanatio Psalmorum XII*)

Por volta do século VI, um grupo de competentes escribas judeus teve por missão reunir os textos

considerados inspirados por Deus, utilizados pela comunidade hebraica, em um único escrito. Este grupo recebeu o nome de *Escola de Massorá*. Os *massoretas* escreveram a Bíblia de Massorá, examinando e comparando todos os manuscritos bíblicos conhecidos à época. Por criarem uma base para a interpretação do texto hebraico, aperfeiçoando os símbolos da escrita, já que até então não havia um sistema definido de regras gramaticais por escrito, os massoretas são considerados os pais da gramática da língua hebraica atual. O resultado deste trabalho ficou conhecido posteriormente como o *Texto Massorético*.

Foi na Reforma Protestante que se buscaram os manuscritos originais hebraicos para fazer novas traduções e foi constatada a diferença que havia entre as duas traduções: as versões, apesar de terem o texto completo, diferem na numeração de capítulos e versículos.

Entre os Salmos 10 e 148, a numeração da Bíblia Hebraica está uma unidade à frente da numeração seguida na *Septuaginta* e na *Vulgata*, que juntam: os Salmos 9 e 10 no Salmo 9 e, os Salmos 114 e 115 no Salmo 113 e dividem: o Salmo 116 nos Salmos 114 e 115 e, o Salmo 147 nos Salmos 146 e 148.

Texto Massorético	Texto grego
1 a 8	1 a 8
9 e 10	9
11 a 113	10 a 112
114 e 115	113
116	114 e 115
117 a 146	116 a 145
147	146 e 147
148 a 150	148 a 150

Recentemente houve um acrescentado interesse pelo estudo dos Salmos, muito provavelmente também despertado pela descoberta dos *Manuscritos do Mar Morto*, uma coleção de centenas de textos e fragmentos de textos judaicos localizados em 1947. Multiplicam-se as publicações de exegese e de análise em diferentes vertentes, literária, social, histórica, psicológica, religiosa, etc. que testemunham a importância que os 150 Salmos representam na atualidade. Consultando em Portugal as bases de

dados informatizados em Outubro de 2016, encontram-se para *Salmos* (assunto/título) as seguintes entradas:

PORBASE – 691; Biblioteca Nacional – 567

Biblioteca João Paulo II Un.Católica Port. – 272

Múltiplas e diversas são segundo os vários autores, as classificações dos Salmos, a mais consensual visa a análise do seu conteúdo literário, a sua *Sitz im Leben* (Gunkel), a *situação vital concreta*.

Assim se agrupam em: Hinos/Cânticos de Louvor; Súplicas/Lamentações; Ação de graças; Sapienciais; Outros.....

Decerto que referências ao tema proposto MALEITAS E CURAS DO SALTÉRIO se podem encontrar em qualquer dos agrupamentos dos Salmos, mas preferencial e logicamente estarão situadas no grupo *Súplicas/Lamentações* que seguidamente se enumeram

Individuais – Salmos 5, 6, 7, 10, 13, 17, 22, 25, 26, 28, 31, 35, 36, 38, 39, 42, 43, 51, 54-57, 59, 61, 63, 64, 69, 70, 71, 86, 88, 94, 102, 109, 120, 130, 140-143

Coletivas – Salmos 12, 14, 44, 58, 60, 74, 77, 79, 80, 83, 85, 90, 94, 108, 123, 137

A estrutura destes poemas é basicamente quádrupla: uma invocação de Deus; um grito de súplica e auxílio; uma descrição do infortúnio e angústia de alma; e uma oração por libertação.

Assim neste tipo de Salmo o poeta move-se na sua súplica – às vezes mais de uma vez – do desespero à confiança, da angústia à certeza, da miséria pessoal e sofrimento ao amor salvador de Deus. São caracterizados por um apelo ao nome do Senhor, por reclamações em graus diferentes de intensidade, orações por libertação, cura, perdão, por desejos, por motivos de rogo ou votos de ação de graças.

Além das particularidades linguísticas dos termos hebraicos, muitos deles de tradução exata quase impossível relativos ao sofrimento, pois nos Salmos o sofrimento engloba um todo interpenetrado de físico, psicológico, espiritual, social, para o qual o orante busca refúgio, consolo, cura pela intervenção divina.

A causa do sofrimento é questionada e desenvolvida de diversas formas, *tradicional*, nos textos mais antigos comuns noutras religiões semíticas, o homem assume que o sofrimento é um castigo do

pecado, numa relação de causa-efeito. Na literatura profética, nomeadamente em Isaías 53 e perpassando diversos Salmos, surge a *novidade*, em que o *sofrimento do Servo não é um castigo, menos ainda um castigo pelo pecado, mas antes um momento de graça e de intercessão em benefício dos outros ...um dinamismo soteriológico de abrangência universal* (Lourenço)

Exemplificativos são:

Salmo 6

1 Senhor, não me repreendas na tua ira, nem me castigues no teu furor.

2 *Tem misericórdia de mim, Senhor, porque sou fraco; sara-me, Senhor, porque os meus ossos estão perturbados.*

3 *Até a minha alma está perturbada; mas tu, Senhor, até quando?*

4 Volta-te, Senhor, livra a minha alma; salva-me por tua benignidade.

...

Salmo 38 (leproso)

1 Ó Senhor, não me repreendas na tua ira, nem me castigues no teu furor.

2 Porque as tuas flechas se cravaram em mim, e a tua mão sobre mim desceu.

3 *Não há coisa sã na minha carne, por causa da tua cólera; nem há paz em meus ossos, por causa do meu pecado.*

4 Pois já as minhas iniquidades ultrapassam a minha cabeça; como carga pesada são demais para as minhas forças.

5 *As minhas chagas cheiram mal e estão corrompidas, por causa da minha loucura.*

6 Estou encurvado, estou muito abatido, ando lamentando todo o dia.

7 *Porque as minhas ilhargas estão cheias de ardor, e não há coisa sã na minha carne.*

8 Estou fraco e mui quebrantado; tenho rugido pela inquietação do meu coração.

9 Senhor, diante de ti está todo o meu desejo, e o meu gemido não te é oculto.

10 O meu coração dá voltas, a minha força me falta; quanto à luz dos meus olhos, ela me deixou.

11 *Os meus amigos e os meus companheiros es-*

tão ao longe da minha chaga; e os meus parentes se põem à distância.

...

21 Não me desampares, Senhor, meu Deus, não te alongues de mim.

22 Apressa-te em meu auxílio, Senhor, minha salvação.

...

Salmo 69

1 *Livra-me, ó Deus, pois as águas entraram até à minha alma.*

2 *Atolei-me em profundo lamaçal, onde se não pode estar em pé; entrei na profundidade das águas, onde a corrente me leva.*

3 Estou cansado de clamar; a minha garganta se secou; os meus olhos desfalecem esperando o meu Deus.

4 Aqueles que me odeiam sem causa são mais do que os cabelos da minha cabeça; aqueles que procuram destruir-me, sendo injustamente meus inimigos, são poderosos; então restitui o que não furtei.

...

Salmo 88

1 SENHOR Deus da minha salvação, diante de ti tenho clamado de dia e de noite.

2 Chegue a minha oração perante a tua face, inclina os teus ouvidos ao meu clamor;

3 *Porque a minha alma está cheia de angústia, e a minha vida se aproxima da sepultura.*

4 *Estou contado com aqueles que descem ao abismo; estou como homem sem forças,*

5 Livre entre os mortos, como os feridos de morte que jazem na sepultura, dos quais te não lembras mais, e estão cortados da tua mão.

6 Puseste-me no abismo mais profundo, em trevas e nas profundezas.

...

Salmo 116 (ação de graças)

1 *Amo ao SENHOR, porque ele ouviu a minha voz e a minha súplica.*

2 Porque inclinou a mim os seus ouvidos; portanto, o invocarei enquanto viver.

3 Os cordéis da morte me cercaram, e angústias do inferno se apoderaram de mim; encontrei aperto e tristeza.

4 Então invoquei o nome do Senhor, dizendo: Ó Senhor, livra a minha alma.

5 Piedoso é o Senhor e justo; o nosso Deus tem misericórdia.

6 *O Senhor guarda aos simplices; fui abatido, mas ele me livrou.*

7 Volta, minha alma, para o teu repouso, pois o Senhor te fez bem.

8 *Porque tu livraste a minha alma da morte, os meus olhos das lágrimas, e os meus pés da queda.*

9 Andarei perante a face do Senhor na terra dos viventes.

10 Cri, por isso falei. Estive muito aflito.

11 Dizia na minha pressa: Todos os homens são mentirosos.

12 *Que darei eu ao Senhor, por todos os benefícios que me tem feito?*

13 Tomarei o cálice da salvação, e invocarei o nome do Senhor.

14 Pagarei os meus votos ao Senhor, agora, na presença de todo o seu povo.

15 Preciosa é à vista do Senhor a morte dos seus santos.

16 *Ó Senhor, deveras sou teu servo; sou teu servo, filho da tua serva; soltaste as minhas ataduras.*

17 Oferecer-te-ei sacrifícios de louvor, e invocarei o nome do Senhor.

18 Pagarei os meus votos ao Senhor, na presença de todo o meu povo,

19 Nos átrios da casa do Senhor, no meio de ti, ó Jerusalém. Louvai ao Senhor.

O acrescentado interesse pelo estudo dos Salmos, que se multiplica em publicações de exegese e de análise, não se confina apenas ao âmbito dito erudito, manifestações mais populares de devoção torna-os motivo de sufrágio para as aflições do quotidiano.

Assim os Salmos estão organizados por listas de finalidade, isto é, Salmos para serem rezados em determinadas ocasiões como festas, doenças, colheitas ou funerais. Historicamente, a primeira destas listas foi organizada a partir da prática de Santo Arsénio da Capadócia que rezava um salmo como uma oração com determinado objetivo.

O Saltério como um Livro de Necessidades, ou *Saltério de Bênçãos da Biblioteca Ortodoxa de São Pacómio*, de acordo com o uso de Santo Arsénio de Capadócia (Farassa, 1840 – 1924), foi transmitido pelo

ancião, também Arsénio, conhecido por Paisios do Monte Athos (Farasa, Capadócia 1924 - Monte Athos 1994)

Da lista das aplicações de sufrágio dos 150 Salmos (numeração *Septuaginta*) enunciam-se os respeitantes a MALEITAS E CURAS:

MORTE: 33, 150

DESASTRES: 17, 21, 30, 50, 62, 68, 85, 89

SAÚDE Física: 5, 12, 28, 36, 37, 44, 56, 58, 63, 79, 86, 88, 95, 102, 108, SAÚDE Psicológica: 4, 7, 8, 9, 11, 24, 27, 41, 55, 56, 60, 61, 69, 70, 80, 81, 84, 97, 100, 103, 128, 136, 138

SAÚDE de Mulheres: 18, 19, 40, 67, 75, 106, 142, 145 ...

Salmo 150:1-6

Louvai ao SENHOR... com o som de trombeta; louvai-o com o saltério e a harpa.

....

Como já acima foi referido, música e texto poético dos Salmos interagem numa parceria que dificilmente poderá ser apreciada em separado. O efeito terapêutico da súplica/oração, a mudança de atitude relativamente ao outro, ao próprio e às circunstâncias envolventes, são fator relevante no processo de saúde mental/física que as Neurociências atualmente desenvolvem e em que tanto se empenham. A música, a arte de combinar sons de modo agradável aos ouvidos, chamada a *arte das musas* na Grécia Antiga, simboliza a harmonia universal. Platão dizia que a música era a expressão da ordem e da simetria, que através do corpo penetrava na alma e em todo o ser, revelando a harmonia da personalidade total, funcionando pois, como agente terapêutico. Musicoterapia é a terapia que usa a música, ou parte dos seus componentes, melodia, som, ritmo e harmonia, com o objetivo de alterar positivamente o estado emocional, físico, comportamental e cognitivo através das respostas ativadas pela música.

Que entidade melhor que o Saltério pode desempenhar tal objetivo?

Do Saltério chegou-nos o texto, a notícia dos instrumentos musicais, não a partitura musical, ela própria, para os mesmos ou para as vozes. Alguma exceção feita para o canto gregoriano, a mais antiga manifestação musical do Ocidente com raízes nos cantos das antigas sinagogas. Os primeiros cristãos

e discípulos de Cristo foram judeus convertidos que, perseverantes na oração, continuaram a cantar os Salmos e Cânticos do Antigo Testamento como estavam acostumados, embora com outro sentido, à medida que os não judeus gregos e romanos foram também se tornando cristãos, elementos da música e da cultura greco-franco-romana foram sendo acrescentados às canções judaicas.

É um longo percurso de 20 séculos de oração e de música em que grandes compositores contemporâneos participam.

Citam-se como exemplo entre outros:

Zoltan Kodaly (1882 – 1967) *Psalmus Hungaricus*, composta em 1923, e estreado no concerto de celebração do 50º aniversário da união de Buda e Pest, em que Kodály atinge uma consagração definitiva e fama mundial.

Igor Stravinsky (1882-1971) *Sinfonia dos Salmos*, composta em 1930.

Joel Goldsmith (1957- 2012) *Journey To Celestis* composta em 2008.

Não esquecendo o português Pe. Manuel Luís (1926- 1982) uma das mais ilustres figuras portuguesas da segunda metade do século XX, na área da música litúrgica. Entre a sua obra musical dedicou aos Salmos as seguintes composições: 10 cânticos sobre Salmos (1958)

Salmos Responsoriais, Quaresma e Tempo Pascal (1971, 1972, 1973).

Semana Santa (1973).

Salmos Responsoriais e Aclamações ao Evangelho (1987, 1988, 1989).

Continuando no tema musical, a presente abordagem SOBRE MALEITAS E CURAS DO SALTÉRIO, restringe-se apenas ao PRELÚDIO, ou seja um género musical de obras introdutórias de outras obras maiores.

Prelúdio difere da Abertura por antecipar temas da obra que antecede....

Na época medieval, os alaudistas tocavam o Prelúdio como forma de aquecer, e preparar a tonalidade; Na época de Johann Sebastian Bach, o nome Prelúdio era usado também para a introdução de uma *fuga* ou *tocata*.

Chopin escreveu vários Prelúdios, no caso peças de forma livre, autónomas, sem serem introdutórias a outra obra maior.

SOBRE MALEITAS E CURAS DO SALTÉRIO... este PRELÚDIO não será, como à época de Johann Sebastian Bach a introdução de uma *fuga* ou *tocata*, ou seja, o preâmbulo de um exaustivo trabalho de cariz científico sobre as histórias clínicas de enfermos judeus e dos resultados terapêuticos obtidos, percorrendo quinze séculos de história. Os dados são parcos e excetuando o caso do provável leproso do Salmo 38, tanto os dados, como os meios, ou como os resultados, enquadram-se num contexto holístico para que o método científico a utilizar não tem cabimento...

...este PRELÚDIO, à maneira de Chopin resulta assim, numa versão de forma livre, autónoma, sem ser introdutória a outra obra maior.

Bibliografia:

- BÍBLIA SAGRADA. (Lisboa/Fátima: Difusora Bíblica, Franciscanos Capuchinhos, 2000).
- BALLARINI, T., *A Poética hebraica e os Salmos*; Petrópolis : Vozes, 1985.
- BENENZON, R.O., *Teoria da Musicoterapia*; São Paulo : Summus, 1988.
- BENENZON, R.O., *Teoria da Musicoterapia : de la teoria à la practica*; Barcelona : Paidós 2000.
- BENNETI, SANTOS, *Salmos para vivir y morir. Ensaio sobre la Paradoja Humana* (Madrid: Ediciones Paulinas, 1978).
- CERQUEIRA, M.J., *Musicoterapia : autoestima e qualidade de vida*; Dissertação de Mestrado, Un. Católica Braga – Faculdade de Filosofia 2014; <http://hdl.handle.net/10400.14/18765>.
- COUTINHO, AA., *As Curas no Antigo Testamento* - Vol. I (Portuguese Edition) - Kindle edition.
- DUHAIME, J., *La souffrance dans les psaumes 3-41. Un étude préliminaire* ; Science et Esprit 41; 1989 ; 36.
- EMMANUEL, *Commentaire juif des Psaumes*, Paris : Payot, 1963.
- GUNKEL, H., *Introduction a les Salmos*, Valencia : EDICEP, 1983.
- LOURENÇO, J D., *Salmos, Oração do Povo de Deus* (Lisboa: Universidade Católica Editora, 2005).
- LOURENÇO, J D., *O Sofrimento no Pensamento Bíblico: Releituras Hermenêuticas de Isaías 53* ; Lisboa: Universidade Católica Editora, 2006.
- LOURENÇO, J D., *Hermenêuticas Bíblicas: da palavra às palavras: em busca do sentido da Escritura*; Lisboa: Un. Católica Editora, 2011.
- LUIS, Pe. M., *Dez cânticos sobre os Salmos*; Lisboa, Secretariado Diocesano da Catequese, 1960.
- MARQUES, JJ., *Traços Relevantes do Vocabulário do Sofrimento no Livro dos Salmos- Contributos para a compreensão do sofrimento humano* Dissertação Final Mestrado em Estudos da Religião. Fac. Teologia Un.Cat. Port. Lisboa 2012.
- MATOS, A.C., *Musicoterapia*; Porto Tip. Costa Carregal 1978.
- PEREZ, BM., *Enarraciones sobre los Salmos*, Madrid : La Editorial Catolica, 1964-1967.
- PRÉVOST, JP., *Petit Dictionnaire des psaumes* Paris : Cerf, 1990.
- RAVASI, G., *Il Libro dei Salmi, Comento e Attualizzazione Vol .I, II, III* Bologna: Edizioni Dehoniane, 2008).
- RAVASI, G., *Fino a quando, Signore? Un itinerario nel mistero della sofferenza e del male* (Milano: Edizioni San Paolo, 2002).
- RICOEUR, P., *Le Mal. Un défi à la philosophie et à la théologie*. Genève 1986; 15-18
- SCLIAIR, M J., *Da Bíblia à psicanálise: saúde, doença e medicina na cultura judaica*. Tese apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública para obtenção do título de Doutor em Ciências. Rio de Janeiro 1999.
- www.bibliaonline.com.br/acf/
- <http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/4474/2/51.pdf>
- http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/espiritualidade/salterio_de_bencao_santo_arsenio_da_capadocia.html
- <http://www.meloteca.com/musicos-ecclesiasticos.htm>

* Médica Investigadora

DOIS GRANDES DA MEDICINA PORTUGUESA UM POUCO ESQUECIDOS: MANUEL CONSTÂNCIO E SEU FILHO SOLANO CONSTÂNCIO

*Joaquim Candeias da Silva**

Um dos méritos destas Jornadas, de entre os muitos que indubitavelmente têm manifestado ao longo da sua já longa e profíqua existência (sem paralelo a nível nacional), é a sua abrangência de temas a coberto da sua figura tutelar – Amato Lusitano – pois que também ele, pelo seu exemplo e pela sua riquíssima história de vida, nos permite extrapolar para outras histórias interessantes no que à matéria médica concerne.

Pretende-se com esta comunicação que ela seja um contributo ou chamada de atenção para a necessária revisão de alguns estudos biográficos, desta feita em especial para a História da Cirurgia em Portugal, que felizmente parece estar a atravessar uma fase de revigoração, sobretudo devido à anunciada “profunda e exaustiva investigação” por parte do Dr. Fortuna Campos, e também de olhos postos na aproximação do bicentenário das Escolas Régias (1825-2025).

MANUEL CONSTÂNCIO (1726-1817)

– “O Páreo português”

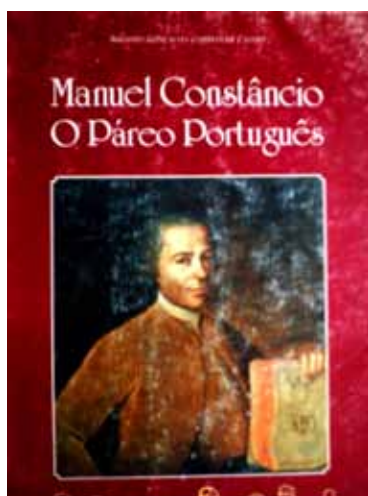


FIG. 1 – *Manuel Constâncio*, figura central do livro homónimo, de Augusto de Castro (um seu descendente), editado em 1923 e reeditado em 1993 pela C.M. Abrantes.

As raízes geográficas e familiares

Filho de João Alves e de Josefa Marques, nasceu a 4 de Abril de 1726 no lugar de Sentieiras, pequena aldeia da freguesia de S. Vicente, concelho de Abrantes (ao tempo integrada para efeitos canónicos na vizinha freguesia do Sardoal). Segundo o seu registo de baptismo [transcrito no final], o apelido dominante entre os avós era Fernandes e todos eram naturais das Sentieiras. Baptizou-o o vigário do Sardoal, tendo por testemunhas mais dois padres, e por padrinhos Francisco Dias e sua irmã Josefa Marques, do Monte Cimeiro (Alcaravela). Verificamos, assim, que todas as suas raízes eram rurais e humildes. Seus pais, que haviam casado em 1722 na mesma igreja, a avaliar por alguns indicadores, seriam no entanto gente remediada e bem relacionada localmente: p.ex., a cerimónia do dito casamento é presidida pelo padre-cura Manuel Dias Marques, que seria primo direito da mãe, Josefa Marques.

Quanto ao seu núcleo familiar, podemos considerá-lo numeroso, pois em apenas quinze anos entraram no agregado do casal sete filhos/irmãos - e só não cresceu mais porque o pai faleceu entretanto, ainda novo, a 30 de Julho de 1738 (quanto à mãe, essa viria a falecer muito mais tarde, viúva, a 19.2.1774, sobrevivendo assim ao marido mais de 35 anos). O ritmo de crescimento do lar foi, assim, bastante rápido e regular, sendo este o ordenamento dos rebentos:

- 1.º - Maria, nascida a 1 de Outubro de 1723 (morre cedo);
- 2.º - Manuel, o nosso biografado, n. 4-4-1726;
- 3.º - Francisco, nascido a 4 de Junho de 1629;
- 4.º - outra Maria (porque a 1.ª não sobrevivera), n. 12-4-1731;
- 5.º - Joana, nascida a 8 de Fevereiro de 1733;
- 6.º - Silvéria, nascida a 10 de Outubro de 1735;
- 7.º - Madalena, nascida a 11 de Outubro de 1738, já órfã de pai.

Manuel Alves veio ao mundo, portanto, em segundo lugar e foi o primeiro filho varão do casal. Tendo perdido o pai com apenas 12 anos e sendo na altura já o mais velho dos irmãos, cedo deve entrado na vida activa para ajudar ao sustento dos irmãos. Provavelmente ter-se-á dedicado inicialmente ao amanho das terras ou guardado gado, no sítio da Quebrada e nos Folques, onde ainda hoje podemos ver restos de habitação. Mas é natural que também cedo se tenha iniciado noutras artes, como as de barbeiro e de sangrador (ofícios interligados). Por sinal, o padrinho de sua irmã Joana chamava-se João Rodrigues Margalho, vivia no Sardoal e era sangrador de profissão. Assim, não seria de estranhar que outros amigos da família o tivessem desafiado a outros voos: já atrás citámos a ligação familiar a diversos clérigos da vila do Sardoal; podemos agora referir uma outra, os padrinhos de baptismo do seu irmão Francisco, os nobres Bento de Moura e D. Maria Catarina Xavier, filhos de Francisco Xavier de Mendonça.

Sabe-se que em 1742, já com 16 anos, foi viver para Abrantes, aí servindo no hospital da Misericórdia como ajudante dos cirurgiões. Referindo-se a esses primórdios, escreveria dele um filho (Francisco): «...recebeu uma educação mui incompleta em Abrantes, não passando dos primeiros estudos e de língua latina; dedicou-se mui cedo à cirurgia e tendo dela algumas luzes práticas mui imperfeitas, que adquirira no hospital de Abrantes, veio a Lisboa guiado por um ardor de saber, que nele foi sempre paixão dominante». É, pois, muito natural que os seus amigos sardoalenses e abrantinos tenham interferido junto de pessoas influentes, como o 2.º Marquês de Abrantes (D. Joaquim de Sá Almeida e Menezes), e que este – como consta – o tenha encaminhado para Lisboa por volta de 1747 (contava então 21 anos). Consta mais que foi o referido Marquês quem o entregou ao cuidado de um seu cunhado, o Marquês de Vila Nova de Portimão, D. Pedro de Lencastre, o qual o empregou como seu criado e barbeiro-sangrador.

Manuel - que ainda não era - **Constâncio**” [este nome, que o próprio adoptaria, terá nascido de uma alcunha aposta pelo Marquês de Vila Nova, em face da *constância* e inteligência que via no jovem abrantino] – serviu então vários anos em casa do dito senhor. Da boa relação entre ambos advieram as facilidades ou mesmo a sugestão para que Constâncio pudesse ao mesmo tempo matricular-se no Hospital de Todos-os-Santos como praticante de cirurgia; e foi assim que ele se inscreveu como tal, a 27.2.1750.

Aí obteria a carta de sangrador, a 16.7.1754, na forma do costume da época [doc.º mandado passar pelo Doutor António da Costa Falcão, médico da Câmara de Sua Majestade e cirurgião-mor do Reino], de seguida transitando a praticante de cirurgia do licenciado José Elias da Fonseca. Até que, a 21 de Outubro de 1758, aos 32 anos, termina os seus estudos, obtendo a almejada carta de cirurgião, assinada pelo mesmo Doutor.



FIG. 2 – Um barbeiro-sangrador



FIG. 3 – Carta de sangria ou de sangrador de Manuel Constâncio, de 1754, existente no Arquivo Histórico do Concelho de Abrantes (Particulares, 1-23).

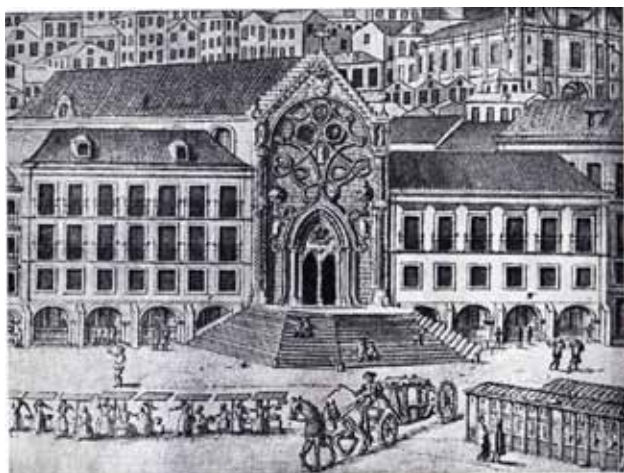


FIG. 4 – Hospital Real de Todos-os-Santos
(edifício desaparecido, que se situava no Rossio de Lisboa,
quarteirão junto à Betesga)

Tornar-se-ia depois cirurgião da Câmara Real e 1.º cirurgião do Exército, nessa qualidade acompanhando as tropas comandadas pelo Marquês de Marialva aquando das tentativas de invasão de Trás-os-Montes pelas tropas espanholas e francesas da Guerra dos Sete Anos, e mais especificamente na chamada Guerra Fantástica (1762-1763). Pouco antes tinha ocorrido a expulsão dos jesuítas de Portugal (em 1760) e, nesse contexto, os cirurgiões puderam então começar a dissecar cadáveres humanos e aprofundar os estudos de Anatomia. Manuel Constâncio foi um deles e pôde assim destacar-se no exercício da sua actividade. E no ano de 1764 – com 38 de idade – tornava-se o 1.º Lente de Anatomia português, substituindo no cargo o seu amigo e mestre no Hospital de Todos-os-Santos, o Prof. Pierre Dufau.

Era tempo de também organizar a sua vida privada e constituir família: então - já pelos 51 anos - casa com uma jovem de 22, Joana Rita Evangelista do Nascimento (também conhecida como D. Joana Constância, que viria a falecer em Lisboa a 2.4.1791), de quem veio a ter quatro filhos: Francisco, Joaquim Manuel, Pedro José e Maria Margarida (esta depois celebrizada por Bocage como *Marília*). Continua, entretanto, cirurgião do Reino; mas, com o pesar dos anos e as saudades da terra, um novo amor lhe surge na vida: a Quinta do Vale da Louza (no limite Sardoal / Abrantes), que adquirira por volta do ano de 1765. Agora também como anatomista da Natureza (da terra, da água e das plantas), ele iria moldá-la a seu jeito, conforme adiante melhor veremos.

Manuel Constâncio jubilou-se de lente de Anatomia com 79 anos e viveu até aos 91, retirado na dita sua quinta, onde passou o resto dos seus dias. Aí viria a falecer, com todos os sacramentos e testamen-

to solene, a 14 de Julho de 1817, e aí ficou sepultado, com a devida licença canónica, na capela privativa da mesma quinta, após missa de corpo presente, pelo vigário do Sardoal, Manuel de Moraes. Uma lápide, epigrafada mais tarde (consta que a mando de um seu herdeiro também médico, o Dr. Francisco Rodrigues de Abreu), aí continua a assinalar a sua última morada, com os seguintes dizeres:

Aqui jazem os restos mortaes de Manoel Constancio, restaurador da Cirurgia Portuguesa, escudeiro e cavaleiro fidalgo, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, cirurgião da Real Camara, 1.º cirurgião do Exercito, lente de Anatomia (...)

Quanto aos filhos, dos quatro que teve, o que alcançou maior destaque foi sem dúvida Francisco Solano Constâncio (1777-1846), o mais velho, de quem nos ocuparemos na segunda parte desta comunicação. De todos, apenas o segundo, Joaquim (1780-1857), deixou descendência: do seu casamento com D. Gertrudes Magna de Castro e Silva advieram dois filhos, um dos quais João Augusto de Castro Constâncio, avô de Augusto de Castro (1861-1932) – o autor da preciosa obra atrás citada *Manuel Constâncio - O Páreo Português*, de 1923 (na base de um conjunto de artigos publicados na revista *Arquivos de História da Medicina Portuguesa*)¹. Há que referir, no entanto, que foi o último dos quatro - a filha Maria Margarida – quem sempre acompanhou o pai e quem acabaria por lhe herdar o Vale da Louza.

O lente que mudou os destinos da cirurgia portuguesa

A expressão *Páreo Português*, que lhe foi atribuída pelo biógrafo Augusto de Castro, tem naturalmente a sua razão de ser. Na sua origem esteve uma comparação que o autor estabeleceu com o famoso cirurgião francês, Ambroise Paré, também ele de extracção social humilde, pois se sabe ter saído igualmente de uma loja de barbeiro. Mas, mais do que uma analogia com grandes vultos estrangeiros, importa situarmo-nos ao nível interno; e por cá, em matéria médica, pode Constâncio ombrear com os melhores de sempre e como tal foi colocado num painel da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa em 1906. Também por isso o Hospital Distrital de Abrantes o tomou por patrono (é hoje o “Hospital Manuel Constâncio”). E de certo não exageraremos se o tomarmos como o pai da moderna Cirurgia nacional.

Manuel Constâncio, enquanto primeiro professor de Anatomia português, pode, na verdade, ser

considerado o fundador da anatomia portuguesa. Como vimos, foi no Hospital de Todos-os-Santos que ele se especializou e consagrou: primeiro, como sangrador e praticante de cirurgia; depois, mercê de estudos mais aprofundados, como cirurgião encarregado. Esse hospital ficaria muito afectado pelo terramoto de 1755; mas, ainda assim ficou a funcionar, mantendo-se Constâncio como discípulo dilecto do professor de Anatomia de então, de que era de nacionalidade francesa, Pierre Dufau (1717-1806), o qual tinha vindo de Viena trazido pelo Marquês de Pombal para renovar o ensino da anatomia. Entretanto Dufau jubilou-se, e logo recomendou que o seu lugar fosse entregue ao discípulo, o que veio a acontecer a 24 de Novembro de 1765. Constâncio tornava-se, assim, o primeiro professor português a ocupar a Cadeira de Anatomia, sucedendo aos estrangeiros Monravá, Santucci e Dufau.

A partir daí, a sua reputação mais aumentaria: é nomeado cirurgião da Casa Real (alvará de 26 de Janeiro de 1786); recebe o título de cavaleiro fidalgo (28 de Agosto de 1789); e, com a influência granjeada, consegue que vários dos seus discípulos vão estudar para o estrangeiro (Londres, Edimburgo e Copenhaga), um procedimento raro até então, tendo mesmo apoiado monetariamente alguns deles. Aliás, é de notar que alguns desses discípulos viriam a espalhar-se por outras partes, replicando os ensinamentos recebidos. Recordemos ainda que em 1807, quando a Família Real partiu para o Brasil, levaria consigo os melhores cirurgiões, entre os quais se encontravam naturalmente discípulos do Dr. Constâncio; e assim se fundaram as escolas de cirurgia e anatomia do Rio de Janeiro e da Baía...

Mais. Em Portugal, a velhinha escola do Hospital de Todos-os-Santos onde o Dr. Constâncio leccionava passou posteriormente para o Hospital Real de S. José, já como "faculdade", antes de 1780; mas, discípulos seus estiveram na origem da Real Escola de Cirurgia, de que nasceria a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Sabe-se que Manuel Constâncio introduziu a rotina de se autopsiarem os falecidos nas enfermarias, dando com isso um salto significativo na preparação dos novos cirurgiões, já que até essa altura a prática das dissecações anatómicas era subestimada no ensino e vista com cepticismo ou mesmo hostilidade pelos poderes dominantes, sobretudo o temporal. Era sua convicção não ser possível ser bom cirurgião sem conhecer bem a anatomia. Bateu-se ainda para que os textos da docência deixassem de ser escritos em latim e passassem a português, de modo a serem acessíveis a todos os praticantes.

Constâncio não deixou obra publicada. São referidos apenas excertos esparsos de um seu Tratado de Anatomia manuscrito:

'Postilhas de Anatomia'. Um outro manuscrito existe, este colhido por um seu discípulo, em cujo frontispício se pode ler: 'Anatomia, a mais correcta, colhida de vários autores, os mais peritos que desta ciência têm descrevido, até ao presente, agora novamente corrigida e aumentada, assim no prático como no teórico, segundo as melhores opiniões, ditada aos praticantes desta Faculdade neste Hospital Real de S. José – Por Manuel Constâncio, lente régio desta mesma Faculdade e agora de novo descrita por António do Espírito Santo, dos seus praticantes o mais humilde, dividida em cinco tratados. Lisboa, neste Hospital Real de S. José. Ano de 1780'. Esta obra encontra-se na Biblioteca da Faculdade de Medicina de Lisboa e foi já digitalizada, pelo que é possível aceder-lhe por via electrónica [<http://coleccoes-digitalizadas>].



FIG. 5 – Retrato de Manuel Constâncio, existente na Fac. Medicina de Lisboa, em que o lente aparece fardado de cirurgião da Real Câmara, tendo na mão esquerda um livro aberto, em que se distinguem desenhos anatómicos, e que é o seu precioso manuscrito "Postilhas de Anatomia" [Foto de Luciano Reis de uma cópia em óleo sobre tela, executada em 1925 por Varela Aldemira, a partir do original que na altura se encontrava na Q.ta do Vale da Lousa e que pertencera a Constâncio. Este original, de data desconhecida e cuja autoria é atribuída ao pintor abrantino Manuel da Costa (1755-1823), parente e protegido de Constâncio, encontrar-se-á na posse de um herdeiro.



FIG. 6 – O manual de Anatomia, de Manuel Constâncio (1780).

Conforme acima ficou dito, mas aqui se reforça, empenhou-se o Dr. Manuel Constâncio na criação de uma escola cirúrgica que proporcionasse um ensino mais eficaz. Não teve nisso grande êxito. Conseguiu, porém, que a Coroa subsidiasse os estudos de um grupo dos seus melhores alunos, já médicos, em Inglaterra. Com eles seguiu seu filho Francisco (de quem nos ocuparemos adiante), então com apenas com 14 anos de idade. Acerca de seu pai e desse tempo, deixaria este um testemunho deveras afectivo e encomiástico, mas nem por isso menos interessante:

«Foi Manuel Constâncio de estatura mediana, de compleição seca e carácter melancólico; honrado, inteiro, sincero e independente; desprezador de honras e distinções a ponto que nem o hábito de Cristo (de que tinha vencido quatro de direito) quis trazer; não tolerava afrontas, e tão pouco injustiças feitas aos outros. Falou franco até no Paço; viveu sempre entre os grandes, estimado deles, e tratando-os com a maior familiaridade, nunca foi adulator nem empregou o valimento senão em fazer bem e em desfazer despotismos de prepotentes. Poucas graças obteve da corte, e essas mesmas quase que foi preciso que amigos poderosos, e até ministros de Estado, as solicitassem por ele. Foi observador exacto dos deveres da religião, mas inimigo declarado da superstição e da hipocrisia.

(...) Só quem o conheceu pode apreciar o tino patológico de que era dotado. Muitas vezes pasmei de o ver estabelecer princípios e analogias que tinham feito a reputação de muitos autores

estrangeiros, cujas obras e até nomes, lhe eram desconhecidos. Em uma palavra, a Pátria não teve cidadão mais virtuoso e benemérito; nenhum trabalhou com mais ardor a bem dela, e duvido que outro lhe fizesse serviços mais relevantes. A posteridade não lhe recusará o título de Restaurador da Cirurgia em Portugal. Aos que mereceram títulos semelhantes fora da nossa pátria erigiram os seus compatriotas monumentos de gratidão: entre Portugueses talvez que este tributo de um filho, de um médico e de um patriota, seja o único que se ofereça à memória de Manuel Constâncio.²³»



FIG. 7 – Pormenor de um painel da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, obra de 1906, onde figura o Dr. Constâncio (em cima à esquerda), entre vultos nacionais dos maiores da história médica, como Amato Lusitano, Ribeiro Sanches e Sousa Martins.

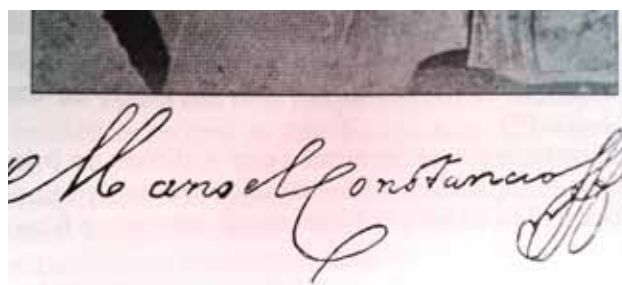


FIG. 8 – Assinatura do Dr. Constâncio

Uma breve visita aos lugares das suas origens

Filho dedicado da sua terra, Manuel Constâncio, sempre que podia, aproveitava para rumar ao torrão natal, onde detinha bens de família.

Existe ainda no lugar das Sentieiras (S. Vicente, Abrantes) uma casa, hoje muito alterada, mas que é suposto ser a primitiva do famoso vulto da Ciência, onde ele terá nascido. Mais além, encontramos a Quinta de Folques, que foi a primeira propriedade rústica da família (vinda dos bisavós e avós maternos), hoje em deplorável abandono. Ali é-nos ainda possível observar o esqueleto do velho casarão que ainda serviu a Manuel Constâncio e um antigo aquaduto da quinta, este ainda bem conservado,

a lembrar em pequena escala o seu contemporâneo lisboeta das Águas Livres [Só por isto, mereceria melhor atenção este raro espécimen de engenharia hidráulica, pois ao tempo ele era já bem demonstrativo das faculdades empreendedoras do médico]...

Andando um pouco mais, já no concelho de Sardoal, atingimos então a famosa Quinta do Vale da Louza, também denominada *do Constâncio*. Esta viria a reproduzir, à sua escala, um pouco da dinâmica pombalina a que assistira na capital portuguesa após o terramoto de 1755. Ele fez edificar, assim, uma casa senhorial de cariz rural mas muito confortável e quase “cirúrgica”, com salão, quartos, cozinha, adega, capela e anexos. Os largos espaços que arborizou recriavam um ambiente aristocrático, ao gosto do tempo. Desenhou caminhos e jardins, construiu um sistema engenhoso de minas para recolha de águas que iam alimentar diversas fontes e lagos, etc.. Nestes trabalhos consumiu dez anos (1779-1789) como se pode ler no frontão da fonte principal (Ver foto). Uma vez conquistada a aposentação, a 24 de Maio de 1805, foi a esta quinta que ele recolheu. E aqui residiu até à morte (1817).

Esta idílica e já histórica propriedade, adquirida e desenvolvida pelo Dr. Manuel Constâncio, foi depois mantida pelos herdeiros (família Abreu Mena) e encontra-se hoje requalificada pelos actuais proprietários (Eng.º Carlos Sousa e sua esposa). Foi aqui que o notável lente-cirurgião aplicou as economias de uma vida. Acerca dela escreveu alguém, por volta de 1950, numa monografia local intitulada *Abrantes Cidade Florida*:

«(...) O local bem merece uma visita, de aprazível que é. A sua paisagem encanta-nos. Tudo aqui é pitoresco e saudável, com seu ar tranquilo e seus bosques odorantes. Há ali qualquer coisa de discreto, que convida à confiança. Pairam na atmosfera lembranças de amores e de velhas histórias de fidalgos. Não agrada apenas aos espíritos românticos e aos amadores de belas paisagens; também os investigadores mais calmos das coisas históricas ali encontrariam matéria de muito interesse. Bastaria que reconstituíssem a vida de Manuel Constâncio, para trazerem a público um palpitante assunto que honra a Ciência nacional.»

Sim, é, continua a ser, indiscutivelmente, um espaço magnífico. São os próprios anfitriões – que se assumem como fiéis e apaixonados depositários deste património – a fazer as honras da casa e a guiarnos pelas suas históricas dependências, agora restauradas com mestria, designadamente pelo primitivo

celeiro e lagar, cozinha, salão, capela e seus anexos (incluindo a antecâmara desta e o quarto ao lado, que conserva a cama do cirurgião e o lençol com o seu monograma bordado). São ainda muito aprazíveis aqueles recantos e jardins, com suas áleas de árvores agora centenárias, seus lagos, artísticos repuxos e cascatas de água corrente (a culminar na engenhosa “Mina”), pois a captação e a condução da água foram sempre para Constâncio uma preocupação vital.

Não é fácil datar com rigor todas as obras. Referem os actuais proprietários o ano de 1760 (?) como início dos trabalhos, alegando os mesmos que a casa primitiva, a capela, o celeiro, alguns jardins, tanques, fontes, minas, caleiras, terraços agrícolas foram sendo construídos até 1800. Quanto à casa solarenga, terá sido edificada pela mesma época, a partir do celeiro. Todas as construções seguintes não alteram nem destroem as obras dos séculos XVIII e XIX, quando muito encobrem-nos sem as eliminar. O património existente encontra-se na sua forma original». E a conservação do espaço envolvente continua ainda no presente, pois é considerado pelos proprietários como um dos maiores legados do Dr. Constâncio. «Não é habitual, pelo menos nas quintas da região, que a organização espacial primitiva chegue aos dias de hoje», referiu o Eng.º Carlos Sousa em entrevista recente a um jornal regional³.

Não faltou ainda na nossa visita uma espreitadela ao esconderijo que a tradição, com forte probabilidade, diz ter sido do poeta Bocage, o boémio então perseguido pelo intendente Pina Manique (1797). Como é sabido, este foi hóspede e protegido da família Constâncio, tendo chegado a apaixonar-se por Margarida (1783-1828), a filha mais nova, que o romântico vate celebrou como “Marília”. E, a propósito da família, será bom lembrar que uma das muitas figuras históricas desta casa foi o Dr. Francisco Rodrigues de Abreu (1819-1888), também ilustre médico, por quem passou a herança⁴.



FIG. 9 – Estrutura antiga nas Sentieiras (Abrantes) junto à casa, hoje arruinada, onde consta ter nascido Manuel Constâncio.



FIG. 10 – Um grupo de visitantes observa a casa rural da Quinta de Folques, nas Senteiras.



FIG. 11 – A casa-solar do Vale da Louza (ou do Constâncio).



FIG. 12 – Paineis azulejar no frontão da fonte principal, em que Constâncio diz ter despendido 10 anos de trabalhos...

FRANCISCO SOLANO CONSTÂNCIO (1777-1846), filho primogénito do anterior, publicista, diplomata, intelectual cosmopolita e liberal, também médico, e uma figura fascinante

Como fica dito, era este o mais velho dos quatro filhos do Dr. Manuel Constâncio. Nasceu em Lisboa, na freguesia de S.^{ta} Catarina, à Rua do Sol, onde moravam seus pais, a 24 de Julho de 1777. Nada se sabe, porém, quanto aos seus primeiros estudos; apenas que, com 14 anos de idade (após a morte da mãe em 1791), seguiu para o Reino Unido, e que estudou Medicina na Universidade de S.^{to} André, em Edimburgo (Escócia),

onde acabou por se formar em 1795. Entusiasta da Revolução Francesa, segue para Paris (1797), onde exerce clínica; viaja pela Holanda e Alemanha, e volta a Portugal (1799). Por essa altura era já um médico distinto, jornalista de valor e notável poliglota.

Como adepto dos princípios revolucionários, facilmente se integra. Tornara-se *maçon*. A dado momento, porém, ou porque sentisse saudades do país natal, ou porque desejasse fazer-se portador e intérprete desses novos ideais, ou ainda porque estivesse a passar por alguma provação, uma vez informado pelo pai de que não teria problemas por cá, regressa a Portugal e fixa-se por algum tempo na capital. Sabe-se que conheceu pessoalmente o general Junot em Lisboa (1807), e que era um seu acérrimo defensor. Mas, desta feita os ventos não lhe correram de feição, pelo que, sentindo-se de novo inseguro, voltou a Paris ainda nesse ano ou nos começos do seguinte para evitar perseguições.

Envolve-se então ainda mais directamente nos meandros da política e da cultura europeia. Torna-se jornalista, matéria em que seria um dos pioneiros portugueses. Dirige os *Anais das Ciências, das Artes e das Letras* (1812-1822), um periódico que acolheu muitos textos de liberais portugueses que se haviam exilado em França na sequência da Setembrizada (1809) e da perseguição política que se seguiu. Dessa fase, publicaria em 1815 *O Observador Lusitano em Paris*. Sobrevém a Revolução Liberal de 1820, e é nomeado agente diplomático de Portugal em Paris. Interessa-se também pela causa das colónias espanholas e entra numa espécie de duplicidade de funções. Chega a encarregado de Negócios de Portugal nos Estados Unidos da América, em Nova Iorque (1822), aí desenvolvendo grande actividade; mas demite-se do cargo (em 1826?) e fixa-se novamente em Paris. É lá que passa o período negro do *Miguelismo*, última etapa do absolutismo português (1828-1934).

Voltará a Portugal em 1836. É eleito para o Parlamento em 1837, não chegando contudo a tomar posse... Porquê? Preferia continuar a dedicar-se à escrita. Escreve bastante. Ainda sob o regime miguelista, dera de novo cobertura aos liberais portugueses exilados; em 1832 publicara *Précis de la Révolution française de 1789 à 1830* e *Nouvelle grammaire portugaise à l'usage des Français*; nesse ano de 1837 dá à estampa um *Diccionario critico e etymologico da lingua portugueza*, ilustrado, que é impresso em Paris, com 320 páginas, e faz sair o "*Archivo dos Conhecimentos Uteis*", um periódico mensal, destinado a promover a agricultura e a indústria de Por-

tugal e do Brasil⁵. Posteriormente, participa na tradução do inglês para francês de conceituadas obras de economia política, de autores como David Ricardo, Thomas Malthus e William Godwin.

Solano Constâncio era médico de formação e isso mesmo gostava de sublinhar no seu currículo de base – *Doutor em Medicina, membro das Sociedades Médica e de História Natural de Edimburgo, e da Academia de Medicina de Nova Iorque*. Mas ele era muito mais que isso. Era um *Doutor* no mais vasto sentido do termo, de uma cultura enciclopédica, homem de Ciência e um verdadeiro Humanista, já muito avançado para o seu tempo. Notemos que, então, ele já nos falava de «equilíbrio sonhado da Europa», uma espécie de código comum europeu, e dizia que todas as potências deveriam «reconhecer os princípios salutíferos e protectores da felicidade e da independência das outras nações». Enfim, já no Outono da vida, assentada a residência definitiva em Paris, cansado da política mas não do seu ideal progressista, casou com uma senhora de origem francesa (Marie Julié Basile, que lhe sobreviveu), e foi na “varanda da Europa” que veio a falecer, a 21 de Dezembro de 1846.

Resumindo: apesar de ainda pouco conhecido – talvez porque fosse português! – o que sabemos dele é suficiente para tornar fascinante este homem um tanto misterioso, que teve acesso aos centros da “intriga europeia”, que lidou mais ou menos confidencialmente com os grandes do seu tempo e que tentou pela acção e pela palavra mudar o curso dos acontecimentos. Conforme dele nos diz num artigo modelar a Prof.^a Maria Leonor Machado de Sousa, o Dr. Solano Constâncio, que quis ser «cidadão do

mundo», pertence ao «tipo de homem para quem foram estreitos os limites da sua época ou, talvez melhor, para quem seriam estreitos os limites de qualquer época.⁶»

Notas ao texto:

- 1- Foi chefe da secretaria do Tribunal da Relação de Lisboa e secretário do Conselho Superior do Notariado Português, nasceu em Lisboa e faleceu em Galamares, Sintra.
- 2- Artigo necrológico publicado por Solano Constâncio (Paris, 1819) e incluído na biografia *Manuel Constâncio: O Páreo português*, edição de 1993, p. 285-286.
- 3- Jornal *A Barca*, de 1 de Dezembro de 2008.
- 4- Um agradecimento particular é devido aos actuais proprietários da Quinta, por nos terem franqueado o acesso à mesma e autorizado a publicação de algumas das imagens.
- 5- A Biblioteca Nacional de Portugal regista um exemplar existente na Câmara Municipal de Tondela, com data de publicação de 1838 e título ligeiramente diferente: “Armazém de Conhecimentos Úteis”.
- 6- Cf. M. L. Machado de Sousa, «Uma figura enigmática – A actividade política de Solano Constâncio» in *História*, n.º 3, Janeiro 1979, mensário, dir.º de Almeida Martins, Publicações Projornal, L.^{da} (Distribuição Dijornal), pp. 50-58.

Bibliografia principal:

- CARIA-MENDES, J., «Manuel Alves Constâncio», *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 5. Editorial Verbo, Lisboa, 1967. pp. 1478-9.
- CASTRO, Augusto de, *Manuel Constâncio - O Páreo Português*, Lisboa, 1923, reed. C.M. Abrantes, 1993.
- COLAÇO, A., *História do ensino da medicina operatória em Lisboa*, Faculdade de Medicina de Lisboa, 1925.
- MORA, L. Damas, «O Doutor Manuel Constâncio (1726-1817) e a Reestruturação de ensino cirúrgico em Portugal», *Cirurgia*. 2009, n.º 8, pp. 87-94.
- SOUSA, Maria Leonor Machado de, «Uma figura enigmática – A actividade política de Solano Constâncio» in *História*, n.º 3, Janeiro 1979, Pub. Projornal, pp. 50-58.
- SUEIRO, M. Barbosa, *Manuel Constâncio, a sua vida e a sua obra*, Faculdade de Medicina de Lisboa, 1925.
- VARZEANO, J., “Manuel Constâncio”, *Correio do Ribatejo*, 6.6, 2008.
- <http://repositorio.chlc.min-saude.pt/bitstream/10400.17/260/1/Rev%20Port%20Cir%202009%2087.pdf>
- https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Solano_Const%C3%A2ncio

APÊNDICE DOCUMENTAL

1. Registo de baptismo de Manuel Constâncio, no Sardoal (1726, Abril, 14)

Manuel, filho de João Alves e de sua mulher Josepha Marques, ambos do lugar das Sentieiras, desta freguesia, primeiro matrimónio de ambos, neto pela parte paterna de António Fernandes, do dito lugar das Sentieiras, e de sua mulher Catherina Marques, do lugar dos Folques, todos desta freguesia, nasceu aos quatro de Abril de mil setecentos e vinte e seis, e foi baptizado nesta igreja por mim o padre Joseph Nunes Henriques, vigairo desta igreja aos quatorze do dito mês de Abril do dito ano. Foram padrinhos Francisco Dias e sua irmã Josepha Marques do Monte Simeiro, freguesia de Santa Clara de Alcaravela, e por verdade fiz este termo que assinei com as testemunhas que presentes estavam, o padre Francisco Gayo e o padre Francisco Cordeiro Massão. Era ut supra.

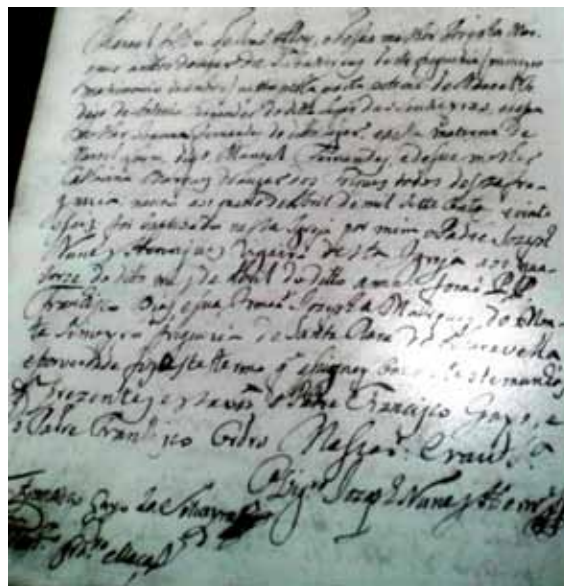


FIG. 13 – O registo de baptismo de Manuel Constâncio, existente na Torre do Tombo

2. Registo de óbito do mesmo (Sardoal, 14.7.1817). Este assento, talvez por vir na última folha do livro de óbitos existente na Torre do Tombo (1802-1817, fl. 150), encontra-se hoje praticamente ilegível.

Aos 14 dias do mez de Julho do anno de mil oitocentos e dezassete faleceu com os devidos sacramentos e com testamento solemne, Manoel Constancio, viuvo de Dona Joanna Ritta, esta natural de Lisboa, e elle das Sentieiras desta dita freguezia do Sardoal, cirurgião da Camara, assitente ha annos na sua quinta do Valle de Louça, termo e freguezia desta villa; foi sepultado na capella da contemplada Quinta, de licença do Excellentissimo Prelado deste Bispa-do que ha annos havia obtido, teve missas de corpo prezente e officio na forma do Ritual Romano, e para constar faço este termo que assigno. Sardoal, quatorze de Julho de mil oitocentos e dezassete.

a) O vigario, Manuel de Moraes.



FIG. 14 – Epitáfio na lápide sepulcral do Dr. Constâncio, na capela-oratório da sua Q.^{ta} do Vale da Lousa

* Doutor em Letra (História), professor aposentado, da Academia Portuguesa da História

MUSICOTERAPIA E BIBLIOTERAPIA

Lurdes Cardoso*
Graça Batista**

I parte Apontamentos sobre musicoterapia Lurdes Cardoso

A música tem acompanhado a história de vida do Homem, tendo sido descoberta uma flauta de osso datada de 40.000 anos (o mais antigo instrumento musical achado arqueologicamente), na Gruta de Hohle Fels (Alemanha). E, segundo a mitologia grega, Orfeu, o inventor da lira, era dono de uma voz tão doce que o seu canto permitia acalmar os animais mais ferozes (fig. 1).



Fig. 1 - Orfeu, inventor da lira.

Também se diz que na Antiga Grécia, Pitágoras (c. 580-500 a. C.), filósofo e matemático, curou um jovem embriagado, prescrevendo uma melodia num certo modo e ritmo. Com efeito, Pitágoras, ao observar um ferreiro que malhava na sua bigorna, verificou que eram produzidas diferentes notas conforme o peso do martelo, associando assim a música à matemática (Fig. 2).

Na Antiga China, para Confúcio (551-479 a. C.), professor e analista político, a música revelava o carácter através de seis emoções: tristeza, satisfação, alegria, fúria, piedade e amor.



Fig. 2 - Pitágora ensina a escala musical num conjunto de sinos graduados.

Por seu turno, a famosa ideia de Pitágoras da *harmonia das esferas*, pela existência de música no espaçamento das estrelas, levou o teorista musical italiano Franchino Gafori (1496) a publicar a obra *Música das Esferas*, que liga os planetas do sistema solar às musas da Antiga Grécia através dos modos gregorianos e das emoções que cada um supostamente provoca, como consta de uma ilustração de *Pratica Musicae* (Fig. 3).

Este papel salutar da música foi também testemunhado por Santo Agostinho (354-430), na sua obra *Confissões*:

“Quando chorei com teus hinos e cânticos, fortemente comovido com as vozes de Tua Igreja, que suave cantava! Aquelas vozes penetravam em meus ouvidos e tua verdade se destilava em meu coração. Acendia-se o afeto de minha piedade, as lágrimas corriam-me pela face, mas me faziam bem.”

De igual modo, a doutora da Igreja Santa Hildegarda de Bingen (1098-1179) descreve a influência benéfica exercida pela música: *A alma do Homem tem também a harmonia no seu interior e assemelha-se a uma sinfonia.*

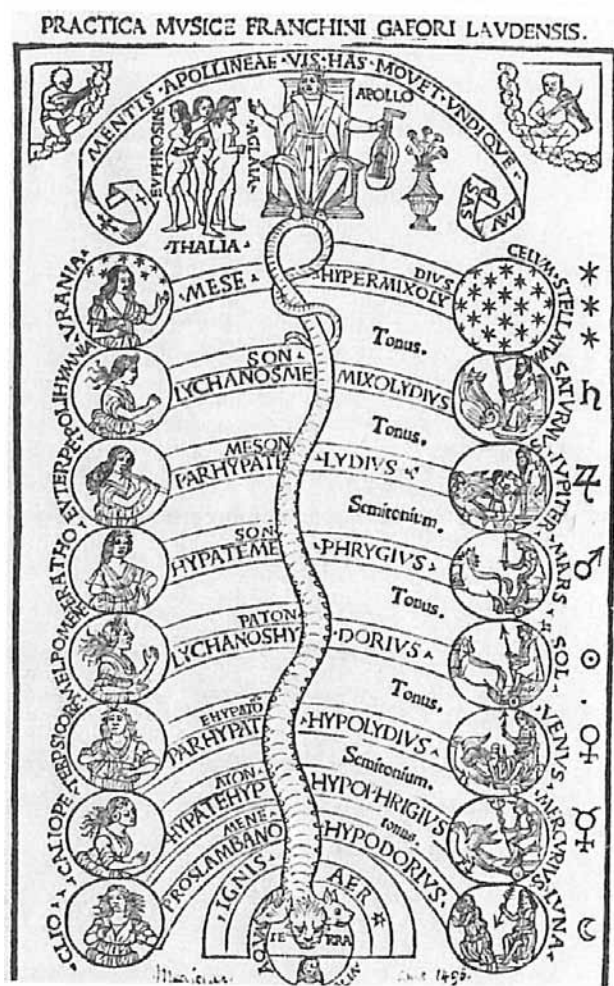


Fig. 3 - Ilustração de Pratica Musicae

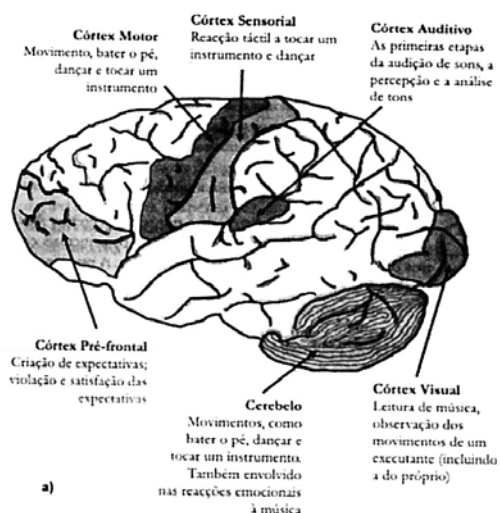
O médico albacastrense Amato Lusitano (1511-1568), que antes de entrar no curso de Medicina fez um curso de Artes (*Trivium*-Gramática, Retórica e Dialética e *Quadrivium*- Aritmética, Geometria, Música e Astronomia), na sua *Dedicatória* ao príncipe da Toscânia Cosme de Médicis (*I Centúria de Curas Medicinai*), estabeleceu que dos números consoantes ou uníssonos e correspondentes entre si na música (1, 3, 5, 6, 8, 10, 12, 13, 15, 17, 19 e 20) e entre os números discordantes ou dissonantes (1, 2, 4, 7, 9, 11, 14, 16 e 18) nasce grande luta entre a doença e a natureza e, por consequência, dão-se nesses dias fortíssimas crises, citando-se um pequeno excerto:

"Assim como nos instrumentos musicais a oitava é harmónica e uníssonos com o seu princípio (e também a décima quinta), assim também nos

dias 8º e 15º se fazem julgamentos para a perfeita e completa saúde.

De facto, nos dias 7º e 14º produzem-se crises de agitação e de evacuação, mas no 8º e 15º dias das mesmas crises passa-se ao complemento da saúde, o que também triunfantemente dirá que acontece, por causa da uniformidade e consonância dos números, todo aquele que tiver entendido isto..."

Por sua vez, Daniel Levitin (2013), no seu livro *Uma paixão humana: o seu cérebro e a música*, apresenta os principais centros computacionais do cérebro para a música (Fig.4).



a)

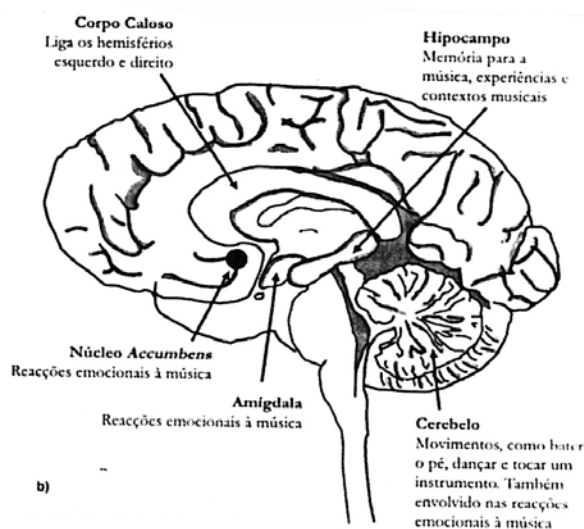


Fig. 4 - O cérebro e a Música: a) visão lateral do cérebro; b) Interior do Cérebro.

Algumas histórias sobre a música e o cérebro são descritas por Oliver Sacks (2008), em *Musicality*. Este autor, à imagem do que Wilson chama *biofilia* (os sentimentos que experimentamos pelos se-

res vivos), escreve que *talvez a musicofilia seja uma forma de biofilia, já que a música nos chega a parecer algo de vivo* e explora o lugar que a música ocupa no cérebro e como é que ela afeta a condição humana.

Em Portugal, na cidade de Castelo Branco, durante a Conferência da Associação de Apoio e Estudo às Psicognosis na Raia Central (ASPSI), realizada em 2014, foram divulgados alguns estudos portugueses sobre o envelhecimento e a memória, mostrando que a música tem um grande potencial terapêutico em pacientes do foro neurológico.

Também no Hospital Amato Lusitano, em Castelo Branco, a terapia através da música e da dança, orientada pelo enfermeiro João Roque, provoca nos pacientes as mais profundas emoções.

O *Programa Caixinha da Música*, da Casa Ronald Macdonald do Porto, para crianças com cancro e suas famílias, orientado pela estudante de medicina, maestrina e diretora artística Ana Dias, segue o caso australiano. A musicoterapia faz parte do tratamento multidisciplinar que procura melhorar a qualidade do sono, aumentar o apetite, reduzir a ansiedade e ajudar a controlar a dor, por exemplo.

* Lurdes Cardoso, professora jubilada do Instituto Politécnico de Castelo Branco



Biblioteca Municipal José Baptista Martins de Vila Velha de Ródão

II parte

- Biblioterapia: relato de uma experiência realizada pela Biblioteca Municipal José Baptista Martins de Vila Velha de Ródão

Graça Batista

O primeiro contacto teórico que tive com a biblioterapia aconteceu pela leitura de um artigo que divulgava a existência deste instrumento de cura, prestado pelo Serviço Nacional de Saúde do Reino Unido num programa nacional apelidado Reading Well Books on Prescription. Segundo o artigo (disponível em <http://reading-well.org.uk/books>, acedido em setembro de 2015), os médicos prescreviam livros a doentes que sofriam de cancro, depressão, demência, entre outras doenças. A prescrição acontecia tendo por base listas de obras previamente selecionadas por leitores ou grupos de leitores. Estas listas, a que os médicos acediam e a partir das quais escolhiam os livros a utilizar, eram organizadas em função das doenças.

Em outubro de 2015, surgiu-me a possibilidade de fazer uma primeira experiência de biblioterapia. No âmbito da Academia Sénior de Vila Velha de Ródão/Adraces, tinha-se inscrito na atividade «Leitura» uma pessoa do sexo feminino com sessenta e oito anos. Como os restantes inscritos nesse módulo nunca o frequentaram, propus à única participante que ocupássemos as sessões semanais, de uma hora, a fazer biblioterapia, explicando-lhe brevemente em que consistia esta ação terapêutica.

A destinatária revelava uma tristeza acentuada que decorria do processo de luto de sua mãe, falecida há alguns meses. Iríamos desenvolver a biblioterapia para a ajudar a restabelecer o seu bem-estar psíquico. A metodologia a utilizar incluiria não só a recomendação de leitura de livros mas também conversas a posteriori, que facilitariam o estabelecimento de relações entre a matéria textual e a vida da leitora.

Nas primeiras sessões fomos descobrindo em conjunto os temas que poderiam despertar-lhe mais interesse (eu lia em voz alta artigos, crónicas, excertos que depois comentávamos). A partir da quarta sessão ela começou a ler os textos em voz alta e por fim líamos as duas. Partilhámos a leitura de textos de Santa Teresa d'Ávila sobre a sua vida em família, de Pedro Mexia sobre amizades tóxicas, de Oscar Wilde «O príncipe feliz», o poema «Testamento» de Ana Luísa Amaral e muitos capítulos de «O livro dos Amantes» de José Jorge Letria. Neste processo, que durou cerca de dois meses, percebi que os temas

que mais interesse lhe despertavam eram a amizade (especialmente as amizades fracassadas que terminavam em afastamento) e a família (a união e a harmonia familiares eram muito importantes para a nossa destinatária).

Percebi também durante as conversas que ela tinha duas inseguranças: o receio de já não ler bem em voz alta (quando no seu processo escolar essa capacidade tinha sido muito apreciada) e o medo de já não escrever bem (característica que tinha igualmente sido muito apreciada quando estudava). Numa ocasião em que presenciavam a sessão duas pessoas da organização da Academia, pedi-lhe que lesse o poema «Testamento» em voz alta, leitura já preparada anteriormente. Resultou muito bem e deu-lhe vontade de o ler ao seu marido e à sua irmã. Ainda no primeiro mês da experiência (outubro) pedi-lhe também que comesse a preencher uma «Ficha de registo do leitor», cujos campos principais eram «Apreciação geral» e «Aquilo de que mais gostei». Preencheu-a com agrado até fevereiro de 2016, data em que concluí que já não valia a pena continuar a usar aquele instrumento de expressão, pelo manifesto à-vontade com que o fazia. Também eu preenchia uma «Ficha de registo do bibliotecário», cujo campo principal era «Observações» onde registava os aspetos mais relevantes para futuras escolhas de textos.

Por esta altura, Lurdes Cardoso deu conta nas Jornadas de Medicina da Beira Interior da nossa experiência, através de uma apresentação que juntava musicoterapia e biblioterapia.

Em dezembro de 2015, quando lia o livro de Elena Ferrante «A amiga genial», pressenti que a forma tão estimulante como a autora abordava os temas da amizade e da família poderia agradar muito à nossa destinatária e proporcionar-lhe elementos de compreensão da complexidade das dinâmicas da vida familiar e da amizade. Por isso, mal terminei a sua leitura, resolvi apresentar-lhe a proposta de leitura individual em casa, reservando as sessões para conversa sobre o texto lido.

O processo de apreciação da obra aconteceu de modo imediato. E a leitora reservada e hesitante nas suas apreciações, sem vontade de ler sozinha, transformou-se numa leitora autónoma, rápida, cheia de vontade de dar opinião. As conversas passaram a focar-se mais no texto e no que acontecia aos seus protagonistas. Eram tão estimulantes que as sessões semanais (com duração de 60 a 90 minutos) já não bastavam e passámos também a utilizar o facebook para trocarmos ideias sobre a leitura.

Nesta altura percebi que a sua vontade de comunicar no facebook (em privado e publicamente) tinha aumentado significativamente, e a leitura decorreu de uma forma tão apaixonante que resolvi então interromper o processo de preenchimento da «Ficha de registo do leitor».

Enquanto eu lia o segundo volume da tetralogia de Elena Ferrante, «A história do novo nome», a destinatária lia ainda o primeiro. Porém, quando estava perto do fim, começou a interrogar-me acerca de quando poderia ler o segundo.

Que diferença em apenas dois meses! A ânsia de ler sempre os novos volumes da obra, à medida que eram publicados e adquiridos pela BMJBM, continuou. No último volume da tetralogia, percebendo que a nossa leitora queria muito ler o livro e que se eu o lesse primeiro ela teria de esperar muito tempo, inverti o processo e dei-lhe a possibilidade de conhecer antes de mim o fim daquela história de várias famílias em Nápoles. Essa experiência agradou-lhe imenso, sobretudo por poder esconder-me acontecimentos do enredo que eu desejava conhecer e que, propositadamente, não antecipava.

Já perto do verão e do fim da atividade da Academia Sénior, vi-me numa situação difícil de resolver: encontrar novos livros que lhe despertassem igual agrado. Tentei primeiro um outro livro de Elena Ferrante «Contos do mal de amor», que não funcionou. Tentei com outros textos introspectivos e de vivências pessoais, reais ou ficcionadas, como «Gratidão» de Oliver Sacks e «Uma casa em Paris» de Elizabeth Bowen. A verdade é que, depois da tetralogia de Elena Ferrante, a nossa leitora tinha criado expectativas de leitura que não eram fáceis de satisfazer.

Propus-lhe para leitura das férias de verão «Mulherzinhas» de Louise May Alcott e «Memórias de uma menina bem comportada» de Simone de Beauvoir. Achou o primeiro muito simples. Do segundo deu-me conta recentemente, por mensagem no facebook, que já está avançada na leitura e que está a gostar. Entretanto também leu, numa tarde, o livro de contos de José Manuel Batista «O elogio dos últimos». Voltou a ser uma leitora motivada e já me fez saber, satisfeita, que brevemente terei de lhe fazer chegar um novo livro. Em Outubro de 2016 recomeçaremos as sessões, que deixarão de ser semanais e passarão a ser quinzenais devido ao facto de ter havido mais inscrições para a atividade «Leitura» neste novo ano letivo da Academia Sénior de Vila Velha de Ródão/Adraças.

Num breve balanço da experiência desenvolvida pela Biblioteca Municipal José Baptista Martins,

concluo que a metodologia utilizada foi a melhor:

- a) leitura pelo bibliotecário;
- b) recomendação;
- c) leitura pelo destinatário da biblioterapia;
- d) conversa sobre o livro;
- e) percepção da satisfação/interesse;
- f) novas leituras pelo bibliotecário;
- g) novas recomendações de leitura e assim sucessivamente.

Neste processo, que decorreu entre outubro de 2015 e junho de 2016, podemos identificar duas fases: a primeira até dezembro, na qual bibliotecária e leitora leram, em conjunto e em voz alta, e comentaram algumas dezenas de páginas de textos variados. A segunda, a partir de dezembro de 2015, com a leitura da obra «A amiga genial» de Elena Ferrante pela destinatária da biblioterapia. Entre dezembro de 2015 e maio de 2016, leu as mais de mil páginas da tetralogia de Elena Ferrante. Neste período melhorou a confiança na interpretação do texto e na manifestação da sua opinião (oralmente e por escrito), tornou-se uma leitora mais exigente e com uma maior capacidade argumentativa. As inquietações pessoais que lhe causavam tristeza, que surgiam amiúde nas primeiras conversas, foram sendo substituídas pelos acontecimentos do enredo do romance de Elena Ferrante.

Percebi que a biblioterapia é um instrumento poderoso mas muito exigente. Ao mesmo tempo que a experiência acontecia com sucesso por parte da leitora, a bibliotecária tinha de encontrar tempo, no seu espaço de lazer, para o exigente processo de leitura (todos os textos lidos pela leitora foram também lidos pela bibliotecária) de milhares de páginas nos nove meses da experiência.

Nas leituras que fiz no período de férias de verão encontrei, sem esperar, no livro de Montequieu «Cartas Persas» (Tinta-da-China, 2015) uma referência satírica à biblioterapia. O livro, publicado anonimamente em 1721, reflete os ideais do pensamento setecentista que estão na origem dos princípios da Revolução Francesa e constituiu «um apelo à independência do juízo e ao espírito de liberdade», como afirma Nuno Júdice no prefácio da obra. Na carta CXLIII, dirigida por Rica a Nathanael Levi, médico judeu em Livorno, é incluída a transcrição de uma Carta de médico de província a um médico de Paris, que Rica acabara de comprar a um vendedor de rua. Nela é relatada a experiência de um médico

de província que deixara de prescrever medicamentos para passar a usar textos nas suas terapias.

Tudo teve início, conta ele, quando, chamado a tratar uma insónia, o seu paciente antes de experimentar as drogas que estavam a ser-lhe prescritas pelo médico quis experimentar uma outra terapia: a leitura. A escolha, feita pelo paciente, acabou por recair no livro *Cour sainte* do padre Caussin. Sobre os efeitos do livro, deixo as palavras de Montesquieu:

«Posto isto, o senhor Anis saiu, e correu para a loja em busca do remédio. Chega a *Cour sainte*: sacodem-lhe o pó; o filho do doente, jovem estudante, começa a ler o livro: sentiu o primeiro efeito, à segunda página já só pronunciava com uma voz mal articulada, e todos os presentes se sentiam enfraquecidos: decorridos alguns instantes, todos risonavam, exceto o doente, que, depois de muito resistir, acabou por adormecer.»

Confrontado com o sucesso da «biblioterapia» o médico deixou de prescrever medicamentos e passou a receitar leituras. Entre os textos prescritos encontramos alguns de Aristóteles, tratados de teologia escolástica, óperas novas, romances, memórias novas, peças de teatro, que são incluídos em medicamentos como *Tisana purgativa*, *Purgativo mais violento*, *Vomitivo*, *Remédio muito simples para curar a asma*, *Para preservar da sarna, da ronha, da tinha, dos laparões do cabelo*.

O excerto profundamente satírico de Montesquieu, incluído nas «Cartas Persas», revela a consciência do poder do texto mas, por outro lado, o modo nefasto como a sua influência pode ser exercida, especialmente para o homem setecentista que se quer independente nos juízos e com liberdade de espírito. Não menos interessante é o facto de nos vários remédios livrescos propostos não estar incluído nenhum livro/texto científico, o que revela uma evidente valorização dos textos científicos face aos literários, teológicos e filosóficos, tidos como bons para vomitar ou adormecer.

Em pleno século XXI é bem diferente a valorização dos textos. Num artigo publicado na revista E, suplemento do semanário Expresso, do dia 3 de setembro de 2016, intitulado «Leia livros para uma vida longa», a jornalista Katya Delimbeuf afirma: «Uma investigação levada a cabo pela Universidade de Yale, com 3635 participantes, concluiu que os leitores de livros de ficção (jornais e revistas não tinham o mesmo efeito) viviam em média mais dois anos que os restantes». No mesmo artigo são refe-

ridos os testemunhos do escritor Paulo M. Moraes e da editora Maria do Rosário Pedreira. O primeiro refere a sua benéfica experiência de leitor numa situação de doença:

«Vivi oito ciclos de quimioterapia sempre com um livro nas mãos. Qual o efeito das leituras? Sentir-me permanentemente acompanhado [...]. Cada página lida ajudou-me a controlar a ansiedade, a dúvida, o desconforto. Cada página lida incentivou-me a questionar, refletir, relembrar, escrever.»

Maria do Rosário Pedreira acrescenta:

«Nunca tive nenhuma doença especialmente grave ou duradoura, mas, em momentos em que tendia para a depressão (mortes de pessoas próximas, males de amor...), senti sempre que a leitura era uma salvação, porque me permitia mergulhar num mundo que não era o meu e alhear-me do que me estava a minar por dentro.»

Conclusões

A musicoterapia e a biblioterapia são suas terapias alternativas que mostram como a música e a literatura fazem bem à saúde. A neurobiologia revela como elas ativam o cérebro, libertando-se a *dopamina*, uma substância que gera sensação de bem-estar, promove o desenvolvimento de sentimentos e emoções positivos, estimula a prática de atividade física e verbal, melhora a memória e o controlo da dor ou permite ao doente desviar o foco de atenção da dor. Ambas as práticas estão a ser cada vez mais divulgadas e recomendadas pela imprensa e bibliografia científica.

O contributo que apresentamos neste artigo pretende revelar que, estando os benefícios da musicoterapia e da biblioterapia comprovados cientificamente e profusamente testemunhados, estes instrumentos terapêuticos podem ser aplicados em Portugal, com excelentes resultados, se existirem a vontade e os recursos necessários.

** Graça Batista, bibliotecária na Biblioteca Municipal José Baptista Martins de Vila Velha de Ródão

////////////////////////////////////

LOUVOR E DES-LOUVOR DO MÉDICO NA POESIA PORTUGUESA

(ALGUNS EXEMPLOS)

*António Salvado**

*(com Maria de Lurdes Gouveia Costa Barata)***



Doutor António Salvado

Desde os mais antigos textos poéticos portugueses que o médico ora tem sido objecto de sátira contundente, ora de enaltecimento reconhecido – e isto numa ondulação cheia de matizes.

Se no período medieval aparece caracterizado na sua incompetência e no seu pouco saber, se em Gil Vicente e noutros dramaturgos do século XVI se manifesta determinado equilíbrio relevando-se, na prática médica, aspectos positivos e negativos, nos séculos seguintes o médico formaliza, na caracterização poética, duas tendências bem definidas: ou o arrazoado versificado se materializa em mera chacota ou em acentuado louvor às qualidades do clínico.

Note-se ainda que, no século XX, o tema surge, em texto poético, raramente desenvolvido.

SOROR VIOLANTE DO CÉU (século XVII)

Soneto

A Dr. Duarte Madeira Arrais

Ó tu, que oposto sempre à dura Parca,
Conservas em teu ser o ser humano,
Pois por ser Esculápio soberano,
Menos por seu respeito a morte abarca.

Tu, que Arrais deves ser, da vital barca,
Que navega no mar do mal tirano,
Novo Galeno, Apolo lusitano,
Médico, enfim, do português Monarca,

Logra de singular a feliz sorte,
Tanto apesar da intrépida homicida,
Que sejas do mais douto imortal norte.

Pois vitória será bem merecida
Que quem opor se sabe à mesma morte,
saiba dar a seu nome imortal vida.

NICOLAU TOLENTINO (século XVIII)

Soneto

Se a febre atraçoada enfim declina,
E se se esconde a aberta sepultura,
Ao vosso rogo o devo, ó Virgem pura,
Por quem me quis livrar a Mão Divina.

Sem Vós debalde a experta Medicina
Traça e aparelha a desejada cura;
Sem Vós o Índio adusto em vão procura
A amarga casca da saudável Quina;

Quando em luta co'a morte me contemplo,
Sem haver já no Mundo quem me valha,
Do vosso grão poder, que grande exemplo!

Vencestes, e em memória da batalha
Penduro nas paredes deste Templo,
Rasgando um novo Lázaro a mortalha.

BOCAGE (século XVIII)

Epigramas

Morte! (clamava um doente)
Este mísero socorre.
Surge a Parca de repente,
E diz de longe: — «Recorre
Ao teu médico assistente.»

...

Consta que um médico fora
Inventor da guilhotina.
Deu bem rapidez à morte!
Mostrou saber medicina.

...

A Morte um dia enjoou-se
Dum nome, que se abomina;
Quis o azedume adoçar-lhe;
E crismou-se em Medicina.

Aqui jaz um homem rico
Nesta rica sepultura:
Escapava da moléstia,
Se não morresse da cura.

Lavrou chibante receita
Um doutor com todo o esmero;
Era para certa moça,
Que ficou sã como um pêro.

« Tão cedo! É milagre! »

A mãe, (que de gosto chora)
— «Minha mãe, não é milagre,
Deitei o remédio fora.»

...

Um velho caiu na cama:
Tinha um filho Esculapino,
Que para adivinhações
Campava de ter bom tino.

O pulso paterno apalpa,

E receitar depois vai:
Diz-lhe o velho, suspirando:
«Repara que sou teu pai!»

JOSÉ DANIEL RODRIGUES DA COSTA (século XVIII)

“Para quem quer saúde...”

Para quem quer saúde estar doente
É ópio conhecido,
Que além de pôr a bolsa em decadência,
Também vai esgotando a paciência.

Médicos, Cirurgiões e Boticários,
São ópios infalíveis;
E fora de horas já ninguém descobre
Médico a visitar enfermo pobre.

Tem-se por antigualha a capa e volta,
Dos Médicos antigos;
Mas eram sem soberba, desta gente
Pobre e rico tratados igualmente.

Hoje quando se chamam taes Senhores,
Não vêm sem muito custo;
E preciso se faz, que a toda a pressa,
Na primeira visita luza a pessa.

Aprova o Cirurgião logo a sangria;
O Médico conversa;
E entretenendo os enfermos com destreza,
Diz que está espreitando a natureza.

Lá fique o torto gancho da Botica,
Enfiando as receitas;
Purgantes, ervas, pós e, finalmente,
Tudo entulho das tripas do doente.

Não me posso calar inda que queira,
Prossegue minha Musa,
Não fales em ninguém, por desafogo,
Vai batendo em geral, fogo e mais fogo.

CORREIA GARÇÃO (século XVIII)

Soneto

A Jerónimo Henriques de Sequeira

Doutor Henriques, o Garção doente
Vai-se achando pior, a febre atura;
A face cada vez está mais dura,
Tratando mal de mim toda esta gente:

Cuido que vejo a fouce reluzente
Na descarnada mão da morte escura
Ante os olhos girar, e a má figura
Bem certa de vencer, mostrar-me o dente.

Um bando de atrocíssimos pecados
Resenha estão fazendo em outra parte,
Terço de Tabareos mal encarados:

Que poderei fazer senão chamar-te?
Teu nome, se me livras de cuidados,
Cantando espalharei por toda a parte.

CURVO SEMEDO (século XVIII)

“O médico...”

O médico é sempre um cego,
Que tem na mão um cajado:
Para exercer seu emprego
É pelo enfermo chamado.
Lutando o vê co’a moléstia,
Quer à contenda pôr termo,
Ergue o pau, dá sem detença;
Mata, se acerta no enfermo,
Cura, se esmaga a doença.

FAUSTINO XAVIER DE NOVAIS (século XIX)

Epigrama

Variando a medicina
Nos sistemas de curar,
Porque não deixa a rotina
Do sistema de matar?

////////////////////////////////////

UM QUADRO DA REVISTA: FIGURAS, FIGURÕES E FIGURANTES

Diálogo entre João Roiz de Castelo Branco, (Amato Lusitano) e João Roiz de Castelo Branco (Poeta do *Cancioneiro Geral*), da autoria do Doutor José Pires interpretado por Horácio Braz (Amato) e Daniel Lopes (poeta) do grupo cénico Váatão.



EXPOSIÇÃO BIBLIOGRÁFICA DE JOSÉ LOPES DIAS



No átrio da Biblioteca Municipal, foram mostradas, durante as XXVII Jornadas, diversas obras publicadas pelo Dr. José Lopes Dias, existentes na mesma Biblioteca, e organizadas pelos temas mais relevantes em que o ilustre médico interveio, durante a sua intensíssima atividade: História da Medicina, História Regional e Etnografia, Saúde Pública, Educação e Saúde na 1ª Infância, Saúde no Mundo Rural e Cidadania.

Publica-se um trabalho do Dr. José Martins, colaborador imprescindível desta exposição, e que indica a grande maioria das publicações de José Lopes Dias e do qual extraímos a seguinte nota introdutória:

DIAS, José Lopes (Também conhecido por José Lopes DIAS JÚNIOR) (Vale de Lobo, actual Vale da Senhora da Póvoa, Penamacor, 05/05/1900 – Castelo Branco, 12/01/1976). Médico formado pela Universidade de Coimbra (1925), especializado em Radiologia e Ginecologia, Médico escolar do Liceu Nuno Álvares de Castelo Branco (1934-1951), Director clínico do Hospital da Misericórdia de Castelo Branco, Delegado de Saúde em Castelo Branco (1953-1970), Fundador e Director da Revista *Estudos de Castelo Branco*, Co-Fundador do semanário regionalista *Acção Regional*, Fundador, Director e Professor da Escola de Enfermagem de Castelo Branco, Fundador e Director do Dispensário de Puericultura Dr. Alfredo da Mota de Castelo Branco, Fundador do Jardim-Escola João de Deus de Castelo Branco, Director do Círculo Cultural de Castelo Branco, Investigador de História local. Comendador da Ordem da Benemerência (1970), Sócio do Instituto de Coimbra, da Sociedade de Endocrinologia, da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, da Sociedade Internacional de História da Medicina e da Academia Portuguesa de História, Cidadão Honorário da Cidade de Castelo Branco (06/05/1970). Colaborador de vários jornais e revistas como o *Diário de Lisboa*, *O Século*, *Diário de Notícias*, *A Saúde Escolar*, *Acção Médica*, *A Saúde*, *Seiva*, *Vida e Saúde*, *Jornal do Médico*, *Seara Nova* e *Estudos de Castelo Branco*, entre outros.





BIBLIOGRAFIA DE JOSÉ LOPES DIAS

*José Martins**

DIAS, José Lopes (Também conhecido por José Lopes DIAS JÚNIOR) (Vale de Lobo, actual Vale da Senhora da Póvoa, Penamacor, 05/05/1900 – Castelo Branco, 12/01/1976). Médico formado pela Universidade de Coimbra (1925), especializado em Radiologia e Ginecologia, Médico escolar do Liceu Nuno Álvares de Castelo Branco (1934-1951), Director clínico do Hospital da Misericórdia de Castelo Branco, Delegado de Saúde em Castelo Branco (1953-1970), Fundador e Director da Revista *Estudos de Castelo Branco*, Co-Fundador do semanário regionalista *Acção Regional*, Fundador, Director e Professor da Escola de Enfermagem de Castelo Branco, Fundador e Director do Dispensário de Puericultura Dr. Alfredo da Mota de Castelo Branco, Fundador do Jardim-Escola João de Deus de Castelo Branco, Director do Círculo Cultural de Castelo Branco, Investigador de História local. Comendador da Ordem da Benemerência (1970), Sócio do Instituto de Coimbra, da Sociedade de Endocrinologia, da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, da Sociedade Internacional de História da Medicina e da Academia Portuguesa de História, Cidadão Honorário da Cidade de Castelo Branco (06/05/1970). Colaborador de vários jornais e revistas como o *Diário de Lisboa*, *O Século*, *Diário de Notícias*, *A Saúde Escolar*, *Acção Médica*, *A Saúde*, *Seiva*, *Vida e Saúde*, *Jornal do Médico*, *Seara Nova* e *Estudos de Castelo Branco*, entre outros. Escreveu:

- *Da higiene da primeira infância* (tese de doutoramento), Coimbra, Tipografia Operária, 1924;
- *Tuberculose pulmonar no distrito de Castelo Branco*, 1929;
- *Pelos tuberculosos de Castelo Branco*, Castelo Branco, Tipografia e Papelaria Carvalhão, 1930;
- *Relatórios do Dispensário de Puericultura Dr. Alfredo da Mota de 1930 a 1939*;
- *Un service social de puériculture: monographie*, Vila Nova de Famalicão, Tipografia Minerva, 1931;
- *Em redor do serviço social: duas conferências*, Vila Nova de Famalicão, Tipografia Minerva, 1932;
- *Contra a tuberculose das crianças*, Castelo Branco, Dispensário de Puericultura, 1932;

- *Breves considerações sobre a tuberculose em sanidade escolar: tese de concurso a Médico-escolar dos Liceus*, Vila Nova de Famalicão, Tipografia Minerva, 1933;
- *As criancinhas portuguesas na política de assistência*, 1934;
- *Documents préparatoires: la protection de l'enfant à la campagne*, [S.l., s.n.], 1935;
- "Números e comentários sobre a vida extra-escolar", in *A Saúde Escolar*, Nº 2, 1936;
- "Apontamentos de higiene das escolas primárias", in *A Saúde Escolar*, 1937-1938;
- "Notas de clínica prática e de patologia da idade escolar", in *A Saúde Escolar*, Nº 25, 1938;
- *Regionalismo e assistência: uma voz da Beira Baixa depõe...*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1938, Separata da *Acção Médica*;
- *Misericórdias e Hospitais da Beira Baixa*, Lisboa, Tip. Henrique Torres, 1938, Separata da revista *Clínica, Higiene e Hidrologia*;
- *Sobre os caracteres menstruais da mulher portuguesa em relação com a saúde escolar* (em colaboração com Getrudes Tengarrinha), Lisboa, Imprensa Médica, 1939, Separata da *Imprensa Médica*;
- "Um centro extra-escolar da Mocidade Portuguesa", in *A Saúde Escolar*, Nº 28, 1939;
- "O campismo nas organizações da juventude", in *A Saúde Escolar*, Nº 30, 1939;
- "A ginástica nas organizações da juventude", in *A Saúde Escolar*, Nº 30, 1939;
- *Amato Lusitano: Doutor João Rodrigues de Castelo Branco: ensaio bio bibliográfico*, Lisboa, [s.n.], 1940;
- "La protection de l'enfant à la campagne", in *A Saúde Escolar*, Nº 34, 1940;
- *Alguns aspectos da função médico-escolar na Universidade, nos Liceus e nas Escolas Primárias*, Lisboa, Editora Médica, 1941, Separata da revista *Clínica, Higiene e Hidrologia*;
- *Palestras de formação técnica às visitadoras escolares*, separata de *A Saúde Escolar*, Lisboa, 1941;
- *Elementos de história da protecção aos estudantes no século XVI: a confraria de caridade dos estudantes: o primeiro médico-escolar*, Lisboa,

Direcção-Geral da Saúde Escolar, 1942, Separata do *Boletim da Direcção-Geral de Saúde Escolar*;

- *Elementos de história de protecção aos estudantes no século XVI*, Lisboa, Escolas Profissionais das Oficinas de S. José, 1942, Separata do *Boletim da Direcção Geral de Saúde Escolar*;
- *Elementos de história da protecção aos estudantes na Idade-Média*, Lisboa, [s.n.], 1942, Separata da *Acção Médica*;
- *Breve elogio da Liga Portuguesa de Profilaxia Social: discurso proferido na Sociedade de Geografia de Lisboa em 16 de Dezembro de 1941*, Lisboa, [s.n.], 1942, Separata da revista *África Médica*;
- *Terapêutica de Amato Lusitano - I: As sangrias da Primeira Centúria*, Lisboa, Imprensa Médica, 1943, Separata da *Imprensa Médica*;
- *Cantigas populares da Beira Baixa lidas e ouvidas por um médico*, Lisboa, [s.n.], 1944;
- *Assistência rural: aplicação prática, regional e geral, dos princípios técnicos da medicina social: tese do Dispensário de Puericultura de Castelo Branco*, Castelo Branco, [s.n.], 1944;
- *Experiência médico-social na zona rural de Castelo Branco*, Castelo Branco, 1944;
- *12 lições sobre serviço social* (em colaboração com Fernando da Silva Correia), Lisboa, Livraria Moraes, 1945;
- *Organização e técnica da assistência rural*, Porto, *Jornal do Médico*, 1945;
- *Albergarias da Beira Baixa: 1ª série*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1946, Separata da revista *Acção Médica*;
- *Liceu velho... Liceu novo...: discurso pronunciado a 2 de Maio de 1946, na sessão de inauguração do novo edifício do Liceu de Nun' Álvares, em Castelo Branco*, [S.l., s.n.], 1946;
- *Terapêutica da sífilis em Amato Lusitano: século XVI*, Coimbra, Instituto de Farmacologia e Terapêutica Experimental da Faculdade de Medicina de Coimbra, 1946;
- *A higiene nos Jardins-Escolas João de Deus: conferência proferida no Congresso dos Jardins-Escolas João de Deus, 22 de Abril de 1938*, Porto, Costa Carregal, 1947, Separata do *Jornal Médico*;
- *Medicinas de Suma Oriental de Tomé Pires*, 1947;
- *Serviço social e cardiologia: conferência no Salão Nobre dos Hospitais da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1948;
- *Alguns aspectos sanitários de um distrito rural*, Coimbra, Minerva Central, 1948, Separata do *Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*;
- *Achegas para a biografia do Doutor Domingos Barreiros Leitão: Cônego Doutoral da Sé do Porto, Abade de Barroso e de Santa Cristina, Beneficiado da Igreja de São Pedro de Torres Novas, Desembargador da Casa da Suplicação e grende Bemfei-*

tor da Misericórdia de Idanha-a-Nova, Porto, Marânus, 1948;

- *Epidémica de triquinose humana em Aranhas, no concelho de Penamacor*, Lisboa, [s.n.], 1951, Separata do *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*;
- *A caridade de São João de Deus*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1951, Separata da revista *Acção Médica*;
- *Hidrologia médica do distrito de Castelo Branco*, Lisboa, [s.n.], 1951, Separata da *Imprensa Médica*;
- *Ensaio de combate à mortalidade infantil em Castelo Branco*, Porto, Liga Portuguesa de Profilaxia Social, 1951;
- *Epidemia de Salmonelose Typhimurium: saúde pública*, Porto, Tip. Sequeira, 1952, Separata de *O Médico*;
- *Duas cartas de Ricardo Jorge a Menéndez y Pelayo sobre "La Celestina"*, Lisboa, Tip. da Imprensa Médica, 1952, Separata da *Imprensa Médica*;
- *Ensaio do Dr. J. O. Leibowitz sobre Amato Lusitano*, Lisboa, Imprensa Médica, 1952, Separata da *Imprensa Médica*;
- *João Rodrigues de Castelo Branco - Amato Lusitano: resumo biobibliográfico*, Lisboa, Tip. da Imprensa Médica, 1952, Separata da *Imprensa Médica*;
- *Abreugrafia em saúde pública*, (em colaboração com Manuel Lopes Louro), Lisboa, [s.n.], 1953, Separata da *Imprensa Médica*;
- *Terceira Centúria de Amato Lusitano: fragmento da introdução* (em colaboração com Firmino Crespo), [S.l., s.n.], 1953;
- *Manuel Joaquim Henriques de Paiva: médico e polígrafo luso-brasileiro*, Lisboa, [s.n.], 1954, Separata da *Imprensa Médica*;
- *Tavares Proença Jor: fundador do Museu de Castelo Branco: apontamento da sua vida e obras*, [S.l., s.n.], 1954;
- *Homenagem ao Doutor João Rodrigues de Castelo Branco - Amato Lusitano* (org. e prefácio), Castelo Branco, Câmara Municipal de Castelo Branco, 1955;
- *Um médico esquecido: o Dr. José António Morão, fundador da Biblioteca de Castelo Branco*, Lisboa, [s.n.], 1955;
- *João Rodrigues de Castelo Branco - Amato Lusitano e a crítica histórica*, [S.l., s.n.], 1955, Separata da *Revista Portuguesa de Medicina*;
- *Estudantes da Universidade de Coimbra naturais de Castelo Branco* (em colaboração com Francisco Moraes), Castelo Branco, Papelaria Semedo, 1955;
- *Amato Lusitano: cidadão de Castelo Branco*, Lisboa, *Revista Portuguesa de Medicina*, 1956, Separata da *Revista Portuguesa de Medicina*;
- *O clima de Lisboa segundo os comentários de*

Amato Lusitano, Lisboa, [s.n.], 1956;

- *Um centenário esquecido: o Conselheiro Jacinto Cândido*, separata do semanário *Reconquista*, Castelo Branco, [s.n.], 1957;
- *Dois documentos inéditos sobre o poeta João Roiz de Castel Branco*, Coimbra, [s.n.], 1957;
- *Organisation sanitaire dans le district de Castelo Branco*, Castelo Branco, [s.n.], 1958;
- *Le Dispensaire de Puériculture de Castelo Branco: exposé au Groupe Itinérant de l'O.M.S.: l'évolution de la mortalité infantile, 1924-1957*, Castelo Branco, Artes Gráficas, 1958;
- *Duas cartas inéditas do Dr. José Henriques Ferreira, Comissário do Físico-Mor e Médico do Vice-Rei do Brasil, a Ribeiro Sanches*, Lisboa, [s.n.], 1959, Separata da *Imprensa Médica*;
- *Cartas de consolação do Cardeal de Alpedrinha ao Rei D. João II, à Rainha D. Leonor e à Princesa-viúva, D. Isabel, no falecimento do Príncipe D. Afonso*, Lisboa, [s.n.], 1959, Separata da revista *Ação Médica*;
- *Alguns elementos de estudo da organização periférica do exercício da Medicina*, Lisboa, [s.n.], 1960, Separata da revista *Imprensa Médica*;
- *Afonso de Paiva, caminheiro das terras do Preste João das Índias*, Castelo Branco, Tipografia Artis, 1960;
- *Algumas notas biográficas do Dr. Leonardo Nunes, Físico-Mor do Reino e albicastrense ilustre*, Lisboa, Imprensa Médica, 1960;
- *Antepassados e descendentes de João Roiz de Castel Branco, poeta do "Cancioneiro Geral" de Garcia de Rezende*, Coimbra, [s.n.], 1960, Separata do *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*;
- *O Dr. José Gardete Martins, Pai das Termas de Monfortinho*, Lisboa, [s.n.], 1960;
- *Laços familiares de Amato Lusitano e Filipe Montalto: novas investigações*, Lisboa, [s.n.], 1961, Separata da *Imprensa Médica*;
- *Notas biográficas de Simão Pinheiro Morão, escritor médico luso-brasileiro, natural da Covilhã*, Lisboa, [s.n.], 1961, Separata da *Imprensa Médica*;
- *O Hospital dos Correeiros de São Tiago da vila de Castelo Branco, segundo um pergaminho inédito do século XV*, Lisboa, [s.n.], 1961, Separata da *Imprensa Médica*;
- *Cartas inéditas de Sousa Viterbo a Menéndez Pelayo*, Porto, [s.n.], 1961;
- "Conselheiro Jacinto Cândido: memórias íntimas para meu filho", in *Estudos de Castelo Branco*, Nº 4, Castelo Branco, 1962;
- *A saúde pública e os médicos*, Porto, Tip. Sequeira, 1962, Separata de *O Médico*;
- "A eleição de 1858 no Círculo de Castelo Branco", in *Estudos de Castelo Branco*, Nº 12, Castelo Branco, 1964;

- *Cartas políticas do Conselheiro João Franco a Tavares Proença*, separata de *Estudos de Castelo Branco*, Lisboa, Editorial Império, 1964;
- *O Coronel Malaquias de Lemos e a Revolução de 5 de Outubro: novos documentos*, [S.l., s.n.], 1964;
- *Política e administração sanitárias: variações sobre um tema actual: resposta a um breve inquérito*, Porto, Tip. Sequeira, 1964, Separata de *O Médico*;
- *O Renascimento em Amato Lusitano e Garcia d'Orta*, Lisboa, [s.n.], 1964;
- *A política do Partido Progressista no distrito de Castelo Branco, segundo as cartas de José Luciano de Castro de Tavares Proença*, separata de *Estudos de Castelo Branco*, Lisboa, Império, 1965;
- *Centros de saúde distritais*, Porto, [s.n.], 1965;
- *No descerramento da lápide em honra do Cardeal da Mota, na Praça Velha, de Castelo Branco*, Castelo Branco, IV Romagem de Saudade, 1966;
- *Cartas políticas do Marquês de Lavradio a Tavares Proença*, separata de *Estudos de Castelo Branco*, [S.l., s.n.], 1966;
- *Miscelânea de cartas e documentos albicastrenses*, Lisboa, Império, 1966;
- *Inspecções médico-sanitárias dos candidatos a condutores e dos condutores de veículos automóveis*, Porto, [s.n.], 1966;
- *Prospecção e profilaxia da Endemia de Bócio do concelho de Oleiros e terras limítrofes do distrito de Castelo Branco* (em colaboração com Fernando Dias de Carvalho), Castelo Branco, Gráfica de S. José, 1968;
- *Comentários ao Index Dioscoridis de Amato Lusitano*, Castelo Branco, Gráfica de S. José, 1968;
- *Apontamento breve sobre Amato Lusitano: casos clínicos de Portugal e dos portugueses*, Lisboa, [s.n.], 1969;
- *Lembranças do Prof. Francisco Gentil: documento inédito sobre a assistência aos cancerosos*, [S.l., s.n.], 1969;
- *Iconographic memento on Amatus Lusitanus: 1511-1568*, Roma, Arti Grafiche E. Cossidente, 1970;
- *À la mémoire du Dr. João Rodrigues de Castelo Branco: Amato Lusitano (1511-1568)*, [S.l., s.n.], 1970;
- *João Roiz de Castell Branco, poeta... e João Rodrigues de Castelo Branco, Amato Lusitano, insigne médico do séc. XVI*, Castelo Branco, [s.n.], 1970;
- *Tópicos ambientais e humanos para a história cultural e política da Beira Baixa*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1970;
- *Arquivo Tavares Proença - I*, Castelo Branco, [s.n.], 1970;
- "Cartas políticas do Conselheiro João Franco ao Dr. João Pinto dos Santos", in *Estudos de Castelo Branco*, Castelo Branco, 1971;

- *Médecins portugais de la Renaissance*, en Europe, [S.l., s.n.], 1971;
- *Tópicos ambientais e humanos para a história cultural e política da Beira Baixa*, 2ª ed., Castelo Branco, Estudos de Castelo Branco, 1971;
- *Biografia de Amato Lusitano e outros ensaios amatianos*, Castelo Branco, [s.n.], 1971;
- *Francisco Tavares de Proença Júnior: fundador do Museu de Castelo Branco: vida e obras*, Castelo Branco, [s.n.], 1972;
- *Apontamento sobre a vida e obras do fundador do Museu de Castelo Branco Francisco Tavares de Proença Júnior*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1972;
- *Médicos portugueses da Renascença vizinhos da Estremadura espanhola*, [S.l., s.n.], 1973;
- *O Batalhão Académico de Coimbra em 1919*, Castelo Branco, [s.n.], 1974;
- *Os retratos de Frei Roque do Espírito Santo e de Frei Egídio da Apresentação do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior*, Castelo Branco, 1976;
- *Principes d'organization et d'intégration des activités de la planification familiale* (em colaboração com Maria Fernanda Navarro), [S.l.], Escola Nacional de Saúde Pública, 1978;
- *Hipertensão arterial e cuidados de saúde primários* (coord. José Lopes Dias, e outros), Lisboa, Direcção Geral de Saúde, 1983;
- *O Serviço Nacional de Saúde: descrição sumária do seu desenvolvimento* (em colaboração com Diogo Santos Gomes), Lisboa, Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários, 1987;
- *Elementos para uma monografia sanitária do Distrito de Castelo Branco*.

Publicou ainda os seguintes artigos:

- "Os retratos de Frei Roque do Espírito Santo e de Frei Egídio da Apresentação do Museu de Francisco Tavares Proença Jor.", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 1, Nova Série, pp. 55-131;
- "Discurso de inauguração do busto ao Dr. José Gardete Martins", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 3;
- "Memórias íntimas do Conselheiro Jacinto Cândido", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 4, pp. 1-80;
- "Cartas políticas do Conselheiro João Franco a Tavares Proença: introdução", in *Estudos de Castelo Branco*, Vols. 7, 11;
- "Cartas do Pe. Joaquim da Silva Tavares, director da *Brotéria*, extraviadas em 1910", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 8, pp. 5-21;
- "Apontamentos biográficos do Dr. Leonardo Nunes, Físico-Mor e Cirurgião-Mor do Reino", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 9, pp. 5-16;
- "Miscelânea de cartas & documentos", in *Estudos de Castelo Branco*, Vols. 10, 21;

- "Notas de leitura: Oliveiras e Cunhas da casa do Outeiro, termo do Fundão, 2 t. de 500 pp., de Manuel Rosado Marques Camões e Vasconcelos", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 10, pp. 87-88;
- "O Renascimento em Amato Lusitano e Garcia d'Orta", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 11, pp. 5-34;
- "Miscelânea de cartas & documentos: O Recolhimento de Santa Maria Madalena, de Castelo Branco; O mercado da Praça Velha; Um quadri-lheiro em terras de Castelo Branco; A eleição de 1858, no círculo de Castelo Branco", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 12, pp. 91-111;
- "Contribuição para o estudo das relações entre o território da veia cava interior e as veias do ráquis: dissertação de candidatura ao grau de Doutor em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Lisboa, do Dr. José Caria Mendes", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 12, pp. 121-122;
- "Miscelânea de cartas & documentos: Apontamento, gráfico da Fonte Santa de Monfortinho; Carta da Srª. Marquesa de Rio Maior sobre as cozinhas económicas, fundadas pela Srª. Duquesa de Palmela; Provisão do rei D. José a autorizar o mercado mensal de Castelo Branco", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 13, pp. 103-112;
- "O Coronel Malaquias de Lemos e a Revolução de 5 de Outubro: novos documentos", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 14, pp. 5-72;
- "A política do Partido Progressista no distrito de Castelo Branco", in *Estudos de Castelo Branco*, Vols. 15, 17;
- "Apontamento sobre as colchas de seda de Castelo Branco", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 17, pp. 5-16;
- "Editorial - Bicentenário da cidade e diocese de Castelo Branco", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 19, pp. 5-10;
- "Doutor João Rodrigues de Castelo Branco - Amato Lusitano", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 19, pp. 110-112;
- "Doutor João Rodrigues de Castelo Branco - Amato Lusitano", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 19, pp. 116-126;
- "Cartas políticas do Marquês de Lavradio a Tavares Proença", in *Estudos de Castelo Branco*, Vols. 21, 22;
- "Uma reportagem dos duplos esponsórios dos herdeiros dos tronos de Portugal e Espanha, com notícias do Cardeal da Mota, pelo Dr. Manuel Gil Frazão de Castelo Branco, escritor desconhecido do séc. XVIII", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 22, pp. 5-32;
- "Miscelânea de cartas & documentos: Alvará e Carta do rei D. José, do senhorio do lugar de Alcains, a Bertolameu de Sousa Mexia, para o eri-

gir em vila", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 23, pp. 144-146;

- "Arquivo Tavares Proença", in *Estudos de Castelo Branco*, Vols. 24, 25, 26, 27, 29, 30, 35;
- "D. Jorge da Costa, Cardeal de Alpedrinha, na história e na lenda", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 25, pp. 11-70;
- "Miscelânea de cartas & documentos: O clima de Lisboa, de Castelo Branco e da Guarda, segundo os Comentários de Amato Lusitano", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 25, pp. 138-156;
- "Miscelânea de cartas & documentos: Elogio de Amato Lusitano, pelo humanista Ambrósio Nicando: Representação da Câmara Municipal de Penamacor ao rei D. Luís, sobre a criação da comarca em 1872", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 26, pp. 164-176;
- "Miscelânea de cartas & documentos: Memória do Cardeal da Mota, apresentada a D. João V, sobre a reforma das secretarias de Estado; Cartas do Cardeal da Mota ao Conde de Unhão", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 27, pp. 95-114;
- "Prospecção e profilaxia da endemia de bócio do concelho de Oleiros e terras limítrofes do distrito de Castelo Branco", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 27, pp. 115-156 (em colaboração com Fernando Dias de Carvalho);
- "III - Iconographic mememo on Amatus Lusitanus: 1511-1568", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 28, pp. 117-134;
- "IV Comentários ao *Index Dioscoridis* de Amato Lusitano", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 28, pp. 135-157;
- "Miscelânea de cartas & documentos: Cartas do Cardeal da Mota", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 29, pp. 131-143;
- "Itinerário biobibliográfico de Faria de Vasconcelos: 1880-1939", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 30, pp. 83-109;

- "Lembranças do Prof. Francisco Gentil: assistência a cancerosos", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 32, pp. 5-16;
- "João Roiz de Castelo Branco, poeta do Cancioneiro Geral de Garcia de Resende e João Rodrigues de Castelo Branco - Amato Lusitano, insigne médico do séc. XVI", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 34, pp. 5-18;
- "Médecins portugais de la Renaissance, en Europe", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 35, pp. 5-35;
- "Cartas políticas do Conselheiro João Franco ao Dr. João Pinto dos Santos", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 35, pp. 91-118;
- "Lembranças para a história do Bispado de Castelo Branco", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 36, pp. 33-67;
- "Tópicos ambientais e humanos para a história cultural e política da Beira Baixa, divisão administrativa; Factores gerais: o solo, os rios e o clima; Prehistória e protohistória; Idanha-a-Velha e Monsanto; Monumentos militares; Período medieval; Demografia histórica, marcha da população; Descobrimentos e conquistas; Séc. XVII; Século XVIII: Período Joaninho; Primeira Invasão Francesa: o Liberalismo; Estabelecimentos de ensino; Monografias locais", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 36, pp. 224-315;
- "Biografia de Amato Lusitano e outros ensaios amatianos", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 37;
- "Francisco Tavares Proença Jor. fundador do museu de Castelo Branco: vida e obra", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 40;
- "Jornadas de la História de la Medicina Regional Extremeña Hispano-Lusa", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 43, pp. 5-16;
- "O Batalhão Académico de Coimbra de 1919", in *Estudos de Castelo Branco*, Vol. 48/49, pp. 20-47.

* Biblioteca Municipal de Castelo Branco



Castelo Branco

| uma cidade para o século XXI |



QUALIDADE DE VIDA

Património, cultura e lazer | Boas acessibilidades | Mercado de emprego dinâmico

| www.cm-castelobranco.pt